



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 156

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 156

142ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 06

Indicações 07

Requerimentos 09

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Jonas Guimarães 17

Dep. Dr. Batista 17

Dep. Edgar Bueno 18

Dep. Luciana Rafagnin 22

Dep. Ademar Traiano 22

Dep. Luiz Eduardo Cheida 23

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 24

Dep. Stephanes Júnior 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 19

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 27

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 28

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 29

Liderança do DEM

Dep. Durval Amaral 30

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 31

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 34

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 34

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 36

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

2ª Votação (Votação Em) 40

Redação Final 91

3ª Discussão 96

2ª Discussão 96

1ª Discussão 102

Discussão Única 109

Requerimentos 110

Encerramento da Sessão 111

Transcrição 111

DIÁRIO Nº 156

142ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 142ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

17 DE DEZEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti

Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53).

Ausente o Sr. Deputado: Felipe Lucs (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 1963/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Rosane Ferreira, Ademar Traiano, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Valdir Rossoni e Edgar Bueno que pedem esclarecimentos sobre o ICMS incidente sobre a comercialização de álcool hidratado no estado. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

OFÍCIO Nº 0040/08

Curitiba, em 15/12/08.

Senhor Presidente:

Venho através do presente solicitar a V. Exa. que o nome do Deputado Professor Luizão, indicado anteriormente para compor a Comissão de Constituição e Justiça como suplente, seja substituído pelo Deputado Pedro Ivo.

Na oportunidade, reitero protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

(a) PÉRICLES MELLO

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 17/12/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente das Sessões Plenárias dos dias 11, 12, 27 de agosto, 02, 03 e 10 de setembro, 06, 07, 09 e 16 de outubro, em virtude de estar representando esta Casa de Leis, em diversos compromissos na condição de Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus elevados préstimos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) RIBAS CARLI FILHO

OFÍCIO Nº 269/08

Curitiba, em 17/12/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que trata da criação das 58ª e 59ª Seções Judiciárias, com sede, respectivamente, nas comarcas de Porecatu e Guaratuba, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em anexo envio a documentação pertinente à matéria relacionada à Lei Complementar nº 101/00.

Ao ensejo apresento a V. Exa. minhas elevadas expressões de consideração e apreço.

(a) ANTONIO LOPES DE NORONHA

Presidente em exercício do Tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criada a comarca de Santa Fé, de entrância inicial, integrada pelos municípios de Santa Fé, Flórida, Ângulo, Munhoz da Rocha, Nossa Senhora das Graças e Lobato, juntamente com seus respectivos distritos, alterando-se os Anexos I, II, tabela 2, III, tabela 2, IV, V, VII e IX, tabela 1, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º Os municípios de Santa Fé, Flórida, Ângulo e Munhoz de Mello, são desmembrados da comarca de Astorga, de entrância intermediária.

§ 2º Os municípios de Nossa Senhora das Graças e Lobato são desmembrados da comarca de Colorado, de entrância intermediária.

§ 3º A comarca de Astorga, de entrância intermediária, fica integrada pelos municípios de Astorga (Içara e Tupinambá, município de Astorga) e Iguaçu.

§ 4º A comarca de Colorado, de entrância intermediária, fica integrada pelos municípios de Colorado (Alto Alegre, município de Colorado), Santo Inácio, Santa Inês e Itaguajé.

Art. 2º Fica criada a 58ª Seção Judiciária com sede na comarca de Porecatu, de entrância intermediária, integrada pela sede e pelas comarcas de entrância inicial de Centenário do Sul, Jaguapitã e Santa Fé, alterando o anexo II, tabela 2, da lei referida no artigo 1º.

§ 1º A 22ª Sessão Judiciária fica integrada pela sede, comarca de Cambé e pela comarca de Rolândia.

Art. 3º Fica criada a 59ª Seção Judiciária com sede na comarca de Guaratuba, de entrância intermediária, integrada pela sede e pela comarca de entrância intermediária de Matinhos, alterando o anexo II, tabela 2, da lei referida no artigo 1º.

Parágrafo Único. A 41ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, comarca de Paranaguá, de entrância intermediária, e pelas comarcas de entrância inicial de Antonina e Morretes.

Art. 4º Fica a comarca de Quedas do Iguaçu, de entrância inicial, elevada para entrância intermediária, desmembrando o Juízo Único em 2 (duas) Varas distintas nos termos do artigo 225, inciso II, da lei mencionada no artigo 1º.

Art. 5º O artigo 263 e o artigo 264 da Lei Estadual nº 14277/03, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I -

(...)

XXV - na comarca de Quedas do Iguaçu:

a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial; e

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

Art. 264. Ficam elevadas à entrância final a comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá, Chopinzinho, Matelândia e Quedas do Iguaçu.”

Art. 6º Fica transferido 1 (um) cargo de Juiz Substituto da comarca de Cambé para a comarca de Porecatu, em razão da criação da 58ª Seção Judiciária, alterando o anexo V da lei referida no artigo 1º.

Art. 7º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz Substituto, de provimento efetivo, para a 59ª Seção Judiciária, com sede na comarca de Guaratuba, alterando os Anexos V, e IX, tabela 1, da lei citada no artigo 1º.

Art. 8º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a comarca de Santa Fé, de entrância inicial, alterando os Anexos V, e IX, tabela 1, da lei referida no artigo 1º.

Art. 9º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a comarca de Quedas do Iguaçu, de entrância intermediária, alterando os Anexos V e IX, tabela 1, da Lei mencionada no artigo 1º.

Art. 10. Fica o município de Alto Paraíso desmembrado da comarca de Icaraíma, passando a integrar a comarca de Xambrê, alterando o anexo III, tabela 2, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Parágrafo Único. Fica alterado o anexo IV da Lei referida no *caput* deste artigo, incorporando o Serviço de Alto Paraíso à comarca de Xambrê.

Art. 11. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei, oriundo dos Protocolos nºs 123.438/2007-CPJE e 342.182/2008-CPJE, altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com a criação de comarca e de Seções Judiciárias, desmembramento de Juízo Único e elevação de entrância.

Propõe a criação da comarca de entrância inicial de Santa Fé, e que terá, aproximadamente, 27 mil e 700 (vinte e sete mil e setecentos) habitantes composto pelos municípios de: a) Ângulo com 2 mil e 890 habitantes; b) Flórida com 2 mil e 528 habitantes, e c) Munhoz de Mello com 3 mil e 688 habitantes, transferidos de Astorga e d) Lobato com 4 mil e 377 habitantes e e) Nossa Senhora das Graças com 4 mil e 038 habitantes, transferidos estes dois últimos da comarca de entrância intermediária de Colorado; juntamente com seus distritos. A criação da nova comarca de Santa Fé altera os Anexos I, II, tabela 2, III, tabela 2, IV, V, VIII, IX, tabela 1, da lei estadual supracitada, obedecendo aos princípios elencados no artigo 37 da Constituição Federal, bem como ao princípio da celeridade na prestação jurisdicional.

Cria-se uma nova Seção Judiciária, a 58ª, com aproximadamente 94 mil habitantes, composta pelas comarcas de: a) Porecatu (sede) com 31 mil habitantes, de entrância intermediária; b) Centenário do Sul com 18 mil habitantes, de entrância inicial; c) Jaguapitã com 18 mil habitantes, de entrância inicial e d) Santa Fé com 27 mil habitantes, de entrância inicial, tornando ainda mais viável o acesso à Justiça para os jurisdicionados da região, sendo necessária a alteração do anexo II, tabela 2, da Lei Estadual nº 14277/03.

Será transferido um Juiz Substituto da comarca de Cambé para a nova seção com sede na comarca de Porecatu.

Ainda, com a criação de mais uma nova Seção Judiciária, no caso a 59ª, composta pelas comarcas de Guaratuba (sede) e Matinhos, de entrância intermediária, a serem excluídas da 41ª Seção Judiciária, de Paranaguá (sede), de entrância intermediária, que continuará composta também pelas comarcas de Antonina e Morretes, de entrância inicial, ocasionará uma melhora geográfica na composição da 41ª Seção Judiciária, composta atualmente por Paranaguá (sede), e as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, Antonina e Morretes. Em consequência, teremos uma redução considerável no volume de serviço nela existente, proporcionando um melhor atendimento às comarcas de Guaratuba e Matinhos, com a criação de um cargo de Juiz Substituto.

Considera-se recomendável a elevação da comarca de entrância inicial de Quedas do Iguaçu com 35 mil e 291 habitantes, para entrância intermediária e a criação de mais uma Vara, vez que de Juízo Único, será desmembrado em duas Varas distintas, uma Vara Cível e Anexos e uma Vara Criminal e Anexos, tendo em vista o volume de serviços gerados pelos inúmeros assentamentos existentes nessa região.

Propõe-se que o município de Alto Paraíso seja desmembrado da comarca de Icaraíma e incorporado à comarca de Xambrê, alterando o anexo III, tabela 2, da referida Lei Estadual nº 14277/03, bem como, o anexo IV da mesma lei, em que no Foro Extrajudicial, o serviço distrital de Alto Paraíso é incorporado à comarca de Xambrê. Contudo não haverá alteração da composição da 50ª Seção Judiciária, com sede na comarca de Umuarama, de entrância intermediária, a qual continuará composta pelas comarcas de entrância inicial de Alto Piquiri, Xambrê, Pérola e Icaraíma.

Por seu turno, em Sessão Ordinária realizada no dia 13/06/08, o egrégio Órgão Especial, por unanimidade de votos, acatou a proposta da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias no sentido da manutenção da comarca de Xambrê, composta pelo município de Xambrê e Alto Paraíso, mediante o desmembramento do município de Alto Paraíso da comarca de Icaraíma.

Ressalta-se que, as demais proposições expostas (Protocolado sob nº 342182/08-CPJE), constantes do presente anteprojeto de lei, foram aprovadas na Sessão Extraordinária da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do dia 16/12/08, bem como em Sessão Plenária Extraordinária realizada em 17/12/08, pelo egrégio Órgão Especial, deste Tribunal de Justiça.

O impacto orçamentário-financeiro do presente anteprojeto de lei importa em um total de R\$ 927.828,00, correspondendo à criação da comarca de entrância inicial de Santa Fé, terá um custo anual de R\$ 384.439,00, à criação da 59ª Sessão Judiciária, com sede na comarca de Guaratuba, que terá 1(um) cargo de Juiz Substituto com o custo anual de R\$ 198.265,00, e correspondendo à criação de cargos de provimento efetivo para a elevação da comarca de Quedas do Iguaçu, para entrância intermediária, teremos um custo anual de R\$ 345.124,00.

As mencionadas despesas correrão à conta da dotação orçamentária 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça.

OFÍCIO Nº 270/08-GP

Curitiba, 17/12/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que trata da criação da 57ª Seção Judiciária com sede na comarca de Rio Branco do Sul e reclassificação das comarcas de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em anexo envio a documentação pertinente à matéria relacionada à Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) ANTONIO LOPES DE NORONHA

Presidente em exercício do Tribunal de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Foro Regional de Bocaiúva do Sul excluído da comarca da região metropolitana de Curitiba e reclassificado em Comarca de Bocaiúva do Sul, de entrância inicial.

Art. 2º Fica o Foro Regional de Rio Branco do Sul excluído da comarca da região metropolitana de Curitiba e reclassificado em comarca de Rio Branco do Sul, de entrância intermediária.

Art. 3º O artigo 236 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 236...

...

IV - Foro Regional de Bocaiúva do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Adrianópolis e Tunas do Paraná (municípios do mesmo nome) e Marques de Abrantes (município de Tunas do Paraná), reclassificado em comarca de entrância inicial.

XI - Foro Regional de Rio Branco do Sul, compreendendo a sede e o distrito Judiciário de Itaperuçu (município do mesmo nome), reclassificado em comarca de entrância intermediária.

...”

Art. 4º Fica criada a 57ª Seção Judiciária com sede na comarca de Rio Branco do Sul, integrada pela sede e pelas comarcas de Bocaiúva do Sul e de Cerro Azul.

Art. 5º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz Substituto, de provimento efetivo, para a comarca de Rio Branco do Sul.

Art. 6º A 53ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, comarca da Lapa, de entrância intermediária, e pelas comarcas de São Mateus do Sul e de Rio Negro, de entrância intermediária, e pela comarca de São João do Triunfo, de entrância inicial.

Art. 7º Em decorrência das reclassificações de entrância estabelecidas nos artigos 1º e 2º, da criação da 58ª Seção Judiciária e da criação de 1 (um) cargo de Juiz Substituto estipuladas nos artigos 4º e 5º, respectivamente, ficam alterados os Anexos I, II, Tabelas 1 e 2, IV, V, VI, Tabelas 1, 3 e 4, VII e IX, Tabelas 1, 2, 4, 5, e 8 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Justiça.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 ou seja do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ), prevê, expressamente em seus artigos 216, seguintes, incisos, parágrafos e alíneas, os requisitos necessários e suficientes para criação e instalação e obviamente manutenção de comarcas no estado do Paraná.

Depreende-se pois, pela Correição-Geral Ordinária realizada em 22/11/06, Protocolo nº 2006.225463-9/0, pela douta Corregedoria Geral, da Justiça do Estado, no Fórum da comarca de Bocaiúva do Sul, integrante da comarca da região metropolitana de Curitiba, que a mesma não cumpre, não preenche os requisitos legais previstos na legislação supracitada; para se adequar como comarca de entrância final ou melhor como comarca integrante da região metropolitana de Curitiba.

Com a reclassificação da comarca de Bocaiúva do Sul, de Entrância Final para a de Entrância Inicial, não haveria alteração nos limites territoriais da mesma, mantendo-se no Foro Judicial o Juízo Único e o Juizado Especial Cível e Criminal, bem como o Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público além dos serviços do Foro Extrajudicial com o Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de Protesto de Títulos, o Serviço de Registro de Imóveis, o Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, acumulando, precariamente, e o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas. Ainda, o Serviço Distrital do município da própria Bocaiúva do Sul, de Adrianópolis, de Tunas do Paraná e do Serviço Distrital não do município de Marquês de Abrantes (município de Tunas do Paraná), permanecem inalterados.

Outrossim, na reclassificação da comarca de Rio Branco do Sul, de Entrância Final para a de Entrância Intermediária, saindo da 1ª Seção Judiciária da Comarca da região metropolitana de Curitiba, também não haverá

alteração nos limites territoriais, ou seja, mantendo-se o Foro Judicial e no Foro Extrajudicial, a mesma composição já definida pela mencionada Lei Estadual nº 14277/03, em seu anexo IV.

A criação da 57ª Seção Judiciária, com sede na comarca de Rio Branco do Sul, de Entrância Intermediária, possibilitará uma melhor distribuição da justiça e demandará a criação de 1 (um) cargo de Juiz Substituto. Será integrada ainda, pelas comarcas de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul, esta última, transferida da 53ª Seção Judiciária com sede na Lapa, para 57ª Seção Judiciária.

Tal anteprojeto de lei, foi aprovado por unanimidade de votos, não só pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias em data de 16/12/08, como também pelo colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça em Sessão Extraordinária do dia 16/12/08.

O impacto orçamentário-financeiro correspondente à criação de 1 (um) cargo de Juiz Substituto importa em um custo anual de R\$ 198.265,00 que correrá à conta da dotação orçamentária 3.1.90.11.01 - Subsídios-Magistratura, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça para o exercício de 2009.

Mensagem

MENSAGEM Nº 045/08

Curitiba, em 17/12/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual, por intermédio da Paraná Turismo, a fazer a Concessão de Direito Real de Uso, a título precário e gratuito, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PR, do imóvel constituído pelo Lote nº 01 (um), da quadra nº 15 (quinze), situado na Zona "D", da cidade, município e comarca de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, com área de 5.038,35m2 (cinco mil, trinta e oito metros quadrados e trinta e cinco centésimos), contendo como benfeitorias um antigo Hotel Cassino, com dois pavimentos, construídos em alvenaria, no perímetro urbano, conforme consta da Matrícula nº 35840, do Registro de Imóveis da comarca de Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

A presente proposta consulta aos interesses da Administração e da Comunidade eis que, naquele local, será implantado o Centro de Educação Profissional de Foz do Iguaçu, voltado à qualificação profissional de trabalhadores do Paraná.

Pretende-se, naquele espaço, criar ambientes pedagógicos para as áreas de hotelaria, saúde, beleza, informática, turismo, comércio e gestão empresarial, assim como o restante-escola para o desenvolvimento de curso na área de gastronomia.

A conjugação de esforço entre o estado do Paraná e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PR, garantirá aos trabalhadores, local apropriado

para a busca de qualificações, assim como a certificação do aprendizado.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, por intermediário da Paraná Turismo, autorizado a fazer a Concessão de Direito Real de Uso, a título precário e gratuito, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PR, do imóvel constituído pelo Lote nº 01 (um), da quadra nº 15 (quinze), situado na Zona "D", da cidade, município e comarca de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, com área de 5.038,35 m² (cinco mil, trinta e oito metros quadrados e trinta e cinco centésimos), contendo como benfeitorias um antigo hotel cassino, com dois pavimentos, construídos em alvenaria, no perímetro urbano, conforme consta a Matrícula nº 35840, do Registro de Imóveis da comarca de Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º será destinado à implantação de um Centro de Educação Profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PR, atendendo ao contido no Termo de Convênio nº 009/07-SEOP.

Parágrafo Único. O não atendimento a quaisquer das condições previstas nesta lei implicará a extinção da condição da concessão, sem que caiba à cessionária qualquer direito à indenização por benfeitorias ou edificações realizadas no imóvel do estado do Paraná.

Art. 3º A Concessão do Direito Real do Uso terá duração de 30 (trinta) anos, ficando a entidade cessionária com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 595/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Papa João Paulo I no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Papa João Paulo I no município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 810 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 596/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para Escola Estadual Professora Rosa F. Johnson no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para Escola Estadual Professora Rosa Johnson no município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 800 alunos e não dispõe de estrutura adequada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 597/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma

quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Dom João Bosco no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Dom João Bosco no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 650 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 598/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Rui Barbosa no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Rui Barbosa no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 450 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 599/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 1.152 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO Nº 600/08

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de São Jorge do Oeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de São Jorge do Oeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de São Jorge do Oeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER preferência na votação das emendas de minha autoria, do Projeto de Lei nº 402/08.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER preferência na votação das emendas de minha autoria, do Projeto de Lei nº 470/08.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 3996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação das Emendas nºs 36, 37, 38, 41,42 e 43, do Projeto de Lei nº 402/08, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação da Emenda nº 03, do Projeto de Lei nº 402/08, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 4009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER preferência na votação das Emendas de nº 04 e nº 05, ao Projeto de Lei nº 470/08, que obtiveram o apoio dos Deputados Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 4018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER preferência na votação das Emendas de nº 04 e nº 05, ao Projeto de Lei nº 402/08, que obtiveram o apoio dos Deputados Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 4033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER preferência de discussão e votação para o item 16 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoio:

Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 4010

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação das Emendas nºs 32 e 35 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO, RENI PEREIRA, ELIO RUSCH E VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 4011

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 44 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO, E ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4012

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 31 de Plenário.

rio apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4013

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 29 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4014

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 05, 07 e 27 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4015

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 26 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4016

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 30 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO, E ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4017

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 28 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4023

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 34 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4025

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUE-REM destaque para a votação da Emenda nº 24 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 402/08, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4019

Senhor Presidente:

Os Deputados que subscrevem o presente requerimento pedem que seja dado destaque e, portanto, votado em separado, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 170, do Regimento Interno da Casa, as Emendas nºs 21, 22 e 23, do Projeto de Lei nº 402/08.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, LUCIANA
RAFAGNIN, ELTON WELTER, PROFESSOR
LUIZÃO, TADEU VENERI E PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 4032

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para a discussão e votação da Emenda

nº 03, ao Projeto de Lei nº 470/08, item 02 da presente na Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 4028

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, a prorrogação da Sessão Plenária do dia 17 de dezembro do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 4030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, a prorrogação da Sessão Plenária do dia 17 de dezembro do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 4031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, a prorrogação da Sessão Plenária do dia 17 de dezembro do corrente, em duas horas.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3966

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das emendas de Plenário constantes do Projeto de Lei nº 402/08, que receberam parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 4029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Emendas de Ple-

nário nºs 06, 08, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 46, 47 e 48, ao Projeto de Lei nº 402/08, Item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 4024

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 380/08, item 13 da Ordem do Dia desta data, por (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ALEXANDRE CURI
CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 02, 10, 11, 18 e 25 de junho de 2008.

02/06/08 - Visita a programas de segurança do Governo de São Paulo.

10 e 11/06/08 - Reunião com dirigentes partidários em Brasília.

18/06/08 - Visita a programas voltados ao meio ambiente no estado de São Paulo.

25/06/08 - Evento com pré-candidatos a Vereador da sigla DEM.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 3970

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 4007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelos falecimentos dos Srs. Pedro Luiz de Souza, Valdemar Cândido Alves e Luiz Caetano Alves, funcionários do DER/Regional de Maringá, ocorridos em acidente automobilístico na última segunda-feira, 15 de dezembro, em Maringá.

Requer, também, voto de pronto restabelecimento do servidor Luiz Antonio do Nascimento, que se encontra hospitalizado.

Requer, outrossim, que após a decisão da Casa, seja dada ciência às famílias enlutadas e à família de Luiz Antonio do Nascimento.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 3965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de congratulações à Senadora Katia Abreu do Tocantins, pela posse frente à Presidência da Confederação Nacional de Agricultura - CNA.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado para a posteridade na ata da Sessão Plenária de hoje seja consignado, votos de congratulações e aplausos ao Sr. Jefferson Nogaroli pela sua eleição como Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE (Paraná), ao mesmo tempo saudamos também o ex-Presidente Dr. Darci Piana.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dada ciência ao Sr. Jefferson Nogaroli e ao Sr. Darci Piana.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós, satisfação muito agradável, nesta hora, para efetivar congratulações ao empresário Jefferson Nogaroli, que foi eleito e tomou posse como novo Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE (Paraná). Na hora em que a população paranaense também fica orgulhosa em que por certo, virá aumentar as condições de riqueza e de conforto do povo dessa terra.

A maior ou menor intensidade de um povo é o índice seguro de seu progresso.

Os povos que não possuem essa alavanca propulsora de riqueza permanecerão eternos caudatários dos

estados que não dispõe de gente competente como aqui no estado do Paraná.

Eis porque muito temos que louvar o ex-Presidente do SEBRAE, Sr. Darci Piana o atual Sr. Jefferson Nogaroli.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez e irá fazer pelo SEBRAE do Paraná.

Nesta quadra histórica em que o mundo atravessa um processo de globalização nas relações econômicas e sociais, reveste-se de grande significado, por genuíno entusiasmo, podem e poderão passarem por propostas concretas que solidificando seus laços de trabalhos para enfrentarem os inúmeros desafios que terão pela frente os Diretores do SEBRAE paranaense.

Saúdo-vos mais uma vez, Sr. Darci Piana e Jefferson Nogaroli, um exemplo a ser seguido pelas gerações vindouras.

REQUERIMENTO Nº 3980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com registro de menção honrosa ao jornalista Antonio Roberto de Paula, pela edição e direção do videodocumentário “As Lentes de Kenji”, em solenidade na Câmara de Vereadores de Maringá.

A produção que integra o calendário de eventos do Imin 100, narra a história do fotógrafo maringaense Kenji Ueta.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao jornalista Antonio Roberto de Paula.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3981

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, contidas nos artigos 128 e 131, inciso III, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações, com o registro de menção honrosa ao Sr. Jefferson Nogaroli, pela sua posse como Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE - Paraná. Nogaroli foi eleito por aclamação no último dia 25/11 para o biênio 2009/2010.

O empresário maringaense é dono da rede de Supermercados São Francisco. O SEBRAE possui um excelente corpo técnico para assessorar as entidades do Poder Público e Privado que necessitam do SEBRAE.

Justifica-se, portanto, a menção honrosa ao Jefferson Nogaroli.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3973

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao professor Dr. Zaki Akel Sobrinho, Reitor eleito da UFPR, para gestão 2008/2012.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

No último dia 10/09, foi eleito Reitor durante processo de votação do qual participaram mais de 10 mil estudantes, professores e servidores técnico-administrativos. O professor Zaki Akel Sobrinho obteve 58% dos votos válidos.

Formação: Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Paraná (1976-1979), Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (2000).

Atuação na Graduação: É professor do Departamento de Administração Geral e Aplicada da UFPR desde 1984, tendo lecionado as disciplinas de Técnica de Organização do Trabalho, Introdução à Administração de Marketing, Administração e Marketing e Tópicos de Especialização em Marketing.

Atuação na Pós-Graduação: É professor orientador do Programa de Pós-Graduação em Administração nos níveis de mestrado e doutorado, onde também leciona as disciplinas de Marketing Contemporâneo e Estratégico de Marketing.

Cargos Administrativos na UFPR: Coordenador do Curso de Administração (1989-1991). Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas (1991-1995). Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças (2002-2006), mesma época em que participou e presidiu várias comissões por indicação dos Conselhos Superiores. Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas (2006-2010).

Cargos de Representação Institucional: é membro titular do Conselho de Administração e Planejamento - COPLAD e do Conselho Universitário - COUN da UFPR desde julho de 2002.

Produção Acadêmica: É autor e co-autor de capítulos de livros e de diversos artigos acadêmicos publicados em periódicos e Congressos Acadêmicos nacionais e internacionais da área. Integra e coordena grupo de pesquisa na área de Marketing: Comportamento do Consumidor e Estratégias de Relacionamento de Marketing.

Atividades Atuais: É professor Associado I do Departamento de Administração Geral e Aplicada da UFPR e ocupa o cargo de Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, atualmente no segundo mandato eletivo (1991-1995 e 2006-2010).

REQUERIMENTO Nº 3987

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e

congratulações ao Sr. Luis Ernesto.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luis Ernesto, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3988

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Luizão Stellfeld.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luizão Stellfeld, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3989

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Manasses Oliveira.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Manasses Oliveira, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3990

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Nely Almeida.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Nely Almeida, que encerra seu mandato como Vereadora do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3991

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pastor Gilso de Freitas.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pastor Gilso de Freitas, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3992

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Salamuni.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Salamuni, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3993

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Roseli Isidoro.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Roseli Isidoro, que encerra seu mandato como Vereadora do município de

Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3994

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Sérgio Ribeiro.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sérgio Ribeiro, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3998

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Roberto Sandoval.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Roberto Sandoval, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 4000

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Custódio da Silva.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Custódio da Silva, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião

diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 4001

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Angelo Batista.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Angelo Batista, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 4002

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Élcio Pereira.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Élcio Pereira, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 4003

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Elias Vidal.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Elias Vidal, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à

comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 4004

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Geraldo Bobato.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Geraldo Bobato, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 4005

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jorge Bernardi.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jorge Bernardi, que encerra seu mandato como Vereador do município de Curitiba, tendo realizado um excelente trabalho na Câmara Municipal, elaborando leis, fiscalizando e julgando as contas do Executivo, emitindo sua opinião diante da inviolabilidade de seus pensamentos e legislando sobre assuntos de interesse local, pelos relevantes serviços prestados à comunidade e pelo seu respeito e dedicação à democracia.

REQUERIMENTO Nº 3999

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Gabriel Jorge Samaha.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Gabriel Jorge Samaha, Prefeito reeleito do município de Piraquara, que foi diplomado para um novo mandato devido ao reconhecimento da população; elegeu-se novamente Prefeito, com um forte trabalho social e uma excelente administração, o Gabão como é conhecido, iniciou sua carreira política no movimento estudantil, tendo sido por duas vezes Vereador do município de Piraquara, comerciante tradicional da região, é formado em História pela Universidade Federal do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3984

Senhor Presidente:

A Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, por seus Deputados membros adiante assinados, requer a essa douta Mesa Executiva envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, para que determine ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e a Sanepar, que promovam coleta e análise da água do rio Tibagi, na região do Salto dos Alemães, município de Ortigueira, bem como nos pontos de captação de água para abastecimento de Londrina e Cambé.

A análise solicitada deverá buscar a presença de metais pesados, uma vez que o Instituto de Biociências - Centro de Assistência Toxicológica da UNESP (Universidade Estadual Paulista), campus de Botucatu encontrou metais pesados na região mencionada. Este respeitado centro de pesquisa e ensino superior coletou espécimes de peixes do rio Tibagi, na região do Salto dos Alemães, e comprovou a presença dos metais pesados cádmio, cobre e mercúrio em concentrações superiores ao limite máximo permitido pela ANVISA.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA, ROSANE FERREIRA, CLEITON KIELSE, ELTON WELTER, LUIZ FERNANDES LITRO, OSMAR BERTOLDI E RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 4008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER registro nos Anais do artigo intitulado "Vivência Pessoal do AI-5", de autoria do ex-Deputado Léo de Almeida Neves, pelo qual relata importantes momentos vividos por ele no período em passou a vigorar o Ato Institucional nº 5, decretado pelo Governo ditatorial, no ano de 1968.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) EDGAR BUENO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 552/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a APNEFRG - Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Fazenda Rio Grande, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

APNEFRG - Associação dos Portadores de Necessidades Especiais de Fazenda Rio Grande, é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltado exclusivamente para prestação de serviços para promover e fomentar o desenvolvimento social e humano, instituir e coordenar projetos de assistência e reabilitação social e cultural aos portadores de necessidades especiais, proporcionando atividades recreativas e desportivas e seus associados e comunidade em geral, que está regularmente constituída de acordo com a legislação brasileira.

Além de proporcionar o fomento ao desenvolvimento social para reabilitação e inclusão humana, as quais são algumas das prerrogativas estatutárias, a fim de obter recursos necessários à consecução de seus objetivos, poderão ser desenvolvidas atividades além das aqui previstas.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e, para que seja cada vez mais ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 553/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Amigos, Comerciantes e Moradores da Região Central do Santa Cândida, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade principal, promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos comerciantes e moradores da região do Santa Cândida, em Curitiba-PR.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição com a documentação pertinente em anexo.

PROJETO DE LEI Nº 554/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O valor gasto com o pagamento das tarifas de pedágios no Paraná deve ser revertido em descontos

no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Parágrafo Único. Para receber o desconto correspondente ao valor gasto nas praças de pedágio, o contribuinte deverá apresentar no ato do pagamento do imposto os recibos emitidos pelas concessionárias.

Art. 2º Os percentuais de crédito incidentes sobre os valores pagos a pedágios para o fim de desconto no IPVA deverá observar os seguintes limites máximos:

- I - 20% de desconto para pessoas físicas;
- II - 10% de desconto para pessoas jurídicas.

Art. 3º Os recibos para a comprovação do pagamento do pedágio que visam os descontos no IPVA deverão ser de no máximo um ano anterior a data do pagamento do imposto.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Este projeto tem como objetivo abater do valor gasto nos pedágios em forma de desconto no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor - IPVA.

O pagamento do IPVA é uma obrigação e não uma faculdade e o cidadão ao honrar seu pagamento pode ser beneficiado com este desconto uma vez que paga pedágios. Seria uma forma de abater a duplicidade de pagamento de impostos uma vez que é obrigação do estado oferecer aos cidadãos condições de transportes favoráveis.

Para o contribuinte crescem cada vez mais as despesas com o pagamento de pedágios, sejam em viagens comerciais ou de lazer, nada mais justo do que proporcionar o abatimento desses valores gastos na ação de pagamento de pedágios no momento do pagamento do IPVA.

Os valores de descontos de até 10% para pessoas jurídicas e até 20% para pessoas físicas justificam-se pelo fato de que o desconto de forma integral seria totalmente inviável para o estado e o objetivo do projeto não é a extinção do pagamento do IPVA, mas sim tornar sua cobrança mais justa, já que o recolhimento desse imposto visa custear a manutenção das estradas.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação ao projeto de lei apresentado em benefício dos cidadãos paranaenses.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Jonas Guimarães.

Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Uso esta tribuna nesta última Sessão deste ano, o primeiro ano de mandato como Parlamentar, para dizer aos Srs. Parlamentares, ao povo do nosso Paraná, aos eleitores que confiaram o seu voto em mim, no meu primeiro ano de mandato como Deputado, quero neste momento agradecer a todos que contribuíram comigo neste ano, nos orientando. Principalmente os companheiros de bancada, os Deputados que já têm diversos mandatos, que têm bastante conhecimento desta Casa e de que forma temos que agir.

Por isso, não poderia deixar, neste último dia de Sessão Plenária, de agradecer primeiramente ao Sr. Presidente Nelson Justus, aos demais componentes da Mesa, aos nossos companheiros Deputados e Deputadas, a todos os servidores desta Casa, aos funcionários e funcionárias que conviveram conosco durante este ano.

Aqui aprendi muito com os debates que foram feitos pelas lideranças de partido, pelos Srs. e Sras. Deputadas, para estarmos então votando os projetos tanto no Poder Executivo, como também os projetos dos Srs. Parlamentares. Quero agradecer àquele que também votaram a favor dos meus projetos, que todos trabalhamos com o objetivo de crescimento e do desenvolvimento do nosso querido estado do Paraná. Quero aqui agradecer mais uma vez a todos, e aproveito esta oportunidade para desejar aos nossos companheiros Parlamentares e companheiras, a todos os paranaenses que neste momento estão nos assistindo pela TV SINAL, um feliz Natal e próspero Ano Novo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente.

Estou nesta tribuna primeiro para fazer um elogio ao senhor, pelo trabalho muito bonito que o senhor fez com todos os funcionários desta Casa, lembrando o valor de cada um desses funcionários em suas funções. Hoje, o senhor fez uma demonstração de uma pessoa humana que é o nosso Presidente Nelson Justus, junto com a Mesa Diretiva, 1º Secretário Alexandre Curi, a participação da Deputada Cida Borghetti, do Deputado Luiz Nishimori, um trabalho muito bonito, porque os funcionários ficaram muito felizes por serem reconhecidos de público hoje, através da TV SINAL, por um trabalho que eles fazem aqui junto a cada um dos Deputados.

Sr. Presidente, estive vendo uma reportagem, ontem, sobre o Hospital de Clínicas de Curitiba, quando diziam que muitas pessoas perdem a vida por falta de sangue. Será que não falta um pouquinho mais de informações? Será que não falta, a nossa classe, a classe médica, Dr. Cheida, nos expormos mais à população através de palestras, orientações, demonstrando a importância da doação de sangue, da doação de órgãos, dos transplantes, o quanto é importante? Será que não podemos fazer isso? Não é possível uma cidade do tamanho de Curitiba, da região metropolitana, uma enorme região, faltando sangue no Hospital de Clínicas. Acredito que faltam informações.

Primeiro, teve um paciente pedindo uma informação: “Dr. Batista, se eu doar sangue este ano, todo ano eu tenho que doar?”

Veja bem o capricho da pergunta, Dr. Cheida. Dei um pequeno exemplo para esse paciente: se você sofre um acidente, sofre um trauma, você tem uma grande hemorragia, alguém doa sangue para salvar a tua vida.

Puxa vida, será que todo ano, Deputado Nishimori, você vai ter que sofrer um acidente, ter um trauma muito grande e perder uma grande quantidade de sangue? Está explicado! Está dada a resposta! Se você faz uma doação de sangue num ano e não quer doar no outro ano, claro que você não precisa fazer doação, mas pedimos a você continue com essa gesto de carinho, amor e respeito ao ser humano. Doe sangue! Você ganha um check-up, ganha todos os exames, você ganha uma bateria de exames sabendo se você já tem uma patologia ou não, você ganha um presente. Salvando vida, você recebe um presente!

Recebi hoje um e-mail de um paciente de Maringá, de um bairro especial da nossa cidade, Jardim Alvorada, rua Maranhão nº 1237, Valdir B. Puchack. Esse paciente, Sr. Presidente, tive a satisfação de fazer uma grande cirurgia nele, com grande sucesso. Ele disse a mim: “Dr. Batista, sou evangélico, sou cristão, salvaram a minha vida doando sangue. Eu digo ao senhor que após a minha recuperação, todo o tempo de existência nesta terra, assim que eu puder eu vou doar sangue” Que gesto bonito! Mas é muito bom quando você salva o seu filho, o seu pai, o seu irmão. Por que é que você não doa para salvar os outros? Por que é que a grande Curitiba hoje não põe a mão na consciência? Vá até um Hospital de Clínicas de Curitiba o HC - vamos salvar vidas. Porque nós estamos lhe fazendo um pedido. Aí me questionaram por que é que o doador de sangue ele não tem o privilégio? “E disse o que a mão direita der, a esquerda não fique sabendo.”

Quero dizer a todos os curitibanos e região de Maringá, que façam doação de sangue, porque sabemos, Sr. Presidente a audiência que tem esse canal de televisão. Sabemos que a TV SINAL o quanto é assistida em Maringá e região.

Estou muito feliz aqui hoje, com a recuperação desse grande amigo e Parlamentar que é o Deputado

Jocelito Canto que ontem não esteve bem e hoje está recuperado, está inteiro. É um homem cem por cento, que não gosta de faltar às Sessões. Para ir para o hospital, ontem, Sr. Presidente, o Deputado Alexandre Curi teve até que assustá-lo e pedir para que os seguranças o levassem ao hospital. É um homem que realmente tem amor por essa Casa.

Sr. Presidente, quero desejar a todos os paranaenses um Feliz Natal, um Ano Novo cheio de paz, que nós Deputados e aqueles que vão assumir as Prefeituras e os que ficarão estaremos sempre juntos para um Paraná cada dia melhor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Edgar Bueno.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Gostaria de declarar aqui Sr. Presidente, que hoje é o meu último dia desta legislatura aqui na Assembléia Legislativa. Vou lhe encaminhar um ofício onde oficializo a minha retirada, para que eu possa estar apto para assumir no dia 1º de janeiro de 2009, a honrosa função de dirigir o município de Cascavel como Prefeito.

Sr. Presidente, é importante dizer que nesse tempo de convivência aqui aprendi muito. Relacionei-me muito. Levo para Cascavel a escola que ensina tantas pessoas aqui. Tivemos uma convivência pacífica. Tivemos uma convivência aonde o intuito e a vontade de todos era servir a população.

Assim agimos, além de agradecer a todos os Deputados, e Deputadas, agradecer a todos os funcionários dessa Casa que me trataram tão bem durante esse tempo.

Quero fazer uma menção ao nosso Líder do PDT - Deputado Luiz Carlos Martins, à nossa bancada, Geraldo Cartário, futuramente, a partir de hoje ou na semana que vem o Fernando Scanavaca e o Augustinho Zucchi, tenho certeza que eles continuarão honrando a nossa sigla, o PDT, trabalhando pelo bem-estar de uma conquista e uma vida melhor ao povo paranaense.

É para mim gratificante dizer que fiz parte da Assembléia Legislativa. Tiramos grandes discussões, grandes embates, grandes debates, mas todos eles tinham o seu objetivo era preservar as instituições do estado do Paraná, era elaborar discutir e aprovar leis, que viessem de encontro aos objetivos deste grande povo paranaense.

Despeço-me de V. Exas. com uma certa melancolia. Mas, também gostaria de dizer a todos que a missão de ser Prefeito de uma cidade de 300 mil habitantes, como é o caso de Cascavel, é tão nobre quanto ser Deputado. Temos um compromisso com o povo de Cascavel. Modernizar a Administração Pública, fazer com que a Administração Pública possa ser mais ágil, fazer da Administração Pública um instrumento de confiança da

população. Este é o nosso compromisso. E muitos me questionavam, em Cascavel: “Porque deixar a Assembléia Legislativa quando na verdade Cascavel só tem um representante na Assembléia? Um único Deputado.”

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Pois bem. No nosso arco de alianças, conseguimos o compromisso de 16 Deputados. Dezesesseis grandes e brilhantes Deputados que vão defender as causas de Cascavel. Além destes 16, graças a Deus, eu gozo da amizade de todos os Parlamentares. E quando tivermos alguns pleitos que interessam ao povo de Cascavel, não tenham dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, que estarei aqui, batendo às portas da Assembléia Legislativa, para que eles possam nos ajudar nos nossos pleitos. Afinal de contas, o Deputado Nelson Justus é o Deputado de todos os paranaenses.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Em 1º lugar, quero lhe dar os parabéns. A mesma emoção que o senhor sente, hoje, já senti também alguns anos atrás, quando me elegi Prefeito de Ponta Grossa. Sei que é um momento muito bonito da vida de um candidato eleito Prefeito de uma cidade, principalmente uma cidade da importância de Cascavel. Quero parabenizá-lo pela eleição, pude assistir seu desempenho. Meu irmão era candidato de Cascavel, o senhor o conhece, é Vereador, foi Presidente do PT, e sei da campanha que o senhor fez, sua experiência, o carinho que o povo de Cascavel lhe dedica. Tenho certeza que o senhor, como Prefeito, também será uma espécie de Deputado de Cascavel. Pelo amplo relacionamento que o senhor tem, não só com esta Casa, os Deputados que o respeitam e admiram, mas também com o Governador do Paraná, o senhor será um excepcional Prefeito.

O senhor sabe que eu tive em Cascavel mil e poucos votos, da base do Aderbal, que é Vereador de cinco mandatos lá, tenho também um carinho muito particular por Cascavel. Até comento quando passou por lá, a região oeste é a região do Paraná onde o Brasil se encontra, porque é fruto de uma migração que vem do norte, que vem do sul, que compõe a região oeste, esta belíssima região do Paraná.

Portanto, me coloco, com os demais Deputados, tenho certeza, à sua disposição, para ajudar no que for necessário a esta cidade tão bela e tão importante para a história do nosso estado, cumprimento sua eleição e desejo ao senhor e a toda sua equipe, um excelente mandato.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Antes de passar ao próximo aparte, gostaria de dizer que este número expressivo de Deputados que firmaram compromisso com o povo de Cascavel fez com que a população também tivesse a confiança em votar em

mim, porque sabia que estava transformando um Deputado da Assembléia Legislativa em 16. Um Deputado da Assembléia Legislativa em 16, um Deputado da Assembléia Legislativa em 54 Deputados. O povo tinha essa noção. E, felizmente, aquela cabeça brilhante e maravilhosa de um amigo meu, que compôs uma música que dentro do seu contexto tinha uma frase que dizia: “Minha vida é Cascavel”. Então, além da boa representatividade, que já tínhamos garantido aqui e também no Congresso Nacional, com os nossos Senadores e Deputados Federais, o povo sabe que é verdadeiro: a minha vida é Cascavel. E isso foi um fato que trouxe muita confiança. Essa música era um discurso, era uma resposta às críticas, era um elo de confiança entre este candidato e a população de Cascavel.

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Obrigada, Deputado Edgar Bueno.

V. Exa. sabe do profundo respeito e admiração que tenho pelo senhor. Quero aproveitar este aparte para agradecer o grande companheiro que o senhor foi nesses dois anos que passamos juntos e dividimos esta Casa, e sobretudo desejar ao senhor muito sucesso. Volte a Cascavel e faça a diferença na vida daquelas pessoas. Eles esperam muito do senhor e tenho absoluta certeza que o senhor vai corresponder. Sucesso e que o senhor esteja sob a iluminação e a proteção de Deus todo o tempo em que o senhor estiver no comando daquela cidade! E um dia, tenho certeza, o senhor voltará a esta Casa mais uma vez, até porque o Paraná precisa do senhor. Um abraço.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Deputada Rosane!

Concedo um aparte ao nosso Líder do PDT, Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Edgar Bueno, serei bastante breve, até porque existem vários apartes, visto que V. Exa. goza, nesta Casa, de grande respeito e consideração pelo homem honrado que é. Foi um prazer conviver com V. Exa. neste plenário e no nosso PDT. V. Exa. sempre foi uma voz firme, uma voz contundente em defesa principalmente dos injustiçados, em defesa daqueles que mais sofrem e em defesa da Educação integral. Cascavel ganha muito! A Assembléia não vai perder, porque o seu exemplo vai permanecer aqui entre nós e vem um outro companheiro. Que ele seja bem-vindo!

Então, foi um orgulho para todos nós. Que Deus te abençoe e te ilumine para uma grande administração na cidade de Cascavel! E não é fácil ganhar a eleição em Cascavel! V. Exa. sabe disso, porque aquele povo sabe o que quer.

Agora, para finalizar - sei que V. Exa. está emocionado - a democracia é assim, ela emociona, porque nós chegamos onde chegamos sempre através do voto. Isso

não tem dinheiro que pague, não tem nada. É por isso que a democracia emociona, alegre, e é por isso que temos que defendê-la sempre.

Parabéns!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado.

Concedo um aparte também ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Edgar Bueno, vou primeiro parabenizá-lo pelo mandato que V. Exa. fez nesse período em que ficou na Assembléia Legislativa. Já o conhecia pela imprensa, mas passei a admirá-lo quando passei a conhecê-lo pessoalmente aqui na Assembléia, e um dos valores que mais me chamou a atenção foi o valor que V. Exa. dá à sua família. Sempre que conversávamos, V. Exa. tocava nesse grande valor que é a sua família, a esposa e os filhos. E em nome da sua família quero dar os parabéns ao povo de Cascavel por ter escolhido V. Exa. para governar aquele município mais uma vez.

Desejo-lhe muito sucesso, que seja um excelente mandato, que o povo realmente consiga ser cada vez mais feliz. Conte conosco aqui na Assembléia Legislativa. Eu posso também dizer que tive o privilégio de ser um daqueles 16 Deputados, e palavra empenhada é palavra que será cumprida.

Parabéns.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Edgar Bueno, não é a primeira vez que V. Exa. prepara isso para esta Casa, e o Deputado Rossoni inteligentemente falou que não será a última. Nós sabemos que não será a última. V. Exa. vai, em nome do PDT, do nosso partido, levar a auto-afirmação à região do oeste, auto-afirmação de espírito democrático, de competência administrativa de um grande político.

O Senador Osmar Dias está feliz, porque é realmente o braço forte que o PDT vai ter através da sua liderança no oeste do estado.

Mas ainda, V. Exa. sai de uma Casa que a Constituição foi feita para ser parlamentarista, no entanto estamos sendo governados pelo sistema presidencialista, ou seja, aqui pouco pode ser feito, mas V. Exa. vai ocupar o cargo de presidencialista, de grande executivo, e vai mostrar que qualquer um dos Srs. Deputados aqui desta Casa, ao assumir um cargo desta envergadura, faríamos a diferença pela experiência desta Casa.

Felicidades ao senhor, à sua família e ao povo de Cascavel. Parabéns.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Edgar Bueno, quero me somar às manifestações de todos os Parlamentares, a V. Exa. e dizer aqui em alto e bom som que V. Exa. escreve e escreveu uma das mais belas histórias da vida político-administrativa do município de Cascavel. O conheço desde a época em que V. Exa. estava começando a sua vida empresarial em Cascavel, tocava a nossa querida Discolândia, onde o sudoeste, oeste do Paraná tinham na Discolândia, empresa de V. Exa., uma grande referência nos idos anos passados. E a partir daí V. Exa., com habilidade, inteligência, capacidade administrativa, dedicação, realmente fez da sua bagagem como empresários uma verdadeira história de gratidão e de amor por Cascavel, e por isso a sua afinidade, o seu vínculo com a cidade é muito forte, e é por essa razão que a nossa gente querida do oeste do Paraná, e de Cascavel especificamente, como gratidão por tudo aquilo que V. Exa. já prestou o seu município, lhe deu a oportunidade, de novo, de governar o município pela segunda vez.

Sei que Cascavel perderá aqui nesta Casa um grande Parlamentar, mas ganhará, e muito, como um novo Prefeito que haverá realmente de fazer uma extraordinária e brilhante administração, digna da altura da gente de Cascavel.

Sucesso a V. Exa., e a sua marca ficará, com certeza, registrada aqui neste Parlamento com um rastro de saudades de todos os Parlamentares.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Edgar Bueno, sou um grande admirador de V. Exa., um grande amigo, figura humanitária, competente, que já experimentou a administração de Cascavel como Prefeito, Cascavel prosperou bastante na gestão de V. Exa. Hoje Cascavel se consolida como uma das fortes economias do sul do país.

Parabéns ao povo de Cascavel com o retorno de V. Exa.

Que Deus ilumine V. Exa., sua família, sua equipe de trabalho. Aquele que se candidata a um cargo público é sempre movido pelo propósito de servir, do melhor jeito possível, a população que lhe deu os votos.

V. Exa. carrega no coração e na alma uma esperança, uma vontade, um sonho de continuar sendo aquele grande Prefeito de Cascavel.

Que Deus ilumine, porque a crise está rondando o Brasil. E a crise vai dificultar, em parte, o trabalho, a viabilização dos grandes projetos que V. Exa. tem planejado para seu povo. Que V. Exa., com essa garra que já o consagrou um grande líder no Paraná, seja muito feliz e abençoado pelo nosso Pai Celestial.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Belinati, V. Exa. tem sido um professor a todos nós, pois passa por momento de tensão por ter

ganho dignamente uma eleição bonita, pela vontade do povo, e hoje está impedido de assumir. Mas o que mais chama a atenção é a sua serenidade e tranquilidade. V. Exa. já experimentou este gosto de interromper o mandato e assumir outro mandato como este.

É importante lembrar que já experimentei a vitória e a derrota. Mas sempre Deus me deu força e sabedoria para poder administrar a derrota, pois são as horas mais difíceis da vida de um político.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Quero me somar aos demais Deputados desta Casa.

Quero lhe desejar muita boa-sorte. V. Exa. fez uma campanha memorável. Lembro-me de uma campanha sua em 1996, eu ainda era Prefeito de Londrina, fui a Cascavel lhe apoiar. V. Exa. consegue uma vez mais um feito notável de governar uma grande cidade como a nossa querida Cascavel.

Quero me colocar à disposição de V. Exa. para ajudá-lo nesses próximos anos em Cascavel.

Seja muito feliz na sua empreitada. Um abraço a todo aquele povo querido de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito agradecido, Deputado Cheida. V. Exa. é um exemplo para todos nós aqui, pela sua capacidade, pelo brilhantismo com que exerce seu cargo nesta Casa. Muito obrigado por tudo que tem feito por todos nós.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Deputado Edgar, quero lhe desejar a maior sorte, empenho. E você tem uma grande missão. Está na maior cidade do oeste do Paraná, que é Cascavel, que tem quase 300 mil habitantes, para liderar um processo de consolidação do ponto de vista do desenvolvimento regional. É uma das grandes missões que vejo num Prefeito moderno.

V. Exa. foi parceiro aqui quando foi criada a microrregião metropolitana de Cascavel. Acho que Cascavel, Toledo, que tem muitos funcionários públicos lá, muitos planejadores, técnicos especialistas, deveriam ser colocados à disposição dessa estrutura do estado para trabalharmos o que é estratégico para o conjunto do oeste do Paraná. Acho que esta missão poderia ser liderada por V. Exa. Quero me colocar à disposição e tenho certeza que seu mandato será coroado de êxito se buscarmos, em conjunto, independente de força política, pensarmos junto os projetos estratégicos para o oeste do Paraná. Até porque você está na maior cidade, tem quase essa responsabilidade de liderar, junto com outras instituições organizadas, esse processo de consolidar a infra-estrutura regional do oeste do Paraná.

Parabéns e boa-sorte!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Obrigado, Deputado Elton.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Permite um aparte Deputado?

(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou solicitar aos Srs. Deputados que, por gentileza, encerrem em um minuto, Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Vou finalizar, Sr. Presidente.

Da mesma forma, quero cumprimentar ao Deputado. Tenho certeza que Cascavel, mais do que nunca, precisa da sua personalidade, da sua competência. Posso dar o testemunho, como Deputado mais jovem desta Casa, o quanto pude aprender com V. Exa., também com os demais Deputados, mas sempre que precisei de experiência, de sabedoria, V. Exa. nunca se furtou em repassá-la, em contribuir e poder comungar de tudo que sabe.

Tenho certeza que Cascavel ganha, que o senhor não está abandonando as armas, está apenas mudando de trincheira.

Um grande abraço e sucesso!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado Nelson Justus, me despeço agradecendo e registrando o que vi aqui, hoje. Vi o sábio Pastor Praczyk, nosso Deputado, fazendo aqui uma oração para todos os funcionários, que me emocionou muito. Vi V. Exa., acompanhado de vários Deputados, entregando aqui uma lembrancinha a cada um dos servidores desta Casa. Isso mostra o ato humanitário de confiança e da valorização dos funcionários públicos da Assembleia Legislativa.

Para encerrar, quero parabenizar V. Exa., desejar a todos um bom Natal, um próspero Ano Novo e que o próximo ano possa ser coroado, a cada uma das senhoras e dos senhores, de muita paz, muita saúde, muita fraternidade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Edgar Bueno, tenho certeza, até peço escusas aos demais Parlamentares, porque os 53 Deputados gostariam de se manifestar neste instante se despedindo de V. Exa., que teve uma passagem brilhante aqui pela Casa. V. Exa. volta a Cascavel, onde sem dúvida nenhuma continuará fazendo seu trabalho. Tenha sorte, que Deus o ilumine. Nós, realmente, ficamos muito orgulhosos de ceder a Cascavel mais um Deputado Estadual para dirigir sua cidade.

Naturalmente, quero deixar claro aqui que o Deputado Edgar Bueno se despede desta Casa, hoje, e somente

após a saída do Deputado Edgar Bueno é que poderemos, aí sim, empossar o Deputado Fernando Scanavaca, que vem lá de Umuarama e que, seguramente, irá substituí-lo aqui nesta Casa. Aí sim poderemos então, já rendendo nossas homenagens ao Deputado Scanavaca, que vem lá de Umuarama para esta Casa, ser empossado nos próximos dias. Infelizmente, não pode ser empossado hoje, até porque contraria a nosso Regimento Interno, já que V. Exa. fica hoje até o final da Sessão.

Tenho certeza, Deputado Edgar, que esta Assembleia vai sentir saudades de V. Exa., o senhor estará sempre aqui e Cascavel terá 54 representantes aqui, para falar em seu nome e em nome da cidade.

Que Deus o acompanhe e o ilumine, bem como toda sua família, nessa trajetória fantástica que o senhor tem em sua vida política. Faço das minhas palavras as dos 54 Deputados aqui presentes, hoje.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, me somar a todos os Deputados. Parabenizar os Deputados Edgar e Luizão, desta Casa, que foram eleitos Prefeitos. Desejar muito sucesso nos seus mandatos no Executivo. Que eles possam fazer uma ótima administração. Conheço muito bem o nosso colega de bancada, Deputado Luizão. Tenho certeza de que a sua administração será um sucesso. Também desejo sucesso a todos os que foram eleitos Prefeitos.

Agradecer de coração, aqui, o apoio de todos os Parlamentares, durante esses dois anos, como 2ª Secretária da Mesa desta Casa. Vamos continuar com o nosso mandato, fazendo o nosso trabalho da mesma forma. Foi muito importante viver essa experiência na Mesa Executiva. Fico muito feliz e agradeço a todos por terem confiado em mim.

Embora tenhamos feito aqui um relato há alguns dias atrás sobre a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar, dizer que um dos resultados que tivemos no orçamento do estado para 2009, foi que ele assegura cerca de R\$ 370 milhões, para a questão da segurança alimentar. É claro que esse recurso está colocado em várias Secretarias, mas na questão da alimentação, com isso damos a garantia, trabalhamos cada vez mais com a segurança alimentar no nosso estado.

Como Presidente da Frente Parlamentar agradecer a todos os Deputados que fazem parte e a todos os Deputados que aprovaram aqui o orçamento, porque nele aprovamos 370 milhões. É muito importante a compreensão

do Governador Roberto Requião para a segurança alimentar do nosso estado.

Para finalizar, terminamos o ano com uma alegria muito grande, comemorando aqui o resultado do nosso Presidente Lula. Tivemos os dados da CNI, IBOPE, que nos foi colocado essa semana, que confirma 84% da aprovação do Presidente Lula, à forma como ele vem administrando o nosso país. Falo isso com alegria, porque quando votamos e acreditamos no Presidente Lula, sentimos que não foi em vão. Acreditamos e sentimos que valeu à pena, não apenas a sua primeira eleição, mas também a sua reeleição.

Eu fazia até uma comparação com o Governo FHC, que quando completou os seus seis anos de Governo, o maior índice que ele conseguiu atingir de ótimo e bom foi 24%. E temos hoje oito anos do Governo do Presidente Lula e comemoramos aqui mais de 80% de aprovação. Isso para nós, que somos do Partido dos Trabalhadores, para nós que defendemos essa bandeira e ajudamos a fundar esse partido - estamos nele desde os anos 80, desde que o partido foi fundado - para nós é uma alegria muito grande sabermos que elegemos um Presidente e que este Presidente vem realmente mudando para melhor o nosso país, vem fazendo com que este país se torne a cada dia que passa um país com mais justiça social.

Então, é o momento em que comemoramos não só o resultado da pesquisa, porque isso para nós só reflete aquilo que sentimos no dia-a-dia, quando converso com o povo brasileiro. Para nós é um motivo para comemorarmos, porque realmente estamos fazendo do Brasil uma sociedade mais igualitária.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas. Desejo a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho à tribuna nesta tarde para fazer o registro, na minha concepção, muito importante aos paranaenses porque exatamente hoje dia 17 de dezembro, passaram-se cinco anos da morte de um dos mais ilustres paranaenses. Uma das figuras mais importantes no contexto político desse estado, que deixou uma marca realmente digna de elogios por todos os paranaenses, ao tempo em que aqui esteve, exercendo quando em vida, mandatos de Deputado Federal por duas vezes, Prefeito de Londrina, Senador da República e Governador do Paraná. Refiro-me aqui, Deputado Belinati, a esse homem honrado, decente, digno, de saudosa memória, ex-Governador José Richa.

Falo como Líder do PSDB, usando a tribuna em nome de todos os colegas Parlamentares do PSDB nesta Casa. E com certeza, por extensão, este é o sentimento de todos os Srs. Deputados Estaduais que aqui convivem. Com certeza não poderíamos deixar passar despercebida essa data. Até porque, lembro-me quando Prefeito fui, do quanto foi importante conviver com o então Governador José Richa que fez desse Paraná um verdadeiro canteiro de obras. E que ainda está vivo na memória dos funcionários públicos desse estado, de forma especial dos Prefeitos de então, das lideranças políticas e acima de tudo de todos os paranaenses, pelo grande feito que fez quando Governador. E pela história que escreveu neste estado e no país como uma das mais honradas figuras políticas dos paranaenses e do Brasil.

O ex-Governador José Richa foi o mentor, ao lado de outras figuras importantes do mundo político brasileiro, do movimento das diretas já. Proporcionou aos brasileiros a oportunidade de podermos recomeçar a vida política deste país, devolvendo a autonomia, o direito e a cidadania aos brasileiros, de podermos escolher o nosso mandatário maior deste país que é o Presidente da República. Participou ele, enfim, da vida política brasileira e paranaense como um todo. Escreveu inúmeros - artigos que eu não vou neste momento me ater a fazer a leitura - que é de público conhecimento dos paranaenses e brasileiros. Deixou uma lacuna, realmente, neste estado, muito difícil de ser ocupada, Presidente Nelson Justus, por qualquer outro político neste estado.

E agora, com certeza, nos deixou o seu herdeiro político - o Prefeito Beto Richa. Prefeito Beto Richa que orgulha os paranaenses, mas, acima de tudo, orgulha, com certeza, o seu pai, que quando ainda muito menino ao lado do ex-Governador José Richa percorria os caminhos e os carregadores deste estado e teve um aprendizado, com certeza, muito valioso e esta bagagem, este aprendizado o coloca hoje a serviço da população de Curitiba de uma forma respeitosa, de uma forma que, com certeza, orgulha a todos nós paranaenses.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço este registro, porque ainda está muito vivo na nossa memória a imagem daquele homem bom, generoso, daquele homem que realmente deixou o Paraná como um grande Governador de todos nós paranaenses, o Governador José Richa.

Faço este registro para que os paranaenses não esqueçam e, aqueles que me assistem neste momento pela TV SINAL, com certeza, associam-se a esta homenagem feita por mim, Líder do PSDB, e por todos os Deputados e, com certeza, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, o departamento de biologia animal e vegetal da Universidade de Londrina encontrou em alguns peixes analisados, Deputado Belinati, no Tibagi, a presença dos chamados metais pesados, recentemente, no fígado de alguns peixes - o cádmio, o mercúrio e alguns outros elementos, como o cobre, foram encontrados ali.

Metal pesado é uma substância que vai se acumulando no corpo de quem bebe água, de quem come o peixe, e como os seres humanos são os últimos da cadeia alimentar acumulam em maior quantidade e não sai, o que pode levar a problemas sérios de más formações congênitas, mutações e doenças muito graves.

Esses peixes estavam na região que hoje é ali conhecida como Salto dos Alemães e numa região de Ortigueira, coincidência ou não, próximo de onde terá a usina hidrelétrica de Mauá, Deputado Tadeu Veneri. E isso traz preocupações muito sérias, porque quem fez a análise não foi apenas a Universidade de Londrina, foi também o Instituto de Biociência, Centro de Assistência Toxicológica da Universidade do Estado de São Paulo, de Botucatu.

Em função disso eu fico me perguntando: os peixes contaminados são apenas desta localidade e se está no corpo do peixe não está na água, não está no leito do rio? Ou essa contaminação se estende rio acima, sabendo que as cidades de Londrina e Cambé bebem da água do Tibagi?

Em função disso, Sr. Presidente, e acredito que até com bastante cautela, mas de forma bastante incisiva, é que a Comissão de Meio Ambiente desta Assembleia está solicitando ao Governo do Paraná, que proceda, através do IAP e da própria SANEPAR as análises dessa localidade e da localidade onde Londrina e Cambé também se servem porque podemos estar incorrendo até num sério risco de estarmos tendo a possibilidade de nos servir de água contendo esses chamados metais pesados. Essas quantidades vistas e analisadas nestes peixes da região afetada de Ortigueira, é numa quantidade imensamente superior ao máximo permitido pela ANVISA o que também traz problemas, e problemas muito sérios.

Portanto, no apagar das luzes desse ano estamos solicitando ao Governo do estado que proceda esta análise, porque na dependência da constatação dela, teremos que tomar providências e providências bastante sérias.

Sr. Presidente, ontem o Governador homologou uma licitação do projeto de engenharia do novo Centro Judiciário do Paraná, um centro que terá Varas Cíveis, Criminais e Juizados Especiais. Ele determinou que a lei aprovada por essa Casa, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Rosane Ferreira e deste Deputado, a Lei nº 15672 seja levada a efeito. O que significa que 1 mil 830 m2 do novo centro judiciário terá a chamada captação de água

de chuva. Fiz uma conta muito rápida aqui que 1 mil 830 m² de área coberta, significa por ano uma captação de 277 mil m³ de água de chuva. Faz com que esta água de chuva, não vá para as galerias pluviais de uma cidade como a de Curitiba já com a permeabilidade reduzida que vá para a galeria de esgoto, o que dá uma economia, se considerarmos a tarifa da SANEPAR de 1,7. 1,7 vezes 277 mil, uma economia ao ano de R\$ 471 mil e 449 por ano.

Isso significa que a lei aprovada, Deputado Tadeu, por essa Casa no ano passado na teoria e na prática também, agora nesse primeiro experimento, vai significar uma economia de mais de R\$ 440 mil ao ano, praticamente uma grande escola pode ser construída, apenas com a captação de chuvas do novo Centro Judiciário do Paraná. É uma lei aprovada de autoria do Deputado Tadeu Veneri, da Deputada Rosane Ferreira e minha, aprovado por todos os Deputados e o Governador está cumprindo colocando em prático, colocando a serviço do povo do Paraná esta grande conquista, uma economia real! Além de economizar as galerias pluviais dá uma economia real de dinheiro para o povo do Paraná. Iniciativa aparentemente simples, mas com uma grande repercussão econômica a todo estado além das economias ambientais.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra no Grande Expediente o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pedi para usar o horário do Grande Expediente, em primeiro lugar quero aproveitar já, estamos chegando ao final do ano, para agradecer aqui o apoio que tive de vários Deputados, parabenizar a Assembleia Legislativa, V. Exa. Sr. Presidente, pela condução neste ano e por algumas iniciativas que eu que sou Deputado de primeiro mandato acho muito importante, louváveis.

Por exemplo, essa iniciativa de sairmos nas regiões, ouvindo o povo sobre o projeto do ICMS que hoje vamos votar aqui. Então deixar aqui nossos parabéns.

Aproveitar e saudar também os comunicadores, o pessoal da imprensa, jornalistas, pessoas que levam a informação do nosso trabalho. Dia desses conversava com algumas pessoas e me perguntaram: “Qual é o trabalho dos Deputados? O que vocês fazem lá?” Pela Constituição é fiscalizar o Poder Executivo. O povo quando vota numa pessoa para governar, ela tem a incumbência de administrar os recursos públicos, administrar o estado, gerir, administrar. E quando vota para alguém vir para a Assembleia Legislativa, vota para essa pessoa vir aqui

fiscalizar. Isso que fazemos, fiscalizar o Poder Executivo e aprovar os projetos, votar as leis que são discutidas.

Hoje teremos vários projetos para discutir aqui. Aí qual é o papel do Deputado de Oposição? Porque aqui tem uma quantidade de Deputados que fazem Oposição ao Governo e, uma quantidade que dá apoio ao Governo, votam apoiando o projeto do Governo. Nós, da Oposição, resta fazer mais forte o trabalho do Deputado, que é de fiscalizar, de defender os interesses da população. Hoje, pode ser o último ano de trabalho, aqui, na Assembleia Legislativa, daqui a alguns dias estamos chegando no Natal, todos estão mandando cartão de Natal, aquelas mensagens pelo computador, pelo próprio telefone.

O telefone celular se abusar um pouquinho conforme a votação aqui, vai ficar mais caro o imposto. Alguns estão levando presente de Natal na casa das pessoas, e para isso estão utilizando carro, que utiliza gasolina. O ano que vem, a gasolina pode estar mais cara também, dependendo da votação aqui. E alguns estão enfeitando as casas e os shoppings. Está a coisa mais linda aqueles shoppings com aquelas árvores de Natal iluminadas com aquelas luzinhas de Natal piscando. Coisa maravilhosa. Talvez o ano que vem esteja mais caro essa energia dessa luzinha aí piscando. Vai depender do voto de cada um de nós.

Mas, claramente o nosso papel como Deputado de Oposição, e sempre friso isso, porque às vezes as pessoas acabam não entendendo o papel do Deputado. Achar que o Deputado bom, é aquele que chega na pequena cidade e diz que está levando uma obra para lá. E as vezes acaba sendo uma inverdade essa história da obra. O Deputado chega e diz: “Estou trazendo uma obra para cá.” Quero saber, quantas obras vamos tirar dos municípios, se aprovarmos o aumento de ICMS aqui, da minha região. Serão milhões de reais que sairão de lá para vir para o cofre do Governo do Estado. Através da energia elétrica, através do telefone e da gasolina. Só pegando esses três itens, milhões de reais sairão lá de Campo Mourão, Araruna, Peabiru. São os municípios mais próximos ali. Mas, poderia me estender falar de Farol, Engenheiro Beltrão, Quarto Centenário, de Goioerê, Moreira Sales, etc. Poderia ficar aqui falando dos municípios, que são 25 da minha região. Do Paraná todo são 399.

Quantos milhões de reais estaremos tirando, Srs. Deputados, se aprovarmos essa reforma do Governo aqui. Esse aumento de imposto. Temos que aprovar sim a redução do imposto, como está sendo propondo, isso temos que aprovar. Por quê? Porque estava fazendo um comparativo o Governo Federal neste mesmo momento, está reduzindo imposto para aumentar o consumo, está fazendo com que a roda gire para frente. E são R\$ 8 bilhões está reduzindo. E por isso, aqui terá que aumentar, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, isso é um assunto que vamos discutir depois na hora que entrar na pauta o projeto. Retornemos a falar do nosso ano. Por que os Deputados da Oposição as vezes se utilizam mais da tribuna? Porque é a forma de mostrarmos o

nosso trabalho. Todos aqui defendendo, realmente o interesse da população. Por que os Deputados que apóiam o Governo, às vezes se utilizam menos da tribuna, falam menos aqui? Porque naturalmente apóiam os projetos que o Governo manda para cá e, às vezes sofrem até um desgaste por isso, mas é o papel que cada um escolhe.

No ano que vem, Deputado Cheida, estaremos aqui novamente nesta Assembléia, com alguns Deputados novos, como é o caso do Deputado Fernando Scanavaca, seja bem-vindo, para poder defender o interesse da nossa região, que é a região de Umuarama, região muito rica e que realmente precisa ter um representante aqui.

Mas, no ano que vem, depois, Sr. Presidente, já não teremos mais aqui nova alteração na Mesa Executiva. Já elegemos o Presidente, o Vice-Presidente, todo mundo, já podemos trabalhar muito claramente agora. Quero deixar já um pedido aqui, para V. Exa., tenho vários projetos constitucionais aprovados por esta Casa e que chegando lá no Governo, quando viram que o Deputado Douglas Fabrício era o autor do projeto, vetaram, porque faço oposição aqui nesta Casa.

Quero que V. Exa. mande de volta traga a pauta os nossos vetos, para discutirmos com os companheiros aqui, porque tem projetos importantes. Lá falamos de turismo religioso, falamos sobre outros assuntos relacionados à vida das pessoas e que estão lá aguardando a votação do veto.

Gostaria de deixar aqui o pedido para V. Exa. e para os demais Deputados que verão os nossos vetos, daí vamos discutir um a um, ponto a ponto, porque aqui todos os projetos que foram a favor da população eu tomei o voto favorável. Votei a favor independente de quem apresentou, se foi alguém que defende o Governo ou se alguém que não é da base do Governo, sempre votei a favor dos projetos que beneficiam a população. Mesmo os projetos do Governo, também votei a favor àqueles que beneficiam a população. Às vezes até mais que os Deputados da base do Governo, que às vezes por um motivo ou outro Deputados da base do Governo não estavam presentes e nós estávamos e votamos a favor.

Porque o nosso papel, como Deputado de primeiro mandato - e nós já estamos chegando na metade do mandato, - é importante salientar isso. É como atravessar um rio. Está chegando na metade da ponte, já fica mais próximo de enxergar o outro lado, que é trabalhar sempre defendendo o interesse da população. Foi assim que eu assumi esse compromisso com a população.

Tivemos esse ano, o ano de eleição municipal, foi experiência muito rica para mim, enquanto Deputado poder apoiar diversos companheiros. Andei por esse Paraná afora, acompanhando em alguns municípios vencemos as eleições em outros não fomos tão felizes assim. Mas, todos que nós apoiamos tiveram o respeito da população, levar o compromisso firmado em muitas vezes em cartório para poder defender os interesses da população.

Foi uma experiência rica para mim, que nunca tinha sido Deputado vir aos municípios apoiar os companheiros. O que aprendi? Cada eleição se faz as coligações, discutem com a população e lá vai a população para as urnas para escolher aqueles que ela achar melhor.

Temos que agradecer pelo trabalho que fizemos, agradecer a todos que participaram conosco neste ano, eu ficava imaginando, no último dia é o ano que tem bastante projeto para ser analisado, é o último dia de discussões. Aqui os projetos que forem aprovados, aqueles que são dos Deputados irão para a sanção do Governador. Ele poderá aprovar ou não. Se for da Oposição o risco de não aprovar é muito grande. Quando é da Situação ele também tem às vezes vetado alguns projetos, principalmente, aqueles autorizatórios. Enfim, estamos chegando no final do ano, e no final do ano para a grande maioria é momento de comemorar. Esse ano foi bastante positivo, temos muitas coisas para comemorar. Só que no final do ano quero fazer um pedido. O menino da imprensa me perguntou - o que é que eu pediria para o Papai Noel se eu pudesse conversar frente a frente. Eu pediria, que nos ajudassem a iluminar todos os Deputados aqui e que votemos só para baixar impostos e não para aumentar impostos. Mas, e a Lei de Responsabilidade Fiscal? Lei de Responsabilidade Fiscal ela diz quando fala da renúncia de receita, que pode sim ser feito uma compensação. Que às vezes essa medida de compensação pode ser na redução de custos, não precisa necessariamente ser no aumento de impostos.

Sr. Presidente, quero agradecer mais uma vez a todos que colaboraram conosco nesse ano, mesmo as críticas, tenho às vezes discutido com o Deputado Romanelli, que não o vejo agora. Mas aproveitar esse final de ano e pedir aqui desculpas ao Deputado Romanelli, se de repente fui muito bravo nas minhas cobranças, mas quero que ele compreenda que estou aqui cobrando de acordo com o que imagino na minha cabeça e defendendo sempre o interesse da população. Nunca de forma pessoal sempre no campo da política, no campo do interesse da população.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito do Grande Expediente Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras senhores Hoje, será um dia muito importante, porque vamos votar algumas leis fundamentais para o Paraná, como o orçamento, reforma tributária, que tem vários pontos polêmicos a serem debatidos hoje. Tenho muitas emendas que quero aprovar nessa reforma, assim como o projeto de anistia que também é muito polêmico.

Pedi o Grande Expediente para tratar de dois assuntos: um deles, é uma preocupação que tenho é com relação aos criadores de animais nativos de nosso país.

Poucos sabem, mas de alguns anos para cá o Brasil passou a criar em cativeiro animais da fauna brasileira, desde pássaros, araras, papagaios, temos também répteis, jacarés, diversos animais e tem sido um sucesso.

A minha preocupação vem de que ouvi o Deputado Nelson Marchezelli, na Câmara Federal e fiquei preocupado com as informações que ele trouxe, que está havendo uma dificuldade por parte do IBAMA para se autorizar novos estabelecimentos que venham a ser criadores desses animais.

Tem uma campanha que diz que é ruim criar animais silvestres da fauna brasileira. Ao contrário, isto é o que vai salvá-los da extinção. Temos os curiós, os bicudos, e tantos outros pássaros que estão ressurgindo em função desses criadouros. Agora a burocracia, a exigência está sendo tão grande para novos criadouros que o pessoal está desistindo de abri-los.

Isso me fez vir à tribuna hoje e pedir ao nosso amigo José Álvaro Carneiro, que assumiu o IBAMA aqui no Paraná, que ajude esses estabelecimentos e que também seja uma voz em Brasília. Porque esses estabelecimentos é que vão garantir a sobrevivência desses animais para o futuro.

Mais do que isso, é muito comum, pessoas terem pássaros como animais de estimação. Eu tenho alguns pássaros todos legalizados, comprados em criadouros, que são criadouros aqui do Brasil, são mansos meu filhos brincam com eles, é como se fosse um cachorro, animal de estimação.

Defendo que isso seja proliferado, porque preserva os animais, garante que vários deles retornem à natureza e acaba com o contrabando, aonde milhares de animais são mortos, todos os anos.

Quero me somar ao Deputado Nelson Marchezelli, que é um Deputado Federal de São Paulo, na defesa destes criadouros. Que o IBAMA ajude, no sentido de desburocratizar e também de incentivar que estes criadouros se expandam por todo o Brasil.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB) (Aparte)

Está muito certo V. Exa. nesta questão, porque na realidade o que acontece hoje, graças aos criadores é que hoje ainda existem os curiós. E existem muitos, hoje, porque simplesmente os curiós na fauna praticamente não existem mais. Infelizmente. Então, se eles existem hoje é graças aos criadores. Tanto os curiós como outros pássaros. O que acontece são os que fazem o tráfico. Este não é o criador. Este é aquele que realmente sobrevive do negócio, fazendo o tráfico, como das drogas. Ele faz o tráfico de pássaros. Este não é o passarinheiro, aquele que gosta, que curte o pássaro, o que tem o canto. Está correto. E hoje o que mais mata os pássaros, na mata, é o mata-

mato, que se coloca na lavoura. Quem conhece, sabe o que cito, acaba com todos. Infelizmente, é uma questão usada na agricultura, é uma coisa que aonde é passado é o pássaro vai buscar a semente, principalmente quando se passa o mata-mato, que eles chamam, vai na semente que está envenenada. Isto tem acabado com o pássaro silvestre nestas regiões.

Esta é uma das grandes questões que têm que ser levantadas. Não sei qual é a fórmula que existe. Mas, para concluir quero dizer que está correto, também somo-me ao apoio. Gosto muito dos cantos dos pássaros. Gosto e curto muito isso. Acho que precisamos fazer uma campanha forte para que isto seja preservado, que sejam preservados os criadouros sérios, que realmente fazem porque gostam dos pássaros e não como um comércio, como muitos fazem.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Muito obrigado. Quero, também, como curiosidade, nós temos um filho de um ex-Deputado Estadual que tem o mesmo nome que o pai, que é o Deni Schwartz Filho, que cria pássaros aqui em São José dos Pinhais, na sua cidade. Ele tem cacatuas, pássaros silvestres do Brasil. E é um sucesso. Tem dezenas aqui, acho que o pessoal nem sabe disto. Quero deixar então minha palavra de apoio a este segmento, que acho importante, bonito e ajuda e preservar a natureza.

Meu segundo assunto, é relativo a ParanaPrevidência, que completa 10 anos de existência, neste ano de 2008 e que seu Presidente atual, Munir Karam, junto com sua equipe, o Nilton Rocha, que é o Diretor - Administrativo, o Heraldo Medeiros, que é o Diretor de Benefícios, e todos os seus Diretores, criaram um manual, o Manual do Segurado. Este manual eu li e quero parabenizá-los. É muito bom. Traz informações a respeito dos dados estatísticos da ParanaPrevidência, quantos bilhões ela tem, como é aplicado, fala a respeito da quantidade de segurados, dos beneficiários pensionista, e principalmente, o que é mais importante, orienta ao pensionista, o funcionário público, o aposentado, de como ele adquire seus benefícios, quanto tempo é necessário, aonde ele pode adquirir informações, como é que funciona a Ouvidoria. Ou seja, este manual, editado agora no mês de dezembro é muito importante e é muito bom.

Quero parabenizar na pessoa do Presidente da Paraná Previdência, Munir Karam e a todos os seus funcionários por esta importante instituição, que garante o futuro dos funcionários públicos relativo à aposentadoria.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário destinado às Lideranças, concedemos a palavra ao Professor Luizão, no horário destinado ao PT.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero aproveitar o momento, para agradecer aqui a boa convivência que tive nesta Casa durante praticamente um ano e meio, porque é a nossa última Sessão e, no próximo ano tenho o desafio de assumir a Prefeitura do município de Pinhais. Agradeço a boa convivência e a cordialidade tanto dos Deputados de Situação como de Oposição. Só tenho que tecer elogios pelo convívio saudável que tive nesta Casa durante o período em que permaneci aqui. Para mim foi um grande aprendizado, com muitos Parlamentares de renome, de experiência e com diversos mandatos e acabamos colhendo sempre uma experiência a mais de cada um.

O período em que participei da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, muito bem presidida pelo Deputado Durval Amaral, estive praticamente um ano nessa Comissão e pude acompanhar o trabalho dos Parlamentares que integram essa Comissão e também na Comissão de Segurança Pública, presidida pelo Deputado Mauro Moraes, onde tivemos a oportunidade de discutir diversos projetos na área de Segurança Pública, discutir os problemas que envolvem a Segurança Pública tanto na Capital, nos municípios da região metropolitana e, por consequência, também do estado do Paraná.

Manifestar também aqui, o meu respeito pela grandeza com que o Presidente Nelson Justus comandante desta Casa, de forma democrática, o 1º Secretário Alexandre Curi, demais componentes da Mesa, que no ano passado também tinha como integrante a nossa Deputada Luciana Rafagnin. Agradecer aos funcionários da Casa, que não medem esforços para que tudo se dê na mais perfeita harmonia. Também tive a oportunidade de passar um período na Liderança do Partido dos Trabalhadores, Bancada composta pelos Deputados Péricles de Mello, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Tadeu Veneri e, claro, o nosso Deputado Enio Verri, que comanda de forma brilhante e competente a Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná.

Tudo para mim foi um grande aprendizado. Levo comigo boas recordações. Quero desejar sucesso aos nossos Deputados do Partido dos Trabalhadores, Bancada que tem representado bem o nosso partido e a comunidade paranaense. Somos integrantes da base do Governo, mas também temos as nossas particularidades e os nossos Deputados têm defendido os seus pontos de vista, os seus projetos, as suas formas de pensar e, claro, temos independência na hora em que consideramos e julgamos necessário votar contra alguns projeto, inclusive do Governo, ou votar contra a orientação do Governo. Mas, de forma geral, nós apoiamos este Governo. Lembro, que na primeira participação que tive nesta tribuna eu disse que estava assumindo o mandato e que tinha um lado,

que era o lado do Governador Roberto Requião, que nós fazemos parte da base de apoio, e do Governo Lula.

Então, quanto a isso só tenho que me manifestar que pude contar com o respeito dos Parlamentares desta Casa. Tivemos aqui vários debates importantes e sempre defendi aqui o Governo Lula, que é claro que não é um Governo perfeito, mas, como acabou de utilizar a tribuna a Deputada Luciana Rafagnin, é um Presidente, um Governo que tem conduzido o país, com firmeza e, principalmente neste momento de crise, tem tomado medidas eficazes. Não tenho dúvidas que o Brasil, dos países emergentes, é o que melhor se sairá desta crise, é o país que vai conseguir passar por esta crise sem ter grandes problemas, sem afetar sua população e a sua economia. Consegui encaminhar também nesta Casa diversos projetos, alguns aprovados, alguns viraram lei, recentemente o projeto polêmico que prevê que as auto-escolas devam também ministrar aulas práticas em rodovias para preparar melhor nossos motoristas, e tenho esperança que seja sancionado pelo Governador para que vire lei, e o estado do Paraná dê o exemplo de que aqui os motoristas são melhores preparados do que os outros estados, porque terão também noções de como conduzir o veículo numa rodovia. Hoje 100% das aulas são ministradas no perímetro urbano, dentro das cidades, nas ruas mais mortas.

Quero também dizer do meu bom relacionamento com o Governo do Estado, com os outros Poderes do Estado. Isso certamente favorecerá a minha administração no município de Pinhais. E quero continuar contando com o apoio dos Parlamentares, que tem sido muito importante para os municípios, é a voz dos municípios. Porque aqui os Parlamentares representam cada um diversos municípios, e quero continuar contando com o apoio dos amigos que fiz aqui durante esse tempo que passei.

Tenho desafio de conduzir o município de Pinhais, município com 110 mil habitantes aqui da nossa região metropolitana de Curitiba, tenho esperança de poder corresponder as expectativas daquela população, que me apoiou de forma maciça, 64% dos votos confiaram a chefia do Executivo à minha pessoa. Continuarei a luta que fiz como Deputado, em defesa dos municípios da região metropolitana, principalmente agora falando mais especificamente em nome de um dos municípios que tem problemas semelhantes aos outros municípios da região metropolitana, e vamos procurar fortalecer essa relação que existe entre os municípios porque têm problemas comuns, que certamente nós conseguiremos resolver se trabalharmos de forma unificada.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Luizão gostaria de parabenizá-lo, dizer da nossa alegria, da satisfação de ter convivido com V. Exa. durante esses dois anos, e nesse breve período o senhor pôde demonstrar a sua capacidade, a sua compe-

tência, defendendo sempre com muita determinação os interesses de sua comunidade. E fruto desse trabalho foi eleito Prefeito com essa votação histórica, e tenho certeza que V. Exa. estará nessa gestão priorizando aquilo que a população realmente necessita. E particularmente, na Educação já temos debatido em algumas oportunidades a necessidade de melhorar a qualidade, de se pensar numa escola em tempo integral. E eu espero, que o senhor durante esse período do seu mandato possa levar à cabo todas as suas metas, os seus objetivos. Da mesma maneira que ficamos satisfeitos que o Deputado Edgar Bueno possa fazer, em Cascavel, um grande trabalho, e principalmente voltando as nossas atenções para o futuro das nossas crianças. Sucesso a V. Exa.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado pelas suas palavras Deputado. Deputado Chico Bühner.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB) (Aparte)

Quero desejar muito sucesso para V. Exa. Como somos vizinhos, tenho a satisfação de ter um grande amigo e uma competente administrando a Prefeitura de Pinhais.

Pode ter certeza que terá o meu apoio. Desejo a você e sua equipe muito sucesso. E também Edgar Bueno. Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Quero desejar sucesso ao Deputado Edgar Bueno.

A partir do ano, para integrar a Bancada do PT, estará o professor Lemos, e estará representando muito bem a Educação do Paraná. É uma área que lutei bastante e conseguimos diversas vitórias importantes nesta Casa, por conta também do apoio dos Deputados desta Casa que vêm na Educação uma área que precisa de todo apoio, pois toda transformação passará pelos investimentos que se faz na Educação.

Presidente Nelson Justus, agradeço todo apoio que tive nesta Casa e desejo a todos um feliz Natal e um 2009 com muita saúde e com grandes realizações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Professor Luizão, falo em nome de todos os Deputados.

V. Exa. fará falta nesta Casa e Pinhais ganha um belo Prefeito, não tenho dúvida disso e torcemos para que isso aconteça. Conte sempre com o apoio desta Casa. Que Deus o ilumine. Sai um professor e entra outro professor. O professor Lemos fará todos os esforços para suprir a sua ausência nesta Casa.

Sucesso! E que consiga cumprir aquilo que prometeu e conte conosco sempre. Um abraço.

Próximo orador inscrito, no horário do PTB, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço essa oportunidade, mesmo com dificuldades de saúde. Hoje acham que político não faz nada. É preciso as pessoas entenderem que, quem faz política todos os dias sofre muito. Porque todos os dias têm 10 leões para matar. Todo dia tem confusões, divergências. E sofre muito, quando quer resolver o problema e não consegue, porque o legislador não tem força do Executivo. Às vezes, quer fazer alguma coisa e não consegue e sofre bastante, por não conseguir atender uma pessoa que gostaria de atender.

Quero registrar com orgulho que estivemos em todas as Sessões Ordinárias, não faltando em nenhuma. Acompanhando, discutindo, trabalhando e, acima de tudo, trazendo a esta Casa discussões em todos os projetos e estando aqui para discutir tudo aquilo que é de interesse da cidade e do Paraná.

Quero cumprimentar a todos os colegas, os nossos companheiros da Casa. E quero pedir perdão a Deputada Cida, pois não deu hoje para fazer o lanche. Em função da minha saúde, porque saí do hospital meio-dia e meia. Não deu para fazer o lanche. Fico devendo. Ano que vem prometo que faço para todo pessoal, com muito carinho. Até por que é uma terapia da vida fazer isso.

Um abraço a todos! Sucesso ao Edgar Bueno, nosso Prefeito reeleito em Cascavel. Que V. Exa. possa fazer um grande mandato. Parabéns ao Professor Luizão! Professor Luizão, que o senhor possa orgulhar Pinhais fazendo um bom mandato. Se V. Exa. manter o mesmo clima que manteve nesta Casa, a mesma linha, tenho certeza que V. Exa. vai ser um grande Prefeito de Pinhais.

Muito obrigado a todos! Um bom Natal e um bom Ano Novo a todos vocês! Ano que vem, se Deus quiser, estaremos aqui. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito Canto, peço a atenção de V. Exa., de igual maneira de todos os Srs. Deputados.

A Mesa Executiva presta, neste momento, uma homenagem.

Peço ao 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que leia a moção que a Mesa Executiva apresenta à V. Exas. e confere ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Alexandre Curi)

(Lê moção)

(Procede-se à entrega da moção ao Deputado Jocelito Canto)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, no horário do PMDB, com a palavra o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada, gostaria também de me associar ao grande número de Deputados que aqui se pronunciaram nas despedidas dos nossos companheiros, do Professor Luizão que vai assumir a Prefeitura de Pinhais, e do velho amigo e companheiro Edgar Bueno, que acaba de se eleger, mais uma vez, para a Prefeitura de Cascavel.

Em relação ao Edgar Bueno, quero dizer que, em uma das legislaturas aqui da Assembléia, estávamos nós da Oposição precisando fazer a eleição do Líder das Oposições, em determinado momento, e os companheiros caminharam na direção do meu nome, mas me lembro que falei para o Edgar Bueno o seguinte: “Edgar, você vai ser candidato a Prefeito, então acho que você poderia ser o nosso Líder das Oposições, para que você pudesse ganhar mais visibilidade e pudesse concorrer a Prefeitura de Cascavel.”

O Edgar é um homem que todos nós conhecemos. Ele já provou sua competência sendo Prefeito e sabe que vai encontrar muitas dificuldades, mas eu que fui Prefeito várias vezes também sei que temos saídas para serem encontradas. Muitas vezes, essas saídas são encontradas, Professor Luizão e Deputado Edgar Bueno, no convívio mais amplo possível que possamos ter com aqueles que constituem, na realidade, a sociedade dos nossos municípios. Estamos vivendo um momento de dificuldades, mas acredito que podemos encontrar uma saída para tudo isso.

Pena que outro dia, vendo um canal de televisão, o mesmo apresentava o resultado de uma pesquisa e 27% dos pesquisadores em todo o Brasil diziam: “Nunca ouvi falar dessa tal crise que vocês estão me perguntando.” As pessoas, muitas vezes, não encontram as soluções, porque não se organizam. Para aqueles que mantêm o poder, essas elites que há 500 anos governam o nosso país, logicamente, querem um povo desorganizado.

Outro dia me pediram para que eu fizesse um pronunciamento em relação aos 40 anos do Ato Institucional nº 5 - AI-5. Com referência a esse golpe, que foi a implantação desse ato, um golpe dentro do golpe, porque aqueles que falam que em 31 de março tivemos um movimento revolucionário no país, na realidade mentem, desinformam, não sabem aquilo que aconteceu naquele ano de 1964.

Os livros estão aí, mas muitas vezes as histórias são escritas por aqueles que ganharam, que têm poder para fazer com que as gerações futuras sejam levadas ao erro. Então, o Ato Institucional nº 5 foi uma desgraça para o país.

Citei em um artigo que escrevi, que o Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição de 1988, dizia: “Temos ódio e nojo às ditaduras, querendo dizer com isso que nunca mais pretendamos nós, brasileiros, fazermos a

reintrodução daqueles que jogaram as leis na lata do lixo.”

Sr. Presidente, precisamos caminhar com segurança e organização. sei que o Professor Luizão e o Edgar Bueno darão conta do recado, porque os conheço. Eles têm ouvidos para ouvir, e ouvindo eles poderão aprender, e aprendendo eles poderão avançar, porque as coisas se repetem muitas vezes.

Eu, olhando um par de sapatos aqui na Assembléia Legislativa, estava imaginando aquele iraquiano, que no meu entendimento tomou para si o ódio represado em milhões de iraquianos ofendidos, familiares assassinados, crianças assassinadas, a mando do maior país capitalista, os Estados Unidos, governado por essa excrescência que se chama George Bush. Que pena que aquela sapatada não teve o endereço certo.

Lembro-me, Srs. Deputados, dos americanos saindo do Vietnã tocados, como deveriam ter sido tocados de todos os países onde eles se fizeram presentes, para fazer valer os objetivos do imperialismo, do capitalismo selvagem norte-americano. Lembro-me daqueles Soldados, muitos com 20, 21 anos, que foram pagos para matar povos, como os do Vietnã, agarrados em helicópteros. Se os Estados Unidos não acordarem em tempo, eles serão tocados, sim, dos países árabes, não ganharão a guerra que impuserem ao povo do Afeganistão como serão derrotados no Iraque. E olha, Sr. Presidente onde estão as armas de destruição em massa que motivaram a invasão do Iraque pelas forças norte-americanas. Onde é que estão? Não foram encontradas. Não serão encontradas porque não existem. Esse é o panorama que nós temos por aí. E eu que acompanho a política, vi esse Obama crescendo e, lembro-me que ano passado falavam: tem um negro que vai ser Presidente dos Estados Unidos. E ele tinha um slogan: “Sim, nós podemos mudar”. Agora, ele está trazendo para o Governo dele “clintonistas” comprometidos com a guerra. estão trazendo Obama e seus assessores, homens que estão dentro do Governo Bush.

Então, já começamos a pensar: será que haverá modificação mesmo ou é aquela famosa colocação que se faz: “vamos mudar um pouco para que nada possa mudar e continuar tudo do mesmo jeito”. É aquilo que está pintando no horizonte.

Agora, Sr. Presidente, gostaria de dizer também o seguinte, que nós do Poder Legislativo, com todas as nossas imperfeições, estamos dentro de uma Casa que poderá repercutir de maneira mais clara as aspirações populares, mas para isso é preciso que estejamos conscientes do nosso papel, principalmente nesse momento que é muito difícil, mas que poderá sim ser levado a bom termo se nós deixarmos de lado, muitas vezes aquilo que é a praga da política, o interesse pessoal, próprio, mesquinho. É preciso sim, que a política seja uma arte que foi inventada pelos homens para resolver os seus problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Durval Amaral no horário dos Democratas.

Liderança do DEM: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos apreciar e votar no dia de hoje, a proposta do Governo do Estado que aumenta efetivamente o ICMS de alguns insumos, tais como: energia elétrica, telefonia, gasolina, bebidas alcoólicas e cigarro.

Quero aqui neste momento de reflexão, talvez começar a minha peregrinação, Deputado Valdir Rossoni, de pregar no deserto. Mas, efetivamente quero fazer essa reflexão e início para espanto de alguns Parlamentares, cumprimentando o Governo Lula - o Governo do Presidente da República - cumprimentando o Partido dos Trabalhadores. Por que cumprimentando o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Lula? O Presidente cometeu alguns excessos quando no início da crise econômica. Falou num primeiro momento que essa crise mundial, se chegasse ao Brasil seria apenas uma marolinha. Mas, logo se apercebeu da gravidade da crise. E passou a enfrentar a crise com muito discernimento.

Talvez esta seja a primeira crise mundial que enfrenta o Governo Lula, diferentemente do Governo anterior de Fernando Henrique Cardoso que enfrentou a crise econômica mundial da Rússia, que enfrentou a crise mundial dos Tigres Asiáticos, que enfrentou a crise mundial econômica do México, e tantas outras crises mundiais, no total sete crises mundiais e que teve dificuldades de vencer essas crises, mas conseguiu estabilizar a economia no nosso país.

O Governo Lula, o Governo do PT efetivamente enfrentando a crise econômica desde os primeiros momentos, não obstante o pronunciamento de apenas uma pequena marola. No quarto dia após a instalação da crise econômica, o Banco Central anunciou um leilão de US\$ 500 milhões, isso no dia 19 de setembro.

No dia 24 de setembro o Governo do Partido dos Trabalhadores fez uma mudança do recolhimento dos depósitos compulsórios, injetando na economia do Brasil 13 bilhões no mercado.

No dia 1º de outubro o Governo do Presidente Lula, Deputado Douglas Fabrício, através do Banco Central antecipou 5 bilhões de crédito para o setor agrícola, que tem à frente um paranaense que todos nós nos orgulhamos que é o Ministro Reinhold Stephanes.

Na sequência, ainda no dia 6 de outubro o Governo do Presidente Lula anunciou a criação de uma linha internacional de crédito através do BNDES de R\$ 5 bilhões.

No dia 8 de outubro o Governo do Partido dos Trabalhadores, quando o dólar disparou e chegou a R\$ 2,48, ele queimou parte das reservas cambiais no Brasil de

R\$ 208 bilhões para tentar conter a alta desenfreada do dólar. Queimou R\$ 23 bilhões nessa oportunidade.

No dia 9 de outubro ele fez nova intervenção na economia. No dia 13 de outubro do Banco Central procedeu mais mudanças no compulsório, que significou a liberação, Deputado Dobrandino, de R\$ 47 bilhões na economia do Brasil. No dia 16 de outubro, novamente, o Banco Central fez novas intervenções no mercado. No dia 22 de outubro, novamente, o Governo Lula assinou decreto zerando a alíquota do IOF sobre operações financeiras para aplicações no mercado de capitais. No dia 27 de outubro, novamente, uma nova medida para injetar 6 bilhões na economia do Brasil. No dia 29 de outubro o Governo do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, anunciou o estabelecimento de mais uma linha de US\$ 30 bilhões, injetando na economia.

A Caixa Econômica Federal confirmou R\$ 3 bilhões para financiar empresas da construção civil.

No dia 30 de outubro o Banco Central anunciou uma regra para forçar a liberação do crédito obtido com o alívio no compulsório, injetando mais recursos na economia, fazendo com que os Bancos efetivamente pudessem se apropriar do compulsório. No dia 4 de novembro uma nova medida do Governo Federal. No dia 5 de novembro, novamente, o Ministro Reinhold Stephanes conseguiu mais uma liberação de R\$ 1 bilhão, injetando na agricultura brasileira. No dia 6 de novembro, novamente, o Banco Central anuncia R\$ 19 bilhões, 10 dos quais liberados através do BNDES para financiar o capital de giro de empresas e para empréstimo em linhas de exportação pré-embarque, ou seja, o Governo flexibilizou, dando competitividade para os exportadores e importadores, R\$ 5 bilhões para serem usados em linha de crédito para capital de giro para pequenas e médias empresas, através do Banco do Brasil.

O Governo do Estado de São Paulo, no dia 11 novembro, disponibilizou R\$ 4 bilhões em créditos para as montadoras financiarem o consumidor.

No dia 12 de novembro, novamente, a Caixa Econômica Federal intervém liberando R\$ 2 bilhões para bens de consumo, salário bens populares no varejo, estimulando a economia brasileira.

E segue, Srs. Parlamentares, com inúmeras intervenções, resultando agora recentemente com o Governo Federal diminuindo substancialmente o IPI sobre os veículos populares e médios, injetando e animando a economia e o mercado consumidor.

Faço toda essa colocação para resumir que o Governo Federal, o Governo do Partido dos Trabalhadores, entendendo a gravidade da crise econômica, reduziu impostos e não aumentou tributos, muito pelo contrário, o Governo do Presidente Lula, que tem à frente o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo anunciou um corte no orçamento de 2009 de R\$ 10 bilhões, cortando as despesas correntes do Governo Federal. Vejam só, o Governo Federal reduziu impostos, reduziu IPI para carros populares e médios, reduziu a sua despesa corrente

em R\$ 10 bilhões, liberou recursos para a Caixa Econômica Federal, liberou recursos para o Banco do Brasil, liberou recursos para os exportadores, para os importadores e efetivamente está enfrentando a crise de frente! Está certo que não tinha experiência do passado em outras crises mundiais, mas está tendo competência!

O que quero dizer, o que quero alertar aos Parlamentares, aos Deputados Estaduais, é que a medida do Governo do Estado do Paraná que reduz impostos, que diminui impostos, é boa e deve ter o apoio, mas o outro lado da moeda que aumenta os impostos, que aumenta o ICMS sobre a energia, sobre a gasolina, sobre as telecomunicações, sobre bebidas, sobre cigarros, vai na contramão da crise mundial que estamos enfrentando, vai na contramão das medidas tomadas pelo Governo Federal, pelas medidas tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo, que injetou 4 bilhões na economia de São Paulo e dilatou o ICMS para que os empresários de São Paulo pudessem postergar o pagamento do ICMS nessa época de Natal. A indústria, a exportação do estado do Paraná, só em relação ao mês passado, diminuiu 27%, o que é extremamente grave!

Chamo a atenção, muito especialmente dos nossos colegas do Partido dos Trabalhadores, que não podemos ir na contramão do que fez o Ministro Paulo Bernardo. Não podemos ir na contramão do que está fazendo o Presidente Lula, e aqui fala um Deputado do Democratas que está louvando, elogiando as medidas tomadas pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores! Vamos ter muita calma nessa hora para que não venhamos aumentar a carga tributária do Paraná, que vai onerar o cidadão comum, porque energia elétrica ninguém deixa de pagar no final do mês; gasolina não tem mais como o trabalhador deixar de pôr na sua motocicleta ou no seu veículo, telefonia celular não tem mais como, por mais simples que seja deixar de ter esse benefício!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, quero iniciar a minha fala aqui, me somando ao que o Deputado Durval Amaral falou aqui, quanto as atitudes do Governo do PT a nível federal. E quem está reconhecendo as atitudes aqui é o Presidente do PSDB do Paraná. Porque enquanto vivemos uma crise, vivemos não, nós estamos chegando na crise. A crise vai começar a partir de janeiro, fevereiro. O que chegou até agora é a marolinha. E o que temos visto no Governo Federal? Preocupação com o desemprego.

Temos que reconhecer, somos adversários, não concordamos com muitas atitudes, achamos que o Lula num momento de muita popularidade, ele menospreza a inteligência dos brasileiros. A popularidade é um castelo de areia. O Sarney já viveu essa popularidade e saiu atropelado do Governo, saiu corrido do Governo. Se esse Governo não agir, esses dois anos podem corroer a sua popularidade. E o PT voltará a ser lembrado pelo dinheiro na cueca, pelas outras questões muito mais relevantes que vão ficar marcados na história.

Mas, tenho que reconhecer no momento de crise, Deputado Welter, V. Exa. que é o Líder do PT e queremos fazer um apelo a V. Exa., de dificuldade, no momento em que o seu Presidente da República toma medidas fortíssimas para combater o desemprego. Vejo aqui nesta Casa um outro PT. Não é o PT do Lula aqui. Porque o PT do Lula aqui certamente estaria junto com a Oposição contra este aumento de impostos.

Tem algumas questões que ninguém está levando a sério. Poderia enumerar aqui uma dezena de empresas que eu conheço e, poderia citar quantos trabalhadores já foram demitidos. Não tem esse milagre. Se você não vende, você não tem dinheiro, você é obrigado a demitir. Já fiz esse discurso aqui três vezes. Será que o Paraná está certo? Será que o Paraná está fazendo o quê? Qual é a medida que este Governo tomou para minimizar a crise que está chegando? Nem uma. Nem uma. E ainda tentam vender para a população esta minirreforma tributária como uma diminuição de impostos. E diga-se de passagem alguns órgãos da imprensa - e eu sou uma pessoa que não posso reclamar da imprensa. Tive ampla cobertura quando fui Líder da Oposição. Mas, alguns órgãos da imprensa venderam para a população que o Governo conseguiu votar em primeira discussão a diminuição de impostos. Quer dizer, parece que nós Deputados que somos contra este tarifaço que está aí, parece que estamos votando contra os paranaenses.

Falava há pouco para uma pessoa da imprensa: quando você chegar em casa hoje, e isso vai se consumir, porque nós temos vontade. Vamos segurar aqui, os Deputados que estiverem cansados vão descansar, porque eles só vão embora depois da meia-noite.

Não vamos entregar esse aumento de impostos de graça. Pelo menos fica ouvindo aqui os nossos discursos, vão ter que ouvir. Porque quando o cidadão paranaense - hoje na calada da madrugada estiver aprovado esse projeto - e chegar em casa, acender a luz lembre do Requião, que você estará pagando mais 2% no clicar da energia elétrica da luz da sua sala. Quando você abastecer seu carro e você estiver pagando mais 2%, lembre que é um presente de Natal que o Governador do Paraná está dando a todos os paranaenses. Quando por uma eventualidade você usar o telefone para felicitar um eleitor seu, lembre que você, Parlamentar, que está votando favorável, você penalizou o seu eleitor, também no telefone em 2%. É isso que tem que ficar aqui registrado. Tem que ficar

registrado, porque estamos votando um aumento de impostos.

Ou, Deputado Rangel, tem uma emenda ali que vi, que foi apreciada pela CCJ como constitucional, eu denominei a emenda Papai Noel. Você acredita que existe? Ele não existe, mas você acredita. É uma emenda que diz o seguinte: “Se houver aumento de impostos o Governo fica autorizado...” É uma marolinha. É uma maneira de justificar o injustificado.

Alguém acredita de sua consciência que o Governador do Paraná, esse Governo faminto como é por dinheiro, ele apresentaria uma reforma tributária para diminuir os impostos? Papai Noel, para o meu neto de quatro anos, existe. Para nós que pagamos impostos, não existe.

Srs. Parlamentares, vamos lembrar hoje e quem está nos assistindo lembrem, dos Parlamentares que vão votar aqui, ao clicar a luz da sua casa é 2% de presente, ao abastecer o seu carro é mais 2%, ao telefonar é mais 2%. No momento em que estamos cegos e não estamos enxergando. Quem não leu os jornais hoje no setor da economia: “Exportações do Paraná caem 27%.” Aí vem alguns Parlamentares querer me fazer à cabeça e diz o seguinte: “Não, mas o exportador não é atingido por essa minirreforma, por esse aumento de impostos.” Ora, na conta gráfica não, mas o exportador, eu vou citar aqui o meu exemplo, um ano e meio sem receber os créditos devidos do Governo com a minha empresa. Quantos paranaenses no Paraná hoje estão na mesma situação? Não estamos vendendo! Não temos um Governo parecido. Nós somos os geradores de empregos deste estado.

Outra coisa que me espanta, quero falar com o microempresário, com o pequeno, com o dono da padaria, como o dono da mercearia, com o dono do restaurante, com o dono de um bar, me desculpe, quero deixar claro aqui, os senhores têm que olhar suas representações como sindicatos, como entidades, porque hoje teria que estar lotada esta Casa de pequenos empresários do Paraná, contra esse aumento de impostos, porque eles hoje têm uma política tributária boa para o pequeno, mas a partir de hoje passa a ser taxado também.

Isso tem que ficar claro, porque quando o cidadão receber a conta, o presente de final do ano que está recebendo encaminhado pelo Sr. Governador para esta Casa, chancelada pelos Deputados de apoio ao Governo, esse é o cartão de Natal que estaremos mandando para os paranaenses.

O Sr. Osmar Bertoldi (DEM)

Em primeiro lugar o parabenizo pelo seu pronunciamento e o que eu vejo é a coisa mais errada dentro desse projeto. Primeiro, uma das coisas que o Governo do Estado mais acertou no seu primeiro mandato foi a questão das micro e pequenas empresas, as empresas do modo SIMPLES que o Requião sabiamente isentou e se concentrou nas grandes empresas para manter a arrecadação do estado. Quando faz esse projeto, tudo aquilo que ele

deu com uma mão, ele passa a tirar com a outra. A base da economia está sendo afetada.

No mundo moderno, todo e qualquer equipamento precisa de energia e diria que 90% dessa energia é elétrica, e quando taxa energia elétrica, quando você taxa algo que cada vez mais é necessário que é a comunicação entre as pessoas, que é o sistema de telefonia, você está saindo da contramão da história. É por isso que nós da Oposição votamos contra, porque acreditamos que não é possível dizer que vai diminuir imposto quando você tributa a base da economia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado Bertoldi.

Vou procurar encontrar assunto aqui para protelarmos essa votação, porque regimentalmente é o que nos cabe. Vamos votar sim, na ansiedade de votar, vota-se. Mas vamos votar na hora em que nós da Oposição resolvermos votar, porque não será assim com essa moleza que está aí plantada em plenário. Não é possível!

Aguardei três dias, em três Sessões, no dia de ontem não estive, mas aguardei uma semana para me pronunciar sobre um fato que ocorreu, lamentável, nesta Casa: o posicionamento do Deputado Felipe Lucas.

Queria falar com ele presente neste plenário, mas deve ser por questões pessoais, não entro nessa particularidade, mas quero dizer ao Deputado Felipe Lucas que ele tinha que voltar à tribuna desta Casa e pedir desculpas a um profissional respeitado deste estado. Esse profissional é o Dr. Pereira, filho do ex-Governador Mário Pereira, diga-se de passagem, que presta serviço à Liderança da Oposição, através do seu escritório quase que voluntariamente, em nome de uma causa, para dar sustentação à Oposição, porque fazemos um papel muito difícil com 12, 13, 14, 15 Parlamentares. É extremamente difícil, mas é muito salutar para o Governo do Paraná.

Gostaria muito da presença do Deputado Felipe Lucas aqui para dizer, aguardei uma semana, não sei se é o problema da reforma tributária a sua ausência, ou se é por motivos particulares. Mas quero dizer ao Deputado Felipe Lucas que ele foi injusto com o Dr. Pereira. O Dr. Pereira está no exercício da sua função, da sua profissão.

Uma outra questão, trazer brigas domésticas para dentro desta Casa, vamos virar aqui uma Câmara de Vereadores de Imbituva, porque se formos discutir a eleição de Imbituva, imagina! O candidato a Prefeito que ele não quer que o advogado defenda, só fez 70% dos votos. Sabem quanto o outro candidato fez? Não fez 20% dos votos, fez menos do que isso. Imagina, se o que ganhou não serve ao Dr. Felipe Lucas, imagina o dele se serve para nós!

Não entramos na questão dos candidatos a Prefeito. Quem ganhou, quem perdeu, isso é uma questão da Justiça. Há de se colocar aqui, o Dr. Felipe Lucas foi injusto, teceu um comentário muito ruim e que esta Casa repudia. Alguns até me questionaram: “Rossoni, você não vai falar sobre esta questão?” Eu estava aguardando a

presença do Parlamentar, porque de repente ele pode ter um argumento para fazer aquelas críticas. Mas, a postura do Dr. Pereira, com as atitudes no decorrer deste tempo que ele esteve sempre com o seu trabalho, aonde você vai ele tem o respeito dos seus oponentes, na sua profissão, pelo exercício da sua função.

O Deputado Felipe Lucas tinha que estar aqui hoje, no encerramento destes trabalhos, votando a reforma tributária e pedindo desculpas a este advogado, a este profissional, a este homem que tem, sim, respeito. Quero crer que tem o respeito de quase todos os Parlamentares desta Casa. Da Oposição, tenho certeza, porque ele convive no dia-a-dia.

O Sr. Osmar Bertoldi (DEM)

Só para ficar meu testemunho aqui, deste excepcional advogado. O Dr. Pereira, além de advogado, é meu amigo pessoal, desde a infância, um cidadão de caráter, de ética, de postura aguerrida que sempre foi sua marca. Mas sempre respeitando as pessoas, as opiniões adversas. Acho que o que esse Deputado fez desta tribuna não condiz, infelizmente, com o cargo que ele ocupa.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Ouçõ com atenção seu pronunciamento e ao mesmo tempo, já em Sessões anteriores, de demais Parlamentares, em cima daquilo que o Deputado Felipe Lucas acabou falando, no plenário da Assembleia Legislativa.

O que posso lhe dizer, do grau de conhecimento que tenho com o Pereirinha, o Dr. Luiz Fernando é uma das pessoas das mais éticas possíveis em embates políticos, pois ele é um advogado político, de demandas políticas. E naturalmente ele sempre se portou como uma pessoa da maior decência possível. Agora, se ele é advogado de uma das partes, lá no município de Imbituva, ele foi contratado e naturalmente está defendendo este lado. Agora, não é justo o Parlamentar atacar o advogado do lado contrário. Acho que ele se perdeu e errou na posição que adotou e tomou neste plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte e concluo meu pronunciamento, Deputado Reni Pereira, V. Exa. que é o Relator desta minirreforma tributária. Ela é tão ruim que não conseguimos, ainda, batizar, colocar o nome. É minirreforma, é aumento de impostos, o que é isso? A grande verdade é que é inoportuna.

Gostaria de pedir a todos os Parlamentares, vamos aqui, pelo menos, dar uma canseira. Vai ter gente que vai ter que pedir para nós votarmos. Vamos ouvir. Vamos tratar respeitosamente, mas vamos entregar esta vitória ao Governo de forma aguerrida. Não importa quantos votos nós temos. O que importa é que não concordamos com este aumento de impostos. E ficou claro isto, a diminuição de impostos de algumas mercadorias, de alguns setores, será e virá se o mercado quiser. A lei de mercado.

Quer dizer, quando é para impor, são impostos; quando é para colocar benefícios, é se Deus quiser, se o mercado quiser, se tiver boa vontade.

Quem está em festa, hoje, são os grandes supermercados. São os donos de supermercados. Eles teriam que amanhã fazer um almoço de confraternização com todos os Parlamentares desta Casa, porque eles estão recebendo um presente, hoje, de milhões que o povo vai pagar para eles terem esse lucro de uma hora para outra. Então, o Natal que esta Casa está oferecendo, quem está recebendo o presente são os donos de supermercados. Esses sim, têm que estar fortemente agradecidos, porque o Governo está sendo muito generoso com eles e, certamente, com o Governo generoso com uma classe ou com um setor da economia como os donos de supermercados, eles devem estar felizes, mas só não podem manifestar toda essa alegria ainda porque não está aprovado, porque de repente pode haver - ainda há esperança - uma recaída de alguns Parlamentares, uma recaída de alguns políticos e, de repente, conseguirmos aqui reverter esse quadro na última hora, o que certamente seria manchete de todos os jornais, não do Paraná, mas do Brasil: "A Assembleia Legislativa mostra a sua autoridade e faz o Governo recolher a sua fome de arrecadar."

Concedo aparte ao Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, que estaremos votando junto com a Oposição contra esse projeto de reforma tributária, como chama o Governo, um projeto que prefiro chamar de "pacotagem fiscal", porque me parece que é muito mais um pacote fiscal do que uma reforma tributária. Mas falarei sobre isso no momento apropriado.

Agora, quero me solidarizar com as palavras ditas por V. Exa. em relação ao eminente advogado Luiz Fernando Pereira. Ele é meu amigo desde a adolescência, é um dos profissionais mais conceituados do Direito na cidade de Curitiba e no estado do Paraná e tem, evidentemente, a prerrogativa de defender quem quer que seja, e neste caso ele estava defendendo uma pessoa que foi vitoriosa nas eleições com mais de 70% dos votos. Mas, mesmo que ele estivesse defendendo o maior criminoso deste país, ele estaria exercendo com ética a sua profissão de advogado, porque desde os tempos do império romano, tanto aquele que é acusado quanto o acusador têm direito a um advogado. Portanto, Luiz Fernando Pereira não merece nenhuma palavra de crítica por estar defendendo esse político como ele vem fazendo. Ele é um profissional respeitado e sério.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para concluir, quero dizer que passou por aqui o Deputado Romanelli e espero que o Líder do Governo tenha ido refletir na sala ao lado e tenha uma recaída em nome dos paranaenses.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças, pelo Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Deputado Rossoni, aceito a sua convocação, a convocação do Deputado Elio Rusch, a convocação do Deputado Douglas Fabrício, do Deputado Ney Leprevost, do Deputado Belinati, do Deputado Durval Amaral e dos companheiros de Oposição na Assembléia Legislativa. Teremos uma longa batalha pela frente! Um grande trabalho. Árduo, uma batalha difícil demais e todos nós sabemos. As pessoas estão acompanhando os nossos primeiros pronunciamentos a respeito desse projeto, que ao meu ver é inoportuno e extemporâneo, sendo que na minha opinião é um tarifaço e não uma reforma tributária. Precisamos de uma reforma tributária, mas não nesses moldes, pois não podemos, em hipótese alguma, concordar com aumento de tributos e de alíquotas para bens essenciais de consumo para a população e para os cidadãos paranaenses. Em hipótese nenhuma votarei a favor do aumento de impostos.

Tenho responsabilidade e não vou fugir dessa responsabilidade. Como estamos em processo de obstrução vamos encaminhar todas as emendas, separadamente. Somente as emendas individuais de minha autoria, são oito foram acatadas pela CCJ. Quero agradecer aos Srs. Deputados e, principalmente, ao Deputado Reni Pereira que analisou do ponto de vista constitucional, chegamos à conclusão de que temos boas emendas que podem corrigir ou minimizar os efeitos negativos desse projeto.

Temos uma emenda de suma importância para os micros e pequenos empresários porque reduzirá as alíquotas principalmente de energia elétrica. É uma emenda importantíssimo, precisamos votar isso na tarde de hoje ou na noite ou na noite de hoje. Porque nesse processo de obstrução vamos até altas horas e vou, aqui, encaminhar com meus companheiros todas as emendas porque são de extrema necessidade para os cidadãos paranaenses.

Temos a emenda que prevê a redução do imposto, da alíquota para os remédios de uso contínuo. Temos, também, a alíquota que vai beneficiar cada cidadão paranaense porque, infelizmente, o projeto vai passar e teremos um acréscimo em cada litro de gasolina de 12 a 15 centavos/litro, e o combustível no estado do Paraná poderá se tornar um dos mais caros do Brasil. Aprovado o projeto, aqui, nesta Sessão. Então, colocamos uma emenda para que a pauta do imposto sobre o combustível seja feita através da ANP, que vai beneficiar não só os proprietários dos postos de combustível, mas, principalmente, os consumidores que irão pagar menos por litro de combustível.

Temos uma emenda que fala sobre a revogação dessa matéria, desse projeto se os efeitos forem negativos como nós, Parlamentares da Oposição, cremos que assim será. Porque os efeitos são imprevisíveis. Mas, quando se aumenta bens essenciais, quando se aumenta telecomunicações, quando se aumenta combustível, quando se aumenta energia elétrica - principalmente energia elétrica aumenta tudo! É uma cadeia. E com essa emenda o projeto seria revogado se tivesse, realmente, esses efeitos negativos.

Temos uma emenda para que os supermercados, os hipermercados coloquem em exposição a lista dos produtos que irão sofrer a redução das alíquotas. Enfim, não estamos ainda encaminhando as emendas e, teremos a oportunidade para relatar cada uma em seu momento adequado. Mas, estamos já começando nossa batalha. São poucos os Deputados de Oposição. Sabemos que vem aí o famoso "tratoração", que poderá passar por cima da Bancada de Oposição e, infelizmente, aprovar um projeto que pode prejudicar os nossos cidadãos paranaenses.

Podemos perder uma batalha, mas vamos perder a batalha com a machadinha no meio dos dentes. Porque vamos até altas horas da noite, sim, encaminhando e contando para cada cidadão paranaense que esse projeto, neste momento, é inoportuno e prejudicial. Votamos não, o PPS, Partido Popular Socialista, da bancada que faço parte. Como Presidente da Comissão de Obras e como Líder desse bloco digo que estaremos unidos nesta Sessão para tentar barrar os efeitos danosos do projeto que será votado nesta tarde.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra, Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Queria inicialmente aqui me penitenciar, porque não estava no plenário no momento em que o Deputado Edgar Bueno se despedia desta tribuna, desta Casa, e eu não poderia me furtar, Deputado Edgar Bueno, de tecer algumas considerações, não só em meu nome, mas em nome do nosso Bloco, V. Exa. que foi um companheiro durante esses dois anos de convivência aqui, em muitas oportunidades pudemos somar o nosso bloco juntamente com a sua bancada, foi assim na oportunidade que decidimos que votaríamos em conjunto sobre a questão do Tribunal de Contas, em que acordamos que a orientação, Deputado Douglas Fabrício também fazia parte, o senhor foi um companheiro leal nesses dois anos com uma postura ética, defendendo não só os interesses da cidade de Cascavel, mas os interesses do estado do Paraná, motivo

pelo qual eu me somo aos Deputados da região oeste, que com certeza não vão fraquejar quando convocados por V. Exa., pelas demais lideranças de Cascavel nesse período, que tenho certeza é momentâneo, que Cascavel fica sem um representante daquela cidade aqui nesta Casa, mas tenha certeza que tem mais de oito Deputados da região, não bastasse isso o seu relacionamento aqui, com certeza o senhor tem uma bancada de 54 Deputados defendendo os interesses da sua cidade aqui, até que daqui a dois anos eu tenho certeza que Cascavel colocará aqui um ou dois Deputados. Isso é salutar para a democracia.

Então, V. Exa. deixa saudades nesta Casa, torço para que conduza o município de Cascavel com a maestria e com a competência que lhe é peculiar, e no que o nosso bloco puder contribuir estaremos à disposição nesta Casa. Boa sorte e parabéns pela decisão.

Sra. Presidente, gostaria aqui de agradecer, Deputado Elio Rusch, V. Exa. Líder da Oposição, bem como o Deputado Romanelli que não está aqui, e também em especial o Deputado Durval Amaral, pela confiança que depositaram em mim para que eu pudesse fazer o relatório dessa, que com certeza é uma das mais importantes matérias que será tratada nesta Casa, não só nesta legislatura, mas provavelmente aí no acúmulo da última legislatura também.

O compromisso que assumi com o Presidente da CCJ, e também com os Líderes da Oposição, na época já licenciados, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. recém-assumido, e o Deputado Romanelli, foi que não deixaria o meu posicionamento político e pessoal, quanto ao mérito, contaminar o meu relatório do ponto de vista da constitucionalidade, da legalidade. Assim eu fiz desde o começo, Deputado Elio Rusch. Muitas pessoas, não só Parlamentares, membros da imprensa, pensavam que eventualmente eu teria mudado a posição quando falei que era constitucional e legal a mensagem do Governo. E era e é constitucional e legal, porque o Governo, Deputado Durval Amaral, V. Exa. que nas últimas 48 horas deixou de lado o cargo de Presidente da CCJ e foi um parceiro para que pudéssemos contemplar tantas quantas fossem possíveis as emendas de Plenário, e assim o fizemos, só não foram acatadas as emendas que não tinham a mínima possibilidade de ter o seu aspecto da constitucionalidade e legalidade sustentado, tanto na Comissão quanto aqui no Plenário.

Quando defendi que o Governo cumpriu os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando enviou a esta Casa a mensagem dizendo que estaria dando um benefício da redução de 18% para 12% e mandou, anexo, um relatório dizendo que aumentaria a alíquota de cinco itens, de acordo com o inciso II do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele preenchia o requisito da legalidade, da constitucionalidade.

Durante as sete Audiências Públicas que presenciei, percebi que muitos produtos, mais essenciais que alguns que estavam na emenda, não tinham sido contemplados. E que pela ação de diversos Parlamentares, através de

emendas, foram sugeridas essas alterações. E dentro do critério de responsabilidade, fizemos algumas adequações. Fizemos isso justificando o equilíbrio econômico.

As emendas apresentadas, todas concordam com a diminuição, não concordavam com o aumento. E encontramos guarida para essas emendas no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde diz que o Governo pode dar benefício, desde que demonstre no exercício seguinte e no posterior que vai fazer a adequação orçamentária. E foi com base nisso que acolhemos todas as emendas que visavam assegurar os benefícios sem contemplar o aumento de alíquota.

E, para evitar dúvida, colocamos também, no dispositivo legal, alguns benefícios da legislação e de decretos que, em que pese estar em vigor, nem sempre são aplicados de forma uniforme no estado do Paraná.

Seguimos o mesmo espírito norteador da proposta, que é baixar a carga tributária dos consumidores com menor potencial de renda, para fazer uma distribuição de renda.

Quero assegurar a todos os Deputados, que o substitutivo geral não mudou um milímetro do espírito com que a mensagem do Governador Roberto Requião veio a esta Casa. Inclusive no que diz respeito ao equilíbrio financeiro. Só colocamos alguns produtos, frutos de emendas da Bancada da Oposição, Situação, como é o caso do material escolar e tomando o cuidado de retirar alguns que não desequilibrasse a mensagem.

Quero agradecer mais uma vez a confiança em mim depositada. E dizer que, qualquer um dos 54 Deputados poderia ter feito até melhor do que eu este relatório. Mas, me dediquei para não cometer injustiças e, principalmente, para não deixar contaminar nos aspectos técnicos, a minha posição quanto ao mérito, pois nunca deixei dúvidas. No dia que chegou a mensagem nesta Casa, subi a esta tribuna e falei que não era o momento de mexer na tributação. E continuo com o mesmo pensamento. Acabei de afirmar na imprensa, ninguém conserta o telhado em dia de chuva. Ou conserta antes ou espera passar a chuva, porque senão corre o risco de quebrar mais telhas ainda. E é um risco que estaremos correndo. Estou falando na questão de mérito. Na questão de constitucionalidade já são favas contadas. Já foi aprovado por unanimidade, tanto o substitutivo quanto o parecer às emendas e, agora, estamos realmente nos encaminhando para verdadeira votação, a votação que interessa, que é a votação de mérito.

Muitas vezes, projetos meritosos não podem chegar a este plenário, porque não passam pela barreira da constitucionalidade e da legalidade, e fica uma boa idéia presa na CCJ e temos que respeitar, porque esse é o processo legislativo. Não é o caso desta. A barreira da constitucionalidade e da legalidade é uma coisa, é a formalidade, agora é o mérito. Muitos Deputados que votaram favoráveis à constitucionalidade, poderão hoje dizer: concordo que a matéria é constitucional e é legal, mas ela é inoportuna e não é necessária, neste momento.

Até o que é necessário, poderemos ter a oportunidade, - os Deputados que assim o quiserem - de votar apenas os benefícios. Tem várias emendas que mantêm os benefícios e suprimem os aumentos de alíquotas, assim como têm outras que suprimem o da energia elétrica, do combustível e, também, da telefonia, deixa no álcool e no cigarro.

Existem várias maneiras de contribuirmos para economia e para o estado do Paraná e, principalmente, para os consumidores do Paraná para que não haja aumento e isso tudo será a partir de agora. Na verdade, agora é que começa a verdadeira votação da reforma tributária do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Último orador inscrito no Horário das Lideranças. PP, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati. Informo a V. Exa. que seu tempo é de 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputada Cida Borghetti, Deputado Jonas, Deputado Chico Noroeste, Deputados, Deputadas, visitantes, comitê de imprensa, telespectadores que dão a honra de fiscalizar, de acompanhar os trabalhos legislativos:

Hoje, será votado o Projeto nº 470/08, oriundo do Tribunal de Justiça, sobre a extinção da classe dos oficiais de Justiça. Evidentemente, os oficiais de Justiça gostariam de estar aqui lotando as galerias até para conversar, tentar sensibilizar nós Parlamentares, no sentido de votar contra a extinção dessa laboriosa categoria, mas eles têm que trabalhar. Se eles faltarem ao trabalho, correm o risco de uma punição administrativa e, por isso, então, por ser dia de semana, dia de trabalho, eles estão ausentes, poucos estão aqui representando a classe.

Recebi o despacho do Conselho Nacional de Justiça de uma Ministra, nobre Deputada Cida Borghetti, que esta Casa homenageou por iniciativa de V. Exa., numa festa comovente: a Ministra Ellen Gracie. É interessante a Resolução nº 048 de 18 de dezembro e 2007. Então, já tem mais de um ano essa resolução e, até agora, não foi cumprida. A resolução diz o seguinte: “A Presidente do Conselho Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições, conferidas pela Constituição Federal, especialmente o disposto no artigo 103, parágrafo 4º, inciso I, considerando haver sido confiada ao Conselho Nacional de Justiça a missão de orientar os órgãos jurisdicionais ao implemento de meios capazes de facilitar o acesso à Justiça, racionalizar o serviço prestado e viabilizar o aumento da produtividade, com vistas a garantir a efetividade da prestação jurisdicional. Considerando o papel dos oficiais de Justiça, na concretização da atividade jurisdicional, como elemento de dinamização do trâmite processual, à luz dos princípios do contraditório, ampla

defesa e da duração razoável ao processo, bem como a utilidade de deterem conhecimentos técnicos jurídicos, diante de ocorrência de situações imprevistas durante o cumprimento de mandado e também dentro do disposto no artigo 144, do Código de Processo Civil, a Ministra Hellen Grace deliberou, determinou, no dia 17 de dezembro do ano passado - vai completar um ano amanhã - aos tribunais, que passem a exigir como requisito para provimento do cargo de oficial de Justiça, a conclusão do Curso Superior de Direito, preferencialmente.”

Para quem não entendeu o termo que eu li, aqui, muitas vezes o oficial de Justiça tendo um curso superior, ao levar uma intimação para uma das partes, ele vai ter condições de explicar aonde a pessoa tem que bater diante daquela intimação. Tem gente que não tem informação e preparo escolar. Às vezes tem preparo escolar, mas não sabe como se conduzir depois que foi intimado e perde o prazo e é julgado à revelia. Diante de um curso superior, o oficial de Justiça estará bem habilitado, sim, para gratuitamente, em um ato de cortesia, prestar essa colaboração a essa parte. Um bom serviço de caráter social.

Hoje será votado o projeto nesta Casa e pela minha experiência, que já vai para 40 anos, estou achando que o “céu não está de Brigadeiro” para os nossos oficiais de Justiça. Como disse V. Exa., Deputado Rossoni, estão preparando um “tratoração” também na cabeça dos oficiais de Justiça. Não tenho dúvida nenhuma. Queira Deus, que eu esteja equivocado. Há uma bancada constituída de maneira esmagadora, da banda de lá. A banda de cá fará a defesa dos oficiais de Justiça, evidentemente. Hoje tendo poucos oficiais de Justiça, aqui seria bom que mesmo na ausência deles, esta Casa dê uma contribuição em não aprovar esse projeto, não dar a sua contribuição de Papai Noel, para extinguir a categoria dos oficiais de Justiça.

Vamos votar com as emendas, a favor delas. Presentes ou ausentes os oficiais de Justiça, volto a repetir. A quase totalidade está nesse momento, no cumprimento da missão que cada um tem no Poder Judiciário e, portanto, eles não podem estar presentes aqui.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Belinati. Também sou da mesma opinião. Acho que temos que votar pela emenda que preserva o trabalho dos valorosos fiscais de Justiça do Estado do Paraná. Estou acompanhando o seu pronunciamento. Podem contar com o meu apoio e o meu voto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, de coração. Não sou oficial de Justiça, mas é importante o apoio desse grande Parlamentar, Deputado Marcelo Rangel. Agora, com a colaboração também de outro ilustre Parlamentar, Douglas Fabrício. Concedo um aparte a V. Exa.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Parabenizar V. Exa. pelo discurso, dizer que esse projeto está na pauta, de nº 470, que trata dos oficiais de Justiça. Pelo que estou sentindo aqui ainda estou com pouca experiência, mas estou sentindo que a coisa vai demorar. Antes desse projeto tem o 402, que é aquele que o Governo quer aumentar a energia, o de aumento de imposto. Mas, aumenta e penaliza o povo. Esse do aumento vai dar uma discussão, não sei se até a meia-noite já terminamos de discutir, e aí depois vem dos oficiais de Justiça. Dá tempo até de mobilizar os oficiais de Justiça, que pudessem vir.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Aliás, queria dizer a V. Exa. que o bom é que demore mesmo, que os oficiais querem que esse projeto seja jogado para o ano que vem, que não seja discutido este ano. Então, não estão com pressa. Esse é o voto que fazemos aqui, que a Sessão vá até meia-noite, como hoje é o último dia e nós com calma, depois no ano que voltamos a ouvir todas as partes interessadas para não prejudicar ninguém. Que presente de Papai Noel! Mesmo com o pequeno número de oficiais na Casa, alguns estão pelos gabinetes constatando com os Parlamentares. Está aqui a palavra de uma das mais ilustres mulheres deste país que é a Ministra Ellen Gracie. Vai fazer um ano amanhã que ela determinou. O outro ponto fundamental é que a categoria deles também não seja extinta. Vamos torcer para que até a meia-noite não dê tempo de discutir. Eles não vão ficar tristes, não. Vão até aplaudir se for jogado para o ano que vem essa discussão.

Pela experiência que tenho de quase 40 anos, quando o pessoal comparece é um pouco mais fácil o convencimento de alguns Parlamentares. Então, vamos torcer.

Muitos Parlamentares que estão aqui tiveram o apoio desta categoria, espero que cada um retribua, até porque o pleito deles é muito justo, independente de ter tido ou não o voto. O importante é ter a solidariedade concreta, que eles não saiam daqui hoje constrangidos, magoados, uma decisão inversa. Tomara que ao final eles possam sair daqui vitoriosos.

E para terminar, Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou ontem o fim da reeleição para Prefeito, Governador e Presidente, estabelecendo mandato de cinco anos.

Acho que está correta esta matéria, porque quando comecei na política, o mandato de Prefeito, Governador e Presidente era de cinco anos. Somos contra a reeleição, tem muita gente que se reelege e acaba indo muito mal depois. Ou usa a máquina pública na sua campanha de reeleição e depois de reeleito parece que a pessoa perde a vontade de trabalhar e o povo acaba sendo prejudicado. O instituto até em universidade tem demonstrado que não tem sido uma boa coisa. O Presidente Lula, por enquanto, está sendo uma exceção bastante agradável. Não concluiu o mandato ainda, mas já ouvi da boca de Governador. Não aprovou de modo geral a reeleição, um mandato de

cinco anos seria um grande ponto para acabar com a reeleição. Quem não fizer uma grande obra em cinco anos não adianta dar reeleição. Portanto, o fim da reeleição é o que pregamos.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 045/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual, por intermédio da Paraná Turismo, a fazer a concessão de direito real de uso, a título precário e gratuito, ao SENAC/PR, do imóvel constituído pelo lote nº 01 (um), a quadra nº 15 (quinze), situado na zona D, no município e comarca de Foz do Iguaçu/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 040/08, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando que o nome do Deputado Professor Luizão, indicado anteriormente para compor a Comissão de Constituição e Justiça, como suplente, seja substituído pelo Deputado Pedro Ivo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 269/08, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da criação das 58ª e 59ª Seções Judiciárias, com sedes respectivamente, nas comarcas de Porecatu e Guaratuba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 270/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da criação das 57ª Seção Judiciária, com sede na comarca de Rio Branco do Sul e reclassificação das comarcas de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, comunicando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 11, 12 e 27/08/08; 02, 03 e 10/09/08 e 06, 07, 09 e 16 de outubro, em virtude de estar representando esta Casa de Leis em diversos compromissos na condição de Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 595/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da

Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Papa João Paulo II, no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 596/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Professora Rosa F. Johnson, no município de Almirante Tamandaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 597/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Dom João Bosco, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 598/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Rui Barbosa, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 599/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo, no município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 600/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de São Jorge d'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3986, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 02, 10, 11, 18 e 25/06/08; 02/06/08, visita a programas de segurança do Governo de São Paulo; 10 e 11/06/08 - Reunião com dirigentes partidários em Brasília; 18/06/08 - visita a programas voltados ao meio ambiente no estado de São Paulo; 25/06/08 - evento com pré-candidatos a Vereador da sigla DEM. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Há sobre a mesa requerimento formulado pelo Sr. Deputado Elio Rusch, solicitando a inversão da pauta da presente Sessão Ordinária.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente ao requerimento que pede a inversão da pauta, justamente no sentido que ontem, na condição de Líder do Governo, eu fui consultado pela Mesa justamente da oportunidade de incluir como item 01 da Ordem do Dia de hoje a proposta da reforma tributária, Projeto de Lei nº 402/08, e eu queria pedir aos Srs. Parlamentares para que pudéssemos, tendo em vista a importância do tema a ser tratado e certamente todo o processo de discussão que haverá sobre esse tema, da importância do projeto, de votar o projeto de lei, de votar o substitutivo geral aprovado pela CCJ, de votar as emendas, tanto as emendas com parecer favorável, quanto as emendas rejeitadas, e já tenho aqui em mãos dos destaques que foram solicitados pelos Srs. Parlamentares.

Então, quero encaminhar pela rejeição do requerimento de inversão da Ordem do Dia, mantendo a pauta, a Ordem do Dia que foi estabelecida, e isso vai fazer com que possamos ter um processo absolutamente normal de discussão, sem atropelos e que, efetivamente, possamos votar de acordo com o entendimento que já houve.

E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, que encaminho pela rejeição, quero requerer à Mesa que se procedesse chamada nominal e que a votação desse requerimento se desse através do painel eletrônico desta Casa.

Esse o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Quero pedir a atenção do Líder do Governo e dos demais Parlamentares, para encaminhar favorável ao requerimento para invertermos a pauta Deputado Romanelli, gostaria da sua atenção, até porque pela discussão que teremos com o item 1 da reforma tributária que será longa, cansativa e muito contundente.

Que tal invertermos a pauta, votarmos todos os outros projetos, limpamos a Ordem do Dia e deixamos para que votemos no final?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, vejo alguma pressa para votar a minirreforma tributária.

Queremos dizer a V. Exa. e ao Líder do Governo, que o compromisso assumido pelo Deputado Elio Rusch, como Líder da Oposição, será honrado pelos Srs. Parlamentares.

Agora, não temos compromisso com a pressa.

Então, estamos aqui pedindo preferência de votação, inversão de pauta, porque é uma pauta extensa, e como estamos ainda estudando algumas emendas que serão discutidas uma por uma desse projeto, nos daria

mais oportunidade para o conteúdo, para convenceremos os Parlamentares. Alguém pode perguntar: “Por que inverter pauta?” Para ganhar tempo porque vamos discutir o projeto mais importante no final, enquanto isso vamos estudando as emendas porque muitas emendas não tínhamos conhecimento. Quero que V. Exa. compreenda e por favor, não tenham pressa porque hoje não é dia de pressa aqui.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Elio Rusch é na verdade para facilitar para os Parlamentares porque esse projeto, o 402, está como item nº 1, esse vai ser o projeto que nós vamos discutir muito. São mais de 40 emendas, temos que discutir emenda por emenda, já foi feito um relatório brilhante pelo Deputado Reni Pereira, acatando umas não acatando outras.

Já tivemos a cautela, promovido por V. Exa. de andar pelo Paraná afora ouvindo, discutindo. Então queremos limpar a pauta porque tem outros projetos, até o dos oficiais de Justiça que estão aqui. A pauta tem 16 itens e terão discussões os outros projetos também. Gostaria de pedir aos outros Deputados, para que possamos votar favoravelmente esse requerimento e deixando o projeto de minirreforma para o último da pauta, esse sim ficaria para a grande discussão porque tem vários Deputados que estão estudando as emendas. Nós, da CCJ já tivemos acesso às emendas, mas muitos aqui não tiveram acesso a elas. Quero pedir que votemos favoravelmente ao requerimento do Deputado Elio Rusch.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero rapidamente dizer o seguinte: ontem quando da discussão com as lideranças de como se conduziria a votação hoje ficou acordado entre o Líder da Oposição e o Líder do Governo, eminente Deputado Romanelli que o primeiro item da pauta seria o projeto da minirreforma tributária. Acho que acordo é para ser cumprido e peço que se mantenha a pauta porque V. Exa., Sr. Presidente, determinou no primeiro item tendo em vista esse acordo que foi efetivado.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, na verdade ontem fizemos este acordo, quero pedir a compreensão do Presidente e dos ilustres Parlamentares que ouve este entendimento em colocar em primeiro item a reforma tributária. Devo reconhecer que foi feito este acordo, então se acordo foi feito ele deve ser cumprido. Só espero que todos os acordos que fizemos também sejam cumpridos até o término dessa Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero justificar, não quero ser eu aqui a quebrar acordo. Não participei e nem deveria participar,

não sou Líder da Oposição, não fui comunicado pelo Deputado Elio e nós assinamos o requerimento junto com o Deputado Elio. Então eu acato a decisão do Deputado Elio, o acordo que ele fez, agora não possa saber, por telepatia esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está prejudicado o encaminhamento, porque o Deputado Elio Rusch retira o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Retiro o requerimento para que possamos cumprir o acordo firmado ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes, porém, o Requerimento nº 3968, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Requerimento nº 3958, de autoria dos Deputados Dr. Batista, Péricles de Mello, Alexandre Curi e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 17/12/08, em Comissão Geral de Plenário para a discussão, emissão de parecer e votação das seguintes matérias: 300/07, 005, 314, 354, 375, 391, 393, 402, 468, 469, 496, 515, 541 e 544/08. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O 515...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não precisava nem... o acordo será cumprido. O que foi combinado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

A mesma coisa agradeço ao Líder do Governo por ter recuado também.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3966, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das emendas de Plenário constantes do Projeto nº 402/08, que receberam parecer contrário da CCJ, item 01 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Questão de Ordem**)

Quero debater esse requerimento. Pedimos destaque para três emendas do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder a votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria apenas de saber o número das emendas rejeitadas que estão sendo votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

São oito, nºs: 02, 09, 16, 18, 22, 36, 39 e 40.

Esclareço que tudo isso foi acordado ontem com todas as Lideranças num encontro que nós tivemos. Estamos nos tornando repetitivos.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências. (Reforma Tributária). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 402/08

Art. 1º Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas na Lei nº 11580, de 14/11/96, as seguintes alterações:

I - o artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. As alíquotas internas são, conforme o caso e de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) ou a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH), assim distribuídas:

I - alíquota de sete por cento nas operações com alimentos, quando destinados à merenda escolar, nas vendas a órgãos da administração federal, estadual ou municipal;

II - alíquota de doze por cento nas prestações de serviços de transporte intermunicipal e nas operações com os seguintes bens e mercadorias, exceto em relação às saídas promovidas pelos estabelecimentos beneficiados pelas Leis 14895/05 e 15634/07, estendendo-se às importações realizadas vias terrestres o tratamento disposto na Lei nº 14985/06.

a) canetas esferográficas, canetas e marcadores, com ponta de feltro ou com outras pontas porosas, canetas-tinteiro (canetas de tinta permanente) e outras canetas, cargas

com ponta, para canetas esferográficas, lápis, minas para lápis ou lapiseiras, lousa e quadros para escrever ou desenhar, cores para pintura artística atividades educativas e recreação ou de desenho, colas e adesivos, borrachas de apagar (NCM 9608.1000 a 9608.9990, 9609.1000 a 9609.9000, 9610.0000, 3213.1000 a 3213.9000, 3506.1000 a 3506.9900, 4016.9200).

b) animais vivos;

c) hortifrutigranjeiros e agropecuários, em estado natural, casulos do bicho-da-seda; sementes, embriões, ovos férteis, girinos e alevinos;

d) alimentos, água mineral (NCM 2201), sucos de frutas (NCM 2009) e água de coco;

e) rações, farinhas, farelos, tortas e resíduos destinados à alimentação animal ou utilizadas na sua fabricação;

f) refeições industriais (NCM 2106.90.90) e demais refeições quando destinadas a vendas diretas a corporações, empresas e outras entidades, para consumos de seus funcionários, empregados ou dirigentes, bem como fornecimento de alimentação de que trata o inciso I do artigo 2º, exceto o fornecimento ou a saída de bebidas;

g) fármacos, medicamentos, drogas, soros e vacinas, inclusive veterinários; cápsulas vazias para medicamentos;

h) de higiene pessoal e limpeza:

1. xampus (NCM 3305.10.00);

2. dentífrícios (NCM 3306.10.00);

3. desodorantes corporais e antiperspirantes (NCM 3307.20);

4. papel higiênico (NCM 4818.10.00);

5. absorvente e tampões higiênicos fraldas para bebês e geriátricas e artigos higiênicos semelhantes (NCM 4818.40);

6. escovas de dentes (NCM 9603.21.00);

7. protetor solar (NCM 3304).

i) calçados, tecidos, artefatos de tecidos, artigos de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário, inclusive roupas íntimas e de banho, camisolas e pijamas, gravatas, meias, luvas, lenços, xales, echarpes, cachecóis, mantilhas e véus;

j) sacolas ecológicas;

k) de uso doméstico:

1. artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de plástico, madeira, porcelana, cerâmica e vidro (NCM 3924.10.00, 4419.00.00, 6911.10, 6912.00.00 e 7013.10.00 a 7013.49.00); talheres (NCM 8211.10.00, 8211.91.00, 8211.92.10 e NCM 82.15); panelas;

2. fogões de cozinha até quadro bocas;

3. refrigeradores e freezers até 300 litros com apenas uma porta.

4. máquinas de lavar roupa (NCM 8450.1) até seis kg;

5. máquinas de costura para fins domésticos (NCM 8452.10.00) e ferros elétricos de passar (NCM 8516.40.00);

6. chuveiros e duchas;

7. aparelhos receptores de televisão, exceto plasma e cristal líquido (LCD), até 29 polegadas (NCM 85287200 e 85287300).

l) assentos (NCM 9401); móveis (NCM 9403); suportes elásticos para camas (NCM 9404.10) e colchões (NCM 9404.2);

m) destinados à construção civil:

1. areia, argila, saibro, pedra bruta, brita graduada e pedra marruada;

2. tijolo, telha, tubo e manilha, de argila ou barro;

3. telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, de cimento, de concreto, ou de pedra artificial, mesmo armadas;

4. cal (NCM 2522), calcário (NCM 2521.00.00) e gesso (NCM 2520.20);

5. blocos e tijolos (NCM 6810.11.00);

6. ladrilhos e placas de cerâmica (NCM 6907 e 6908);

7. pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica (NCM 6910.10.00 e 6910.90.00);

n) madeiras e suas obras:

1. lenha (NCM 4401.10.00);

2. madeira em bruto (NCM 4403 e 4404);

3. painéis de fibras ou de partículas e painéis semelhantes, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos (NCM 4410 e 4411);

4. madeira compensada (contraplacada), folheada, e madeiras estratificadas semelhantes (NCM 4412); madeira “densificada”, em blocos, pranchas, lâminas ou perfis (NCM 4413);

5. molduras de madeira (NCM 4414); caixotes, caixas, engradados, barricas e embalagens, carretéis para cabos, paletes simples, paletes-caixas e outros estrados para carga e taipais de paletes (NCM 4415); barris, cubas, balsas, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respectivas partes de madeira, incluídas as aduelas (NCM 4416); ferramentas, armações e cabos, de ferramentas, de escovas e de vassouras; formas, alargadeiras e esticadores, para calçados (NCM 4417); obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis para soalhos e as fasquias para telhados (“shingles” e “shakes”) (NCM 4418);

o) plásticos e suas obras:

1. blocos de espuma (NCM 3909.50.29);

2. perfis de polímeros de cloreto de vinila (NCM 3916.20.00);

3. tubos e seus acessórios (NCM 3917);

4. outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares (NCM 3920);

5. artigos de transporte ou de embalagem; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos para fechar recipientes (NCM 3923).

p) combustíveis:

1. gasolina de aviação (NCM 2710.11.51);

2. óleo diesel (NCM 2710.19.21);

3. mistura óleo diesel/biodiesel (NCM 2710.19.21);

4. gás liquefeito de petróleo (NCM 2711.19.10);

5. gás natural (NCM 2711.11.00 e 2711.21.00);

6. gás de refinaria (NCM 2711.29.90);

7. biodiesel (NCM 3824.90.29).

q) máquinas, implementos, tratores e micro-tratores, agropecuários e agrícolas (NCM 8201, 8424.81, 8432, 8436, 8437 e 8701, 8433.20.90, 8433.5100, 8433.59.90 e 8433.90.90);

r) máquinas e aparelhos industriais, exceto peças e partes (NCM 8417 a 8422, 8424, 8434 a 8435, 8438 a 8449, 8451, 8453 a 8465, 8468, 8474 a 8480 e 8515);

s) empilhadeiras (NCM 8427.1019, 8427.2010 e 8427.2090); trator de esteira (NCM 8429.1190), rolo compactador (NCM 87018429.4000), motoniveladoras (NCM 8429.2090), carregadeiras (NCM 8429.51.9), escavadeira hidráulica (NCM 8429.5290) e retroescavadeiras (NCM 8429.5900);

t) elevadores e monta-cargas (NCM 8428.10), escadas e tapetes rolantes (NCM 8428.40), partes de elevadores (NCM 8431.31), eixos, exceto de transmissão e suas partes (NCM 8708.5) e outros reboques e semi-redoques, para transporte de mercadorias (NCM 8716.3);

u) veículos automotores novos e peças para veículos automotores, inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, quando a operação seja realizada sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subseqüentes, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;

v) independentemente de sujeição passiva por substituição tributária, os veículos classificados na NBM/SH, com o sistema de classificação adotado até 31/12/96:

8701.20.0200,	8701.20.9900,	8702.10.0100,
8702.10.0200,	8702.10.9900,	8704.21.0100,
8704.22.0100,	8704.23.0100,	8704.31.0100,
8704.32.0100,	8704.32.9900,	8706.00.0100 e
8706.00.0200;		

x) da indústria de automação e eletrônica:

1. máquinas e aparelhos de impressão por meio de blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442;

2. máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas; caixa registradora eletrônica (NCM 8470.50.1) partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos da subposição 8470.2, do item 8470.50.1, da posição 8471, dos subitens 8472.90.10, 8472.90.30 e 8472.90.90, e dos itens 8472.90.2 e 8472.90.5 desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados nesta alínea (NCM 8473); partes e acessórios das máquinas da posição 8471 (NCM 8473.30); outros (NCM 8473.30.19);

3. motores de passo (NCM 8501.10.1); transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de alta indução (NCM 8504);

4. discos, fitas, dispositivos de armazenamento não volátil de dados à base de semicondutores, “cartões inteligentes” (“smart cards”) e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos (NCM 8523);

5. aparelhos transmissores (emissores) com aparelho receptor incorporado baseados em técnica digital (NCM 8525); receptores pessoais de radiomensagens - “pager” (NCM 8527.90.1);

6. aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual, exceto os aparelhos residenciais (NCM 8531);

7. condensadores elétricos próprios para montagem em superfície - SMD (NCM 8532.21.10, 8532.23.10, 8532.24.10, 8532.25.10, 8532.29.10 E 8532.30.10); resistências elétricas próprias para montagem em superfície -SMD (NCM 8533); circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes neste item (NCM 8534.00.00); interruptor, seccionador, comutador e codificador digitais (NCM 8536.50); conectores para circuito impresso (NCM 8536.90.40); comando numérico computadorizado (NCM 8537.10.1); controlador programável (NCM 8537.10.20); controlador de demanda de energia elétrica (NCM 8537.10.30);

8. diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou painéis; diodos emissores de luz, cristais piezelétricos montados (NCM 8541); circuitos integrados e microconjuntos, eletrônicos (NCM 8542); máquinas e aparelhos elétricos com funções próprias, não especificados nem compreendidos em outras posições (NCM 8543);

9. fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos elétricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras óticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão (NCM 8544); cabos de fibras óticas (NCM 8544.70); fibras óticas (NCM 9001.10.1); feixes e cabos de fibras óticas (NCM 9001.10.20); dispositivos de cristais líquidos - LCD (NCM 9013.80.10);

10. instrumentos e aparelhos digitais para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária (NCM 9018); aparelhos digitais de mecanoterapia; de ozonioterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia; aparelhos digitais respiratórios de reanimação e outros aparelhos digitais de terapia respiratória (NCM 9019);

11. implantes dentários em geral, de qualquer material, inclusive os de titânio, de todas as formas, diâmetros e alturas, próprios para serem fixados nos ossos da mandíbula, maxilar ou zigomático, suas partes, acessórios e complementos (NCM 8108).

III - alíquota de vinte e cinco por cento (25%) nas operações com:

a) armas e munições, suas partes e acessórios (NCM Capítulo 93);

b) balões dirigíveis; planadores, asas voadoras e outros veículos aéreos, não concebidos para propulsão com motor (NCM 8801.00.00);

c) embarcações de esporte e de recreio (NCM 8903);

d) energia elétrica destinada à eletrificação rural;

e) peleteria e suas obras e peleteria artificial (NCM Capítulo 43);

f) perfumes e cosméticos (NCM 3303; 3304; 3305, exceto 3305.10.00; e 3307, exceto 3307.20);

IV - alíquota de vinte e oito por cento (28%) nas operações com:

a) gasolina, exceto para aviação;

b) álcool anidro para fins combustíveis;

V - alíquota de vinte e nove por cento (29%) nas prestações de serviços de comunicação e nas operações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) fumo e sucedâneos, manufaturados (NCM 2402.10.00 a 2403.99.90);

c) bebidas alcoólicas (NCM 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208);

VI - alíquota de dezoito por cento (18%) nas operações com os demais bens e mercadorias.

§ 1º Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

I - o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste estado;

II - da entrada de mercadoria ou bens importados do exterior;

III - das prestações de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste estado;

IV - o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada, desde que não contribuinte do imposto.

§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea “t” do inciso II deste artigo, independe da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:

I - no recebimento do veículo importado do exterior, por contribuinte do imposto, para o fim de comercialização, integração no ativo imobilizado ou uso próprio do importador;

II - na operação realizada pelo fabricante ou importador, que destine o veículo diretamente a consumidor ou usuário final, ou quando destinado ao ativo imobilizado do adquirente.

§ 3º Para efeito do disposto na parte final do inciso II do parágrafo 2º, é condição que eventual e posterior alienação do veículo ou sua transferência para outro estado, pelo estabelecimento adquirente, ocorra após o transcurso de, no mínimo, 12 (doze) meses da respectiva entrada, circunstância que deverá constar no documento fiscal emitido referente à aquisição e será informada ao fisco de destino do veículo.

§ 4º O não cumprimento da condição, tratada no parágrafo 3º, ensejará a cobrança, do estabelecimento

adquirente, do imposto devido, decorrente da diferença entre a aplicação da alíquota prevista no inciso VI do *caput* e aquela tratada na alínea “t” do inciso II do *caput*, com os acréscimos legais cabíveis, desde a data de entrada do veículo no seu estabelecimento.

§ 5º O disposto nos parágrafos 3º e 4º aplica-se a veículos automóveis de passageiros (NCM 8703) e veículos comerciais leves com capacidade de carga de até 5t (NCM 8704), e não se aplica no caso de sinistro por perda total do veículo a ser comprovado de acordo com a legislação própria e/ou segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos.”

II - fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 15:

“Parágrafo Único. Na saída de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a respectiva alíquota interestadual”.

III - a alínea “b” do parágrafo 6º do artigo 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) consumida no processo de industrialização, inclusive no depósito, armazenagem, entrepostagem, secagem e beneficiamento de matéria-prima.”

Art. 2º O Governo do Estado a partir de janeiro de 2009, através do PROCON e IPARDES listará e acompanhará trimestralmente a variação dos preços dos itens que devem sofrer redução, nas grandes redes supermercadistas, de magazines e atacados, inclusive com a divulgação dos nomes dos estabelecimentos, autorizando a adoção de medidas necessárias para que a lei atinja o objetivo proposto.

Art. 3º Nas saídas interestaduais e contribuintes e nas internas a contribuintes e enquadrados no SIMPLES Nacional, de veículo automotor que, comprovadamente, nos termos da legislação própria tenha sofrido perda total por sinistro e desde que adquiridos no estado físico imediato ao dano irreparável, será concedido o mesmo tratamento tributário do veículo usado.

Art. 4º Nas saídas de sucatas de metal, quando devido o ICMS, o tributo será recolhido em conta gráfica, dispensado qualquer pagamento antecipado (Convênio/Confaz nº 113/07).

Art. 5º Esta lei vigorará a partir do primeiro mês subsequente ao decurso de noventa (90) dias da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01 AO

PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autores: Nelson Justus e Alexandre Curi.

Apoiamentos: Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi e Francisco Bühner.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo reduzir alíquota para 12% para implantes dentários em geral.

A emenda foi acolhida no artigo 1º da emenda substitutiva geral, incluindo pois ao artigo 14 da Lei nº 11580/96, II, “x”, 11.

O acolhimento da emenda faz-se necessário porque os implantes são considerados produtos essenciais à saúde e restabelecimento de qualidade de vida de qualquer cidadão.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02 AO

PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Osmar Bertoldi.

Apoiamentos: Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Plauto Miró e outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo fazer incidir ICMS sobre a entrada no território paranaense de álcool hidratado, quando não destinados a comercialização/produção.

A medida pretendida e consubstanciada na presente emenda não será atendida na forma proposta já que as operações com álcool hidratado estão submetidas a tributação normal e também com substituição tributária, estando inteiramente regulamentada. Os dispositivos que se pretende criar na verdade se aplicam com eficácia com relação aos combustíveis derivados do petróleo, que possuem imunidade tributária nas operações interestaduais. Ao se prever a possibilidade de cobrança na entrada de território paranaense, quando não destinada à comercialização ou industrialização, pretende-se arrecadar na hipótese de uso, como com as compras das transportadoras em relação ao diesel. Por isso, a emenda é rejeitada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03 AO

PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Tadeu Veneri.

Apoiamentos: Elio Rusch, Valdir Rossoni, Péricles de Mello, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Cida Borghetti e Caíto Quintana.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo manter a atual alíquota de ICMS para comunicação e energia elétrica quando o consumidor for indústria ou comércio de panificação. A emenda recebe parecer favorável, mas sem ser incorporada ao texto da emenda substitutiva geral.

A aprovação dá-se para benefício das micro e pequenas empresas do estado, ante disposição constitucional, em seu artigo 146, III. Inclusive, por pertinência temática, pode se agrupar com a Emenda de Plenário nº 21.

Além do que, emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Douglas Fabrício.

Apoiamentos: Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 7% para o ICMS incidente sobre materiais de construção civil.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso em tela, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 05 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Douglas Fabrício.

Apoiamentos: Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Elio Rusch.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo suprimir do projeto a elevação de alíquota de ICMS sobre a energia elétrica, gasolina e álcool anidro.

Emendas que reduzem alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 06 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Plauto Miró.

Apoiamentos: Elio Rusch, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Douglas Fabrício.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo retirar do projeto a redução de alíquotas para autopeças, para custear a redução de alíquota dos outros itens. A presente emenda deve ser considerada, em verdade, como emenda supressiva, visto que está a se retirar produto da lista de redução de alíquotas. Assim, entende-se que o Parlamentar tem o poder de propor tal medida e mais, em nada deve tal proposta afetar a constitucionalidade ou legalidade do presente projeto. Assim, o parecer é favorável, mas sem estar acolhida na emenda substitutiva geral.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 07 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Plauto Miró.

Apoiamentos: Elio Rusch, Valdir Rossoni e Ademar Traiano.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo excluir da elevação de alíquota a prestação de serviço de comunicação.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no presente caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 08 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Caíto Quintana.

Apoiamentos: Tadeu Veneri, Dobrandino da Silva, Elio Rusch e outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a revogar a presente lei, se num prazo de seis meses, as reduções buscadas não forem repassadas ao preço para consumidor. A emenda foi acolhida, com a modificação do artigo 2º da mensagem enviada pelo Poder Executivo.

Da mesma forma, faz-se imperioso que se crie mecanismos de controle e avaliação periódicos para auferir, em relação aos consumidores, o resultado efetivo da medida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 09 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autores: Ney Leprevost, Stephanes Júnior, Marcelo Rangel, Dr. Batista, Rosane Ferreira, Teruo Kato e Ribas Carli Filho.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo isentar ICMS sobre a contas de energia elétrica e telefônicas das Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos. Em que pese a relevância da proposta, deve a emenda ser rejeitada. Isto porque está se buscando trazer isenção sem os requisitos constitucionais, quais sejam, convênio CONFAZ (artigo 155 da Constituição Federal e Lei Complementar nº 024/75), bem como a ausência de impacto econômico-financeiro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 10 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Luiz Claudio Romanelli.

Apoiamentos: Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Plauto Miró, Alexandre Curi e Elton Welter.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo instituir alíquota de 12% para produtos escolares listados.

A emenda foi acolhida, em seu artigo 1º, que deu nova redação ao artigo 14 da Lei nº 11580/96, II, “a”. O acolhimento deu-se por se considerar os materiais listados como sendo de primeira necessidade, visto sob a ótica da essencialidade. Ademais, é norma constitucional (artigo 205 da Constituição Federal) o dever do estado em incentivar e promover o acesso à educação e a cultura para todos.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no presente caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 11 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Luiz Claudio Romanelli.

Apoiamentos: Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Alexandre Curi e Elton Welter.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 12% para aparelhos receptores de televisão, exceto plasma e cristal líquido, até 29 polegadas. A

emenda listada foi acolhida no artigo 14, II, “I”, 7 da Lei nº 11580/96. A televisão hoje em dia pode ser considerado bem de consumo popular, outrossim, é meio apto a difundir informações de modo eficaz. Na esteira da essencialidade, os bens que não são considerados bens de consumo salário foram excepcionados no próprio texto da emenda, como por exemplo TVs de plasma e LCD.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, sendo a presente incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 12 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Luiz Claudio Romanelli.

Apoiamentos: Péricles de Mello, Dobrandino da Silva, Alexandre Curi e Elton Welter.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo alterar redação do artigo 14 da Lei nº 11580/96, no que se refere a instrumentos concebidos para demonstração, para uso em instituições de ensino e de exposições.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 13 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Stephanes Júnior.

Apoiamentos: Plauto Miró, Elio Rusch, Douglas Fabrício e Ademar Traiano.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo fixar alíquota de 12% para lenços e toalhas de guardanapos.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 14 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Stephanes Júnior.

Apoiamentos: Plauto Miró, Elio Rusch, Douglas Fabrício e Ademar Traiano.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 12% nas operações com bebidas alcoólicas.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 15 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Stephanes Júnior.

Apoiamentos: Plauto Miró, Elio Rusch, Douglas Fabrício e Ademar Traiano.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 12% para os produtos de material de escritório ou escolar. A emenda foi contemplada parcialmente na emenda substitutiva geral, trazendo nova redação ao artigo 14, II, “a” da Lei nº 11580/96, por considerar parte dos produtos listados como essenciais para o acesso a educação e cultura, valores constitucionalmente estabelecidos, como no artigo 205 do texto da Magna Carta.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 16 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Stephanes Júnior.

Apoiamentos: Plauto Miro, Elio Rusch, Douglas Fabrício e Ademar Traiano.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo retirar alíquota de 29% para o produto vinho. A emenda foi rejeitada por se considerar que o produto já dispõe de tratamento favorecido do estado, através de regra constante do artigo 50, parágrafo 39 e XXXIV do Decreto nº 5141/01 (RICMS), pelo qual se dá crédito presumido ao estabelecimento produtor de vinho.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 17 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Stephanes Júnior.

Apoiamentos: Plauto Miró, Elio Rusch, Douglas Fabrício, Ademar Traiano e outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 12% para outros brinquedos que especifica.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 18 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Augustinho Zucchi.

Apoiamentos: Marcelo Rangel, Elio Rusch, Nelson Justus, Luiz Carlos Martins e Douglas Fabrício.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo trazer o vinho dos produtos com alíquota de 29% das bebidas alcoólicas. A emenda foi rejeitada por se considerar que o produto já dispõe de tratamento favorecido no estado, através de regra constante do artigo 50, parágrafo 39 e XXXIV do Decreto nº 5141/01 (RICMS), pelo qual se dá crédito presumido ao estabelecimento produtor de vinho.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 19 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Tadeu Veneri.

Apoiamentos: Antonio Belinati, Elio Rusch, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício e outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 26% nas operações com gasolina, exceto para aviação e alíquota de 28% nas operações com álcool anidro para fins combustíveis.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 20 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Tadeu Veneri.

Apoiamentos: Antonio Belinati, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Douglas Fabrício.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo retirar da elevação de alíquotas de 29% o fumo e bebidas alcoólicas.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 21 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Péricles de Mello.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo retirar a elevação de alíquotas da energia elétrica para micro e pequenas empresas. A emenda recebe parecer favorável, mas sem ser incorporada ao texto da emenda substitutiva geral. A aprovação dá-se para benefício das micro e pequenas empresas do estado, ante disposição constitucional, em seu artigo 146, III. Inclusive, por pertinência temática, pode se agrupar com a Emenda do Plenário nº 03.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 22 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Péricles de Mello.

Apoiamentos: Luciana Rafagnin, Professor Luizão, Elton Welter e outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer que o Poder Executivo deverá apresentar proposta para ampliar a isenção ou redução de alíquotas, no prazo de 30 dias, para micro e pequenas empresas. A emenda, em que pese sua relevância, deve ser rejeitada, visto que está sendo quebrado o princípio da independência dos poderes, insculpido

no artigo 2º da Constituição Federal, na medida em que está se obrigando o Poder Executivo a tomar certa providência, qual seja, elaborar proposta no prazo de 30 dias.

Por se tratar de princípio basilar da ordem constitucional, a separação dos poderes tem por objetivo servir de freio de um poder ao outro, evitando-se dessa forma os arbítrios que poderiam ser praticados se houvesse ingerência de um poder sobre o outro, como explica Montesquieu:

“Quando na mesma pessoa, ou no mesmo corpo de magistrados, o poder legislativo se junta ao executivo, desaparece a liberdade (...). Não há liberdade se o poder judiciário não está separado do legislativo e do executivo. (...) E tudo estaria perdido se a mesma pessoa, ou o mesmo corpo de nobres exercesse os três poderes: os de fazer leis, o de ordenar a execução das resoluções públicas e o de julgar os crimes.”¹.

Inicialmente, devemos considerar a teoria da separação dos Poderes, que divide os Poderes Estatais em três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Vejamos os ensinamentos de Marçal Justen Filho sobre o tema:

A teoria da separação dos Poderes Estatais é um mecanismo clássico de organização e limitação do Poder Político, e consiste em impedir que todas as funções sejam concentradas em uma única estrutura organizacional. Isso produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o “poder controle o próprio poder”, ou seja, gera a fragmentação do poder, com uma pluralidade de sujeitos exercitando competências distintas e controle recíproco². (Grifo nosso)

O entendimento jurisprudencial é pacífico ao considerar que, a iniciativa legislativa estabelecida na Constituição Federal deve ser respeitada pelo ente federado, de forma que as competências do Poder Executivo Federal serão automaticamente transmitidas ao Poder Executivo Estadual no que couber:

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Constituição do Estado de Rondônia. Limites sobre o número de Secretarias de Governo e respectivos cargos. Inadmissibilidade. Vício de iniciativa. 1. Os estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal ao qual devem sujeitar-se do modelo obrigatoriamente (CF, artigo 25, caput). Entre as matérias que não podem ser disciplinadas pelo poder constituinte estadual acham-se aquelas cuja iniciativa reservada são do Chefe do Poder Executivo (CF, artigos 61, parágrafo 1º, II, a e e 84, I, VI a e b e inciso XXV). 2. Não pode a Constituição do Estado liminar o número de Secretarias de Governo, dispor sobre os respectivos cargos, promover a fusão de unidades administrativas e a extinção de órgãos e funções gratificadas. Ação direta de inconstitucionalidade procedente. (STF, ADI nº 102, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgada em 08/08/02).

1.Montesquieu, (Charles Louis Secondat, Baron de la Brède et). Os Espírito das Leis. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996. p. 166.

2.Justen Filho, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1 ed. pg. 23.

Isso porque fere, além dos dispositivos constitucionais supracitados, o princípio basilar da separação dos poderes, previsto no artigo 2º da Constituição da República e no artigo 7º da Constituição Estadual:

Art. 2º São Poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 7º São Poderes do estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo Único. Salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições, sendo que quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro. (grifos nossos).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 23 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Péricles de Mello.

Apoiamentos: Luciana Rafagnin, Elton Welter, Professor Luizão e outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer que o Poder Executivo deverá em seis meses, avaliar o impacto trazido pela proposta, para fazer ajustes necessários. A emenda foi acolhida, com a modificação do artigo 2º da Mensagem enviada pelo Poder Executivo.

Da mesma forma, faz-se imperioso que se crie mecanismos de controle e avaliação periódicos para auferir, em relação aos consumidores, o resultado efetivo da medida.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 24 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Diversos Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer alíquota de 12% para as produtos que detalha, ligados a limpeza.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 25 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Diversos Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder ajustes orçamentários para efetivar equilíbrio das finanças públicas. Ademais, estabelece

alíquota de 12% para sorvetes e água mineral. A emenda foi acolhida no que se refere a água mineral, ante a sua essencialidade comparado com os demais itens listados. Inclusive, pelo mesmo motivo da seletividade, houve-se por bem não acolher o item sorvete e preparados para sorvete. Assim, foi contemplada a presente emenda no artigo 14, II, “c” da Lei nº 11580/96.

Emendas que reduzem alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 26 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Diversos Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo manter alíquotas atuais para os produtos que estabelece. Também pretende autorizar o Poder Executivo a estabelecer ajustes que se façam necessários para equilíbrio financeiro. A emenda foi acolhida, com a modificação do artigo 2º da Mensagem enviada pelo Poder Executivo.

Da mesma forma, faz-se imperioso que se crie mecanismos de controle e avaliação periódicos para auferir, em relação aos consumidores, o resultado efetivo da medida.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 27 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Diversos Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo manter alíquotas para energia elétrica no patamar atual, bem como de gasolina e álcool anidro. Ademais, mantém alíquotas para fumo e bebida.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem ser acolhida no texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 28 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Diversos Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo manter alíquota de energia elétrica em 27% e mantém o projeto em relação ao fumo e bebidas alcoólicas.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 29 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Vários Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estabelecer progressividade de alíquotas do ICMS incidente sobre a energia elétrica por faixas de consumo. A emenda recebe parecer favorável, sem estar constante da Emenda Substitutiva, do ponto de vista constitucional pelo artigo 145, parágrafo 1º, qual seja, princípio da progressividade. Ademais, o artigo 3º, traz mecanismo autorizativo para estabelecer equilíbrio das contas públicas.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 30 AO
PROJETO DE LEI Nº 402/08

Autor: Diversos Srs. Deputados.

Apoiamentos: Outros.

P A R E C E R :

A presente emenda tem por objetivo estipular possibilidade de adquirente de mercadoria apropriar-se de crédito presumido de 12% quando o remetente seja contribuinte optante pelo SIMPLES. A emenda recebe parecer favorável, mas sem ser incorporada ao texto da emenda substitutiva geral. A aprovação dá-se para benefício das micro e pequenas empresas do estado, ante disposição constitucional, em seu artigo 146, III.

Emendas que reduzem alíquotas, mantenham alíquotas ou concedem crédito presumido recebem parecer favorável, como no caso, mas sem estar incorporada ao texto da emenda substitutiva geral, em função da existência do mecanismo junto a lei orçamentária, que justifica seu enquadramento no inciso I do artigo 14 da Lei Responsabilidade Fiscal, revestindo a emenda da legalidade necessária.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar...

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Questão de Ordem**)

O artigo 112 do Regimento Interno, V. Exa. vai permitir cinco de um lado e cinco de outro alternadamente? Caso não tenha para encaminhar favoravelmente, V. Exa. permitirá apenas cinco?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas cinco.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Acabei de retirar um requerimento porque foi feito um acordo. Acordos são feitos para serem cumpridos. Nós não pedimos para discutir o projeto, apenas para encaminhar, mas que não fosse limitado os cinco oradores. Esse é o acordo que nós fizemos. Espero que esse acordo também seja cumprido e, também, não seja limitado em cinco minutos, senão nós iríamos pedir para discutir o projeto. O tempo é 10 minutos, mas também não limitar aos cinco Deputados. Queremos que todos os Parlamentares que queiram encaminhar, possam encaminhar. O acordo que nós fizemos é que não tivesse limite de cinco Parlamentares. Por essa razão que nós não pedimos para discutir. Como eu recuei em relação ao requerimento, espero que também seja cumprido agora. Esse entendimento, disse a V. Exa. que se algum Deputado levantasse a questão de ordem aqui no plenário, V. Exa. não iria acatar, porque senão vamos pedir para discutir todas as emendas e encaminhar todas as emendas. Rompe-se o acordo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. Está um pouco exaltado, Deputado Elio Rusch. Tenha calma e pode ter certeza que esta Presidência irá agir com a maior imparcialidade possível.

Pela ordem o Deputado Nereu Moura.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero manifestar a V. Exa. o seguinte: fui consultado por V. Exa. em relação à questão desse acordo para que não se discutisse e se encaminhasse o processo de votação do projeto, do substitutivo e das emendas que fossem relevantes. V. Exa. me disse ainda, o tempo não é limitado, ou seja, vai até os 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Até sete minutos foi o combinado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não há limitação nenhuma em número de oradores. Entendo que poderá haver a necessidade de mais oradores falarem e entendo que é o direito da pessoas se manifestarem. Embora entendo que o bom senso há de prevalecer para que se possa fazer de forma com que as pessoas possam manifestar o seu ponto de vista, sem que signifique por acordo uma obstrução. Não é disso que estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem do Deputado Nereu Moura, porque ele foi atrás do Regimento Interno, que diz exatamente isso.

Mas, vamos cumprir o acordo. Podem ter certeza, Deputado Elio Rusch, Sras. e Srs. Deputados, V. Exas. têm o tempo que quiserem, a minha cadeira é mais confortável que a de V. Exas., eu fico aqui até a hora que vocês quiserem. Não vou limitar tempo algum, em hipótese alguma. Podem usar o tempo que quiserem.

Para encaminhar começa pelo Deputado Elio Rusch, depois o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura, pela ordem.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Vou acatar o acordo que V. Exa. celebrou, muito embora resignado, porque o Regimento Interno existe para ser cumprido, mas V. Exa. fez e nós vamos acolher essa decisão.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Acho que finalmente chegou o dia que a Assembleia Legislativa poderá efetivamente votar, agora no mérito, a reforma tributária no estado do Paraná. Inúmeras discussões aconteceram, não só aqui na Assembleia, mas também nas Audiências Públicas que a CCJ tem realizado no interior do estado do Paraná.

Quando nós votamos e discutimos a constitucionalidade, nos abstivemos do voto. Digo porque nos abstivemos do voto. Porque entendemos e falamos na discussão do projeto que o projeto era constitucional, mas no mérito iríamos nos manifestar contrário.

Aliás, isso eu vi hoje de alguns Parlamentares que participaram da CCJ, quando foram acatadas as emendas em relação à constitucionalidade, eu ouvi de um Parlamentar que integra a base do Governo que disse que no mérito ele viria ao plenário e ia ver se votaria a favor ou contra.

Pois bem! Eu ouvi atentamente na Sessão de hoje o Deputado Durval Amaral, o Deputado Valdir Rossoni, se manifestarem em relação a essa reforma tributária.

Gostaria de fazer algumas considerações na questão do mérito e também na questão do momento da reforma tributária que a Assembleia Legislativa está votando.

Gostaria de deixar claro mais uma vez: não é hora, não é momento de votar qualquer reforma que venha aumentar impostos no nosso estado, pela crise que assola o nosso país e o mundo, não é o momento de aumentar impostos.

Gostaria de fazer um pedido todo especial aos Deputados do PT. Primeiro aos Deputados do PT, depois a todos os Deputados da Assembleia Legislativa. O que fez o Presidente da República, Lula? Ele disse com todas as palavras: “O momento é de crise. O momento é de reduzir a carga tributária que incide sobre alguns impostos no nosso país.” E o que fez o Presidente da República? Criou mais duas alíquotas de Imposto de Renda. Nós tínhamos 15, 27.5, criou-se uma intermediária. O Presidente da República cria uma alíquota de 7.5 e uma outra de 22.5. Por quê? A carga tributária sobre os ombros da sociedade do povo brasileiro. O que mais ele fez? Reduziu o IOF para quê? Para que a sociedade, o povo, pudesse ter mais dinheiro. Reduziu também o IPI sobre alguns carros. Reduziu o imposto a nível federal, com o objetivo único de desonerar a carga tributária que pesa sobre o brasileiro quando faz as suas compras, ou quando vai pagar o seu Imposto de Renda.

Tudo isso consequência da crise que vivemos hoje. Agora pergunto: será que o estado do Paraná tem que continuar na contramão daquilo que o Governo Federal faz? O estado do Paraná não poderia fazer o mesmo que o Governo Federal fez? Aliás, o Governo do Estado não poderia fazer o mesmo também que fez o Prefeito de Curitiba, aumentar o desconto para o IPTU para quem paga a vista? Quer dizer, todas as medidas que foram adotadas para reduzir a carga tributária.

Aqui no nosso estado deixamos sempre muito claro: somos a favor da carga tributária, tanto é que temos diversas emendas nossas, de outros Parlamentares, da Bancada de Oposição, que concordam com a redução da alíquota de ICMS. Mas não concordamos com o aumento da alíquota de ICMS sobre produtos essenciais, como a energia elétrica. O aumento do ICMS sobre a energia elétrica, claro que vai incidir o aumento sobre toda a cadeia produtiva. E a mesma coisa acontece sobre as telecomunicações.

Eu ouvi falar, conversando com algumas pessoas, e alguém disse que vai aumentar o ICMS sobre o telefone. Não, não é só sobre o telefone. O ICMS vai aumentar sobre todos os dados de comunicação. Aumenta o ICMS sobre quem tem assinatura de TV a cabo, aumenta o ICMS para quem usa, seja cartão de pagamento, cartão de crédito, enfim, são os mais diversos serviços que terão o ICMS aumentado na comunicação, no combustível, na gasolina. Vai aumentar a gasolina em dois pontos. Vou pagar mais caro, porque os dois pontos representam 7.4% de aumento de ICMS. Mas, o proprietário do posto de gasolina não vai aumentar gasolina só porque aumentou o

ICMS da gasolina. Incide, também, no posto de gasolina, a energia elétrica, porque a bomba de gasolina é movida a energia elétrica. Então, vai aumentar também. E quando alguém pagar com cheque, o que é que o proprietário vai fazer? Ele usará o telefone. Só que para o telefone também incide. E tudo isso terá reflexos na bomba de gasolina, quando for abastecer seu carro.

É por esta razão que eu digo que temos que pensar e repensar. Mas, principalmente, como disse a Bancada do PP, tem que seguir o exemplo do seu Líder maior, que é o Presidente da República, que reduz impostos e não aumenta nenhum outro. Este é o primeiro momento.

O segundo momento, qual é? Se o Congresso Nacional recuou, se o Congresso Nacional vai votar a reforma tributária no ano que vem, por que vamos votar este ano? Tudo o que vamos fazer, aqui, poderá cair por terra. É por esta razão que já tínhamos apresentado aos Deputados da Oposição que subscreveram o requerimento, pedir a retirada deste projeto para que fosse votado só no ano que vem.

Hoje pela manhã tivemos aqui na Assembléia Legislativa uma reunião presidida pelo Deputado Pedro Ivo, que é do PT, e ele sentiu a necessidade: o que os produtores de leite estão achando? O que os industriais, que industrializam o nosso leite estão achando em relação ao ICMS que pagamos aqui? Que seja presumido ou não, porque em São Paulo, a alíquota do ICMS sobre o leite é zero, para as indústrias de São Paulo. E aqui no Paraná ele também não paga. Existe 12% que é presumido, mas os compradores de São Paulo querem que as indústrias dêem 6%, que é a diferença de 12% para 18%, que seja descontado do seu produto.

Concluo, dizendo que eles também querem que as indústrias do Paraná dêem 18% de desconto, agregado sobre seu lucro, sobre aumento da diferença entre o que eles pagam e o que vendem, o produto.

Por esta razão, espero que os Parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa, que votemos contra este projeto, porque não é momento e não é hora de votarmos aumento da carga tributária no estado do Paraná. Espero que todos os Srs. Deputados sejam iluminados com a proximidade do Natal e votemos contra este projeto, que é um atentado contra a economia do nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todos aqui sabem que tenho uma postura independente na Casa. Procuro votar de acordo com a minha consciência e de acordo com o que acredito. E neste projeto, apesar de ter algumas ressalvas, acho que é a melhor proposta, a mais inteligente, desde que me tornei Deputado,

enviada pelo Governo. Por quê? Porque a desoneração destes 95 mil itens vai representar vendas, mais empregos e mais renda para os paranaenses. Hoje, estes 95 mil itens que estão desde a área de alimentos, vestuário e tantas outras, vão fazer com que a economia fique mais pujante, com que o Paraná tenha mais competitividade, com que mais pessoas comprem e que o preço dos produtos seja menor para o consumidor final.

É claro que há uma contrapartida, que é o aumento de 2% das bebidas de um modo geral, do cigarro, do combustível e da energia elétrica, mas mesmo com esse aumento, o reflexo na nossa economia e para o cidadão será muito melhor.

Quero dar alguns exemplos de como a diminuição da alíquota pode beneficiar. Acompanhei algumas situações, como por exemplo uma empresa que tem uma conta de energia elétrica de 190 quilowatts e que é cobrado R\$ 62,92, na alíquota de 27%, que passará a pagar R\$ 70,87, ou seja, quase R\$ 2,00 a mais. Agora, essa mesma empresa vai comprar a pasta de dentes com R\$ 2,00 a menos, se a alíquota realmente baixar de 29 para 12%, e todos os produtos comprados para a casa terão um menor custo e isso representa dinheiro no bolso das pessoas.

Então, por mais que você tenha um aumento na energia elétrica, um aumento no combustível, o que beneficia em termos de custo dos produtos que a pessoa utiliza no seu dia-a-dia é muito, muito maior a vantagem, e isso vai fazer com que mais pessoas comprem e que as vendas aumentem. Isso é um ciclo virtuoso. É muito boa essa proposta, é a mais inteligente que vi até hoje, desde que sou Deputado nesta Casa.

Quero parabenizar o Heron Arzua, o Nestor Bueno e toda a sua equipe na Secretaria da Fazenda, que foram os mentores desse projeto.

Dizer que há algumas correções a serem feitas, e acho que as emendas apresentadas pelos Parlamentares ajudam muito essas correções. Estou propondo incluir o material escolar para ser beneficiado, porque neste início do ano as crianças vão para a aula, e se os itens de material escolar como lápis, papel e caderno, entrarem na alíquota de 12%, isso representa um ganho muito grande para as crianças e para seus pais.

Da mesma forma, estou propondo aqui que o ICMS da energia elétrica dos hospitais não seja mais cobrado. Os hospitais estão sempre em dificuldades financeiras e o Governo sempre tem que fazer algum aporte para eles e isso já ajuda, porque em um hospital de médio porte, como a Nossa Senhora das Graças, talvez o custo na energia elétrica, que é de 27%, seja R\$ 30 mil por mês ou R\$ 20 mil por mês, ou seja, no final do ano é um valor muito grande, sendo isso como exemplo apenas.

Estou propondo também que seja incluído na alíquota de 12% toalhas de papel, guardanapos e outros itens, para que sejam reduzidos de 18 para 12%, porque São Paulo já trabalha com 12% e eles ficariam sem competitividade, e esse item pesa muito pouco. Conversei com o Secretário Heron Arzua e foi aceito por ele,

dizendo que isso é insignificante, que eu poderia propor e que ele inclusive defenderia isso. Ou seja, as emendas visam corrigir alguns setores que não foram beneficiados e também há outras situações interessantes, como por exemplo, eu não defendo o aumento do consumo de cigarro, mas se aumentarmos a alíquota, o contrabando aumenta. A arrecadação já é muito pequena e prejudica a cidade de Rio Negro, onde fica a fábrica da Souza Cruz, e não cerceia o consumo, porque na realidade o contrabando está muito grande, é uma coisa para se pensar. Da mesma forma outros Deputados apresentaram emendas importantes, que eu vi.

Acho que será um bom debate aqui, hoje. Acho que tem muita coisa para ficarmos até à 1h ou 2h, mas que votemos com consciência esse projeto, que é importante, que eu defendo e que vai gerar riquezas para o nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

O painel mostra a presença de 53 Srs. Deputados, somente um não veio. Veja a importância desta Sessão. Hoje vamos votar, está aqui o projeto, perto do Natal, projeto que reduz imposto. Ótimo, essa parte do projeto eu concordo, com a redução de imposto; agora, eu não posso concordar com a outra parte que é aumentar imposto. Primeiro diziam: “Olha, para poder reduzir imposto tem que aumentar no outro lado”. Isso não é verdade. Está aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 14, ela deixa a interpretação que se o Governo quiser ele pode reduzir o imposto, e por outro lado diminuir os custos, diminuir os gastos, e com isso compensa.

Pois bem, nós vamos até altas horas da noite hoje discutindo sobre esse projeto. Se eu tivesse o dom, pedir a Deus que me desse o dom, a capacidade de convencimento, que eu pudesse mudar a idéia, como diz lá no interior, mudar a idéia daquele sujeito, daqueles que estão pensando em votar, como agora, com todo respeito que eu tenho pelo Deputado Stephanes Júnior, que foi lá defender o projeto, dizendo ser ele independente nesta Casa. Eu não tenho acompanhado essa postura independente do Deputado Stephanes Júnior. Ele tem sido governista nesta Casa. E aqui esse projeto beneficia o Governo, não beneficia o povo, porque quando aumenta o imposto, ele falava, Deputado Romanelli, que a pessoa pode comprar um produto, uma pasta de dente, mas a pasta de dente só vai comprar, Deputado Luiz Carlos Martins, aquele que continuar tendo emprego, porque está vindo uma onda infeliz de desemprego, as pessoas já estão sendo demitidas em empresas aqui em Curitiba, em indústrias. Eu já vi notícias de outras empresas no Paraná para manter a ética aqui e não falar o nome das empresas.

Então, quem está sendo demitido não vai poder comprar o produto que de repente poderá baixar de preço.

E tem mais uma outra coisa: o Governo fala em benefício a algumas empresas. Numa economia recessiva, Srs. Deputados, o que é comum acontecer? A compra, os consumidores também retraem e com isso não compram. Não comprando, naturalmente os preços baixam, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que é empresário sabe bem disso. Mas o Governo Lula, que é o Governo do PT, eu tenho aqui uma tabela, essa tabela é de redução de imposto, e está escrito aqui: “Como vai funcionar o alívio do Governo”. É o Governo do PT fazendo com que, por faixa salarial como era e como ficou, no caso aqui, o Imposto de Renda, e também fala aqui das alíquotas do IPI. Então carro 1.0, que era 7% de alíquota, Srs. Deputados do PT, era 7% e passou a ser zero, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, V. Exa. que tem o seu pai que está lá nos representando em Brasília com emprego no Governo do PT. O Governo do PT está baixando o imposto. Se votarmos a favor desse projeto, estaremos indo à contramão daquilo que o povo quer. O povo quer que baixemos os impostos, que os Governos reduzam seus gastos. Estamos aqui falando em aumentar impostos. Não é possível esse presente de grego para a população. O Governo do PT está baixando imposto. Está correto, está cuidando da crise.

Tenho aqui uma reportagem falando sobre as iniciativas do Governo Federal para estimular o consumo e deter a tendência de queda do PIB brasileiro.

Agora, estamos hoje votando um projeto que vai penalizar o povo paranaense. É perigoso encontrarmos com o nosso eleitor na rua e ele falar para nós: “Está aí o Deputado que quer aumentar imposto”. Porque seremos nós que vamos decidir. Com o meu voto ele não vai passar, porque estou votando a favor do povo, contra o aumento de imposto⁹.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Oposição está usando uma técnica muito conhecida desde a Alemanha da década de 30: “Uma mentira repetida mil vezes transforma-se em verdade.”

A Oposição, ao invés de discutir a reforma, usa de sofismas e agora encampou o seguinte discurso: “Os Deputados que votarem a favor da reforma estão votando a favor do imposto”. Isso é mentira! E as pessoas que estão nos ouvindo têm que saber que uma mentira é técnica, repete-se uma mentira mil vezes e a mentira vira verdade.

Estamos votando uma minirreforma tributária, e é importante que a Oposição fale os dois lados da reforma e não um lado só. São 95 mil itens que têm redução de

ICMS. O Cidadão que nos escuta já sabe disso. Os Deputados que votam a favor dessa reforma, votam para que haja diminuição de ICMS de 95 mil itens de consumo popular. Entre esses itens estão medicamentos, alimentos, calçados, rações para animais, material de higiene, de 18 cai para 12%. Sacolas ecológicas, madeiras, de 18 cai para 12%. Artigos para cozinha etc, de 18 cai para 12%. Xampus, desodorantes, de 25 cai para 12. E desses 95 mil itens de consumo popular, existem itens que caem de 27 para 12. Então, eu poderia inverter o sofisma: “Olham então, os Deputados que votarem contra a reforma estão deixando de diminuir imposto para o povo, para o consumo popular!” É esse debate, essa contradição que tem que estar na cabeça de cada um de nós ao votarmos essa reforma.

O Governo diminui o ICMS para 95 mil itens de 18 para 12 e, muitos deles, de 25 ou mais para 12. Aumenta de 26 para 28 na gasolina, no álcool anidro para misturar na gasolina; serviços de comunicação, de 27 para 29; energia elétrica, de 27 para 29; fumo e cigarro, de 27 para 29; bebidas alcoólicas, de 27 para 29. Pois bem, a Bancada do PT discutiu muito este projeto, com profundidade. Eu participei particularmente de duas Audiências importantes, uma em Ponta Grossa, minha cidade, e mais importante delas foi em Curitiba, onde estava toda representação do empresariado paranaense, na Associação Comercial, e a Oposição se desminliguiu. Não sei o que aconteceu na Associação Comercial. Aqueles que hoje, aqui, falam com voz alta, falam do PT que sempre atacaram e agora estão elogiando o Presidente Lula, ficaram em profundo silêncio. Parece que só faltava pedir desculpas ao Governador por ser Oposição.

O Governador estava presente e o Secretário das Finanças, Deputado Nelson Justus, o senhor estava lá, começaram a lembrar que setores da Oposição que governaram este estado, que lideraram Governos anteriores, aprovaram quase que, na calada da noite, um aumento muito maior de ICMS, sem discussão nenhuma, sem Audiência Pública, percorrendo o Paraná. Aprovaram aumento de ICMS de vários itens, aqui. Tudo rapidinho. Não um debate como este: aberto à sociedade, com Audiências nas principais cidades do estado. Há quanto tempo a Liderança do Governo está esperando para votar? Poderia ter votado antes, mas é o respeito à sociedade.

Temos que ver, também, o passado deste Governo. Como ele agiu com relação à cobrança de impostos? O maior apoio à microempresa que já tivemos no estado do Paraná foi este Governo que deu. Um Governo que diz claramente, abertamente: “Fiscal do Governo Estadual não vai à pequena e microempresa. Não visita porque entende a situação difícil da pequena e microempresa”. Então, é com base nisso que temos que formar uma opinião, e o DIEESE, nossos técnicos que chamamos para conversar, fizeram uma análise.

É importante que o cidadão paranaense que nos ouve, para entender o voto do PT, o impacto bruto na inflação seria de um aumento de 0,47% no IPCA e de 0,43 no INPC, pelos produtos que tiveram aumento de

imposto 2%. Agora, a queda seria de 1% no IPCA e no INPC pelos produtos que tiveram queda no ICMS. Na comparação entre a subida e a queda há uma queda na inflação, principalmente para os cidadãos que têm uma renda familiar de até seis mínimos, porque esses dados nos dizem que o cidadão que tem renda de um a seis mínimos, os itens que terão aumento de alíquota representam 14,31% do orçamento, e os que terão diminuição, 17,88% do orçamento.

Portanto, este aumento tão falado de 2% da gasolina não incide sobre a renda total do orçamento, ele incide sobre 14,31 do orçamento dessas famílias, em média. O que daria uma inflação, como eu disse, de 0,45%. Agora, se abater os itens que vão ser minorados de ICMS vai ter uma deflação.

Por favor, não queiram comparar. As pessoas não podem falar besteira aqui. A crise é uma coisa complexa e dialética. Este mesmo Governo que diminui certos impostos, precisa de dinheiro para sustentar a crise. Precisa ter. O estado tem que investir na crise. Qual era o princípio que era a legenda na crise de 1929? O estado investe. O Keynes dizia: “Nem que seja uma pirâmide de pedra que não serve para nada, mas o que importa é que se o estado investir, a pessoa que vai construir a pirâmide compra areia, compra pedra e assim por diante. A economia sai da crise e entra num círculo virtuoso.”

Então, é muito fácil essa falácia sem explicar profundamente que é uma dialética do estado. Ao mesmo tempo em que ele pode diminuir o imposto de certos setores, como o Governo Federal faz muito bem, ele tem que ter respaldo econômico para incentivar a economia a crescer e para fazer investimento na economia.

Então, por favor, vamos discutir as coisas com profundidade e não passar uma impressão falsa ao cidadão paranaense que sabe que este Governo é progressista, que usa muito bem o dinheiro que arrecada a favor das pessoas que nada têm ou têm muito pouco. Está aí a Tarifa Social da Água, está aí o Luz Fraterna, o Leite das Crianças, os hospitais regionais, as UTIs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa Requerimento nº 4028, firmado pelo Deputado Romanelli, constante do expediente, requerendo a prorrogação da presente Sessão Ordinária por duas horas. **Aprovado.**

Próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna para votar contra esse projeto. Participei de diversas Audiências Públicas, participei de muitas reuniões, estudei a fundo o projeto e realmente cheguei à conclusão de que não é um bom projeto para o estado do Paraná neste momento.

O Deputado do PT subiu à tribuna para defender o projeto dizendo que a Oposição está se utilizando de sofisma. Mas dissimulação, para mim, é dizer que o imposto de 95 mil produtos vai baixar e que isso vai refletir diretamente no consumidor. Não existe garantia nenhuma. Porque se baixa a alíquota do iogurte, por exemplo, talvez alguns hipermercados possam até mexer um pouco no valor desse iogurte. Mas quero saber se na padaria da esquina, quero saber se na panificadora dos bairros, quero saber se em outros minimercados que utilizam energia elétrica, ou será que a panificadora não utiliza energia elétrica? Será que os pequenos estabelecimentos, os microempresários não utilizam telefone? Será que os pequenos empresários, donos de farmácias, não utilizam energia elétrica também? Será que o motoboy, que leva o remédio em casa, não utiliza gasolina?

Falaram aqui que hoje não estamos votando aumento de impostos, que isso seria falso, seria mentira. Vai aumentar o imposto da energia elétrica, vai sim, isso não é mentira. Vai aumentar o imposto das telecomunicações, vai aumentar o imposto dos combustíveis, sim, e isso irá refletir no bolso de cada cidadão paranaense. O Paraná está indo na contramão.

Já foi falado aqui, por diversas vezes, a questão da crise mundial que está afetando o Brasil e está afetando o estado do Paraná, está aqui na Gazeta do Povo de anteontem, que o próprio Governador, o Governador do Estado está preocupado com a crise. Tanto é, Deputado Elio Rusch, que vai debater o orçamento em abril para saber quais serão os efeitos da crise. Só em abril o orçamento será debatido para sofrer reajustes. Então, espera aí, um projeto como este, que propõe aumentar alíquota, imposto que pode ser prejudicial ao nosso estado, também tem que ser debatido somente no ano que vem.

Senhores e senhoras, temos 53 Parlamentares segundo o painel. Agora, na Sessão, dá para contar nos dedos: um, dois, três, quatro, cinco. Quando vir a votação, vai lotar. Alguns Deputados estão descansando. Deputado Alexandre Curi, os Deputados do Governo, a grande maioria está descansando aqui na Casa.

Vamos continuar defendendo os nossos posicionamentos, porque acredito que é o que o cidadão paranaense deseja. É o que a grande maioria dos paranaenses está esperando de nós, Parlamentares, posicionamento firme e personalidade, para dizer que com esse projeto, falou-se aqui em alguns dos pronunciamentos, que com essas reduções em alguns produtos, 95 mil, isso vai refletir muito e os cidadãos mais humildes é que vão ser beneficiados. Não é verdade! Alimentação, vestuário e higiene correspondam a 7% dos 10,8 bilhões recolhidos pelo estado, com o ICMS. Já em compensação, os bens de consumo essenciais, combustíveis, energia elétrica e telecomunicações são responsáveis por 54%. Sem contar, até agora nunca ninguém falou isso em pronunciamentos, mas é importante deixar registrado, é claro que esses itens que estão sofrendo redução em alíquotas também são suscetíveis a um índice sensivelmente

maior de sonegação fiscal. Sonegação de energia elétrica é mais difícil, líquido e certo. Sonegação de combustível, líquido e certo. Sonegar um pacote de sal ou algum produto específico, infelizmente, esses produtos são mais suscetíveis, sim.

Portanto, votamos contra o projeto. O projeto pode ser muito prejudicial. Tem conseqüências imprevisíveis e pode ser catastrófico, principalmente para o setor produtivo, para as indústrias, para as micro e pequenas empresas. Temos problemas graves com relação ao setor industrial, 43% das indústrias paranaenses já têm problemas com créditos, em instituições financeiras. As micro e pequenas empresas já estão sofrendo.

Não vou votar pelo aumento de imposto. Se alguém subir na tribuna para defender esse projeto, dizendo que não estaremos alterando, majorando, não estaremos aumentando imposto, isso sim é dissimulação e mentira. O projeto prevê aumento de imposto e sou contra qualquer tipo de medida neste sentido.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos minutos atrás, se encontrava o Presidente da Associação Brasileira de Supermercados. Se ele estivesse no Tribunal de Justiça seria de estranhar. Se ele estivesse no Tribunal de Contas, mais ainda. Se ele estivesse na Igreja Católica ou Evangélica, orando ou rezando, também não era de estranhar. E aqui também não podemos estranhar, Sr. Presidente, porque o Presidente da Associação Brasileira de Supermercados representa esse grupo. E aqui esta Casa, Sr. Presidente, é a Casa do Povo, é a casa democrática onde todos têm acesso, não importa em que dependência esteja. Esta Casa é a única constituída de autoridade, delegada pelo povo, que aqui todos sentem-se bem e que todos sempre sentem-se em casa.

Eu creio que sequer identificação se exige na portaria, até não pode ser contrário porque somos os amigos do povo, não precisamos ter segurança, porque aqui o nosso objetivo é guardar os interesses da população.

Desta maneira não há porque fugirmos e nos escondermos de lobistas ou achacadores, ou aqueles que vêm aqui, Sr. Presidente, em busca de uma passagem para um retorno a Dois Vizinhos, para um retorno a Campo Mourão. Esta é uma Casa que busca soluções.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a presença do Presidente da Associação Brasileira de Supermercados é, pelo menos, estranha. É estranha. Ainda mais quando ele não se comporta como a maioria, ficando nas galerias aqui expostas e com o povo paranaense nos ouvindo, que saudamos a todos. E a presença dele realmente nos leva a fazer uma reflexão. O interesse

desse grupo de supermercados nessa reforma tributária está passando dos limites. Não havia razão alguma de aqui estarem presentes, se eles estivessem pensando em benefício do povo do nosso estado. Eles mandariam aqui, talvez, os seus funcionários, pois os funcionários teriam aumento de salário, eles mandariam aqui ou convidariam o povo mais pobre, aquele que passa, entra no supermercado, pega um carrinho, lota o carrinho e no caixa tira a metade porque o dinheiro que ele ganha não dá para pagar tudo que ele ali colocou.

Visto isso, não há mais dúvida, Sr. Governador Roberto Requião, que o seu projeto traz um interesse muito grande aos donos de supermercados, entre outros, Sr. Presidente, porque se essas galerias aqui estivessem tomadas por aqueles que estão aposentados, doentes, precisando comprar medicamento e tomassem conhecimento, como estão tomando conhecimento, através dos Deputados do Governo, de que o imposto dos medicamentos vai cair, vai ser reduzido, as galerias, Sr. Presidente, estariam tomadas por aqueles que gastam 100, 200, R\$ 500 por mês com a saúde, porque os medicamentos, Sr. Presidente, aqueles que eu preciso comprar, não vão baixar.

Olha, eu fiquei 30 anos acompanhando o Governador Requião, votando sempre de acordo com a sua vontade. E ele me ajudou. Eu e ele fomos os primeiros a implantar a tarifa social neste Paraná e neste Brasil, com a integração do transporte. Então, devo favores, em nome do povo da Fazenda Rio Grande, ao Governador Requião.

Mas o Presidente Lula foi o responsável, na minha opinião, pela vitória do Governador Requião. O Presidente Lula, Sr. Presidente, não merece que os jornais estampem que um Governador aliado a ele aumente impostos quando o Mundo inteiro está precisamente na outra mão, baixando e reduzindo juros e impostos.

Sr. Presidente, quem tem automóvel para vender sabe, com a medida inteligente do Presidente Lula, os automóveis baixaram de preço e agora, Deputado Caíto, V. Exa., Chefe da Casa Civil, Líder do Governador Requião, lembro-me aqui, na posse de Jaime Lerner Prefeito de Curitiba, o Requião passou a posse para ele. O Vice era o Algaci Túlio. Eu fui convidado e estava presente. E o Requião terminou com as seguintes palavras: “É uma barbaridade, é profundamente lamentável”.

Encerro aqui repetindo as palavras do Governador Requião: é uma barbaridade, é lamentável que o Governador leve para casa, para a sua história como o Governador que levantou o imposto, quando o Mundo inteiro baixou os impostos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. pode encaminhar, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Deputado Cartário, V. Exa., Deputado por quem tenho grande carinho, vi V. Exa. diretamente fazendo um ataque a um membro de uma instituição. Quero lhe contar o outro lado dessa instituição. Acho que é direito de qualquer instituição vir a esta Casa e devem aqui colocar o seu ponto de vista.

Em recente reunião aqui de prestação de contas do Governo Estadual, ouvimos aqui o Dr. Nestor Bueno e perguntei a ele exatamente essa questão que envolve arrecadação, sobre a dúvida que eu tinha sobre esse pacote. E ele me disse que não tivesse dúvida de que não é aquilo que tem muita gente comentando. E é bom colocar para as pessoas que estão nos assistindo que isso só vai começar a funcionar depois de 90 dias, a partir do ano que vem. Se realmente mudar alguma coisa, a lei nacional muitas vezes é superior à lei estadual, se vier algo mais importante de Brasília, se vier uma coisa a mais. Desculpe a sinceridade, mas vejo aqui dizerem: “Vai subir a luz”. É R\$ 1, R\$ 2 que vai subir. Mas, as pessoas mais humildes do Paraná não pagam energia. E vejo o pessoal hoje fazendo discurso aqui, e lá atrás, quando fui Deputado em 1996, apresentei esse projeto do Luz Fraterna aqui e foi aprovado pela Assembléia e o Governador Lerner vetou, fui eu que apresentei este projeto, lá atrás. Hoje as pessoas mais pobres não pagam água e um pouquinho de luz. A nossa energia elétrica é a mais barata do país. Espero que depois alguém do Governo, que vai defender, fale aqui qual é a diferença da luz do Paraná, seja para os pobres, para os comerciantes, porque a nossa luz é a luz mais barata do Brasil, que alguém coloque isso aqui para não ficar só aquela conversa que vai subir R\$ 1, R\$ 2, coloquem para as pessoas quanto custa a nossa energia. A nossa energia é uma das mais baratas do Brasil, sim!

E, Deputado Cartário, finalizando, V. Exa. falou do Presidente, acho que V. Exa. estava se referindo ao Muffato, que é o Presidente da APPAS...

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Cartário, não cabe aparte no encaminhamento, nem pela ordem. V. Exa. tem a palavra depois do encaminhamento do Deputado Jocelito. V. Exa. já encaminhou, Deputado Cartário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pelo que eu entendi o Deputado Cartário deu uma pegadinha no Presidente da APPAS aqui no Paraná, que esteve aqui na Assembléia, e quero dizer a V. Exa. que eu tenho o maior orgulho desses meninos, Deputado Cartário, acho que muitos Deputados aqui têm também. Essa família, a família Muffato, eu quando Prefeito tive a alegria de levá-los a Ponta Grossa e levaram o mercado Muffato a Ponta Grossa, hoje são dois e pensam numa terceira loja.

Os supermercados que estão lá todos aumentaram, cresceram, hoje está uma briga de supermercados, e é tão boa a concorrência que lá em Ponta Grossa mudou muita coisa a partir dessa rede de mercados. Houve uma grande concorrência entre eles e quem acaba ganhando é o povo. Entre eles brigam pelo preço e tem muita gente dizendo: “Só compro oferta dos mercados”.

Então, não podemos generalizar aqui, Deputado Cartário, achando que de repente alguém é ruim. Tem gente boa, tem muitos mercados que geram muitos empregos, muitas oportunidades para o nosso povo. Em Ponta Grossa vivemos a febre dos mercados, a ponto de termos dois mercados, um do lado do outro hoje, Condor e Tozetto, tendo lojas um ao lado do outro. É a concorrência maravilhosa que estamos tendo, e com essa concorrência o preço sempre está mais baixo.

Esse menino, quando vieram para Ponta Grossa, começaram uma vida muito simples, trabalhando, e graças ao empenho deles é um dos supermercados maiores do Paraná, uma empresa muito grande, com uma rede de comunicação que é orgulho do Paraná. Então, não dá para generalizar.

Acredito que os mercados vão, sim, diminuir os preços, porque eles gostam da concorrência, eles vivem da concorrência, eles brigam pela concorrência. Acho que o povo vai sair ganhando, sim. Como disse o Dr. Nestor Bueno, que é um entendido aqui e fiz questão de guardar este documento, ele disse que o povo vai sair ganhando.

Por isso vou votar a favor, sem problema nenhum. Sei que a grande maioria da população vai sair em vantagem. Agora, é claro que alguns produtos vão subir, mas não são tantos, e se você botar no papel vai ver que a diferença é mínima.

Obrigado, Sr. Presidente. Vou votar favorável, acreditando que este projeto é bom para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Péricles do PT, ninguém está vendendo ilusão aqui. A Oposição tem uma idéia bem clara. A Oposição quer que esse projeto seja dividido em dois projetos, em duas partes. A parte que diminui os impostos nós votamos a favor; a parte que aumenta impostos nós votamos contra. Senão cria confusão na cabeça do povo. E estamos aqui para clarear e não para confundir.

Saiu no jornal O Globo, no dia 15 de dezembro:

(Lê):

“Imposto *per capita* pago por brasileiro cresce 14% e chega a R\$ 5,6 mil em 2008.

Publicada em 15/12/08 às 20h19.

Vinicius Segalla

São Paulo - O brasileiro nunca pagou tanto imposto como neste ano. Durante todo 2008, ele vai pagar, em média, R\$ 5 mil 628 em tributos (federais, estaduais e municipais). O valor, um recorde histórico, é 14% superior à carga tributária *per capita* de 2007, que foi de R\$ 4 mil 920.

De janeiro a setembro deste ano, a carga tributária no país atingiu 36,36% do Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 779,14 bilhões. O percentual do mesmo período de 2007, foi de 35,09%. Somente no terceiro trimestre deste ano, a alta foi de 1,2% em relação ao segundo trimestre. Os números são do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), que divulgou levantamento sobre a arrecadação das três esferas de Governo nos primeiros nove meses de 2008.

Nesta segunda-feira, o instituto registrou outro recorde. O “Impostômetro”, placar que contabiliza instantaneamente a arrecadação de impostos e tributos, marcou, às 13h16, a marca histórica de R\$ 1 trilhão. O placar foi trocado no mês passado para que pudesse atingir tal número.

Para Gilberto Luiz do Amaral, Presidente do IBPT, os anúncios do Governo Federal de redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e as novas alíquotas do IR para o ano que vem não são medidas suficientes para aquecer a economia em tempos de crise.

“Para que fosse sentida uma diferença nos preços finais dos produtos, que fizesse o consumidor notar a redução no seu bolso, seria preciso uma redução média de um ponto percentual do ICMS nos estados, e o PIS/COFINS deveria cair 3%” - avalia.”

Acontece, Deputado Péricles e toda Bancada do PT, que temos um carinho e respeito, acontece que o Presidente Lula não é Deputado Estadual aqui. Se fosse Deputado Estadual ele votaria a favor da redução, mas estaria votando contra esse aumento da energia, da telefonia e da gasolina. Com certeza ele votaria.

Então, o que nós podemos, Deputado Tadeu Veneri, é fazer um apelo à Bancada do PT para nos ajudar. Quando o Mundo todo diminui impostos, o Governo do Paraná está aumentando os impostos.

Quero aqui, inclusive, fazer um apelo ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, e fazer uma proposta à Bancada do PT. A Bancada do PT apresentou uma emenda da microempresa, de energia, com redução de imposto. Uma proposta, Deputados Rossoni, Cartário, Douglas, Elio Rusch, que nós podemos votar, sim, com a Bancada do PT, desde que a Bancada do PT vote contra o aumento de imposto no geral, junto com a Oposição. Pode contar com os nossos votos. Senão não vai contar - me permita, Sr. Líder Elio Rusch - com o meu voto, não. Porque aí fica muito fácil, fica cômodo. Apresenta emenda, sai bem na fotografia porque diminui a microempresa a energia elétrica. E nós como é que ficamos?

Então, o apelo que faço para a Bancada do PT, vamos votar com os senhores esta emenda desde que os senhores votem conosco. Essa é a proposta que eu faço, que é uma proposta sincera, uma proposta equilibrada, não é louca. Mas que nós estamos na contramão, Deputado Rossoni, estamos. Senão vamos para uma Audiência Pública, e vamos discutir essa questão.

Agora, se o Presidente Lula estivesse aqui e fosse Deputado, ele votaria junto com a Oposição, eu não tenho dúvida disso. Ele vem com outras medidas para diminuir impostos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estava lendo aqui enquanto ouvia o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Martins, um provérbio chinês que diz o seguinte: “Há três coisas na vida que nunca voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida.”

O PT está perdendo a oportunidade de seguir o seu Líder. Porque amanhã, como hoje, Deputado Tadeu, às vezes, sou cobrado por atitudes que eu tomei e errei, reconheço que errei, e que me custa caro no dia de hoje. Estaria eu aqui muito mais feliz se não tivesse errado. Mas, talvez também ninguém tenha subido à tribuna e me dito: “Rossoni, você está errado.”

Estou aqui há 18 anos, estou no quinto mandato de Deputado. Eu nunca vi - somos adversários, mas eu tenho respeito pelo PT - Deputado Luiz Carlos, mas eu nunca vi o PT tão submisso ao Governador. Quando que eu imaginaria, quando cheguei aqui há 18 anos atrás, de que um dia eu ia ver aqui os companheiros defendendo aumento de impostos.

Disse muito bem aqui o Deputado Luiz Carlos Martins - com a sabedoria de quem fala com o povo todo dia - não há como esconder que existem duas situações e que a uma nós somos favoráveis, mas que o Governo não abre mão dessa uma, porque aí é que está o pulo do gato. O Governo tira, divulga, e na calada da noite -, por que digo na calada da noite - porque quando o cidadão for acender a luz na sua casa, no clic, ele já estará recebendo o presente ali.

Quero me apegar a isso: se nós defendemos aqui a geração de emprego, ou a manutenção de emprego, e é objeto de uma emenda que, com muita sabedoria, na questão das padarias, vou citar um exemplo do que vive uma padaria, do trigo, da água, da mão-de-obra e energia elétrica, nós precisaríamos citar aqui esse setor. Mas outros setores, e nós estamos aqui falando para as paredes, não conseguindo convencer a ninguém, não aumenta nenhum voto favorável à derrubada desse projeto, mas nós estamos aqui insistindo, porque vai ficar marcado este dia.

Lembram, quero recordar aqui, no ano passado quando fomos votar aquele “tarifaço” do Governo nós nos reunimos em meia dúzia ali na Oposição, já como nós estamos hoje abatidos, porque sabemos que sofreremos uma derrota, e num ato de coragem os Parlamentares disseram: “Vamos fazer um painel, vamos colocar a nossa assinatura e vamos tentar convencer os Srs. Deputados.” E o que foi que aconteceu? De uma em uma nós conseguimos com que o Governo recuasse, e nem por isso o Governo teve dificuldades financeiras. Prova disso que ele encaminhou o IPVA para esta Casa este ano, sem nenhuma mudança. A única discordância que temos hoje do IPVA, que o Governo encaminhou para nós aqui, é a tabela FIPE, que hoje está sendo vendido com tabela FIPE menos 10, menos 15, menos 20. Fui entregar um carro esta semana, um carro que teria que valer na tabela FIPE 37 mil, ofereceram 25.

Quer dizer, quando for pagar o emplacamento desse carro eu vou pagar pela tabela FIPE, não vou pagar pelo preço de mercado. Mas não há como o Governo regular isso. Mas se nós não tivéssemos alertado, teria passado aquele “tarifaço” e nós estaríamos hoje, talvez, dando mais um pacote de bondades para o Governo. E o Governo sobreviveu e ele certamente vai sobreviver se nós dissermos não a esta reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Chegou a hora de os Deputados Estaduais decidirem sobre o “tarifaço”, sobre a reforma tributária tão discutida no nosso estado do Paraná. Uma reforma que tem segmentos que estão apoiando. Mas é uma reforma que vai penalizar toda a população do estado do Paraná.

Vou rapidamente mostrar algumas situações que, no decorrer desses debates, nessas situações que aconteceram, consegui formar uma opinião. Só quero aqui deixar registrado desde o começo. Sou radicalmente contra o aumento de impostos. É uma questão pessoal, uma posição partidária. Nosso partido que teve como Relatora uma Senadora do Democratas, que um grande trabalho fez e conseguiu derrubar a CPMF no Senado Federal, que falta nenhuma fez aos cofres públicos o imposto da CPMF, o Governo Federal continua, sim, arrecadando cada vez mais e batendo recordes de arrecadação. Agora, se analisarmos, vamos ter a elevação da alíquota do ICMS, da energia elétrica, da gasolina, das telecomunicações, da bebida alcoólica e do fumo, do cigarro. Muito bem, todos dizem: “Não, vai de 27 para 29%”. Só que na verdade, lá no final, o consumidor vai pagar o aumento médio em torno de 7%.

Então, é significativo sim.

Em contrapartida, nós escutamos o Governo defender sua posição, dizendo que 95 mil itens vão receber a redução do ICMS, de 18% para 12%. Destes 95 mil itens, um grande número, significativo, já tem uma alíquota de 12%. Só que o discurso fica muito mais favorável para aqueles que querem aumentar os impostos no estado do Paraná, dizendo que são 95 mil itens. Mas não são, não. É um número muito menor de itens que irão receber, através desta lei, a redução na alíquota do ICMS.

Quero deixar uma pergunta: será repassado para o consumidor final? Será que o cidadão, no momento em que for comprar o seu bem, vai ter esta diminuição do ICMS no produto, no momento em que ele for comprar? Está aí uma grande discussão e uma grande pergunta: Tenho minhas dúvidas, porque sei que o comerciante, o empresário, em especial neste momento que só se fala em crise mundial, ele vai tentar fazer com que esta diferença, esta diminuição do imposto, acabe ficando no seu cofre e não repassando ao consumidor final.

Tenho quase certeza que o paranaense será penalizado, porque vai ver na sua conta de luz, vai ver na conta da gasolina, no momento de abastecer, vai ver também na sua conta de telefone, no momento de tomar a sua cervejinha, o preço elevado. Agora, no momento de contar os bens que receberam a diminuição da alíquota, com certeza não vai encontrar a diminuição, que seria obrigatório que fosse dado a todos esses produtos. Repito: será que os empresários vão repassar aos seus produtos?

Mais uma coisa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu nunca vi o Governo fazer uma reforma tributária para perder, para arrecadar menos. Isso eu nunca vi e nunca vou ver. Deixo mais uma pergunta: se o Governo quer ser tão bondoso, da forma como dizem, por que é que tem que penalizar na outra ponta, sendo que o estado do Paraná vem com a sua arrecadação crescente? O Governo Federal, que repassa recursos através do fundo de participação para o estado, vem com sua arrecadação crescendo?

Então, na verdade, o resultado de hoje desta votação, vamos ter, sim, um custo maior para os paranaenses, vamos ter um imposto maior a todos nós que compramos no nosso estado e vivemos no Paraná e naturalmente o Governo do Estado vai arrecadar mais. São milhões de reais e vai colocar nos cofres públicos. E repito: é por isso que sou contra aumento de impostos.

Apresentei três emendas, para que através delas não tivéssemos o aumento de impostos da energia elétrica, das telecomunicações e também da gasolina. Só que, infelizmente, pela manobra do Palácio Iguaçu, pela manobra do Governo do Estado, vamos ver esta Casa derrotar todas as emendas modificativas e acabar aprovando o projeto de lei que aumenta os impostos no estado do Paraná.

Minha posição estou fazendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Espero que os Deputados possam refletir exatamente aquilo que estão fazendo, porque com certeza no momento de chegar a conta de energia na

casa dos paranaenses, aquele que vai sentir e vai ver o aumento dos impostos, vai lembrar daqueles que votaram de um jeito ou de outro, aqueles que votaram a favor ou contra.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Fernando Ribas Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos encaminhando a votação da reforma tributária, e neste momento, a maior dúvida que surge no Plenário e na sociedade paranaense é a real e verdadeira intenção do Governo com essa reforma tributária. A base governista afirma com veemência a função social dessa reforma tributária, reduzindo produtos ou bens de consumo-salário - assim denominados pelo Governo e pela Secretaria da Fazenda - mas o que nós, de fato, vemos, é que o Governo e a Secretaria da Fazenda procuraram, sim, da forma mais simples, da forma mais fácil para si, aumentar a receita do estado, aumentar a receita do Governo.

Tenho dúvida, porque somos favoráveis, sim, à redução dos 95 mil itens de bens do consumo-salário, dos quais o projeto propõe de 18 para 12% e alguns de 25 para 12%, porém somos veementemente contrários ao aumento de impostos na outra ponta, porque é bom que fique claro que o projeto, até pelo fato da Lei de Responsabilidade Fiscal e da compensação tributária, pode, a grosso modo, ser dividido em duas partes, sendo que por um lado baixam a alíquota de 95 mil itens - que nós não temos a certeza absoluta de que serão repassados ao consumidor paranaense - e por outro lado o projeto eleva na energia elétrica, na gasolina, nas telecomunicações, no cigarro e na cerveja o que o Governo diz ser 2%, mas não são 2% e sim 2% de 27%, o que dá em torno de 7% de aumento, se fizermos os cálculos, Sras. e Srs. Deputados.

Então, nós podemos, sim, dividir o projeto. Quero aqui pedir o apoio inclusive da Bancada do PT, que apresentou uma emenda que reduz a base de cálculo, a alíquota para as pequenas empresas que se incluem no SIMPLES. Nós somos favoráveis que as pequenas empresas tenham, sim, a sua base de cálculo reduzida, mas nós também fazemos um apelo as V. Exas. que estão dispostos a votar pelo aumento da energia elétrica em todo o estado do Paraná: não façam isso, Deputados! Nos ajudem a mantermos como está, sem aumentar impostos. Nós estamos cansados, fartos de aumentos de contribuições, que já são inúmeras, que já oneram tanto o salário do cidadão paranaense, do cidadão brasileiro, e que não vejo razão alguma para que isso aconteça neste momento.

Nós reiteramos aqui o que já foi dito por alguns: o Paraná está, sim, na contramão do Mundo. Enquanto em muitos países o ICMS é cobrado na ponta, onde é vendido - e quero voltar aqui à figura da substituição tributária, em

que o imposto já fica retido na fonte e isso vai na contra-mão de todas as tendências de desenvolvimento tributário, de desoneração fiscal. E não é isso que nós queremos. Nós queremos o melhor para o estado do Paraná, nós queremos um Paraná próspero, um Paraná justo.

Estudei, dizemos Audiências Públicas. Num primeiro momento eu acreditava na boa intenção do Governo do Estado em mandar essa mensagem para esta Casa de Leis, Deputado Waldyr Pugliesi, mas isso já não toma mais conta deste Deputado que hoje duvida muito da boa intenção social que o Governo discursa, em tom ufanista, dizendo que irá agradar a população paranaense. Isso não é verdade. O Governo quer, sim, facilitar a fiscalização nas empresas, porque as empresas que produzem e que vendem o combustível, o cigarro, a cerveja, a fatura da conta de luz já vem em nossas casas, não há necessidade de fiscalização. O Governo está barateando o seu custo e fazendo com que o cidadão paranaense pague. Ele deveria, sim, é cortar despesas do outro lado, diminuir cargos, desinchar a máquina pública, e aí sim garantir a compensação tributária que é tão importante e legal para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda para encaminhar a votação, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho que já ouvimos bastante a respeito inclusive do Presidente Lula as reduções feitas, não só de Imposto de Renda, de IPI, de outras, reduções essas que vão possibilitar talvez nós atravessarmos os três primeiros meses de uma crise que se avizinha como bastante grave.

Mas eu não gostaria de comentar apenas sobre isso, Deputado Marcelo Rangel. Quero fazer duas considerações: a primeira é que o PT tomou uma decisão e eu vou seguir, vamos votar a favor do projeto, não há fechamento de questão, mas vou votar a favor do projeto. E a segunda é que eu vou votar a favor de todas as emendas, já coloquei isso inclusive para o Deputado Durval Amaral, há uma emenda que retira o percentual de energia elétrica e acredito que a energia elétrica de todos os insumos que estão sendo acrescidos de alíquotas, provavelmente é a mais regressiva de todas. Por isso mesmo vou votar a favor dessa emenda, e outros Deputados certamente vão votar, e é possível que aprovemos essa emenda e tenhamos aqui uma situação bastante interessante, porque caso haja veto será veto de apenas uma emenda, e obviamente que veto de apenas uma emenda tem um destaque muito maior do que o projeto como um todo.

Acho que esse projeto tem pontos favoráveis, pontos desfavoráveis, é difícil fazermos uma previsão se, de fato, ele irá atingir o objetivo de reduzir todos os itens conforme se propõe, até porque não estamos esperando aqui que o empresariado dos supermercados,

das empresas que vão se beneficiar com esse projeto tenham um coração natalino de baixar preços, porque se fossem fazer isso já teriam feito antecipadamente, não precisariam aguardar benefícios.

Eu fiquei muito preocupado quando vi, diversas vezes, o Presidente da Associação Paranaense de Supermercados, numa ênfase muito forte, dizer que o projeto é muito bom. E quando alguém defende com tanto entusiasmo o projeto eu espero que esse entusiasmo possa se transferir na prática em redução de preços: Por quê? Porque nos dia 6 ou 7 de janeiro será possível fazer uma compra num determinado supermercado e conferir depois, em abril, se de fato isso aconteceu ou não, até porque aqueles Deputados que estavam aqui, o Deputado Péricles estava aqui também no dia em que houve a Audiência Pública em Curitiba, lembra que o Governador colocou claramente que ele aceitava uma ressalva que se ao término do ano os preços não tivessem atingido o objetivo principal, que o projeto voltasse a ser o que era no dia 15 de dezembro de 2008. Obviamente que isso não vai acontecer, até porque nunca vi neste país, após aumentados, os impostos serem reduzidos. Talvez só com a reforma tributária.

O que o Governo faz é centralizar e melhorar a sua arrecadação, mas a energia elétrica continua sendo um dos grandes problemas desse projeto. Diversos Deputados, daquela tribuna, questionaram legitimamente, e acredito que é esse o papel da Oposição. Agora, não posso concordar que o PT seja cobrado porque está votando contra o Governo. Não posso concordar com Deputados que não fecharam a decisão com seu partido, porque se tivéssemos a Oposição toda, há um placar difícil de ser avaliado no seu resultado.

Vou votar SIM pela redução da energia elétrica. Está errado cobrar energia elétrica de todos os segmentos, porque atinge o grande, mas atinge muito mais o pequeno. Sabemos da regressividade desse imposto.

Parece que o Deputado Péricles de Mello, que é o nosso Líder, é o único que está dizendo que, por nós votarmos o projeto, será aprovado. Não será, V. Exas. sabem disso!

Acho que antes de fazermos a faxina na casa dos outros, temos que fazer a faxina na nossa própria casa.

Infelizmente não há disciplina partidária. Se houvesse fechamento da Oposição e Situação teríamos mais votos. O meu voto, no que diz respeito às emendas, não tenham dúvida, serei favorável a todas as emendas. Esse é o compromisso que assumimos. Falo por mim, não pelo PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje dentro de um espírito democrático que norteia este Parlamento, mais uma vez, para colocar minha posição contrária a esse “pacotão” fiscal que o Governo do Paraná insiste em chamar de reforma tributária.

Não vejo, senhoras e senhores, cidadãos paranaenses, que estejamos votando uma reforma tributária, porque reforma tributária seria uma reforma para beneficiar toda população do Paraná. O que estamos votando aqui, hoje, é algo extremamente benéfico para uma única classe em relação a qual nada eu tenho contra, muito pelo contrário, tenho muito a favor, porque é uma classe que gera empregos, mas é uma única beneficiada, que é a classe dos supermercadistas.

Sras. e Srs. Deputados, com todo respeito que tenho à opinião de cada um, reconhecendo que existem Deputados mais experientes, com mais vivência, ainda estou no meu primeiro mandato de Deputado Estadual, tenho apenas 35 anos de idade. Sei que tem muitos aqui que têm muito mais sabedoria e mais experiência, mas por uma questão de compromisso assumido ideologicamente com os meus eleitores, principalmente com os eleitores curitibanos, ao longo de minha vida, não posso votar a favor deste “pacotão” fiscal. Não posso votar a favor de aumento de impostos. Não posso votar a favor do aumento do ICMS da energia elétrica, porque a partir do ano que vem, este é o presente de Natal que está sendo dado, lamentavelmente, aos paranaenses. A partir do ano que vem, cada um, na hora que for pagar, cada dona-de-casa, Deputado Valdir Rossoni, cada trabalhador, Deputado Marcelo Rangel, cada aposentado, Deputado Duílio Genari, Deputado Elio Rusch, Deputado Belinati, cada um, quando for pagar sua conta de luz, estará pagando mais caro no ano que vem.

Estou recebendo uma ligação agora no meu celular. A pessoa que estiver ligando está pagando um preço agora. Daqui a um mês vai pagar mais caro para falar ao telefone e ao telefone fixo também. Combustíveis. Quem não necessita de combustível? É só um rico que usa combustível? Que usa gasolina? Não! O trabalhador também, porque indiretamente ele paga o combustível do ônibus que o leva de um lugar para o outro, que o leva para o trabalho, que o leva no final de semana. Aqui em Curitiba, por sinal, aos domingos tem tarifa reduzida, mas que o leva para visitar sua família, seus amigos, no domingo. Quem paga sempre é o povo, Deputado Jocelito Canto, porque o empresariado, queira ou não queira, acaba transferindo esse seu saldo negativo que surge com o aumento dos tributos para um aumento de preços e isso gera, evidentemente, elevação de tarifa em todos os setores.

Deputado Augustinho Zucchi, o que me preocupa é que tenhamos, neste momento de crise internacional, e Deus queira que esta crise não venha com tanta força assim para o nosso país, no ano que vem, mas o que nós vemos é o Governo do Paraná adotando uma medida que vai à

contramão da história. Essa medida de aumentar o ICMS da energia elétrica, dos combustíveis, dos telefones, vai à contramão da história, Deputado Luiz Carlos Martins. A Administração Pública moderna é a em que se diminui os impostos e se faz economia cortando mordomias, cortando cargos comissionados, cortando viagens desnecessárias. O Governo tem que ser enxuto, a máquina pública tem que diminuir, tem que estar voltada para o setor de infra-estrutura, para Saúde para as pessoas mais carentes, para Educação, para Segurança Pública que se faz tão necessária nos grandes centros urbanos deste país.

Sras. e Srs. Deputados, respeitando aqueles que votarão a favor desses aumentos de ICMS, sabem que assim votam não por má intenção; votam por terem uma interpretação diferente da que tenho. A interpretação que faço e que sinto nas ruas, conversando com comerciantes, trabalhadores, pessoas da classe média curitibana, é que o brasileiro está saturado de tantos impostos. Exatamente por isso, não fulanizo a questão.

Se o Governador fosse outro que não o Governador Requião, eu votaria contra esse projeto, a essa chamada reforma que para mim é um “pacotão” fiscal, do mesmo jeito. Entendo que precisamos neste país - o discurso pode parecer simplista, mas é claro, objetivo e verdadeiro - de menos impostos e mais empregos no Brasil. O caminho para gerar empregos é desonerar a pequena, a micro e a média empresa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Comunicando esta Casa que faltam apenas dois votos, para que o Zezé, Prefeito de Araucária, possa realmente ser Prefeito. Está com dois votos favoráveis em Brasília, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado pela informação.

Ainda para encaminhar, Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais do que fazer um encaminhamento favorável ao projeto, quero justificar o meu posicionamento e agradecer, de pronto, aos Deputados Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Carli Filho, pela forma com que conduzem os trabalhos dentro do nosso bloco, que respeitam os nossos posicionamentos e que deixam prevalecer a democracia.

Estou votando, porque acredito nas boas intenções do projeto. Acredito fervorosamente nisso. Acredito que nesta altura do campeonato, há dois anos do segundo mandato, o Governo deu um tiro no seu pé. Não acredito que o Governo pudesse colocar um projeto que poderia levá-lo a perder uma próxima eleição, ou a não dar continuidade, ou a reeleger os Deputados tão valorosos a esse Governo que compõem a base.

Desde o início tenho me posicionado nesta Casa com total independência, embora o meu partido, o Verde, faça parte da base do Governo. Todos sabem disso. Nunca, em momento nenhum, fui coagida, ou solicitada, ou cobrada por dirigentes do meu partido com relação ao meu posicionamento. Muitas vezes votei contra o Governo e os senhores sabem disso. É claro que pago o preço da independência, pago o preço de fazer parte de um grupo minoritário dentro desta Casa.

Tenho absoluta certeza que o meu eleitor, os 18 mil e poucos que votaram em mim, mais os 170 mil que votaram no Partido Verde, esperam exatamente isso de mim: a independência. Podem acreditar, Deputadas e Deputados, que estou votando porque acredito e ainda tenho uma visão otimista das coisas. Sei que o combustível, a gasolina vai aumentar, mas acredito na desoneração da alimentação, na diminuição dos tributos para os medicamentos e os outros 94 mil 998 itens que compõem o projeto.

Não posso deixar de subir aqui. Talvez fosse mais prudente não encaminhar; talvez fosse mais prudente votar, mas tenho que me posicionar claramente. E as pessoas que estão me ouvindo, creiam que estou votando porque quero uma vida melhor para todos os paranaenses.

Participei de várias Audiências Públicas, fui a Ponta Grossa, fui a Cascavel, fui a Foz do Iguaçu e participei da que julgo definitiva, que foi a Audiência Pública realizada dentro da Associação Comercial de Curitiba. E lá ouvi o Governador, o Sr. Darci Piana o Heron Arzua, e ouvi os questionamentos dos setores afetados para essa dita reforma tributária. Lá foi decisivo por que me convencesse de que não teria nada a temer. Espero não estar errando. Usando as palavras do Presidente Nelson Justus: “Estamos aqui e rogamos a Deus para errar o menos possível.” Espero não estar errando, mas estou ciente de que vou pagar o preço por apostar ainda neste Governo. O Governo que tem o Luz Fraterna, tem o Leite das Crianças, que tem ainda as melhores políticas ambientais possíveis, o Governo que ainda faz que eu acredite.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Confirmando o resultado inicial, o Zezé ganhou por unanimidade. Estou sabendo antecipadamente, porque o advogado dele é o meu, que está me defendendo.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho ouvido atentamente o pronunciamento de cada Parlamentar e, evidentemente, merecem todo o meu respeito. Agora, algumas questões devem ser colocadas.

Como Presidente da CCJ, realizamos sete Audiências Públicas no estado e a população pôde se manifestar. Mantive total isenção na condução dessas Audiências Públicas, até terminarmos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, no dia de hoje, o processo de votação, tomando o cuidado de não emitir minha opinião

pessoal. Não porque ela pudesse influenciar esse ou aquele Parlamentar, porque os Parlamentares não são influenciados em função de opinião de outro colega. Podemos, sim, ser influenciados pela opinião pública, pela sociedade. Mas mantive a minha isenção, de tal sorte que fico totalmente à vontade para vir à tribuna neste momento, quanto ao mérito discordar e dizer o porquê votarei contra.

No meu modesto entendimento haverá, sim, um aumento da carga tributária de ICMS do estado do Paraná. Haverá aumento da carga tributária, haverá aumento de imposto. Talvez esse aumento não seja sentido por um colega Parlamentar, talvez não seja sentido por alguém mais abastado da classe média. Mas será, meu amigo Luiz Carlos Martins, V. Exa. que convive com o povo mais humilde, mais simples, todos os dias no seu programa de rádio que é líder de audiência em Curitiba, será que aquele cidadão... vamos dar um exemplo aqui o taxista. O taxista talvez seja o melhor exemplo que pode me socorrer neste momento. O taxista vai, não vamos nem imaginar o carro oficial dele como táxi, mas vamos imaginar que ele tenham um carro em casa e que ele alugue um táxi para usar para trabalhar, mas ele tem que colocar gasolina no seu carro. O taxista, se ele gastar 80 litros de gasolina, Deputado Ney, por mês, 80 litros, Deputado Zucchinho, que não é nada, certo, vai custar para ele, no bolso dele, R\$ 8 mais só de gasolina, ou melhor, R\$ 9,60 a mais. Por quê? Porque a gasolina vai subir 12 centavos. Não é o Deputado Durval Amaral que diz isso. É o Sindicombustíveis, é o Sindicato dos Revendedores de Combustíveis no estado do Paraná.

Mas vamos imaginar que o taxista é casado, tem a sua família, vamos imaginar que ele tenha uma conta de energia elétrica muito modesta, que ele gaste lá R\$ 70 por mês de energia elétrica. Não dá nada. Setenta reais por mês para quem ganha um bom salário, talvez não seja nada, mas para ele, R\$ 70 de energia elétrica vai significar, de imposto a mais, Deputado Chico Noroeste, R\$ 1,40 a mais.

Vamos imaginar, Deputado Luiz Carlos Martins, que o taxista vai receber telefonemas, chamadas de celular, e ele vai ter que fazer chamadas de celular para buscar o seu cliente. Mas que ele não gaste nada de telefonia que ele gaste só R\$ 50 por mês de telefonia, automaticamente ele vai gastar a mais de telefone R\$ 1 por mês.

Agora, se o coitado do taxista tiver o hábito de fumar uma carteira de cigarros por dia ele está arrebitado, porque daí ele vai gastar por mês, a mais, mais R\$ 6.

Nessa continha simples, o aumento de despesa para esse cidadão comum, para esse taxista ou para esse aposentado que recebe do INSS R\$ 415 por mês, quando recebe, vai custar para ele, nada mais, nada menos, Deputado Luiz Carlos Martins, do que R\$ 20,40 a mais por mês. Ele não vai ter aumento da carga tributária. Espera lá!

Se é R\$ 20,40 só em energia, em telefone, em gasolina, em cerveja - estou colocando aqui a conta da cervejinha - Deputado Luiz Carlos Martins, se ele tomar uma cerveja durante a semana e outra no final de semana,

duas cervejas por semana, ele vai gastar só aí, no aumento da cerveja, mais R\$ 2,40. Então, totalizando, 1,40 a mais de energia, 9,60 a mais de gasolina, se ele gastar só 80 litros de gasolina por mês, 2,40 a mais se ele tomar uma cerveja durante a semana e uma cervejinha no final de semana, e se ele, com telefone, gastar só R\$ 50, ele gasta R\$ 1 a mais, e se ele tiver o infeliz habito de fumar uma carteirinha de cigarro, aquelas populares, ele vai gastar mais R\$ 6 por mês, R\$ 20,40.

Ora, se isso não for aumento da carga tributária, por que o Governo está abrindo mão de 95 mil itens, segundo o Governo, para receber o imposto só em cinco? Por quê? Que mágica é essa? Claro que ele está escolhendo, Deputado Belinati, os cinco itens, que esses pode cair o mundo, mas ninguém vai deixar de acender a sua lâmpada em casa, a sua energia, ninguém vai deixar de ter a sua geladeira em casa, ninguém vai deixar de pôr a sua gasolina no carro.

Então, ele está trocando o duvidoso pela certeza da receita. E aí sim eu entendo a proposta do Governo: inteligente para a Receita do Estado.

Agora, para finalizar, Deputado Augustinho Zucchi, então vamos pensar na geladeira, a geladeira que vai baixar, pelos cálculos do Governo, uma geladeira de R\$ 1 mil vai baixar R\$ 68,20, e uma geladeira tem vida útil de 10 anos, a pessoa vai ter uma economia de 56 centavos na geladeira nova que comprar, mas o aumento da receita, o aumento da despesa dele, só em imposto, Deputado Marcelo Rangel é de R\$ 20,40.

Muito obrigado. Eu voltarei mais vezes a esta tribuna, porque vamos aqui esclarecer didaticamente esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi, para encaminhar a votação por sete minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, deixe-me só começar aqui pelo Durval Amaral. Ele falou de um gasto de R\$ 20,40 de um lado e logicamente que ele se esquece daquilo que os consumidores podem ter de vantagem do outro lado. Ele fala do preço da geladeira. Mas, e os produtos que estarão dentro da geladeira?

Interessante, na hora em que estava vindo para cá, um jovem Deputado, o Carli, falou assim: “Não faça discurso ideológico.” Mas é claro que sempre vou falar de ideologias, elas é que marcam o caminho, mostram o rumo que temos que seguir. Tenho sido coerente ao longo da minha vida, sou um homem que acredita no socialismo. E esses que hoje não estão acreditando nos empresários, porque eles falam assim: “Os empresários não repassarão as vantagens para os consumidores”, então, são eles que a vida toda defenderam as classes dominantes, a elite, e hoje, de maneira oportunista, desacreditam

dos empresários. Estiveram a vida toda com eles. Nós do outro lado. Querendo fazer, por exemplo, que esses 95 mil produtos de consumo popular, na realidade, possam ser consumidos pela população.

Então, Deputados mudam. Estão falando de energia elétrica, mas agora há pouco mesmo, historicamente falando, eles quiseram explodir a COPEL aqui dentro. Só não conseguiram vender a COPEL pela conjunção de vários fatores.

Pergunto aos caros Deputados que são contra a aprovação dessa minirreforma tributária. Qual é a energia mais barata que tem no país? É a do Paraná. É o Governador Requião que tem, através da caneta dele, feito com que esse custo chegue na casa de todo mundo.

Só se falava até outro dia no porto de Itajaí. Paranaguá ia sumir do mapa. Agora, ninguém fala de Itajaí. Ninguém mais fala da venda da COPEL. A COPEL não tinha competição. E pergunto: se houver nesse confronto uma sobra de arrecadação, para onde irão esses recursos arrecadados? Irão para os bolsos dos ricos ou irão para atender as demandas, a gritaria inclusive da Oposição aqui, de todos os dias. Cobram de tudo. Não querem subir nada de imposto, se for o caso. Agora pergunto: quem é que constrói escolas? Quem dá aumento para os professores? Quem estabelece salário-mínimo regional diferenciado em todo o Brasil? Quem paga as Forças Armadas, quem paga o Ministério Público? Esses recursos irão para o bolso de quem? Está se fazendo aqui até apologia dos fumantes, daqueles que bebem.

Olha, o Deputado Péricles, Líder do PT, e os petistas que estão aqui, precisam ser elogiados pela posição firme que estão tomando. Eles são membros de um Governo plural que é o nosso Governo, o Governo Requião. Ele chegou ao poder pela soma dos esforços de muita gente de todos os partidos e eles estão dividindo a co-responsabilidade da administração, tomam posição e são cobrados todo dia. E o PT? O PT vai cumprir com a sua obrigação, os petistas têm a posição deles como eu sempre tive! Não vejo ninguém aqui, a não ser meia dúzia, por exemplo, fazer a defesa do MST, e eu faço em todos os lugares porque tenho consciência da importância do Movimento!

Na realidade, estamos vendo aqui o neoliberalismo que tem as unhas em todos os lugares. Acabei de ouvir aqui o Deputado Leprevost falando que o estado tem que ser pequenininho, enxuto, mas é esse estado que corre para salvar, neste momento, essa “ladrãozada” nacional e internacional, Ford, Chevrolet, todo mundo! E aí chegamos nós aqui, o estado, o Poder Público, salvando esse capitalismo de meia tigela que esse pessoal, por aí afora - e tem repercussão aqui dentro - teima em defender, os pais da fome, da miséria e do desemprego!

Então, Sr. Presidente, quero dizer aqui que lá pode ser que aumente, sim, R\$ 20 nas obrigações de paranaenses, mas e o medicamento, e a Saúde, e as obras que chegarão a muitos municípios? Obras muitas vezes até feitas por pedidos da Oposição.

Então, aquilo que o Deputado Péricles, Líder do PT falou: “É uma mentira isso que estão assoalhando todos os dias!” Tarifaço, no meu entendimento, é o aumento de todas as tarifas, e isso não está acontecendo aqui no Paraná. Definitivamente, essa é a verdade!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na qualidade de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado eleito em 2003, tomei conhecimento, no dia de hoje, que em dezembro de 2001, até aquela data a alíquota da energia das comunicações, bebidas e fumo era 25 e passou para 27%. Naquela época servia, hoje não serve para a Oposição.

Estou votando com responsabilidade política, sim. Desde que assumi aqui tenho visto aumentar os gastos com Educação, com Saúde Pública, inclusive elogiado por Deputados de Oposição. E o apelo público do povo do Paraná é gastar mais em Educação e Saúde!

Tenho visto todos os anos se formarem novos Soldados na Escola de Formação de Soldados, serem incorporados na Polícia Militar. Tenho visto concurso público gradativamente para professores; tenho visto reposição salarial; tenho visto apelos e apelos das mais diversas corporações. Tenho visto propostas aqui, inclusive está na pauta, para concurso público para aumentar funcionários para atender a estatização dos cartórios, que foi votado lá em 2003, que vai gerar custo para o orçamento.

O estado é uma mãezona, o estado tem cobertor curto, tem que ver onde se investe melhor. Esse é o nosso papel: gastar bem o dinheiro público! Como gastá-lo bem? Eu voto com muita segurança esse projeto, até porque em 2001 não tiraram a alíquota. A alíquota padrão na época era 17, passou para 18 em 2001, do ICMS. Nós estamos diminuindo de 18 para 12. Tenho convicção absoluta que está no substitutivo, num determinado arquivo que foi feito pelo Relator, que o projeto está subordinado, entendemos dessa forma, e o consumidor, a dona-de-casa saberá acompanhar. Talvez seja a hora de entrar os “fiscais do Sarney” de novo, para ver se, de fato, a geladeira vai ficar mais barata, se a bicicleta vai ficar mais barata, se esses mais de 90 mil itens vão ficar baratos.

Temos falado com muitos economistas, fomos orientados e ouvimos muita gente dizendo que é o mercado que regula, sim, os preços. E o mercado, certamente, vai baixar o custo dos produtos, vai sobrar mais dinheiro no bolso, indiretamente, para o trabalhador na nossa visão, na nossa concepção. E queremos acompanhar, através do IPARDES, do PROCON, se de fato vão baixar esses preços.

Estamos sendo cobrados, aqui, pela Oposição. Respeito a posição da Oposição, mas a Oposição que

hoje nos critica, em 2001 tomou a mesma decisão no mês de dezembro. Temos segurança política para votar isso, porque temos aumentado os gastos com Educação. Foi aqui, nesta Casa, que aumentamos de 25 para 30% os gastos com Educação, numa emenda à Constituição. Tenho orgulho de dizer isto aqui: foi nesta Casa que votamos o Plano de Cargos e Salários para os professores, foi nesta Casa que regularizamos mais de 16 mil cargos de funcionários do ensino superior. Foi nesta Casa, recentemente, que votamos grande parte das perdas dos professores do ensino superior do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, votarei com muita tranquilidade esse projeto, sabendo que a história, que as posições políticas da Casa precisam ser respeitadas. E para quem está nos assistindo, podem nos cobrar. Sabemos que terá efeito pequeno nas contas do telefone, da energia elétrica, para cada um. Isso é verdadeiro. A Oposição só fala que vai aumentar e vai aumentar, mas se esquece de dizer que em 90 mil itens vai baixar de 18 para 12% e nós teremos reflexo, porque as coisas vão ficar mais baratas.

Este é o nosso entendimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de me dirigir primeiramente ao Vice-Líder do PT e pedir para ele muita calma nessa hora, Deputado Rossoni. Muita calma, porque não podemos nos precipitar.

Quando o Deputado Elton Welter citava na tribuna a lei de 2001, que tanto V. Exa., quanto eu, e muitos aqui ainda não eram Deputados, eu não era Deputado, mas já era funcionário público estadual e sabia perfeitamente qual era o objetivo daquela majoração, Deputado Elton Welter: era para arrecadar! Era, foi e continua sendo um mecanismo para garantir a arrecadação do estado. Tínhamos até há pouco a presença de uma técnica da Secretaria da Fazenda, Gedalva, aliás, uma pessoa que acompanhou todas as Audiências Públicas. E é interessante que o que está sendo majorado são as chamadas blue chips, que é o filé mignon da arrecadação, não tem por onde correr.

O Deputado Waldyr Pugliesi, quando encaminhava, falava da questão do socialismo. Eu também sou socialista e conversava um pouquinho antes, Deputado Waldyr, com V. Exa., e V. Exa. me indagava: “Se você fosse favorável, teria argumentos para defender o projeto?” Teria, teria como têm os Deputados que estão defendendo. Mas temos que procurar elementos de defesa dentro do projeto. Não vamos ficar procurando elementos alienígenas do passado, do futuro, do Deus saberá. Temos que defender ou contraditar o projeto com o que tem no projeto. Tem o meu respeito, como deve ter de todos os paranaenses.

Agora há pouco a Deputada Rosane, do nosso bloco, se posicionou favoravelmente, tem o meu respeito porque ela está convencida. Participou das Audiências Públicas e entende que lei do mercado, para o telespectador que está nos acompanhando agora entenda, não é uma lei aprovada nem aqui e nem no Congresso, é uma lei ditada pela economia e, certamente, acredito que ela vai refletir na diminuição dos preços, até porque os empresários se comprometeram com isso. É uma expectativa e os Deputados que defendem se agarram nisso com unhas e dentes e têm que esperar.

Eu me manifestei contrário desde o primeiro dia quanto à oportunidade. Deputado Elton Welter, V. Exa. citava 2001, naquele momento existia uma necessidade de garantir e aumentar a arrecadação face a algumas despesas. O estado do Paraná teve nesse ano uma acesso de arrecadação de R\$ 1 bilhão e mais 200 milhões no ICMS. Ou seja, três vezes o que estamos dando em benefícios. No ano que vem nós provavelmente - e espero que a crie não afete o estado do Paraná - vamos continuar nessa onda positiva da economia.

Então, defendo a parte boa do projeto, que é o benefício à redução. Defendo como todos defendem, e as emendas que foram apresentadas foram nesse sentido. O que sou contra é nós majorarmos a alíquota que não é de 2%, Deputado Waldyr Pugliesi. Na prática, a energia elétrica - para você que está me assistindo agora - numa fatura de energia elétrica, imagine que chegue a fatura na sua casa de R\$ 100. Desses R\$ 100, R\$ 71 será de energia consumida, R\$ 29 é de ICMS. Na prática, é quase 41% a alíquota que estaremos aprovando para a energia elétrica, para a telefonia, assim como a gasolina não será de 28%, é quase 40%.

O que temos que analisar é o efeito prático, principalmente do aumento, porque em relação à diminuição dos preços dos produtos, não temos como mensurar, ela estará subordinada não a nós, não à lei que estaremos aprovando, mas à lei de mercado. Torço para que a diminuição não seja somente de 6%, que seja de 10%, de 20%, que a lei de mercado faça com que possa realmente diminuir os preços, mas ninguém, ninguém - eu conversava com o Deputado Dobrandino, isso que realmente e na próxima mensagem diz isso, o Governo não tem como garantir essa diminuição, existe essa expectativa. Mas o meu convencimento e aqueles que eu tenho certeza que votarão contrário ao projeto, é em relação à certeza que temos do aumento. Esse não existe dúvida nenhuma, ele virá e até por afetar alguns insumos da cadeia produtiva pode ser muito prejudicial ao Paraná neste momento.

Repito aqui o que estou dizendo há mais de dois meses: não se conserta telhado em dia de chuva; ou se conserta antes, ou se conserta depois. Porque senão corremos o risco de quebrar mais telhas ainda.

Era o que eu tinha para dizer, respeitando e mais uma vez afirmando, os Deputados como o Deputado Pugliesi e outros que encaminharam, têm motivos para defender? Têm, dentro da proposta, não com motivos

alienígenas a proposta, porque estamos votando é o Anteprojeto nº 403/08. Temos responsabilidade com esse projeto e com os reflexos dele a partir do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último Deputado inscrito para encaminhar a votação, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inicialmente quero me reportar aqui às palavras ditas pelo Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ, tido como um Deputado que compõe os partidos de base da Oposição e composições em votação neste plenário, acompanhando esse partido. Mas quero resgatar uma palavra do Deputado Durval Amaral, até porque a Comissão de Constituição e Justiça, junto com a direção da Casa, que organizou as Audiências Públicas requeridas nesse projeto, para dizer uma coisa, que acredito e tenho 26 anos já cumpridos de mandato parlamentar: não vi um projeto que tenha aberto tanta discussão quanto esse. Foram sete Audiências Públicas em todas as regiões do Paraná, onde tiveram acesso todas as organizações que quisessem contestar, sugerir, para que pudéssemos finalmente aprovar esse projeto. Portanto, ele foi amplamente discutido.

Acho, Sr. Presidente, que o Governador Requião, se desejasse, bastaria cobrar o preço que a ANEEL autoriza aos estados da federação, que dispensaria todo e qualquer outro aumento de imposto para compensar a redução que está dando.

Portanto, quando aumenta 2% na energia, é muito menos do que o Governo poderia administrativamente aumentar, cumprindo a determinação do preço estabelecido pela ANEEL.

Segundo, estamos aumentando cinco, seis itens e aliviando 95 mil, que é o que disse o Líder Deputado Waldyr Pugliesi aqui. Estamos falando em “tarifaço” e ninguém fala nos 95 mil itens que estão sendo diminuídos para o consumidor em produtos essenciais. Todos os produtos, não é só compra de mercado, são sapatos, roupas, eletrodomésticos, reduzidos impostos para que haja acesso da classe menos favorecida a esses bens de consumo-salário. Enquanto isso se aumenta o quê? O imposto de bens que são considerados não de primeira necessidade.

É evidente que esse projeto tem um cunho social, ele não é um “tarifaço”, pelo contrário, é uma diminuição de preço de 95 mil itens.

Confesso que quando esse projeto entrou, eu argumentei sobre isso aqui desta tribuna. Tinha a minha preocupação quanto a repassar para o consumidor essa redução de imposto. Mas eu passei a raciocinar sobre isso. Ora! Independente que o mercado se ajuste pela concorrência, percebemos que a lei é uma norma geral de condutas. Quando se faz uma lei, não se pode prever nesta lei que alguém eventualmente não a cumpra.

Perguntava há pouco ao Pastor Edson Praczyk: quando Jesus entregou para Moisés a tábua dos 10 mandamentos, é uma lei escrita. E nessa lei está dito: “Amarás a Deus sobre todas as coisas”; está dito: “Não matarás”, está dito que você cumpra essa lei para cumprir a determinação de Cristo. Quantos cidadãos não cumprem essa lei?

Agora pergunto: Cristo não teria apresentado esta lei para Moisés, antevendo que não seria cumprida? Não! Você põe uma lei, que é uma norma geral, e vai atrás para poder fazê-la cumprir. Não podemos, pelo fato de não poder transmitir para o consumidor, não fazer a redução do imposto, para nós podermos portanto, defender esta tese.

Tenho uma emenda que acho de difícil aplicação, o PT tem uma emenda como esta, e alguns Deputados mais, de que num prazo de 60 dias, pelos órgãos de controle do consumidor, possamos avaliar se houve um repasse ou não. Há uma dificuldade, eu sei, de pôr em prática, mas podemos fazê-lo, pelo menos como uma espada, para manter sobre aqueles que precisam baixar o preço.

Por outro modo, Deputado Valdir Rossoni, tem que lembrar o ontem, sim. Tem que lembrar o ontem, porque se tivéssemos vendido a COPEL, o preço da energia hoje seria muito maior para o consumidor do que será agora o aumento de 2%, que seguramente o Governo, a iniciativa privada estava aplicando aquilo que a ANEEL determina. Então, estamos ainda vendendo a luz elétrica mais barata do Brasil.

Agora, quero deixar aqui, os jornais de hoje anunciam que a Prefeitura de Curitiba está aumentando 6,5% o IPTU. Ora! A pessoa pobre tem uma casa ou um terreno. Ela vai pagar 6,5% a mais de imposto, que tem valorização do próprio imóvel. Quero ver como se posiciona a bancada de apoio ao Prefeito na Câmara Municipal, se vale para lá, também, a defesa do “tarifaço”. Na hora que subir o transporte coletivo de Curitiba, que vai subir, e que não é utilizado pelos ricos, é utilizado pelos pobres, pelos trabalhadores, na hora que subir a tarifa do transporte coletivo, quero saber qual o posicionamento na Câmara Municipal daqueles que aqui falam em “tarifaço”.

Então, Sr. Presidente, acredito piamente que estamos fazendo uma questão de justiça, aumentando um pouco no supérfluo e deixando que o consumidor assalariado possa ter uma redução de custo em 95 mil itens que a proposta determina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Coloco em votação o Requerimento nº 4030, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, que requer a prorrogação da presente Sessão Ordinária em duas horas, conforme especifica. Em votação. **Aprovado.**

Concedemos a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Também venho encaminhar o projeto, até porque participamos do debate dele, tanto nas Audiências Públicas, como na nossa bancada, como também no Diretório do PT.

É um projeto que entendemos que, na sua essência, é bom, um projeto importante para o estado do Paraná. Na verdade, estamos aqui ouvindo os discursos e a impressão que temos é que, realmente, o projeto fica apenas no aumento de 2% da energia elétrica, do combustível, do cigarro, da bebida alcoólica e da telefonia. Não se leva em conta que estamos debatendo, aqui, a redução da alíquota do ICMS de 95 mil itens. Isto significa, dos produtos de bens de consumo.

Falo isto porque depois de muitos debates entendemos que é um projeto importante. É claro que aqui estão sendo apresentadas várias emendas e estaremos participando e votando a favor de algumas delas, mas também queria dizer que sinto-me à vontade na hora de votar o projeto, porque entendo que se o Governador encaminhou um projeto dessa natureza para a Assembleia Legislativa, é porque realmente ele sabe que a redução vai acontecer. Um Governador que encaminhou vários programas importantes para o nosso estado, um Governador que investiu muito na Saúde do nosso estado, um Governador que vem investindo muito também na Educação do nosso estado e principalmente queria aqui falar na questão da agricultura familiar, sendo que ele sempre tem se voltado muito com a preocupação das pessoas mais carentes e que precisam de apoio do Governo.

Por isso, entendo que o projeto deve realmente ser cumprido. Acredito que será exatamente da forma como o Governador Roberto Requião pensa, e com essa intenção ele encaminhou esse projeto a esta Casa.

Agora, fico um pouco surpresa, e por isso pedi para encaminhar, porque quando entrei nesta Casa o Jaime Lerner era o Governador, e nessa época nós debatíamos muito para tentar salvar as nossas estatais, mas infelizmente não fomos ouvidos aqui, e, como disse o Deputado Caíto, imaginem quanto o povo do Paraná estaria pagando pela energia elétrica se a COPEL tivesse sido vendida naquela época. Naquela época também se aumentou a alíquota de 25 para 27% e no entanto não ouvimos e nem vimos melhora nenhuma, ao contrário, porque o que vimos aqui foram as greves das universidades, as greves dos nossos professores do estado do Paraná, e a Saúde, que reivindicava e clamava para ser ouvida, não era ouvida. Era isso que víamos aqui e, no entanto, houve um aumento, mas não vimos a resposta disso, não vimos o que foi feito com esse recurso, assim como não sabemos o que foi feito com o recurso da venda do BANESTADO, assim como foi privatizada boa parte da SANEPAR, assim como privatizaram as nossas rodovias.

Então, espanto-me quando vejo aqui Deputados se pronunciando como se nunca tivessem votado aumento nenhum nesta Casa e também como se nunca tivessem aprovado a venda das nossas estatais. Por isso vim encaminhar o projeto e por isso também que falo que voto com a minha consciência tranqüila. Quero reforçar que votarei favoravelmente a algumas emendas, mas sei da boa intenção que tem o Governador Roberto Requião com relação a esse projeto e como vem administrando o nosso estado do Paraná com muita seriedade, com muita postura, ouvindo bastante o povo do Paraná, tanto é que tivemos as Audiências Públicas.

Tenho certeza que se o projeto não corresponder com a expectativa e com o objetivo que aqui foi encaminhado, tenho certeza que a lei será revogada e vamos estar aqui inclusive para cobrar isso, vamos estar aqui para cobrar que realmente seja revogada se não for cumprida, se não for diminuído o produto, principalmente para os bens de consumo, para o nosso consumidor, para o povo paranaense.

E gostaria só de reforçar que aqui também temos que alertar o povo de Curitiba, que vai pagar 6,5% mais caro no IPTU, o povo que mora aqui na cidade de Curitiba. Esse é o Governo do PSDB!

Muito obrigada, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a votação. Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito, antes de mais nada, aos Srs. Deputados que digitem as suas senhas.

Com sua discussão encerrada vai se proceder as votação do item 01 da pauta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para poder encaminhar à nossa bancada. Reservei-me durante o horário de encaminhamento. Apenas para dizer para a nossa bancada, os Deputados votarem SIM ao Projeto de Lei nº 402/08.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Quero orientar aos Deputados que quem for contra o aumento de imposto vota NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a segunda discussão do Projeto de Lei nº 402/08.

Os Deputados favoráveis votam com a expressão SIM. Os que forem contrários votam NÃO.

Votando.

Vai se proceder à apuração.

Cinquenta Srs. Deputados presentes. Trinta e cinco SIM e 14 NÃO. **Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Está em votação a subemenda da CCJ.

Os Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovada.

Com a aprovação desta subemenda estão prejudicadas as Emendas de nºs 01, 10, 11, 15, 25, 33 e 45. As outras emendas estão contempladas no substitutivo geral da CCJ.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Questão de Ordem**)

Antes de V. Exa. passar à votação das emendas. O substitutivo geral que acaba de ser aprovado, no artigo 14 sub-item “q”, acabou, por um equívoco na hora da digitação, replicando também no item “s” a mesma nomenclatura de mercadorias em relação a máquinas, implementos, tratores e microtratores agropecuários e agrícolas comercializados no Paraná. Nós fizemos já essa adequação, porque existe a previsão, um decreto de 1980, de dezembro de 2007, e também o Decreto nº 3550, que garante essa diminuição do ICMS para 12% para as máquinas, implementos, tratores e microtratores. Eu só faço essa questão de ordem, já contatei o Líder da Oposição, Elio Rusch, o Líder do Governo, Romanelli, para que possamos fazer uma emenda corretiva na redação final, retirando aquilo que foi duplicado da alínea “q” para a alínea “s” também. Então, na alínea “s”, depois do rolo compactador, se exclui até a nomenclatura do rolo compactador. É só essa questão de ordem e nós acertaremos na redação final.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Cabe a questão de ordem. Havendo a concordância das lideranças não há razão para que tal não aconteça.

Aprovado o substitutivo e também aprovado já anteriormente o requerimento para a votação em bloco das emendas que receberam parecer contrário da CCJ. Vamos votar, portanto, em bloco, as Emendas de nºs 02, 09, 16, 18, 22, 36, 39 e 40.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Estão **rejeitadas** as emendas.

Há Requerimento nº 4010, de autoria do Deputado Fernando Carli Filho, constante do expediente, solicitando destaque para a votação das Emendas nºs 32 e 35, de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 402/08. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas queria que V. Exa. esclarece qual será o procedimento em relação ao número de oradores e o tempo para encaminhar emenda, porque são 15

os destaques apresentados aqui, e o maior número de emendas, então aí penso que seja necessário, em função de já termos votado o principal, ou seja, que talvez apenas o autor fizesse o encaminhamento, e eventualmente nós podemos só orientar como votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu volto ao Deputado Líder da Oposição, nós já votamos o projeto e o substitutivo, como também o substitutivo já contempla um bom número de emendas, o substitutivo contempla 14 emendas, restam apenas 20 tantas emendas e que, acredito, não haveria necessidade de encaminharmos uma a uma. Só o autor poderia encaminhar, porque muitas delas são coincidentes, inclusive.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Temos as emendas que foram acatadas na sua constitucionalidade. As emendas com o mesmo teor poderão ser encaminhadas juntas. Só que a votação deveria ser separada. E cabe ao autor da emenda encaminhá-la para convencer os Parlamentares para discutí-las.

Poderíamos limitar no máximo cinco oradores de cada lado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O autor é o suficiente, senão não terminaríamos nem até amanhã de manhã.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Tem emendas que vários Parlamentares querem se manifestar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Que prevaleça o bom senso em ter um critério justo para que possamos discutir a emenda. O autor encaminha e o Plenário vota.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos convencionar que o autor encaminha e vota-se.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Tem emendas que não quero encaminhar, mas tem emendas que preciso encaminhar.

Agora, como fazer isso? Eis a questão!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Presidente, há um acordo do Líder da Oposição, que comunicará à Presidência qual é o acordo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, conversamos com V. Exa., com o Líder do Governo e com os Deputados da Oposição. Sabemos que se fôssemos seguir o Regimento Interno

ficaríamos até amanhã à noite ou até sexta-feira votando as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Até porque temos mais de 20 projetos a serem examinados e votados ainda.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Nós sabemos disso. Por essa razão, peço a cada Parlamentar, como da Bancada do Governo, como da nossa Bancada da Oposição, que usemos o bom senso. Tem emendas que não merecem uma discussão maior, mas existem algumas emendas, por exemplo, temos uma emenda que condiz com todo encaminhamento que fizemos.

Somos contra o aumento de impostos. Então, quer dizer, é uma emenda que, com toda certeza, vamos supor que sejam três ou quatro Deputados que se inscrevem, no máximo, nessas três ou quatro emendas. Nas demais apenas o autor. Então, acho que seria um bom encaminhamento. Que possamos ser breves, possamos ser objetivos, mas acho que tem que dar liberdade para que os Deputados possam se manifestar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou fazer uma proposta: três emendas, três encaminhamentos. As demais só o autor. Perfeito?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de colocar em votação as emendas, Deputado Elio Rusch e Deputado Luiz Claudio Romanelli, são três emendas que serão encaminhadas por três oradores. Gostaria que definíssemos quais são as emendas, e as outras nós votássemos apenas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só solicito a V. Exa. que possamos decidir com os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exas. têm o tempo que quiserem para definir quais são as três emendas que vão encaminhar.

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(É suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos começar votando as Emendas nºs 26, 27 e 28. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Encaminhar pela rejeição da Emenda nº 26, votando NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, para encaminhar a Emenda nº 26.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Emenda nº 26 que apresentamos ao projeto de lei confirma aquilo que nós, Deputados, falamos desde o começo, quando essa mensagem veio para a Assembléia Legislativa.

Somos favoráveis à redução da alíquota do ICMS sobre os produtos de bem de consumo. Mas somos contra o aumento da alíquota do ICMS. Tanto é que a emenda que apresentamos recebeu o seu parecer favorável e foi acatada pela Comissão de Constituição e Justiça, porque autorizamos o Governo do Estado a remanejar o orçamento, para que chegasse exatamente ao teto da renúncia fiscal que ele tem, em relação à redução da alíquota do ICMS. Além disso, o expediente que usamos é o mesmo expediente que o próprio Governador já tem usado na mensagem, quando ele cria a Universidade Bandeirantes na região norte do estado. Então, ela preenche todos os requisitos legais.

O Governo do Estado poderia, para compensar a renúncia fiscal, a redução da alíquota do ICMS, enxugar a máquina administrativa. Por exemplo, acabou com a FUNDEPAR, mas não acabou com os cargos. Os cargos foram transferidos para a Casa Civil. E assim tem outras entidades, outras empresas que também foram extintas e não foram extintos os cargos. E o que pedimos através desta emenda? Que a alíquota de 26% permaneça para a gasolina, exceto para a aviação e também para o álcool. E os 27% permanecem para a energia elétrica, exceto a destinada a eletrificação rural. Também para o fumo e para a bebida alcoólica. Enfim, não tem aumento de alíquota nenhuma. E o Governo do Estado compensaria isso.

Por que fizemos isso? Quando elaboramos essa emenda não tinha nem o pacote do Governo Federal e nem o pacote do Governo Estadual de São Paulo. O Governo Federal deu um exemplo para o Brasil e aí que pedi antes, no encaminhamento do projeto de lei, principalmente à Bancada do PT, que essa emenda diz exatamente o que o Governo Federal fez, e o que o Governo do PSDB fez em São Paulo. Então, um Governo é PT e outro é o PSDB. Reduziram o imposto sem aumentar alíquota nenhuma. E nós entendemos que aqui o Governo do Estado poderia fazer a mesma coisa. E justificamos porque: corta a despesa no custeio da máquina pública.

Existe já também, e ainda com todos os atropelos e as mensagens que estão aqui na Casa, existe no próprio orçamento, e nós também estamos votando nestas Sessões de hoje, existe no orçamento algo em torno de R\$ 500 milhões também da receita do Governo do Estado

sem a destinação. E sabemos que o Governo pode reduzir a alíquota do ICMS sem querer fazer aumento.

O Deputado Durval Amaral disse que houve um excesso de arrecadação este ano no ICMS de R\$ 1 bilhão. Ora, se houve um excesso de arrecadação, uma receita acima da projetada, por que não abrir mão de 400 milhões? É a mesma coisa que aconteceu no Governo Federal. Acho que foi isso que o Governo Federal também fez, ele reduziu o imposto sobre alguns produtos e sobre determinados impostos, a questão da CPMF. Acabou a CPMF, mas o Governo Federal arrecadou 20 bilhões a mais sem a CPMF do que estava projetado. E a mesma coisa acontece no estado do Paraná.

Por esta razão, peço aos Srs. Parlamentares, vamos votar a favor desta emenda. Esta emenda contempla a redução da alíquota do ICMS e vai contra o aumento do ICMS sobre qualquer item. Teremos apenas a redução e isso será compensado através do corte no custeio do próprio Governo. E o Governador, diga-se de passagem, nós autorizamos o Governador do Estado do Paraná para mexer no orçamento naquilo que ele achar que já está autorizado. E estamos, na verdade, dando um cheque em branco para o Governador do Estado remanejar, fazer os cortes necessários para fazer o equilíbrio econômico e financeiro na renúncia fiscal que ele vai ter com a redução da alíquota do ICMS.

Por esta razão, peço aos Srs. Parlamentares, vamos votar com esta emenda para que possamos reduzir a alíquota e dizer não ao aumento de impostos no nosso estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estava conversando com o Deputado Romanelli, e o que me deixa intrigado é que alguns projetos, fora esse da reforma tributária na pauta, nós teríamos que fazer de tudo para não deixar votar.

Primeiro, vou encaminhar já aqui a Emenda nº 42. Mas, Deputado Romanelli, V. Exa. quer votar uma lei de anistia aqui hoje, quando a culpa de não votar a lei de anistia é do Líder do Governo. Por quê? Nós, no dia que chegou o projeto nesta Casa, pela eficiência da nossa assessoria, da Liderança da Oposição, encaminhamos um requerimento à Casa pedindo quem seria contemplado com esta lei de anistia. O Líder do Governo derrubou sumariamente o nosso requerimento e não prestou as informações. E aí, agora teríamos a oportunidade, Deputado Romanelli, se V. Exa. prestar as informações de quem será anistiado, podemos conversar e manter o diálogo, senão eu me nego a votar uma lei de anistia. O que é a lei de anistia? A lei de anistia é alguém que foi demitido do Governo, não sei em que Governo, se é no Governo do Richa, se é no Governo Álvaro, se é no Governo Requião, se é no Governo do Lerner, ou no Governo não sei de quem, e aí vamos votar uma lei de

anistia e não sabemos quem vai ser contemplado e nem quantos serão contemplados.

Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando aqui. E qual a arma que teria aqui para usar e devo usar? É encaminhamento! É encaminhamento!

Então, estou encaminhando aqui a Emenda Modificativa nº 42, V. Exa. se preocupe com a informação dos anistiados que eu atendo favoravelmente o seu pedido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o Deputado não pode encaminhar uma matéria estranha à emenda que está sendo votada.

Desculpe, Deputado Valdir Rossoni, mas sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, a palavra está assegurada ao Deputado Rossoni. Por gentileza.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu dou razão a V. Exa., Sr. Presidente, mas foi quase que, V. Exa. pode até não gostar, mas a verdade é a seguinte: se o Líder do Governo quisesse contemplar o trabalho da Liderança da Oposição, ele poderia, sim, ter prestado as informações.

Então, ele quer que votemos essa lei de anistia escondida.

Desculpe, eu não poderia encaminhar no encaminhamento da emenda, mas estou encaminhando esta emenda, porque ela diminui a alíquota de ICMS. Agora vamos tirar a prova dos nove fora aqui, Deputado Luiz Carlos. V. Exa. encaminhou muito bem aqui quando do encaminhamento do projeto. V. Exa. disse o seguinte: “Nós somos favoráveis à diminuição de impostos”. Está aqui a emenda para diminuir impostos, agora, a Emenda nº 26 que nós vamos votar.

Quem for favorável à diminuição de impostos, vota SIM, favorável a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Durval Amaral, para encaminhar a Emenda nº 26.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

A Oposição apresenta uma emenda subtraindo o aumento do ICMS sobre energia elétrica, sobre gasolina, sobre telecomunicação, sobre cigarros e sobre bebidas alcoólicas.

Alguém poderia perguntar: “Mas como que a Oposição está apresentando uma emenda sem apresentar de onde virão os recursos? Como vamos manter o equilíbrio financeiro e como vai se manter o equilíbrio orçamentário?”

Eu disse aqui no meu primeiro pronunciamento, ainda nesta tarde, que o Governo Federal, o Governo do

Presidente Lula, havia, através do Ministro do Planejamento, cortado 10 bilhões nas despesas correntes.

Pois bem, qual é a solução? Estudei atentamente a proposta do orçamento para 2009, a proposta do Governo muito bem relatada pelo nobre Deputado Nereu Moura. Raciocinem comigo: o Governo do Estado do Paraná vai gastar com pessoal e encargos sociais, no ano que vem, 6 bilhões e 79 milhões. Desse total de despesas com pessoal e encargos ele vai gastar 4 bilhões e 406 milhões oriundos do ICMS, portanto despesa com vinculação constitucional. Não podemos aproveitar nenhum centavo dessa dotação orçamentária para suportar a redução do ICMS.

O Governo vai gastar com juros e encargos da dívida, no ano de 2009, 543 milhões. Os juros e encargos da dívida com a fonte ICMS, ele vai gastar 393 milhões, ou seja, não podemos apropriar por causa da vinculação constitucional, não podemos fundamentar a redução de impostos com juros e encargos da dívida com a fonte ICMS, ele vai gastar 393 milhões, ou seja, não podemos apropriar por causa da vinculação constitucional, não podemos fundamentar a redução de impostos com juros e encargos, porque estaríamos cometendo uma ilegalidade.

Outras despesas correntes: o Governo vai gastar no ano de 2009 5 bilhões 746 milhões com recursos da arrecadação de ICMS. Ele vai gastar 4 bilhões 165 milhões, é aritmética, se eu tirar 5 bilhões e 746 milhões, que é o total da dívida, e 4 bilhões 165 milhões que está vinculado constitucionalmente, tenho um saldo para apropriar, para abater, para poder suportar a redução de impostos aqui em outras despesas correntes, R\$ 519 milhões. Em investimentos o Governo vai gastar, no ano que vem, R\$ 134 milhões com recursos custeados pela arrecadação de ICMS, 97 milhões, tenho então 42 milhões vinculados, por força de vinculação constitucional. Me sobra um saldo de R\$ 54 milhões. Ou seja, tenho 519 milhões mais 54 milhões para suportar a redução do ICMS que estamos propondo com a exclusão das alíquotas sobre energia elétrica, gasolina, combustível. E ainda amortização da dívida, ou melhor, inversões financeiras o Governo vai gastar 90 milhões no ano que vem, temos com vinculação ao ICMS 65 milhões, portanto um saldo de 27 milhões, portanto 28 milhões vinculados e um saldo de 36 milhões.

Resumindo a ópera: das despesas correntes o Governo tem, pelos dados do orçamento no próximo ano, 519 milhões que não estão vinculados e que ele pode somar para dar suporte à redução da receita, mais investimentos de 54 milhões, de inversões financeiras mais R\$ 36 milhões. Ou seja, a legalidade da redução está em R\$ 610 milhões que o Governo pode, usando o que fez o Ministro Paulo Bernardo que cortou 10 bilhões nas suas despesas correntes, aqui o Governo do Paraná tem 610 milhões que não estão vinculados constitucionalmente para reduzir o ICMS no estado do Paraná sem precisar aumentar a alíquota de ICMS sobre energia, gasolina e sobre telecomunicação.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para orientar a bancada para votar NÃO à Emenda nº 26.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, os favoráveis à emenda votam SIM. Nossa emenda é a favor da redução, mas contra o aumento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados favoráveis à emenda votam SIM; os contrários votam NÃO. Votando. Vai se proceder à apuração: 32 Srs. Deputados votaram NÃO, 15 SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Emenda Modificativa nº 27. Sr. Deputado Douglas Fabrício encaminha a emenda.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Emenda nº 27, a qual vamos encaminhar agora, mantém o aumento na bebida, que foi aprovado aqui, mantém o aumento no cigarro, que foi aprovado aqui. Mas queremos extinguir, tirar o aumento da energia elétrica, tirar o aumento do telefone e também da gasolina. Esses três itens: o telefone, a gasolina e a energia elétrica, são insumos para o processo produtivo. Se conseguirmos aprovar essa emenda, tirar esse aumento, estaremos favorecendo os pequenos empresários, as famílias paranaenses e melhorando o processo de desenvolvimento. Se não aprovarmos essa emenda, estaremos prejudicando as famílias paranaenses.

A Oposição, ainda estamos concordando com o aumento na bebida e no cigarro. Tudo bem, quem quiser beber que beba, vai pagar mais caro. Quem quiser fumar que fume, vai pagar mais caro. Agora, não tem jeito das pessoas não usarem a energia elétrica, não tem como. As pessoas são obrigadas a usarem a energia elétrica. E com isso vão ter que pagar mais caro. Se aprovarmos a emenda não terão que pagar mais caro. Está nas nossas mãos. O projeto já foi aprovado, essa emenda corrige a distorção.

O que o Governo quer com esse projeto? Arrecadar mais dinheiro do bolso do povo. É aquela mão peluda, no final do ano, no bolso do povo. Até porque o Deputado Durval Amaral já falou, agora há pouco, o Governo tem um superávit de R\$ 600 milhões do ICMS! Foi isso que ele disse agora, provando com números.

Podemos votar a favor desta emenda e com isso vamos dar um presente para o povo paranaense, que é não aumentar a energia elétrica, não aumentar o telefone e a gasolina. Está nas nossas mãos, porque se aumentarmos, votarmos NÃO essa emenda, estaremos prejudicando a população.

É simples, Deputado Accorsi, V. Exa. que tem um trabalho brilhante na área social, cuidando de vários paci-

entes, é hora agora de ajudar no coração do povo paranaense, dizendo SIM a essa emenda. Se aprovarmos essa emenda vamos conseguir corrigir a distorção desse projeto.

Vi vários discursos hoje falando assim: “Lá em não sei quando, não sei quem aumentou não sei o quê.” Eu não era Deputado na época, não tenho nada a ver com isso, o que quero é que não tenha aumentado de imposto. Por isso que subi aqui na tribuna, NÃO ao aumento de imposto. Se fosse para reduzir o imposto teria, sem dúvida alguma, o meu voto nesse projeto.

Agora é hora de votar a emenda em separado aqui, inclusive concordando com o aumento da bebida e até do fumo. Mas não podemos concordar com o aumento da energia elétrica, do telefone e a da gasolina, de forma alguma.

É a segunda chance que estamos tendo de dar uma presente de Natal ao povo paranaense, dizer NÃO ao aumento.

Até fico imaginando se estivesse aqui, como Deputado, o Governador Roberto Requião. Como será que ele votaria? O Lula, eu sei como votaria, porque o Lula acabou de dar redução de impostos em vários produtos lá no Governo Federal.

Então, pedir o apoio do pessoal do PT, que é bastante ligado ao Lula. Vamos votar essa emenda favoravelmente, que aí sim vamos estar corrigindo as distorções deste projeto. Porque o projeto tem um lado bom, que é o lado da isenção, Deputado Nereu Moura, V. Exa. que brilhantemente conduz aqui a Comissão de Orçamento, junto com a Deputada Beti Pavin, eu sou um mero Vice-Presidente, mas tenho procurado ajudar também nesta Comissão. Agora, o orçamento só vai ser possível ser executado se existir receita. Só vai existir receita se existir desenvolvimento. Para ajudar no desenvolvimento do Paraná podemos votar SIM nesse requerimento. Esse é o pedido do nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, alguns oficiais de Justiça estão aguardando a votação do projeto que interessa a eles.

Para registrar que o STF, no dia de hoje, não acolheu a ADIN apresentada pelo Governo do Paraná que era contra o piso para os professores. Então, com a vitória dos professores, que a partir de janeiro terão, por força da vitória no Supremo, a garantia do piso salarial.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à votação.

Os Deputados favoráveis à emenda votam com a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários, com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para orientar a nossa bancada para votar com a expressão NÃO, à Emenda nº 27.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Da forma inversa, pedimos para quem é contra o imposto que vote com a expressão SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Votando.

Quarenta e sete Deputados presentes: 28 NÃO; 18 SIM.

Está **rejeitada** a emenda.

Emenda nº 28. Para encaminhar, o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos do Paraná.

Um dos momentos mais marcantes da minha vida pública, nesses dois anos como Deputado Estadual, aconteceu no ano passado, quando ficamos até altas horas aqui para defender os interesses dos cidadãos paranaenses, mas naquela época não existia a TV SINAL. Agora são 21h42, tenho certeza que o estado do Paraná está acompanhando a batalha, a tarefa árdua da Bancada da Oposição desde as 14h30 tentando derrubar esse projeto que, ao meu ver, vai prejudicar os nossos paranaenses.

O projeto já foi aprovado, e agora as duas primeiras emendas que estamos debatendo também já caíram. A última emenda, houve um aumento de Parlamentares que são contra a majoração de alíquotas de imposto.

Nessa Emenda nº 28, Sr. Presidente, também peço que inclua a Emenda de nº 42, de minha autoria. As duas emendas prevêem a exclusão apenas da alíquota majorada da energia elétrica. O que estamos querendo é que com essa emenda, pelo menos o cidadão paranaense, encontre uma bóia de salvação, porque o barco já está afundando. Pelo menos a energia elétrica fique de fora desse projeto. É isso que estamos pedindo através dessa emenda.

Srs. Parlamentares, Srs. Deputados, neste momento tão importante, no último dia de 2008 para a Assembleia Legislativa, nós podemos, sim, melhorar, pelo menos corrigir algo que ao meu ver é realmente importante, que é a questão da energia elétrica.

Se tirarmos apenas a energia elétrica já vai ser uma grande avanço, porque a energia elétrica subindo o imposto, quem vai sofrer são os pequenos, os microempresários, os cidadãos, porque tudo sobe. Nós não falamos, diversas vezes, aqui nesta tribuna, que subindo a energia elétrica a primeira coisa que sobe são os produtos das panificadoras aí do seu bairro? No dia seguinte você vai pagar o pãozinho mais caro, os frios, o iogurte, o queijo, o presunto, porque dependem de freezer, dependem de energia elétrica.

Isso estou dando apenas um exemplo de uma panificadora, e o que dizer do setor industrial, do setor produtivo?

Srs. Deputados, atenção Bancada do PT. Faço um apelo a todas as bancadas de todos os partidos. Se conseguirmos retirar pelo menos o parágrafo que prevê o aumento da energia elétrica, aumento de imposto real da energia elétrica para que se mantenha constante, se conseguirmos apenas isso, tenho certeza que os cidadãos paranaenses que estão nos acompanhando no trabalho, o esforço dos Parlamentares, tenho certeza que eles vão aplaudir no conforto dos seus lares.

Nós percebemos diversas votações. O projeto foi aprovado!

Temos diversas emendas, de minha autoria são oito, da Bancada de Oposição mais 11. Mas essa aqui eu considero importantíssima.

Srs. Parlamentares, vamos diminuir a carga tributária, sim, mas não vamos aumentar a energia elétrica em hipótese nenhuma. Voto contra o aumento de imposto, principalmente nesse quesito. Pelo bem do estado do Paraná, vamos votar a favor dessa emenda da Bancada de Oposição e de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à votação.

Atenção, Srs. Deputados que forem favoráveis à emenda, votam com a expressão SIM. Os Deputados contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero encaminhar e orientar a nossa bancada para que votem com a expressão NÃO à Emenda de Plenário nº 28, do Projeto de Lei nº 402.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Da mesma forma, os Deputados que são contra o aumento do ICMS na energia elétrica votarão SIM. Ao mesmo tempo, o Deputado Marcelo Rangel encaminhou também a Emenda nº 41, dele. Acho que logo a seguir poderíamos também votar esta.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, é a Emenda nº 42, que também prevê o aumento da energia elétrica. Somos contrários a este aumento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos votando duas emendas. A de nº 28 e a de nº 42. Os Deputados que forem favoráveis às emendas votam com a expressão SIM e os Deputados que forem contrários às emendas, votam com a expressão NÃO.

Quarenta e dois Deputados votaram: 30 votaram com a expressão SIM e 18 com a expressão NÃO. estão **rejeitadas** as emendas.

Gostaria de suspender a Sessão por dois minutos, para que eu pudesse conversar com o Líder da Oposição e

o Líder do Governo a respeito das 14 emendas que temos aqui.

(Pausa)

O Deputado Fernando Ribas Carli Filho vai encaminhar a Emenda de nº 32. Requer destaque para a discussão e votação das Emendas nºs 32 e 35.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, farei o encaminhamento da Emenda de nº 32, de minha autoria. A Emenda nº 35, também de minha autoria, será encaminhada pelo Deputado Durval Amaral.

Começamos pela Emenda nº 32. A emenda que apresentamos ao projeto de lei, nada mais pede, a justa e rigorosa aplicação da Lei Kandir, uma lei federal existente em nosso país, que dá o crédito às empresas exportadoras, que exportam mais de 80% da sua produção, a isenção de alguns impostos. Este foi um incentivo criado para as empresas exportadoras do nosso país.

Pois bem, como estamos tratando do ICMS, as empresas a que estamos nos referindo hoje, pagam o ICMS que incide sobre a fatura de energia elétrica na conta de luz. A empresa precisa pagar esse valor, o qual pela lei ela não deveria, para se creditar e, *a posteriori*, buscar, com uma maratona burocrática, receber de volta esse ICMS devido, que foi pago na fatura de energia elétrica.

O que nós pedimos com essa emenda? Que a incidência do ICMS na fatura de energia elétrica isente logo na fatura, quando da chegada da conta de luz, definindo assim, a grosso modo, que essa isenção aconteça de imediato, evitando a burocracia junto à Receita Estadual, evitando que o empresário precise, muitas vezes, se descapitalizar pagando esse ICMS que incide sobre a energia elétrica, podendo usar esse recurso que seria pago indevidamente para tal imposto para capital de giro ou para que possa manter novos investimentos na sua empresa.

Então, gostaria de pedir a compreensão do Deputado Romanelli para que votemos favoravelmente essa emenda, que é uma emenda justa, e só estamos fazendo cumprir uma lei federal, a Lei Kandir, para as empresas exportadoras do nosso estado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será procedida a votação da Emenda nº 32.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E a Emenda nº 35.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. A Emenda nº 35 será defendida pelo Deputado Durval Amaral, pelo que entendi.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, o requerimento de destaque é das duas emendas que foram defendidas pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Ribas Carli defendeu apenas a Emenda nº 32.

Agora tem a palavra o Deputado Durval Amaral, por dois minutos.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, enquanto o Deputado Durval Amaral se dirige à tribuna, quero aproveitar e dizer que estarei apoiando essa emenda proposta pelos Deputados Ribas Carli e Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Só para explicar. A imprensa brasileira tem no estado do Paraná um fornecedor de papel para toda a imprensa brasileira, pois, com certeza absoluta, as duas únicas empresas que produzem papel para a imprensa estão localizadas no estado do Paraná.

A Constituição Federal, no artigo 150, previu a imunidade tributária, não permitindo a cobrança de impostos quando efetivamente o papel jornal é vendido. Isso causa um prejuízo enorme para toda a empresa papelreira, que no caso específico do estado do Paraná é apenas uma ou duas empresas. Isso faz com que não haja competitividade, porque as demais empresas exportadoras, quando elas efetivamente exportam o seu produto, têm um benefício através da Lei Kandir e, automaticamente, em conta gráfica se creditam. No estado do Paraná essas empresas que geram riqueza, que geram mais de 5 mil empregos, automaticamente não conseguem se compensar em conta gráfica. Então, a imunidade tributária prevista pelo constituinte vem em desserviço do estado do Paraná, vem em desserviço de empresas paranaenses que geram mais de 5 mil empregos.

Para os senhores terem uma idéia, qual é a proposta? Reduzir a alíquota de ICMS para as empresas que estão enquadradas na imunidade tributária para 12%. Isso, em tese, poderia trazer um prejuízo para o estado do Paraná na ordem de R\$ 24 milhões. Entretanto, a contradição na proposta apresentada pelo Governo, só o setor de autopeças vai receber um benefício de R\$ 40 milhões, e não gera tantos empregos - porque só de maneira direta são mais de 5 mil empregos - como gera a indústria do papel no estado do Paraná.

Então, o encaminhamento que faço aqui, por solicitação do Deputado Fernando Ribas Carli, é justamente para que nós, Parlamentares, possamos, já que estamos fazendo também a redução de alguns impostos, reduzir o imposto exclusivamente, para 12% no caso daquelas empresas que estão enquadradas com imunidade tributária.

Era esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação as Emendas n°s 32 e 35.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria chamar a atenção da nossa bancada, queria orientá-los a votar com a expressão NÃO, votando NÃO às duas emendas, porque as propostas feitas pelos autores das emendas não são legalmente possíveis. O discurso é possível de ser feito, foi feito, mas quero orientar a nossa bancada a votar com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários com a expressão NÃO. Votando.

Quarenta e seis Deputados presentes: 28 NÃO, 17 SIM. Estão **rejeitadas** as emendas.

Próxima emenda de Plenário, firmada pelo Sr. Deputado Ribas Carli, Emenda de Plenário n° 44.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis à emenda votam com a expressão SIM; os Deputados contrários, com a expressão NÃO.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Encaminhamos para votar SIM.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Encaminhamos para votar NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à apuração.

Quarenta e seis Srs. Deputados presentes: 28 NÃO, 17 SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Próxima emenda, também firmada pelo Deputado Ribas Carli: Emenda de Plenário n° 31.

Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração. Quarenta e sete Srs. Deputados presentes: 28 NÃO; 18 SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Próxima emenda, também requerido destaque, Emenda n° 29: Deputado Ribas Carli. Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

A Emenda n° 29 é da Bancada da Oposição, subscrita por todos os Parlamentares. Esta aqui, na verdade, é a cobrança do ICMS progressiva sobre o consumo de energia elétrica. É uma sugestão que recebemos da OAB e de outras entidades também.

Qual seria a progressividade da cobrança do ICMS sobre a energia elétrica? Para o consumidor que consome

de 0 a 300 kW/h pagaria 12%; de 301 a 600 kW/h pagaria 25%; e de 600 a 900 kW/h pagaria 27% sem prejuízo para quem tem o Luz Fraterna. Vem ao encontro do pobre, médio e rico.

Solicitaria aos Srs. Deputados que votássemos com a expressão SIM, porque é uma emenda justa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero orientar a nossa bancada para votar com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Votando.

Vamos proceder à apuração. Vinte e sete NÃO e 18 SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Próxima, Deputado Ribas Carli, requer destaque para as Emendas n°s 05 e 07.

Os Deputados favoráveis às Emendas n°s 05 e 07 votam com a expressão SIM e os que forem contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Para Encaminhar**)

Nosso encaminhamento é a favor da redução de impostos e desenvolvimento do Paraná, com a expressão SIM.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria encaminhar a nossa bancada com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Votando as Emendas n° 05 e 07.

Vamos proceder à apuração. Vinte e nove com a expressão NÃO e 18 com a expressão SIM. Estão **rejeitadas** as emendas.

Vou enunciar a emenda a partir de agora.

Deputados Ribas Carli e Elio Rusch requerem destaque para Emenda de n° 30. *Fica acrescido o parágrafo 9º no artigo 25 da Lei nº 11580, conforme redação que segue. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes orçamentários necessários para o efeito de assegurar o equilíbrio das finanças públicas, de conformidade com a Lei Complementar de nº 04/05/00.*

Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente desculpe, tenho numerado a 30: *Fica acrescido o parágrafo 9º no artigo 25.*

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Isso. *Fica acrescido o parágrafo 9º no artigo 25 da Lei nº 11580, de 11/96.* Eu li a redação inteira já.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está certo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Fica atribuído ao adquirente de mercadorias, em operações promovidas por estabelecimentos optantes...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

§ 9º Fica atribuído ao adquirente de mercadorias, em operações promovidas por estabelecimentos optantes pelo regime único de arrecadação de tributos e contribuições, SIMPLES, um crédito presumido de 12% sobre o valor das respectivas saídas de mercadoria em operações internas. Aí sim, depois: Fica o Poder..

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Exatamente. V. Exa. leu o artigo se nós acrescentarmos o parágrafo. V. Exa. tinha lido o artigo e não o que estamos apresentando. Isto aqui, na verdade, é para beneficiar as empresas que estão enquadradas no SIMPLES. Quando vendem a mercadoria, quem compra o produto dessa indústria, não se credita no ICMS que não tem. Então, devia ter um crédito presumido. Aliás, isso foi levantado até na Associação Comercial, numa Audiência Pública, por empresários, e o Governador disse que concordaria com essa tese, se não me falha a memória, me corrijam os Srs. Parlamentares.

Então, queremos fazer essa justiça com os empresários que estão enquadrados no SIMPLES. Quando vendem a mercadoria, quem compra o produto dessa indústria, não se credita no ICMS que não tem. Então, devia ter um crédito presumido. Aliás, isso foi levantado até na Associação Comercial, numa Audiência Pública, por empresários, e o Governador disse que concordaria com essa tese, se não me falha a memória, me corrijam os Srs. Parlamentares.

Então, queremos fazer essa justiça com os empresários que estão enquadrados no SIMPLES e que vendem exatamente essa mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Está em votação. Os Deputados que forem favoráveis à Emenda nº 30 votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou orientar nossa bancada a votar NÃO.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Nós orientamos para que votemos SIM, de acordo com aquilo que o Governador assumiu na Audiência Pública. Votamos SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à apuração: 26 NÃO; 18 SIM.

Está REJEITADA a emenda.

Deputado Douglas Fabrício, por favor. Emenda de nº 04, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. V. Exa. pode encaminhar.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Antes de falar da emenda, quero fazer um agradecimento ao Deputado Plauto Miró, ao Deputado Luiz Carlos Martins, ao Deputado Rossoni e ao Deputado Elio Rusch. Para apresentar uma emenda precisa ter o apoio de outros Deputados, assinatura, e esses foram os Deputados que assinaram junto comigo esta emenda.

Qual é o objetivo desta Emenda? É estabelecer uma alíquota de 7% para o ICMS incidente sobre materiais de construção civil. Por que apresentar uma emenda assim? O Governo fala sempre em ajudar os pobres, fala em Carta de Puebla, fala em povo mais humilde. Quem mais tem o sonho de comprar materiais de construção para conseguir uma casa própria? São todos os brasileiros, mas em especial as pessoas mais humildes, mais pobres. Se nós aprovarmos esta emenda aqui, teremos condições de ajudar as famílias mais pobres a construir uma casa para morar, porque irão pagar mais barato no material de construção.

Deputado Artagão, V. Exa. que sempre fala em favor dos pobres, agora é hora de ver se fala mesmo, ou só fala, ou vai votar junto com os pobres. Essa emenda ajuda os pobres, as pessoas mais humildes. Preciso do seu voto, sua assinatura infelizmente já passou o momento, mas o voto é que vale. Reduz para 7% o ICMS para quem quiser comprar material de construção. Uma emenda simples, uma emenda fácil de resolver, é só votar SIM.

Por isso, estou vindo aqui pedir o voto para cada um de vocês Sras. e Srs. Deputados. Já agradeço o apoio dos Deputados Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Rossoni e Elio Rusch. E agora gostaria de falar o nome dos demais 53 Deputados aqui desta Casa que votaram SIM para esse projeto. Esse projeto ajuda a família pobre, o povo pobre, quem tem sonho de construir uma casa própria. Material de construção mais barato, Deputado Nelson Justus, V. Exa. que entende bem desse setor, sabe o quanto é importante a pessoa ter a casa própria, V. Exa. conhece bem essa área. Estamos apresentando essa emenda para ajudar o povo pobre, para ajudar o Governador a ajudar o povo pobre. Ele sempre discursa que quer ajudar o povo pobre, vamos ver se a orientação que ele dá para os Deputados que o apóiam aqui nesta Casa se é para ajudar o povo pobre.

Agora, vamos tirar bem claramente, Deputado Rossoni, o joio do trigo para saber quem quer votar junto com o povo pobre. Quem quer ajudar as pessoas mais humildes vota SIM para essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Apenas para encaminhar a nossa bancada, já encaminhei as razões aqui, para votar com a expressão NÃO.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Ele fez uma menção ao meu nome, dizendo que eu procuro sempre defender. Neste caso os materiais de construção já são 7% e por isso o discurso dele está em vão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação. Os Deputados favoráveis votam com a expressão SIM; os contrários com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder a apuração: 26 NÃO; 17 SIM, duas abstenções. A emenda está **rejeitada**.

Atenção, Srs. Deputados, Emendas de nº 21 e 23. Duas emendas propostas pelos Deputados Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin e Péricles de Mello, para encaminhar.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Gostaria de encaminhar também, porque tenho uma emenda similar a uma emenda dessas que foi agrupada nesta emenda do PT.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Defendemos a minirreforma proposta pelo Governador, fazemos parte do Governo. Mas essa emenda reflete uma preocupação na Bancada do Partido dos Trabalhadores, depois de longa discussão e amplo debate, já que nosso Governo, Governo que apoiamos, defende e fez várias ações em defesa do micro e pequeno empresário. Apresentamos a Emenda nº 21, assinada por todos os nossos Deputados, que propõe que o aumento de energia elétrica não ocorra quando a energia elétrica for destinada à eletrificação rural. Já está no projeto, nós acrescentamos eletrificação rural e as micro e pequenas empresas beneficiadas com o tratamento tributário simplificado SIMPLES. Por um motivo muito simples, as grandes empresas se creditam do ICMS pago na energia. Portanto, essa conversa que ouvimos aqui hoje, que vai prejudicar a indústria, não é verdadeira.

Estava num debate na Associação Comercial, foi muito bem esclarecido isso e ninguém questionou o Governo. As grandes empresas industriais têm o crédito do ICMS pago sobre a energia, mas as pequenas e micro empresas não. Então elas terão um prejuízo na concorrência. Como o Governo que defendemos e apoiamos defende a pequena empresa, acreditamos que essa emenda deve ser aprovada por todos os Deputados. A Bancada de Oposição, que tem falado o tempo todo que é contra o aumento de energia, aqui é um caso específico para o pequeno empresário. E a Bancada do Governo, entendemos que mesmo que haja uma questão técnica

problemática, tem 90 dias para ser resolvida essa problemática técnica e o Governador terá competência para resolver essas questões técnicas que dizem respeito a essa emenda.

Pedimos a todos os Deputados que aprovem por unanimidade a Emenda nº 21, que vai beneficiar todas as micro e pequenas empresas que estão beneficiadas com o tratamento tributário simplificado, SIMPLES, no tocante ao aumento da alíquota da energia elétrica. E a Emenda nº 23, o Deputado Caíto vai falar também, faço uma rápida referência. O Poder Executivo avaliará no prazo de seis meses o impacto da redução de alíquota proposta no artigo 1º dessa lei, no consumidor final, para fazer os ajustes necessários a alcançar a justiça tributária. Já existe um texto próximo a esse no substitutivo, mas essa emenda vem consolidar o que está declarado no substitutivo e pedimos, portanto, apoio de todos os Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, consulto V. Exa. as duas emendas serão votadas em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Serão, a 21, a 23, e a 40, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que versam sobre o mesmo tema.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar, porque é difícil votação em bloco. A emenda que eu tenho, que foi incorporada na emenda do PT, é a emenda que estabelece um artigo dizendo que num prazo de seis meses os órgãos de defesa do consumidor farão uma avaliação se efetivamente houve a transferência para o consumidor da redução de impostos. Sei que se tem dificuldade dessa avaliação, tenho pleno conhecimento, mas sei também que o fornecedor vai pagar 12, portanto na sua nota terá que constar 12. De qualquer forma é uma autorização para que se faça essa avaliação em seis meses. E a outra emenda do PT trata de energia elétrica. Se V. Exa. pudesse pôr em votação separadas as duas emendas seria mais fácil de votar, porque acho que essa emenda dos seis meses, para uma avaliação é profundamente interessante.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, acho que são conteúdos diferentes as emendas, portanto concordo. A emenda do Deputado Marcelo é igual a do PT, então as duas podem ser votadas juntas. E separamos a emenda do Deputado Caíto, que é outro conteúdo, outra lógica.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preferi usar a tribuna, principalmente porque tenho que me dirigir à Bancada de Oposição.

Srs. Deputados, há mais de um mês eu propus esta emenda, através da Bancada de Oposição. A Emenda nº

41 isenta o aumento de energia elétrica para as micro e pequenas empresas. A emenda da Bancada do PT é semelhante, é praticamente sobre o mesmo assunto.

Agora, temos um problema político, vou pedir um apoio dos Srs. Parlamentares. Sr. Presidente, posso pedir destaque somente para a 41? Posso pedir a separação? Fico com o conselho do Presidente, que decidirá, sobre o assunto. Gostaria de saber a sua opinião.

O SR. PERICLES DE MELLO (PT)

Pelo ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acho que a Casa não pode votar duas vezes a mesma matéria, pois elas são idênticas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

As duas emendas são rigorosamente iguais. Vamos votar a Emenda nº 41, e vamos votar as Emendas nºs 21 e 23.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

V. Exa. anunciou que votaríamos a Emenda nº 21, depois a 23 e depois a 41. V. Exa. poderia votar emenda por emenda, de forma absolutamente regular.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há necessidade de votar emenda por emenda. As Emendas nºs 21 e 41 são rigorosamente iguais. Já decidi que vamos votá-las juntas. A emenda que o Deputado Caíto Quintana defendeu será separada, porque, inclusive, tem outro número e não tem nada a ver com o que estamos falando.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, conduzirmos essas três emendas de uma maneira tranqüila, acho que as sugestões dos Deputados Rangel e Romanelli são corretas. Vota-se a 01, 02 e a 03 separadamente, porque senão o Deputado Rangel será prejudicado na sua emenda.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Peço à Mesa, se possível, separarmos as emendas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, elas têm natureza diferente, exce-tuam a micro empresa do aumento de energia elétrica. Como ela está redigida, a microempresa vai para 18%. É diferente da Emenda nº 21. Elas têm essência diferente no conteúdo. Então, as Emendas nºs 21 e 41 têm que ser votadas separadamente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Questão de Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Acho uma vergonha que esta Casa vote em função do nome do Deputado que apresenta. Está ficando claro isso. A Assembléia é um poder deste estado. Ora, se a emenda apresentada pelo Deputado Marcelo Rangel, seja ele do PPS, da Oposição ou da Situação, tem o mesmo conteúdo da emenda assinada pelos Deputados do PT. É uma vergonha que queiramos separar por uma questão politiqueria. Política não é isso. Votamos no conteúdo de uma proposta, independente de quem apresenta. Porque é isso que vai alterar regras da sociedade. Para mim a Opo-sição querer fazer uma jogada de separar, votar contra a emenda do PT e a favor do Deputado Marcelo, eu tem o mesmo conteúdo básico...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apresentar, talvez, uma solução. A Emenda nº 21, apresentada pelo PT, reduz para 28% a alíquota.

A minha emenda isenta o aumento de energia elé-trica para as micro e pequenas empresas. Então, são assuntos realmente diferentes. Reduz para 28% e a minha prevê a isenção. Na verdade sobre o mesmo assunto, mas com distinções de súmulas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a decidir. Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. tem um requerimento pedindo votação das suas emendas. Vamos votá-las todas de uma vez só.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria de pedir apenas o destaque a uma das emendas, a dos medicamentos, Presidente, se possível.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

As Emendas nºs 36, 37, 38, 41 e 43 serão votadas em bloco.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

A 43 gostaria de pedir destaque. Diminuição de alíquota para medicamentos de uso contínuo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encaminhada então.

A Mesa decide o seguinte: vamos votar atendendo o requerimento do Deputado Marcelo Rangel, as emen-das todas em bloco, que são as de nºs 36, 37, 38, 41 e 43; e as emendas do PT nºs 21 e 23 votaremos separada-mente.

Primeiro vamos votar a Emenda nº 21, depois a 23 separadamente. A 21 é da Deputada Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar a Emenda nº 21. Encaminhamento simples, rápido, porque é uma emenda

do Deputado Péricles, ele se sentiu discriminado e parece que estamos personalizando porque ele é o autor. Estamos sim! Somos contra a emenda do Deputado Péricles por falta de credibilidade. E votamos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. Os Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas orientar a nossa bancada a votar NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Também vou votar NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à apuração: 25 NÃO; 12 SIM.

Está **rejeitada** a emenda.

Agora, a Emenda nº 23, de autoria do Deputado Péricles, Luciana Rafagnin e Tadeu Veneri.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero encaminhar a emenda do Deputado Péricles.

A emenda diz o seguinte: *O Poder Executivo avaliará no prazo de seis meses o impacto da redução das alíquotas proposta no artigo 1º desta lei. Do consumidor final: para fazer os ajustes necessários ao alcançar a justiça tributária.* Quem quer justiça tributária não vota favorável a este projeto. Esta emenda é denominada “emenda Papai Noel”. Faz de conta que acredito. Sou contra a emenda, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, pretendo retirar a minha emenda e ao mesmo tempo esclarecer o PT que o faça na sua, se for da sua vontade, porque o Relator Reni Pereira acatou no seu substitutivo, artigo 2º, que o Governo, a partir de janeiro de 2009, através do PROCON e IPARDES listará e acompanhará mensalmente as variações de preço. A emenda minha e, por conseguinte, a emenda do PT está falando numa avaliação em seis meses. Ela foi acatada pelo Relator no substitutivo, portanto, independe de emendas. Por isso, se aprovarmos a emenda, vamos conflitar com o artigo 2º do substitutivo que já foi aprovado, ele está propondo que o PROCON e o IPARDES façam uma avaliação mensal.

Portanto, retiro minha emenda e gostaria que o PT se manifestasse sobre a emenda deles que é do mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Peço para encaminhar porque é uma vergonha: o Deputado Rossoni nos agrediu duas vezes. Ele, como Líder da Oposição, deveria votar em cima de princípios e não fazer o jogo do faz de conta. Apresentamos uma emenda discutida com profundidade, ajudando a micro-empresa, ele votou contra a nossa emenda. Votou contra por articulação não sei de que tipo. Agora, que não venha descaracterizar o partido moralmente. A nossa emenda tem credibilidade, sim, defendemos com a cabeça erguida e defendemos a proposta do Governo de forma geral também de cabeça erguida, e não ficamos votando aqui em função do nome do autor do projeto. Seja quem for o autor, quando tem a concordância de mérito, votamos favoravelmente, seja Deputado da Situação ou da Oposição.

Portanto, não posso aceitar o tipo de caracterização que fez o Líder da Oposição nesta Casa. Mas concordo com o Deputado Caíto porque foi agasalhada a segunda emenda ao substitutivo, de forma sintética, concordamos com essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está portanto retirada a Emenda nº 23, até porque está contemplado no substitutivo.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas uma questão de ordem, porque o Deputado Péricles disse que foi ofendido. Não o ofendi. É uma constatação e quero dizer que ele errou, não sou mais Líder da Oposição. Agora, fico indignado com as posições aqui. É por isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agora, atendendo requerimento do Deputado Marcelo Rangel, vamos votar as Emendas nºs 36, 37, 38 e 42. Qual foi a emenda que o senhor pediu destaque?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pedi destaque para a emenda dos medicamentos, a de nº 43.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Então votamos a 36, 37, 38 e 42.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pedi à Bancada de Oposição e vou encaminhar muito rapidamente a Emenda nº 37 que revoga a lei se ela não reduzir os preços aos consumidores no período de 90 dias a partir do seu vigor.

Apresentei essa emenda devido a um pronunciamento do Chefe do Executivo. O Sr. Governador Roberto Requião fez um pronunciamento dizendo que se o projeto não for bom, ele irá revogar a lei, mas que isso seja feito através da Assembléia Legislativa: que em 90 dias, se os

efeitos forem nocivos aos cidadãos paranaenses, que seja revogada automaticamente. É por isso que estou pedindo o voto para os Srs. Parlamentares. As outras emendas que estão também acopladas são emendas que, tenho certeza absoluta, são benéficas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários com a expressão NÃO.

Vai se proceder a apuração.

(**Pausa**)

Vinte e oito NÃO, 18 SIM. Estão **rejeitadas** as emendas.

Agora sim, Deputado Marcelo Rangel, Emenda nº 43, de autoria de V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero dizer o seguinte: ainda há pouco, não quero em absoluto tumultuar o encaminhamento da Sessão, mas eu me guio pelos requerimentos. A Emenda nº 43...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, não, o Deputado pediu destaque...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas o destaque do destaque, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, nós combinamos para que pudessemos votar em bloco. Esta foi a razão. Foi por economia processual somente.

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, 22h38. Eu pedi destaque para esta emenda, Deputado Caíto Quintana, porque é uma emenda importante.

Eu não sei, acho que esta emenda pode passar.

Srs. Deputados de Oposição, Srs. Deputados da Bancada do Governo, acho que ela vai passar porque é de suma importância para o estado do Paraná, principalmente para aqueles pacientes que necessitam de medicamentos de uso contínuo, doenças como diabetes, esclerose, Parkinson, osteoporose, esclerose múltipla, asma, doença de Kraun (*sic*), dor crônica, fenilcetonúria, esquizofrenia, artrite, doença de Alzheimer, fibrose, enfim, temos aqui, Srs. Deputados, uma lista de medicamentos, são 216 medicamentos que possuem uma alíquota de 12% e segundo o artigo 14 nós podemos, e foi inclusive aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, é perfeitamente constitucional.

Srs. Deputados, estamos desde as 14h30, pelo menos esta emenda eu peço apoio dos Srs. Parlamentares, independente de partidos, independente de posicionamentos, a favor ou contra o Governo, mas que

possamos reduzir de 12 para 7% a alíquota desses medicamentos de uso contínuo. Milhares de cidadãos paranaenses serão beneficiados.

É importante, Deputado Rossoni, olha, já pedimos o cancelamento da majoração da alíquota de energia elétrica, das telecomunicações - perdemos, perdemos várias batalhas - pelo menos para os pacientes, já que 90 mil itens foram contemplados, por que mais um? Um item apenas, os fármacos, os medicamentos de uso contínuo.

Peço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não aqui como Deputado de Oposição. E outra coisa, também não peço como autor do projeto, eu peço que seja de autoria da Assembléia Legislativa, e gostaria que ficasse registrado inclusive nos Anais da Assembléia que seria a emenda de autoria da Assembléia, para que pudessemos votar a favor dos pacientes, os medicamentos de uso contínuo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Tenho uma dúvida, Sr. Presidente, alguém que é médico aqui teria dito que existe algo inconstitucional que não permite que se dê essa redução.

Queria que alguém explicasse aqui, principalmente os médicos, para não votarmos algo que... o Deputado Marcelo apresenta uma emenda boa, mas há algo aqui, segundo os médicos, que essa emenda não é constitucional.

Eu queria tirar a dúvida, porque queria votar com o Deputado Marcelo, mas se for inconstitucional, como que eu vou votar?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, até para esclarecer o Plenário sobre a inconstitucionalidade, ou seja, a menor alíquota que é possível ser praticada é 12, não é 7.

Só se pode alterar, trabalhamos com alíquota de 7 quando se altera a base de cálculo, aí você pode trabalhar com uma alíquota ou ter crédito presumido. A emenda do Deputado Rangel é inconstitucional, além do que já existem alguns produtos que já estão listados com sete e isentos inclusive, por conta do CONFAS.

Então, para se incluir produtos e medicamentos não tem outro jeito, precisa de uma regulamentação nacional. Não adianta ficarmos aqui discutindo um tema que infelizmente é inconstitucional. Encaminhamos para votar NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à votação. Deputados favoráveis votam SIM, e contrários à emenda votam NÃO.

Vai se proceder à apuração dos votos: 27 NÃO; 17 SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Deputado Tadeu Veneri requer preferência para discussão da Emenda nº 03.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade esta emenda é uma emenda que eu já havia conversado algumas vezes aqui sobre a energia elétrica para as panificadoras.

Gostaria de passar alguns números, porque hoje eu falava isso com o Deputado Romanelli, que esta semana e na outra semana até se mostrou favorável não à emenda, mas ao processo de debate, porque temos no Paraná 3 mil e 170 panificadoras, 1 mil e 300 em Curitiba, 7 mil e 200 empresários no Paraná. São 35 mil empregos diretos, uma folha de pagamento de funcionários de R\$ 120 milhões, 75 mil empregos indiretos, um fluxo de consumidores de 3 milhões e 600 mil por dia. O Deputado Stephanes também conversou a respeito disso, acho que esse número é importante, porque temos 3 milhões e 600 mil pessoas que vão diariamente às panificadoras.

Eu falei com o Presidente da Federação das Panificadoras, 99% das panificadoras são empresas pequenas, ou seja, elas não vão ser beneficiadas, até por estarem no SIMPLES, com nenhum tipo de redução dessas que estão sendo propostas, mas ao contrário, eles vão sofrer o ônus da energia elétrica, o que significa para a panificadora que é a quarta incidência maior que eles têm, a energia elétrica, é 10% do preço do pão a energia elétrica. Essas pessoas que trabalham começam de madrugada, a maioria delas são empresas familiares, colocaram para nós a seguinte situação, e eu falo isso porque não conheço mais do que três pessoas que têm panificadora, justamente por serem perto da minha casa, e eu perguntei como ficaria a situação deles. Para eles será um desastre esse projeto de lei, da forma como está, Deputado Romanelli. Talvez por isso V. Exa. tenha se manifestado inclusive favorável a nós retirarmos, porque no jornal é fácil dizer que é favorável, no jornal é legal dizer que é favorável. Agora, tem que ser favorável aqui dentro, porque senão fica muito incoerente.

Acho que não dá para deixarmos as panificadoras chegarem a ponto de demitir funcionários, porque não vão poder acompanhar o aumento da energia elétrica e telefonia. É claro que é possível, e a Dra. Gedalva já nos colocava isso, é possível que venha um outro projeto e reduza, inclua inclusive as panificadoras num outro sistema. É possível? É possível. Espero até, se a emenda não for aprovada, que venha, porque senão, Sr. Presidente, acho que esta Casa tem essa preocupação. Apresentei a emenda, mas poderia ser qualquer Deputado, porque qualquer Deputado tem conhecimento dessa situação. Infelizmente, vamos ter um grande número de demissões no setor de panificação no Paraná, se isso não acontecer. A médio prazo vamos ter esse problema, porque não há mais como aumentar o preço do pão.

O pão, hoje, nas panificadoras, já está no limite. Nós temos o pão mais barato do Brasil, a energia elétrica mais barata do Brasil e a farinha mais barata do Brasil.

Por isso mesmo, a partir do momento que as redes supermercadistas tiverem também essa redução e conço-

rerrem diretamente com o pão das panificadoras, essas panificadoras não terão como concorrer no mercado, não sobreviverão.

Estou colocando isso, a princípio até havia falado com o Presidente, o Sr. Joaquim, Presidente da Federação, Deputado Romanelli, ele achou que nem valia a pena vir aqui conversar, porque já eram favas contadas. Falou com o Deputado Romanelli, ele teve a gentileza de recebê-lo aqui, falou conosco e apresentei a emenda, porque veio me procurar. Mas acho que qualquer Deputado poderia ter apresentado e sabe que a situação, realmente, se não for resolvida, vamos ter grandes problemas nos próximos meses nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Nós procuramos poder discutir no mérito essa proposta feita pelo Deputado Tadeu Veneri. Infelizmente, temos que reconhecer que não é possível operacionalizar, porque são cadastros distintos e na verdade nós abriríamos uma exceção, porque teria todo um conjunto de exceções na economia. Além do que os cálculos que foram feitos pela Secretaria de Estado da Fazenda é que o segmento, na verdade, tem micro, pequena, média e grande empresa, que envolve justamente os beneficiados. Além do que temos o problema de redação na própria emenda. Pontualmente, depois podemos discutir de uma forma tributária que possa beneficiar o segmento, se for absolutamente necessário, como fazemos com todos os segmentos da economia paranaense.

Embora os valores sejam muito pequenos não vão influenciar. O nosso encaminhamento é para votar NÃO à presente emenda, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, para encaminhar rapidamente, o PPS vota SIM, a favor dessa emenda, inclusive somos co-autores da emenda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, encaminho favoravelmente e voto SIM à emenda do Deputado Tadeu Veneri do PT.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários com a expressão NÃO.

Votando. Favoráveis: 20; contrários: 22; abstenções: duas.

Emenda nº 03.

Esta **rejeitada** a emenda.

Projetos do Deputado Elio Rusch. Dois requerimentos do Deputado Elio Rusch para votação, pedindo

preferência para Emenda de Plenário nº 24 e Emenda nº 34. São duas emendas de sua autoria:

Emendas nºs 24 e nº 34.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Nós só incluímos as palavras “para limpeza” e também incluímos “uniformes”, embora isso estaria contemplado já, mas para que fique claro e explícito. Não vejo motivo e nem razão porquê não aprovar essa emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar com a expressão NÃO, porque não há palavras inúteis ali. Efetivamente analisamos a emenda e não é possível incluí-la. Mas encaminhamos com a expressão NÃO à presente emenda. Ela foi, sim, muito bem avaliada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, de quem é a Emenda nº 24?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Emenda nº 24 é do Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, não aceito gozação do Deputado Jocelito, porque essa emenda é da Bancada de Oposição, que foi numerada pela Mesa. Espero que o Deputado Jocelito, com todo respeito, Deputado Jocelito, que tenho por V. Exa., quando pedimos que fosse incluído “uniformes”, porque aqui fala camisolas, pijamas, gravatas, meias, luvas e não fala uniformes. Uniforme é um vestuário para as pessoas trabalharem. Por essa razão não está contemplado. E não vejo razão do porquê não querer contemplar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É redundante o texto. Uniforme é vestuário, pano de limpeza é artefato de tecidos. Está escrito na lei. Votamos com a expressão NÃO!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de encaminharmos a votação, há Requerimento nº 4031, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a prorrogação da Sessão Plenária em 02 (duas) horas. **Aprovado.**

Em votação a Emenda nº 24. Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Vinte e seis votaram NÃO. Dezoito votaram SIM. Está **rejeitada** a Emenda nº 24.

Agora destaque para a Emenda nº 34.

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de merecer a atenção que eu tenho devotado. Sentadinho ali naquela cadeira, tenho prestado atenção a todas as emendas, porque mesmo que eu discorde da forma, como discordei de algumas, eu agora encaminho uma emenda que vem de encontro às Audiências Públicas. Nós tivemos uma Audiência Pública na Associação Comercial, com a presença do Governador. Naquela Audiência, e até vejo aqui a Diretora da Secretaria da Fazenda, que explicou e explanou esta reforma tributária, ela disse o seguinte: “Se tiver aumento de arrecadação, pode colocar uma emenda com gatilho”.

Está aqui a emenda. Vamos votar a emenda, agora, descontada a inflação, o crescimento do PIB, nós podemos, numa eventualidade de excesso de arrecadação, fora a inflação, determinarmos através desta lei o gatilho. Por isso, acredito que até V. Exa. vai encaminhar, pela primeira vez, em nome da palavra do Governador, senão aquela Audiência foi uma Audiência de faz de conta. Até elogiei a atitude do Governador. Achei bonita a presença dele. Mas, a palavra dele tem que ter valor.

Ele disse que se houvesse aumento de arrecadação por esta reforma tributária - acho que há aumento, sim, por isso tive esta postura - mas agora estamos votando uma ressalva. Na eventualidade de aumento de receita, o Governo fica obrigado a diminuir alíquota de 28 para 27%. Então, nada mais, nada menos, estou reproduzindo, colocando na lei a obrigatoriedade de, se houver aumento de imposto, houver distorção na receita do estado, o Governo fica obrigado a diminuir alíquota, que hoje está sendo aumentada.

Concluo e agradeço, Sr. Presidente, por isso estamos transformando a palavra do Governador em um artigo na lei da reforma tributária. Por esta razão, apelo ao bom senso e certamente aos Parlamentares que votemos SIM a esta emenda. Será uma ressalva, será uma proteção da sociedade paranaense. Já que não conseguimos ser protegidos pela votação do aumento, pelo menos seremos protegidos no eventual excesso de arrecadação.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Na verdade eu considero o Deputado Valdir Rossoni um bom tribuno, tem bons argumentos. Só que neste caso, especificamente, para esclarecer, até pelo respeito que o Deputado Valdir Rossoni goza em relação ao que penso dele, o fato concreto é que o PIB da economia do Paraná e do Brasil é medido durante o ano, mas é divul-

gado pelo menos dois anos depois. Ao mesmo tempo, a emenda não diz qual é o índice de correção da inflação.

O fato concreto é o seguinte: é uma emenda política que efetivamente não tem nenhuma aplicabilidade. É um discurso político, mas traduzindo uma emenda que não tem sentido.

Encaminhamos no sentido de votar com a expressão NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será procedida a votação.

Os Deputados que forem favoráveis, votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários, votam com a expressão NÃO.

Será procedida à apuração.

Vinte e sete Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO. Dezoito Srs. Deputados votaram com a expressão SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Há Requerimento nº 4029, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas nºs 08, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 46, 47 e 48, de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Reni Pereira. Essas emendas estão sendo requeridas para votação em bloco, até porque não tiveram solicitação de destaque.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Está **aprovado** o requerimento.

Vamos votar, então em bloco.

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior, para encaminhar.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Apenas para reforçar e pedir aos colegas que nos ajudem nessas emendas, que são importantes. Fala sobre toalhas de papel e guardanapos, que o estado de São Paulo tem 18% e o Paraná não tinha e agora serão 12%, e fala sobre a energia elétrica nos hospitais, que é uma emenda minha e do Deputado Ney Leprevost, dos membros da Comissão de Saúde, que isenta as Santas Casas e hospitais filantrópicos do pagamento de ICMS na energia elétrica, o que é muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, queria orientar a nossa bancada que essas emendas foram analisadas e efetivamente a nossa orientação é no sentido de votar com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos em votação.

Os Deputados que forem favoráveis às emendas votam com a expressão SIM e os que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Será procedida a apuração.

(É **procedida a apuração**)

Vinte e cinco Deputados votaram SIM e 19 Srs. Deputados votaram NÃO. Estão **rejeitadas** as emendas.

Está, portanto, aprovado o projeto artigo por artigo, na forma do substitutivo.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços de foro judicial e cria o quadro de pessoal de 1º grau de jurisdição do Poder Judiciário, em observância ao disposto no artigo 1º, parágrafos 5º e 6º da Lei 14277/03, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 470/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, dispõe sobre a estrutura das secretarias, criação, atribuição e remuneração de cargos e carreira, Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, bem como as atribuições das unidades estatizadas que substituem as Escrivanias e Ofícios da Justiça são regidas por esta lei. Recebeu, no dia 09/12/08, parecer favorável na CCJ e, no dia 16/12/08 recebeu quatro emendas de Plenário, retornando a esta Comissão para análise.

Fundamentação

Apresentadas emendas de Plenário ao projeto de lei, cabe a esta comissão analisar a sua legalidade e constitucionalidade, nos termos do parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

IX - organização e divisão judiciária;

Quanto ao momento da apresentação das emendas, não há óbice algum, pois encontramos respaldo no artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Desta forma, passamos a análise de cada emenda individualmente.

A Emenda de Plenário nº 01, apresentada pelo nobre Deputado Douglas Fabrício obteve o apoio necessário para sua aceitação e pretende alterar o artigo 21 do projeto, determinando que a extinção dos cargos se dará após regular processo de remoção e promoção na carreira, seu artigo 22, estabelecendo que os titulares de cargos ocupados de escrivão de serventias já estatizadas poderão optar pela nova carreira instituída por esta lei e incluindo o cargo de analista judiciário entre os objetos de transformação previstos no parágrafo 4º. Somos pela sua rejeição, pois como há estatização, ela precisa de efetividade, sendo que a presente emenda atrasa tal efetividade, sob pena de jamais ocorrer tal estatização.

A Emenda nº 02, também apresentada pelo Deputado Douglas Fabrício e devidamente apoiada, tem por objetivo alterar o artigo 8º do projeto, retirar do seu inciso II o cargo de oficial de Justiça, dentre os quais o exercício implica dispensa das atividades do cargo de técnico judiciário e incluindo um parágrafo único estabelecendo que os ocupantes do cargo de técnico judiciário que exercerem a função de oficial de Justiça deverão exercê-la em caráter definitivo, com cargo de nomenclatura “técnico judiciário oficial de justiça executor de mandados”. Além disso, visa incluir o inciso III ao seu artigo 10, para autorizar o Tribunal de Justiça a exigir formação oficial no curso de Direito para investidura em tal cargo e incluir um parágrafo único ao artigo 22, autorizando o Tribunal de Justiça a incluir o ocupante de cargo de oficial de Justiça no Grupo Ocupacional superior de provimento efetivo da Secretaria do Tribunal. Somos pela rejeição de tal emenda, uma vez que tais alterações descaracterizam o projeto, sendo que seria impossível a progressão de carreira e tal cargo permaneceria imutável.

A Emenda nº 03, apresentada pelos Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi também recebeu o apoio necessário e visa incluir um parágrafo único ao artigo 3º do projeto, estabelecendo que os serviços relativos aos oficiais distribuidores e contadores a serem prestados pelas serventias estatizadas conservam a mesma natureza mista destes, nos termos da Lei nº 14277/03. Não encontramos nenhum óbice à adoção de tal emenda e somos, portanto, pela sua aprovação para normal prosseguimento e tramitação.

A Emenda nº 04 foi apresentada pelo nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, recebeu o devido apoio e visa incluir um parágrafo único no artigo 21 do projeto, com o objetivo de estabelecer que a extinção dos cargos não alcançará os cargos de Escrivania do Crime e Ofício do Contador e Partidor que estejam vagos e já tenham concursos abertos em data anterior à publicação da lei. Não encontramos óbice à presente emenda e

somos, portanto, pela sua aprovação, na forma da subemenda apresentada em anexo.

Conclusão

Diante do acima exposto, somos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 01 e 02, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 03 e pela aprovação da Emenda de Plenário nº 04, na forma da subemenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DAS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 470/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei, dispõe sobre a estrutura das secretarias, criação, atribuição e remuneração de cargos e carreira, Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná, bem como as atribuições das unidades estatizadas que substituem as Escrivanias e Ofícios da Justiça são regidas por esta lei. Recebeu, no dia 09/12/08, parecer favorável na CCJ e, no dia 16/12/08 recebeu quatro emendas de plenário, retornando a esta Comissão para análise.

II - Fundamentação

Apresentadas emendas de plenário ao presente projeto de lei, cabe a esta Comissão analisar a sua legalidade e constitucionalidade, nos termos do parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os recursos previstos neste regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

IX - organização e divisão judiciária;

Quanto ao momento da apresentação das emendas, não há óbice algum, pois encontramos respaldo no artigo 141 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Deste forma, passamos a análise de cada emenda individualmente.

A Emenda de Plenário de nº 01, apresentada pelo nobre Deputado Douglas Fabrício obteve o apoio necessário para sua aceitação e pretende alterar o artigo 21 do projeto, determinando que a extinção dos cargos se dará após regular processo de remoção e promoção na carreira, seu artigo 22, estabelecendo que os titulares de cargos ocupados de escrivão de serventias já estatizadas poderão optar pela nova carreira instituída por esta lei e incluindo o cargo de Analista Judiciário entre os objetos de transformação previstos no parágrafo 4º. Somos pela sua rejeição, pois como há estatização, ela precisa de efetividade, sendo que a presente emenda atrasa tal efetividade, sob pena de jamais ocorrer tal estatização.

A Emenda nº 02, também apresentada pelo Deputado Douglas Fabrício e devidamente apoiada, tem por objetivo alterar o artigo 8º do projeto, retirar do seu inciso II o cargo de Oficial de Justiça, dentre os quais o exercício implica dispensa das atividades do cargo de Técnico Judiciário e incluindo um parágrafo único estabelecendo que os ocupantes do cargo de Técnico Judiciário que exercerem a função de Oficial de Justiça deverão exercê-la em caráter definitivo, com cargo de nomenclatura “Técnico Judiciário-Oficial de Justiça Executor de Mandados”. Além disso, visa incluir o inciso III ao seu artigo 10, para autorizar o Tribunal de Justiça a exigir formação oficial no curso de Direito para investidura em tal cargo e incluir um parágrafo único ao artigo 22, autorizando o Tribunal de Justiça a incluir o ocupante de cargo de Oficial de Justiça no Grupo Ocupacional superior e de provimento efetivo da Secretaria do Tribunal. Somos pela rejeição de tal emenda, uma vez que tais alterações descaracterizam o projeto, sendo que seria impossível a progressão de carreira e tal cargo permaneceria imutável.

A Emenda nº 03, apresentada pelos Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi também recebeu o apoio necessário e visa incluir um parágrafo único ao artigo 3º do projeto, estabelecendo que os serviços relativos aos Oficiais Distribuidores e Contadores a serem prestados pelas serventias estatizadas conservam a mesma natureza mista destes, nos termos da Lei nº 14277/03. Não encontramos nenhum óbice à adoção de tal emenda e somos, portanto, pela sua aprovação para normal prosseguimento e tramitação.

A Emenda nº 04 foi apresentada pelo nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, recebeu o devido apoio e visa incluir um parágrafo único ao artigo 21 do projeto, com o objetivo de estabelecer que a extinção dos cargos não alcançará os cargos de Escrivãos do Crime e Ofícios do Contador e Partidor que estejam vagos e já tenham concursos abertos em data anterior à publicação da lei.

Não encontramos óbice à presente emenda e somos, portanto, pela sua aprovação na forma da subemenda apresentada em anexo.

Conclusão

Diante do acima exposto, somos pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 01 e 02, pela aprovação da Emenda de Plenário de nº 03 e pela aprovação da Emenda de Plenário de nº 04, na forma da subemenda modificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

SUBEMENDA MODIFICATIVA À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 04 AO PROJETO DE LEI Nº 470/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 4º do Regimento Interno, fica modificado o artigo 21 do Projeto de Lei nº 470/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 21. Os cargos, as escrivantias, os ofícios e as titularidades previstos nos artigos 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277/03, vagos na data da publicação da presente lei, ressalvadas aqueles que estão sendo objeto de concursos públicos já em andamento, serão declarados extintos, assim como, ficarão extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizadas às secretarias, conforme disposto nesta lei e ressalvado o disposto nos parágrafos do presente artigo.

Parágrafo Único. A extinção proposta no *caput* deste artigo, não alcançará os cargos, as respectivas escrivantias, os ofícios e as titularidades previstas nos artigos 119, incisos II e XVI, da Lei Estadual nº 14277/03, que estejam vagos e cujos concursos para ingresso tenham sido abertos em data anterior à publicação desta lei.”

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Designo o Deputado Caíto Quintana para relatar as emendas de Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero chamar a atenção que esse Anteprojeto nº 470/08 é em decorrência de uma lei que já votamos, já foi sancionada, já foi publicada, que é a que altera a estrutura organizacional no serviço do Fórum Judiciário e cria o quadro de pessoal do 1º grau. Enfim, é a lei que estatizou os cartórios vagos. Portanto, não se está discutindo sobre a aprovação desta lei. O Anteprojeto nº 470 é uma complementação para poder organizar uma lei que nós já votamos. Eu tenho a cópia aqui desta lei, sancionada pelo Governador Roberto Requião, que estatiza os cartórios. Muito bem, frente a essa lei houve no primeiro momento quatro emendas de Plenário, e hoje entra mais duas emendas de Plenário.

Eu vou ler, Sr. Presidente, o parecer dado na CCJ para que os senhores tenham conhecimento. Quero dizer a todos que sou serventuário da Justiça, toda a vida nesta Casa eu defendi interesse serventuário da Justiça. No entanto, sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão não discute mérito, discute constitucionalidade, e por discutir constitucionalidade os projetos que não são competência da Assembléia para emendar, como aumentar despesas, criar cargos, organizar os cargos, não é competência nossa fazê-lo; é do Tribunal de Justiça, está definido na Constituição. Então, a Comissão Geral de Plenário, o parecer desta Comissão, a emenda. Emenda de Plenário, rejeição das Emendas nºs 01 e 02, aprovação das Emendas nºs 03 e 04, na forma de subemenda modificativa de Plenário.

O projeto de lei dispõe sobre a estrutura das Secretarias, criação, atribuição, remuneração de cargos e carreiras, quadro do pessoal do Poder Judiciário de 1º grau de jurisdição do estado do Paraná, bem como as atribuições das unidades estatizadas que substituem as escriturarias e escritórios de Justiça, são regidas por essa lei. Recebeu no dia 09 de dezembro de 2008 parecer favorável da CCJ, e no dia 16 de dezembro de 2008 recebeu quatro emendas de Plenário, retornando a essa Comissão. Fundamentação das quatro emendas.

Apresentadas as emendas em Plenário, o presente projeto de lei cabe a essa Comissão analisar a sua legalidade e constitucionalidade nos termos do parágrafo 2º do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Esse artigo 33 é o que diz que cabe às Comissões Permanentes observar as suas competências, definir; e a Comissão de Constituição e Justiça tem obrigatoriedade que definir a constitucionalidade.

Quanto ao momento da apresentação das emendas não há óbice algum, pois encontramos respaldo no artigo 145 do Regimento Interno da Casa de Leis na Sessão legalmente foi apresentado. Dessa forma, passamos a analisar cada emenda individualmente. A Emenda nº 01, apresentada pelo nobre Deputado Douglas Fabrício, com apoio de outros Deputados, obteve o apoio necessário para a sua aceitação e pretende alterar o artigo 21 do projeto, determinando que a extinção dos cargos se dará após regular processo de remoção e promoção na carreira. Se o artigo 22 estabelece que os titulares de cargos ocupados de escrivão de serventia já estatizadas poderão optar pela nova carreira instituído por essa lei, incluindo cargo de análise judiciário, outros objetos de transformação previstos no parágrafo 4º, somos pela sua rejeição, pois como há estatização ela precisa ser efetivada, sendo que a presente emenda traz a tal efetividade sob pena de jamais ocorrer tal estatização.

Justifico, Srs. Deputados. Estamos tratando de um novo sistema que esta Casa já votou, a estatização dos cartórios, dizendo que os cargos que forem vagando e as serventias que estão vagas serão ocupados por servidores dentro da nova lei.

Essa emenda está propondo que, antes de fazer a colocação pela nova lei, se abra um processo de remoção para os já existentes.

Isso significa nunca estatizar os cartórios. Por quê? Porque se eu me aposentar com um cargo, vagando essa Secretaria, o projeto que esta Casa já votou diz que será declarada uma Serventia estatizada. Quando for estatizar um, outro pede remoção e vai mais todo tempo de vida útil dele como servidor até estatizar. Isso que vai acontecer. Você ficará com as comarcas de menos movimento, obviamente todos pedirão remoção para os grandes centros. Isso é absolutamente inconstitucional, porque não pode existir essa determinação de que a pessoa que está numa carreira em extinção venha ocupar uma carreira de uma Vara que foi estatizada.

(Lê Emenda nº 02)

O que isso significa é que, os atuais oficiais de Justiça, os funcionários de cartórios que ainda não são estatizados, serão respeitados todos os seus direitos. No entanto, aqueles que vierem ocupar a função nos cartórios estatizados farão um concurso para Secretaria Judiciária ou Administrativa. Portanto, não serão oficiais de Justiça.

Essa lei diz que o Juiz da comarca vai designar uma pessoa para exercer a função de oficial de Justiça, de chefe de Secretaria. Mas o concurso que a pessoa fez não foi para essa função.

O que vai acontecer? Se alguém foi relapso; se alguém não estiver cumprindo bem a sua função; se praticar um ato que desabone a sua conduta, pelo que está propondo aqui, a pessoa que o Juiz designar teria que ser em caráter definitivo. Mesmo que fosse substituído ele continuaria sendo oficial de Justiça.

Ora, não tem lógica, porque ele não fez concurso para oficial de Justiça. Se você estiver tirando essa prerrogativa dos atuais seria inconstitucional também, porque os atuais fizeram concurso para oficial de Justiça, para escrivão do cível, escrivão do crime. Os que entrarem não terão feito concurso para essas funções, porque são designados. A pessoa que designa é a mesma pessoa que tem o poder de voltar a trabalhar internamente na Vara, designando um outro para exercer aquela função que, eventualmente, não esteja bem desempenhada.

Portanto, desta mesma forma, essa emenda recebeu parecer contrário.

Uma outra bem argumentada é que se exija curso superior, preferencialmente de Direito, para poder fazer concurso para essas vagas que serão criadas, não como oficial de Justiça, mas como membros dessa Vara, dessa Serventia, dessa Secretaria.

Pois bem, fala-se numa disposição do CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Esta resolução do Conselho, apenas uma resolução, é de dezembro de 2007. Todas as razões nos mostram que os Tribunais de Justiça, pela própria Constituição, são independentes para fixar sua composição, os cargos, salários. A Constituição garante para cada Tribunal. Os artigos da nossa Constituição garantem

autonomia aos Tribunais. Em segundo lugar, essa resolução do Conselho foi, posteriormente, apresentado um projeto de lei do Senador Osmar Dias, no Senado. Ele foi aprovado no Senado, foi aprovado na Câmara, foi à Presidência da República para sanção. O Presidente Lula vetou o projeto do Senador, portanto, do Senado e da Câmara, por inconstitucionalidade na exigência do cargo de terceiro grau. Vale dizer mais uma coisa: a grande maioria dos atuais oficiais de Justiça entrou no concurso tendo segundo grau e não curso superior. Portanto, esta é a razão que nos leva a dar um parecer contrário.

A Emenda nº 03, apresentada pelos Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi, também recebeu apoio necessário e eu fiz inclui um parágrafo único ao artigo 3º, estabelecendo que os serviços relativos aos oficiais distribuidores e contadores, a serem prestados pelas Serventias estatizadas, conservem a mesma natureza mista destes, nos termos da Lei nº 14277/03. Esta emenda não encontra óbice para sua aprovação, até porque ela está preenchendo uma lacuna que no projeto não diz. Os atuais distribuidores, seu papel tem um caráter misto. Esta emenda está propondo que os novos que forem assumir tenham o mesmo caráter misto destes atuais.

A Emenda nº 04, apresentada pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, recebeu o devido apoio e visa incluir um parágrafo único no artigo 21 do projeto, com objetivo de estabelecer que a extinção dos cargos não alcançará os cargos de escrivânias do crime e ofício do contador e partidor, que estejam vagos e já tenham concurso aberto em data anterior à publicação desta lei.

Não encontramos óbice, no entanto, propomos aprovação com uma subemenda. Esta subemenda está dizendo que os artigos, os cargos, as escrivânias, os ofícios e a titularidade prevista nesta lei, ressalvados aqueles que estão sendo objeto de concursos públicos já em andamento, serão distintos.

Aproveito para anunciar a esta Casa e àqueles que nos ouvem, que esta emenda não há como ser acolhida, porque o Tribunal de Justiça publicou, hoje, na sua página, a relação dos candidatos aprovados neste concurso que foi feito. Portanto, legitimamente pelo concurso que fizeram, esses cartórios não passarão a ser estatizados.

Quero, Sr. Presidente, apresentar uma sugestão, que acho que é uma alegação que nos fazem os atuais serventuários. Na carreira atual há níveis de progressão do 01 ao 07. Os novos que entrarão, estava sendo proposto que sejam do nível 01 ao 09. Portanto, há um desequilíbrio dos novos e aqueles que aqui estão. Como não podemos apresentar uma emenda nesse sentido, porque ampliando essa progressão estaríamos aumentando despesa, sugiro que a Assembléia Legislativa aprove uma indicação legislativa ao Tribunal, para que ele equipare até o nível 09 as carreiras atuais com aquilo que serão as carreiras futuras. Levo profundamente a certeza de que isso será atendido pela Tribunal, porque já conversamos com Desembargadores que compõem a direção do Tribunal.

Este é o nosso parecer, portanto, a favor das Emendas nºs 03 e 04 e contrários às Emendas nºs 01 e 02.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Presidente Nelson Justus, antes de proceder o encaminhamento, gostaria de consultar V. Exa. em uma dúvida. O Deputado Caíto Quintana, com este mesmo relatório, foi rejeitado na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou esclarecer a V. Exa. e ao Plenário.

O Deputado Caíto Quintana encaminhou a votação e, ao encaminhá-la, ele o fez da mesma maneira que procedeu o seu voto na CCJ. Não quis interromper apenas para que todos os Deputados pudessem saber, efetivamente, o que estavam votando. Por isso, V. Exa. terá o tempo que quiser. O Deputado Caíto Quintana simplesmente encaminhou a votação a favor de uma emenda, derrotando as outras três emendas.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

A minha dúvida é sobre o relatório dele na CCJ, que foi derrotado. O relatório tem valor aqui no Plenário? Nós vamos votar o relatório dele ou não?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. As emendas serão votadas no Plenário.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Srs. Deputados, esse projeto é importante. Que independente do nosso voto nós pudéssemos, com todo o respeito, também respeitar, agradecer e parabenizar os oficiais de Justiça que ainda se mantêm firmes aqui na Assembléia Legislativa para a discussão desse projeto.

O projeto do Tribunal de Justiça é importante, ele inclusive atualiza uma nova realidade que vivemos hoje. Acontece que estamos propondo duas emendas e essas emendas foram assinadas por diversos outros Deputados que nos ajudaram, e o objetivo é ajudar o Tribunal de Justiça a corrigir algumas distorções que não foram contempladas na emenda.

A primeira proposta de emenda ao Projeto nº 470, é bom lembrar que o projeto altera a estrutura organizacional do serviço do Fórum Judicial e cria o Quadro de Pessoal do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judicial, a proposta de emendas aos artigos 21 e 22, com a inclusão do parágrafo 4º e incisos ao artigo 22.

Vou explicar que ele é bastante técnico.

(Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 470/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal do 1º grau de Jurisdição do Poder Judiciário (...).

PROPOSTA DE EMENDA AOS ARTIGOS NºS 21 e 22 (COM A INCLUSÃO DO PARÁGRAFO 4º E INCISOS AO ARTIGO 22).

Redação do projeto:

Art. 21. Os cargos, as escrivânicas, os ofícios e as titularidades previstos nos artigos 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, vagos na data da publicação da presente são declarados extintos, assim como, ficam extintos à medida que vagarem, passando as respectivas atribuições na forma atualmente organizada às secretarias, conforme disposto nesta lei.

Redação proposta (*caput* sem alteração, incluindo parágrafo).

Art. 21. *Caput* sem alteração.

Parágrafo Único. Quando da vacância dos cargos ocupados de escrivão, titulares de escrivânicas já estatizadas, previstos no artigo 119 e incisos e dos cargos ocupados previstos no artigo 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003, a extinção se dará após regular processo de remoção e promoção na carreira, em não existindo legítimo interessado, assegurando-se aos seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos em lei.

Redação do Projeto:

Art. 22. *Aos ocupantes dos cargos previstos nos artigos 119 e incisos e 123, incisos II a XVI da Lei Estadual nº 14277 de 2003 não se aplicam os termos da presente lei.*

Redação proposta (*caput* sem alteração, incluindo parágrafos).

Art. 22. *Caput* sem alteração.

§ 1º Os titulares dos cargos ocupados de escrivão de serventias já estatizadas, previstas no artigo 119 e incisos e os titulares dos cargos ocupados previstos no artigo 123, incisos II a VIII e X a XVI, da Lei Estadual nº 14277 de 2003, poderão optar pela nova carreira instituída por esta lei, sendo transformados os respectivos cargos no equivalente previsto no artigo 6º, incisos I e II desta lei, nas áreas de atividade correspondentes previstas no artigo 7º, incisos I a III, respeitados os requisitos exigidos no artigo 10, incisos I e II, com enquadramento salarial conforme anexo I e irredutibilidade da remuneração percebida atualmente.

§ 2º A opção pelo novo regime desvincula o servidor da antiga carreira, sendo-lhe resguardados os direitos previstos no Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

§ 3º Em havendo opção pela nova carreira pelo titular da serventia judicial já estatizada fica esta imediatamente transformada em Secretaria, nos termos do artigo 2º e seguintes desta lei.

§ 4º A transformação de cargos de que trata o parágrafo 1º se dará no cargo de mesma exigência de nível técnico a escolaridade, conforme incisos a seguir, vedada quanto a cargos de exigências distintas, estes acessíveis somente mediante concurso público.

I - Cargos de auxiliares de cartório, auxiliares administrativos, oficiais de Justiça, comissários de vigilância, porteiros de auditório, oficiais de Justiça do Juizado Especial, auxiliares de cartório do Juizado Especial e auxiliares administrativos do Juizado Especial (incisos II a VIII e XIII a XV, artigo 123, Lei Estadual nº 14277/03 em técnico judiciário (artigo 6º, II, desta lei).

II - Cargos de assistentes sociais, psicólogos, secretários do Conselho de Supervisão do Juizado Especial, secretários de Turma Recursal do Juizado Especial, secretários do Juizado Especial, contadores e avaliadores do Juizado Especial (incisos VI, VII, X, XI, XII e XVI, artigo 123, Lei Estadual nº 14277/03) em analista judiciário (artigo 6º, I, desta lei).

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 470/08 não estatiza as serventias do Foro Judicial (cartórios localizados nos Fóruns de todo o estado do Paraná, tanto do interior como da capital), eis que tal estatização já foi determinada pela Constituição Federal, no artigo 31 do ADCT (ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que prevê: *Serão estatizadas as Serventias do Foro Judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares*, corroborando pela Lei Estadual nº 14277/03, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e em seu artigo 1º, parágrafo 5º, faz previsão idêntica: *Ficam estatizadas as Serventias do Foro Judicial, inclusive as criadas por esta lei, respeitados os direitos dos atuais titulares*.

O projeto em questão apenas define nova estrutura organizacional e cria o quadro de pessoal para suprir a necessidade do Tribunal de Justiça em estatizar 221 Serventias Judiciais que atualmente operam sob o regime privado (em cumprimento a recente decisão do Conselho Nacional de Justiça - CNJ) - conforme a própria justificativa do projeto.

Ocorre que além destas 221 Serventias Privadas (em que o titular recebe as custas processuais e paga os salários dos funcionários por ele contratados, sob regime da CLT e sem vínculo com o Poder Judiciário), existem 200 outras Serventias Judiciais que já funcionam como estatizadas (ou seja, seus servidores não recebem custas, mas somente remuneração dos cofres públicos, como exemplo: as Varas Criminais e os Juizados Especiais).

Nestas Serventias já estatizadas há casos de Escrivânicas anexas, que funciona como privatizada (exemplo: Vara de Família anexa à Vara Criminal; Vara de Família anexa à Vara da Infância e Juventude). Além disso, nas Varas privatizadas também há cargos de Oficial de Justiça, que recebem remuneração dos cofres públicos (e diligências pelos atos praticados em processos de Varas privatizadas).

Neste contexto, o projeto em questão ao criar as novas carreiras de técnico judiciário (ensino médio) e analista judiciário (ensino superior) mostra-se moderno, inovador e merecedor de elogios, porém, quanto aos cargos ocupados por servidores concursados do primeiro grau de

jurisdição (escrivães de Varas Criminais, secretários de Juizados Especiais, auxiliares de cartório, auxiliares administrativos, oficiais de Justiça, etc) que representam próximo de 50% de todo o quadro de pessoal do Poder Judiciário (em torno de 2 mil servidores), não se justifica sua simples extinção conforme vagarem, sem resguardar-lhes direito à futura remoção e/ou promoção na carreira (mesmo no quadro em extinção) e/ou opção pela nova carreira instituída por esta lei.

Observe-se que o projeto na redação original dos artigos 21 e 22 prevê que a sistemática por ele criada será aplicada aos novos servidores concursados (analistas e técnicos) e aos servidores atualmente lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça (inciso I, do artigo 123, da Lei Estadual nº 14277/03), excluindo e colocando em quadro em extinção todos os demais cargos ocupados de primeiro grau de jurisdição.

Tal tratamento desigual, a princípio, afronta o princípio constitucional da isonomia, previsto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, exigindo a solução da questão, que se propõe com a emenda ora apresentada.

Conforme emenda, a inclusão do parágrafo único ao artigo 21 possibilitará aos servidores que permanecerem na carreira anterior, no quadro em extinção (cargos oficiais de Justiça, escrivães de Varas Criminais, auxiliares de cartório, auxiliares administrativos, comissários de menores, secretários de Juizados Especiais) tenham a possibilidade de remoção e/ou promoção neste mesma carreira em extinção, garantindo tal direito a todos os servidores e não causando prejuízo algum e nem oneração aos cofres públicos. Vagando um cargo de oficial de Justiça de entrância final, por exemplo, antes da imediata extinção deste abre-se a possibilidade para remoção/promoção na carreira para somente após operar-se a extinção de tal cargo.

Em outro aspecto, conforme emenda, a inclusão dos parágrafos ao artigo 22 facultará aos servidores em exercício do primeiro grau (escrivães de Serventias já privatizadas e funcionários da Justiça, artigo 123, II a VIII e X a XVI, Lei Estadual nº 14277/03) a opção em permanecer na carreira em extinção e/ou passar para a nova carreira instituída por esta lei (com irredutibilidade de remuneração), garantindo tratamento isonômico e impessoal a todos os servidores concursados e efetivos que compõem o quadro do primeiro grau de jurisdição (e não lhes impondo somente a carreira em extinção suprimindo direitos).

O enquadramento salarial com irredutibilidade da remuneração atualmente percebida não trará ônus aos cofres públicos, eis que não haverá aumento de salário, somente enquadramento no nível respectivo.

De outra parte, a criação das funções gratificadas de Diretor e Supervisor para as novas Secretarias decorre do próprio projeto, portanto, acréscimo de despesa por iniciativa do Poder Judiciário (artigos 15 e 16 do projeto).

Saliente-se que o material humano é o maior patrimônio de qualquer empresa, não sendo diferente no caso dos órgãos públicos. Servidor motivado representa um passo importante na busca pela eficiência, princípio constitucional da Administração Pública previsto no artigo

37, *caput*, da Constituição Federal, visando à melhor qualidade no atendimento aos cidadãos, que é a razão dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Observa-se, por fim, que se encontra em trâmite na Câmara Federal a Proposta de Emenda Constitucional nº 190/07, que prevê atribuição ao STF (Supremo Tribunal Federal) para elaborar projeto de Estatuto Nacional aos Servidores do Poder Judiciário, bem como outros estados já passaram pelo processo de criação de nova estrutura funcional para o Poder Judiciário, transformando e/ou aproveitando na nova carreira os servidores já em exercício.”

Eu teria mais informações para passar.

Aí tem a segunda emenda, Sr. Presidente, que fala com relação aos artigos 8º, 10 e 22. E aí trata diretamente sobre os oficiais de Justiça.

Qual a redação do projeto? A redação do projeto, no artigo 8º, no parágrafo 2º e no inciso II, diz o seguinte.

(Lê):

**“REDAÇÃO PROPOSTA
SUPRESSÃO DO TERMO OFICIAL DE JUSTIÇA”**

Art. 8º - (...)

I - (...)

II - (...)

§ 2º Os ocupantes do cargo da carreira... (...)

I - (...)

II - O exercício das atribuições de Comissário da Infância e da Juventude implicará em dispensa das atividades próprias do cargo de Técnico Judiciário em grau definido pelo Juiz Titular ao qual o funcionário estiver subordinado.

INCLUSÃO DO PARÁGRAFO 3º NO ARTIGO 8º

O artigo 8º do projeto de lei que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça fica acrescido do parágrafo 3º.:

(...)

§ 3º Aos ocupantes do cargo de técnico judiciário que designados para as funções correlatas de oficial de Justiça, a exercerão em caráter definitivo, cuja nomenclatura do cargo para efeitos processuais, será a de técnico judiciário-oficial de Justiça executor de mandados.

INCLUSÃO DO INCISO III NO ARTIGO 10

O artigo 10 do anteprojeto de lei que altera a estrutura organizacional dos serviços do Foro Judicial e cria o Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário fica acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

(...)

III - Fica o Tribunal de Justiça do Paraná autorizado a exigir para a investidura ao cargo de técnico judiciário-oficial de Justiça executor de mandados previsto no inciso II do artigo 10 desta lei, cuja atividade seja concernente com o cargo de oficial de Justiça, formação oficial no curso de Direito dentre outros, desde que de nível universitário oficialmente reconhecido e correlato com a função,”

Pois bem, então quero finalizar pedindo o voto dos senhores para essas Emendas nºs 01 e 02, porque tenho em mãos uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a exigência como requisito para provimento do cargo de oficial de Justiça da conclusão de curso superior, preferencialmente de Direito.

E quem assinou esse documento, essa resolução de dezembro de 2007, nº 48, é a Ministra Ellen Gracie.

O Deputado Caíto falou de um projeto aprovado pelo Senador Osmar Dias, aprovado não, que o Senador Osmar Dias apresentou o projeto e foi rejeitado pelo Senado. Acontece que o projeto foi rejeitado. Se o projeto não foi aprovado, o que vale é esse parecer da Ministra Ellen Gracie. É o parecer da Ministra diz assim:

(Lê):

“Art. 1º Determinar aos Tribunais que passem a exigir, como requisito para provimento do cargo de oficial de Justiça, a conclusão de curso superior, preferencialmente em Direito.

Art. 2º Os Tribunais deverão, no prazo de 60- (sessenta) dias, informar as medidas adotadas para cumprimento da presente resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(a) MINISTRA ELLEN GRACIE
Presidente”

Tem um despacho aqui do Secretário Geral do Conselho Nacional de Justiça, que diz:

(Lê):

“De ordem do Exmo. Sr. Ministro Presidente do Conselho Nacional de Justiça, intimem-se os Tribunais que ainda não se manifestaram, para que, no prazo de 15 dias, informem as medidas adotadas para cumprimento da Resolução CNJ nº 48.

Brasília, 29/08/08.

(a) ALVARO CIARLINI
Secretário Geral”

Falando para cumprir essa norma do Conselho Nacional de Justiça.

Então, por isso que estamos apresentando esta emenda, vários Deputados aprovaram. Quero já agradecer os votos, para finalizar, lá na Comissão de Constituição e Justiça, que derrubou esse parecer dos Deputados Caíto Quintana, Carlos Simões, Romanelli, Tadeu Veneri e Duílio Genari, que somaram junto conosco e Deputado Reni Pereira, que também votou conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Belinati vai encaminhar. Por favor, Deputado, encaminhe o mais rápido possível, temos mais 16 projetos e mais quatro Sessões Extraordinárias para votar.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, sugiro aos oficiais de Justiça ali que sentem, afinal de contas a Sessão da Casa começou às

14h30, já são mais de 11 horas de Sessão e alguns oficiais de Justiça, alguns escrivães, alguns servidores do Poder Judiciário chegaram aqui antes das duas e meia da tarde, alguns vieram pouco depois, mas notem bem, são mais de 11 horas que eles estão atentos. Acho que é uma situação pior do que aquela do tempo que a mulher ficava grávida e não tinha ultra-sonografia e ficava aquela dúvida: será que vai ser menino, será que vai ser menina? Ou seja, esses servidores que aqui estão aguardam com muita expectativa: qual será o resultado? E 11 horas de Sessão, alguns devem estar até aborrecidos tem muitos Deputados aqui, já cansados que não estão nem prestando atenção no que está sendo discutido, não estão nem aí, estão discutindo outros assuntos em paralelo.

Sr. Presidente, com todo respeito, já que se fala aqui em categoria, meus pais, meus garotos, eles eram telegrafistas da estrada de ferro, eu não sei, mas me parece que aquela profissão morse e até do telex, me perdoem se eu estiver equivocado, mas é possível que essas profissões não existiam mais. Por quê? Porque hoje tem a facilidade da internet, tem a facilidade do telefone, seja fixo ou celular. Eu me lembro do tempo que saíamos de Londrina e íamos até Ourinhos, 150 quilômetros de distância, e não tinha asfalto, para poder pedir uma ligação para São Paulo e tentar falar durante o dia. E no interior era comum a pessoa pedir uma ligação à meia-noite e ficar o dia inteiro agradando a telefonista para obter a ligação durante o expediente comercial.

Pois bem, a imprensa tem mostrado que algumas profissões se tornaram obsoletas. A modernidade, a tecnologia ocuparam espaço. Por que digo isso, Presidente? Por que de vez em quando se extingue uma categoria? Porque é considerado que ela não tem mais utilidade. Ora, chegar aqui com um projeto em antevéspera de Natal para acabar com uma categoria, eu fico imaginando o que o oficial de Justiça, mulher ou homem, vai chegar em casa e falar para o irmão, para a esposa, para o marido, para o filho, para o neto: “Estou numa profissão que não existe mais.” Como não existe mais? Se o oficial de Justiça é importante, por que acabar?

Sr. Presidente, eu fui Prefeito e uma vez queriam me indicar e eu tive que tirar um retratinho porque alguém da Prefeitura de Londrina - numa frente de trabalho tinha gente que entrava para trabalhar sem concurso público - queriam me indiciar, queriam me tirar do cargo. De vez em quando alguns Prefeitos são indiciados, perdem o direito político porque, às vezes, alguém contratou uma faxineira sem concurso público, e é “pau” na cadeira do Prefeito. De repente estou vendo aqui o Tribunal de Justiça que tem o dever de semear a justiça para o povo, manda um projeto que aquele que vai fazer um trabalho semelhante ao do oficial de Justiça, os novos vão entrar por confiança, por amizade, por apadrinhamento, da confiança do Juiz. Mas será que a lei não deveria ser para todos?

O Deputado Caíto Quintana falou da tribuna que o Presidente Lula vetou a parte que diz que tem que ter curso superior.

Minha gente, o município tem autonomia pela Constituição o Estado. O Presidente Lula não faz lei para determinar o que é que o Requião tem que fazer como Governador. O que o Prefeito de Araucária, de Londrina e de Curitiba têm que fazer. Está na Constituição a autonomia. Então, o Presidente Lula não está não fazendo essa determinação.

Presidente, em respeito aos oficiais de Justiça estamos aqui para dar apoio à categoria. Hoje são poucos os oficiais que estão aqui, é quase meia-noite, mas amanhã, no Paraná inteiro, pode ter certeza, os eleitores de V. Exa. vão saber de que maneira cada Deputado votou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Só para encaminhar favoravelmente à emenda para garantir os direitos às funções dos servidores, dos oficiais de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acho que a nossa bancada de Ponta Grossa aqui vai ser unida e votar toda a favor. Acho que o Deputado Pérciles também, o Deputado Marcelo Rangel, o Deputado Plauto. Fica aqui o registro que os Deputados de Ponta Grossa vão votar a favor das emendas, até porque neste país para tudo se dá um jeitinho, se vê tanto jeitinho daqui e de lá. Que esse jeitinho seja dado às pessoas que mais precisam, principalmente os oficiais de Justiça.

Por isso têm o nosso apoio.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM) (**Para Encaminhar**)

Apenas encaminhar esse Projeto nº 470/08, porque esse é um dos projetos mais importantes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Esse é um projeto esperado há muitos anos pela OAB. Trata-se da estatização dos cartórios judiciais, não propriamente só da estatização, porque já votamos há algumas semanas atrás a estatização dos cartórios judiciais. Todos aqueles cartórios judiciais que estavam providos sem concurso público vão ser estatizados por uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, por ser o anseio da Constituinte, a partir de 1988, que os cartórios judiciais fossem providos só por funcionários efetivamente do Poder Judiciário. Estabeleceu-se então duas carreiras para os cartórios estatizados: a carreira de analista e a carreira de técnico. As duas carreiras têm nove níveis de vencimentos. Automaticamente os cartórios estatizados vão ter um Diretor de Secretaria, que vai ter uma gratificação de 50%; e um Supervisor de Secretaria, que vai ter uma gratificação de

25%. De tal sorte que quando chega um Juiz de uma comarca, o Diretor do Fórum vai dizer: “Você é um bom servidor, você é um bom funcionário, vai receber 50% de gratificação.” Se esse bom funcionário, que era Diretor de Secretaria, deixar de produzir, ele perde a função gratificada. Para os oficiais de Justiça, há uma previsão de 150% de gratificação, para aqueles que estiverem designados na função.

Então, só não podemos aqui, não obstante à reivindicação justa dos oficiais de Justiça, descaracterizar o projeto do Tribunal de Justiça, porque todos nós que defendemos a estatização dos cartórios judiciais, todos nós que somos, uns bacharéis, outros advogados, mas todos nós que queríamos e queremos efetivamente que todos os cartórios sejam estatizados e de repente não podem votar qualquer tipo de emenda que possa descaracterizar a estatização dos cartórios judiciais, que é o maior anseio da OAB, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que foi signatário da Constituinte escreveu lá a estatização dos cartórios judiciais. Muita calma, mas efetivamente temos que ter cautela para preservar a mensagem permeada pelo Poder Judiciário a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os Deputados que forem favoráveis ao projeto votam com a expressão SIM. Os Deputados contrários votam com a expressão NÃO.

Quarenta e seis Srs. Deputados votaram SIM. Um NÃO.

O projeto está aprovado, artigo por artigo.

Vamos votar as emendas. Há sobre a mesa Requerimento nº 4032, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Nelson Justus, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Emenda nº 03, ao Projeto de Lei nº 470/08. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Essa emenda recebeu, inclusive como Relator, a orientação de votar SIM, porque ela, única e exclusivamente, está tornando mista a ação dos distribuidores e contadores, dos novos que forem assumir, porque os atuais são mistos, para ficar e distribuir projetos dos cartórios estatizados, quanto dos não estatizados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação a Emenda nº 03. Os Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Vai se proceder à votação.

A emenda é APROVADA por unanimidade.

Quarenta e sete Srs. Deputados.

Agora votamos as outras três emendas, duas emendas do Deputado Douglas Fabrício, em bloco.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Gostaria que fosse votado emenda por emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos votar emenda por emenda.

Em votação a Emenda nº 01, do Deputado Douglas Fabrício.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

A própria argumentação do Deputado Douglas Fabrício é suficiente para entendermos que é inconstitucional a matéria, porque está mudando a organização judiciária, que não é competência da Assembléia. Interesses particulares não podem ser levados em conta, até porque os atuais não são atingidos pela estatização.

O que essa emenda está propondo é a alteração na organização judiciária, que na Constituição que nós votamos, na Constituição Federal, na lei que votamos aqui, já da estatização, concede ao Tribunal de Justiça a organização de seus quadros. Como é que vamos alterar aqui definição de organização de justiça através da Assembléia, que não podemos fazer, aumentando despesas que não estamos dando conseqüente retorno financeiro? É NÃO!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A orientação de V. Exa. é pelo NÃO e o Deputado Douglas Fabrício pede pelo SIM.

Os Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários à emenda votam com a expressão NÃO.

Quarenta e cinco Deputados presentes: 35 votaram com a expressão NÃO e nove votaram com a e expressão SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Em votação a Emenda nº 02, do Deputado Douglas Fabrício. Os Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários à emenda votam com a expressão NÃO.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Da mesma forma, Sr. Presidente, encaminhando pelo NÃO, porque esta Emenda nº 02, do Deputado Douglas Fabrício, está dizendo, vejam bem: "Os oficiais de Justiça atuais permanecem com seus cargos". Eles serão oficiais de Justiça, até a aposentadoria. Os novos não farão concurso para oficial. Farão concurso para Secretaria, que nós já aprovamos, na lei.

O que está dizendo aqui é que se o Juiz determinar uma pessoa como oficial de Justiça, ou como escrivão do crime, será em caráter permanente, não poderá ser substituído.

Ora! A lei que aprovamos diz que ao Juiz compete indicar a pessoa oficial de Justiça. Portanto, quem indica, como no cargo em comissão, a pessoa que indica é a pessoa que tem o poder de depois destituir. Se a pessoa não cumprir bem o seu mandato, os novos, não os velhos, que já estão em exercício, o Juiz poderá substituí-lo, porque isto já está escrito na lei que aprovamos aqui.

O que o Deputado Douglas Fabrício quer é que se alguém for indicado oficial de Justiça, ele não possa mais deixar de ser.

É isso. Oriento para votar com a expressão NÃO.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Não é isso. Na verdade, quero que seja cumprida esta resolução do Conselho Nacional de Justiça, assinada pela Ministra Ellen Gracie. Peço o voto para o SIM, porque se não passar pelo voto aqui, a Justiça fará justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis à emenda do Deputado Douglas Fabrício votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários à emenda, com o Deputado Caíto Quintana, votam com a expressão NÃO.

Quarenta e oito Srs. Deputados presentes: 34 votaram com a expressão NÃO e 13 votaram com a expressão SIM. Está **rejeitada** a emenda.

Em votação a emenda do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Os Deputados que forem favoráveis à emenda de Plenário, votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários à emenda, votam com a expressão NÃO.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, esta emenda nós encaminhamos votação pelo SIM, porque ela está dizendo que as pessoas que já estão com concurso em andamento, eu apresentei lá, inclusive que hoje já foram aprovadas... Eu peço que o pessoal respeite a Assembléia Legislativa!

O Deputado Luiz Claudio Romanelli está dizendo que os concursos que já estão em andamento, estas serventias não sejam estatizadas.

Esta emenda do Deputado Luiz Claudio Romanelli se sustenta mais ainda, porque hoje o Tribunal de Justiça publicou na sua página os aprovados neste concurso. Portanto, eles fizeram concurso dentro da égide da lei anterior. Estes cartórios, embora vagos, continuarão sendo cartórios, obedecendo ao critério da lei anterior.

Encaminhando pelo SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. Os Deputados que forem favoráveis à emenda votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários à emenda votam com a expressão NÃO.

Está **aprovada** a emenda.

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 776/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o programa Jogo Limpo no âmbito do estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 776/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a implantar o programa Jogo Limpo, no âmbito de seu território e nos termos desta lei.

Art. 2º O programa consiste na expropriação dos equipamentos, periféricos e afins, produtos de apreensões das Polícias Civil e Militar, no combate a prática do jogo ilegal, que serão transformados em estações de trabalho e reutilização pelas escolas estaduais, universidades, tele-centros ou em locais de grande fluxo de pessoas, onde o Poder Público poderá disponibilizar acesso a seus diversos serviços virtuais.

§ 1º Os equipamentos, periféricos ou afins, produtos de apreensões das Polícias Civil e Militar que forem produtos de expropriação devem, necessariamente, passar pelo crivo do TECPAR e da Secretaria da Administração e Previdência do Estado do Paraná, para seu posterior cadastramento.

§ 2º As estações de trabalho mencionadas no *caput* poderão ser disponibilizadas aos municípios mediante convênio, seguindo-se sempre o Índice de Desenvolvimento Humano como critério para eleição dos que sejam prioritários.

Art. 3º Os serviços de transformação serão executados através de procedimento licitatório nos termos da lei, podendo, contudo, o Poder Público Estadual disponibilizar de plano os equipamentos apreendidos para que sejam transformados nos municípios que apresentarem mão-de-obra e condições para a transformação daqueles em estações de trabalho.

Parágrafo Único. A liberdade contida no *caput* constará do convênio e exigirá prévia comprovação por parte do município que tem condições de atender aos requisitos necessários.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 30 (trinta) dias à partir da data da sua publicação, estabelecendo os critérios, condições, procedimentos e configurações para a sua efetiva aplicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para concluir essa questão da organização judiciária, gostaria que V. Exa. colocasse em votação a

proposição de que esta Assembléia fizesse, pela sua Casa, uma indicação legislativa ao Tribunal de Justiça, para que os atuais integrantes das carreiras tenham ascensão até o nível nove, visto que a nova carreira terá até o nível nove e a atual só tem até o nível sete. Como equiparação para funções iguais, progressão igual.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Caíto, até vou fazer a sugestão de que V. Exa. seja o autor dessa indicação e eu subscrevo juntamente com V. Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 800/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Pequenos Agricultores, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 800/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Pequenos Produtores - APPA, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 392/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/08, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2009. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 392/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Seção I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2009, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Seção II

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$ 26.136.655.280,00 (vinte e seis bilhões, cento e trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização

dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no valor de R\$ 2.482.716.770,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e dezesseis mil, setecentos e setenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista em R\$ 23.653.938.510,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil, quinhentos e dez reais).

Parágrafo Único. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos e o ingresso de outras Receitas Correntes e de Capital, conforme dispõe o artigo 37 da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2009) e a Legislação Estadual nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1. Receitas de Recolhimento Centralizado Brutas	R\$ 23.175.684.220
1.1. Receitas Correntes	R\$ 21.223.868.860
1.2. Receitas de Capital	R\$ 1.951.815.360
2. Receitas de Recolhimento Centralizado Líquidas	R\$ 20.692.967.450
2.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 21.223.868.860
2.2. Deduções para o FUNDEB (-)	R\$ 2.482.716.770
2.3. Receitas Correntes - Líquidas para a Fixação da Despesa	R\$ 18.741.152.090
2.4. Receitas de Capital	R\$ 1.951.815.360
3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes (Exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.444.986.240
3.1. Receitas Correntes	R\$ 1.269.651.410
3.2. Receitas de Capital	R\$ 175.334.830
4. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o Orçamento de Investimento (Exclusive Transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.515.984.820
4.1. Receitas Correntes	R\$ 927.734.840
4.2. Receitas de Capital	R\$ 588.249.980
5. Total da Receita Bruta	R\$ 26.136.655.280
6. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 23.653.938.510
6.1. Receitas Correntes - Bruta	R\$ 23.421.255.110
6.2. Deduções para o FUNDEB (-)	R\$ 2.482.716.770
6.3. Receitas Correntes Líquidas para Fixação da Despesa	R\$ 20.938.538.340
6.4. Receitas de Capital	R\$ 2.715.400.170

Art. 3º A previsão de Receitas do Tesouro inclui os efeitos financeiros da alteração na legislação tributária, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º As despesas condicionadas à aprovação da respectiva alteração na legislação são identificadas por fonte específica nos Quadros de Detalhamento de Despesa.

§ 2º Na estimativa da Receita foram excluídos os valores referentes à diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção III

Dos Orçamentos

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, discriminados no anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$ 22.137.953.690,00 (vinte e dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa reais), e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 5º O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferências do Estado, está estimado em R\$ 1.525.934.850,00 (um bilhão, quinhentos e vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no anexo IV desta lei.

Art. 6º Os resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do anexo II, integrante desta lei.

Art. 7º As despesas referentes ao pagamento da Dívida Pública Externa e Interna constam do anexo III desta lei, especificadas pelas dotações: 3101.28843999.083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna e 3101.28844999.084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa.

Art. 8º A Reserva de Contingência consta do anexo III desta lei, na dotação 2501.99999999.900 - Reserva de Contingência, no montante de R\$ 34.635.760,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 9º O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no anexo V desta lei.

Art. 10. O Anexo de Vinculações de que trata o artigo 15, inciso XI, da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009, está apresentado no anexo VI desta lei.

Seção IV

Das Correções dos Orçamentos

Art. 11. Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado estabelecido a preços de 30/06/08, serão atualizados, antes do início da execução orçamentária mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2008, de acordo com o estabelecido no artigo 6º da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, até 20 (vinte) dias após a correção a que se refere o *caput* deste artigo, as informações sobre o índice utilizado e os valores dos totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

§ 2º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da receita de arrecadação própria de estado, mais as Transferências Federais.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembléia Legislativa.

§ 1º As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mais as transferências federais.

§ 2º No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo, fornecerá ao Poder Legislativo, os percentuais e totais por Órgãos, Unidades Orçamentárias e Projetos/Atividades/Operações Especiais.

Seção V

Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajuste de Grupos de Fontes, de Modalidade de Aplicação e Obras

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado no que lhe cabe, a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública, com as Transferências Constitucionais aos municípios, com Sentenças Judiciais e PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 2% (dois por cento), decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, para cumprimento de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor anual dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento), do valor da receita líquida para fixação da despesa para o exercício de 2009, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, de acordo com o disposto no artigo 35, da Lei Estadual nº 15917, de 12/08/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2009;

V - proceder até o limite de 10% (dez por cento) das dotações, definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de grupos de fontes, de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os créditos suplementares abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo;

VI - alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei;

VII - alterar o Programa de Obras, orçado nesta lei em nível de Projetos/Atividades Orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com Recursos do Tesouro e de Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos itens I, II, III e IV deste artigo.

Art. 14. Fica automaticamente ajustado o Anexo de Vinculações em decorrência das alterações orçamentárias procedidas com base nas autorizações contidas nesta lei.

Art. 15. O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o 15º dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo 13 desta lei.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelo estado de Santa Catarina e pelos municípios de Osasco/SP e Guarulhos/SP, dos quais o estado do Paraná é portador.

Art. 17. Ficam os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem a ajustes nos seus Orçamentos, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Seção VI

Das Centralizações de Recursos

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais, ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03/06/87, bem como, proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar recursos do Fundo Paraná, mediante a abertura de atividades específicas, através de respectivos créditos adicionais, desde que tal descentralização seja previamente autorizada pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar os recursos dos Programas Especiais, orçados nesta Lei da Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL, mediante a abertura de projetos específicos nas Unidades Orçamentárias executoras, por meio de créditos especiais, por ocasião da formalização dos contratos de acordo com o parágrafo único do artigo 41 da Lei nº 15917, de 12/08/08.

Seção VII

Da Execução e Manutenção do Equilíbrio Orçamentário

Art. 21. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64, sendo vedada à aplicação do artigo 78, parágrafo 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, inserido pela Emenda Constitucional nº 030, em relação às Receitas Tributárias, definidas no anexo I desta Lei, por força da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 22. A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os Quadros de Detalhamento de Despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 11 desta lei.

Art. 23. Fica o Poder Executivo, autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias no Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta e no Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista decorrentes de transformações aprovadas por lei.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias decorrentes do contido no Decreto nº 3359, de 02/09/08 e suas modificações, antes do início da execução orçamentária de 2009.

Art. 26. O saldo financeiro, incluindo sua remuneração, verificado em 31/12/08, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado impreterivelmente, até 31/01/09, conforme disposto no artigo 32 da Lei nº 15917 de 12/08/08.

Art. 27. As unidades Orçamentárias da Administração Indireta, do Poder Executivo, compreendendo as Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas Dependentes e Fundos, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 30 (trinta) dias após o encerramento da Balanço Geral do Estado de 2008, 20% (vinte por cento) dos respectivos Superávits Financeiros apurados em seus Balanços Patrimoniais do exercício de 2008, exceto os decorrentes de receitas legalmente vinculadas.

Parágrafo Único. Ficam excluídas das exigências do contido no *caput* deste artigo, as Instituições de Ensino Superior vinculadas à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos, ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, abrindo créditos suplementares, se necessário, até o limite de R\$ 6.892.025,00 (seis milhões, oitocentos e noventa e dois mil e vinte e cinco reais), equivalente aos saldos dos recursos utilizados na implantação do Parque Ambiental Aníbal Khury, incluindo os valores da desapropriação da área.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, até o limite de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), de recursos provenientes do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, destinados à construção, recuperação e melhoria das estradas estaduais ou estradas federais concessionadas, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais necessários à implementação deste artigo.

§ 1º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, de que trata o *caput* deste artigo, poderão ser provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2008 ou da arrecadação do DETRAN, efetivada durante o exercício de 2009.

§ 2º Os recursos do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, repassados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, de que trata o *caput* deste artigo, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811, de 29/12/83, publicada no Diário Oficial do Estado de 30/12/83.

Art. 30. Os recursos, destinados à execução de ações voltadas à área de Saúde, estão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, de acordo com as determinações contidas na Emenda Constitucional nº 029, de 13/09/00.

Art. 31. Ocorrendo o excesso de arrecadação, descontados os repasses constitucionais e legais (Ensino, Saúde, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público), serão atendidos os seguintes programas:

- I - Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar;
- II - Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar;
- III - Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba;
- IV - Programa de Regularização Fundiária, Agricultura Familiar e Cidadania;
- V - Fomento Rodoviário aos Municípios;
- VI - Casa da Família;
- VII - Contrapartida do Governo do Estado para realizar convênio com o Ministério da Cultura, para implantação do "Programa Cultura Viva" no Estado.

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2009 o valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) para reforço de dotação destinada ao desenvolvimento das atividades da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Art. 33. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alteração na descrição da atividade 2503 - Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA integrante do Programa de Trabalho da Unidade - 5560.0824332.503, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Apoiar programas e projetos a serem desenvolvidos por órgãos públicos estaduais, municipais e entidades não governamentais na área de proteção e sócio-educação, defesa e controle social, voltado à garantia de direito das crianças e adolescentes no estado do Paraná, que atendam à política definida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Pacto pela Infância e Juventude."

Parágrafo Único. Incluir nas principais ações do programa de trabalho de que trata este artigo a seguinte meta:

“Apoiar entidade não governamental para qualificar a sociedade civil no exercício do controle social - (Convênio) Quantidade 01”.

Art. 34. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no Programa de Desenvolvimento Regional e Metropolitano, a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Projeto/Atividade: 1139 - Investimentos em Infra-Estrutura Urbana nos Municípios, o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para implementação da região metropolitana de Londrina.

Art. 35. As proposições constantes do anexo VII desta lei passam a integrar os orçamentos dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e do Ministério Público, ficando, automaticamente ajustado o anexo VI de que trata o artigo 15, inciso XI, da Lei Estadual nº 15917 de 12/08/08.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias para consignar no orçamento do exercício de 2009, o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para aquisição de distribuição de calcário conforme Lei nº 11175/95.

Art. 37. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a alteração na Dotação 5560.0824332.503 - Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA, na fonte de recurso 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11091/95, suplementando as despesas consignadas nos seguintes elementos: 3.1.90.0400 - Contratação por Tempo Determinado em R\$ 1.560.000,00 (hum milhão quinhentos e sessenta mil reais), e 3.1.90.1300 - Obrigações Patronais no valor de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), em consequência fica cancelada a despesa classificada no elemento 3.3.90.3600 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do mesmo programa de Trabalho.

Art. 38. Passam a integrar a presente lei os anexos VII, VIII e IX, devendo o Poder Executivo proceder às alterações deles decorrentes no prazo de 30 dias, a partir da sua publicação.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor em 01/01/09.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 427/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação Imbuia Pesquisas, com sede e foro no distrito de Guará no município de Guarapuava. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 427/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Imbuia Pesquisas - ASIMP, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHCDC. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas: **Aprovadas.** Projeto: **Aprovado.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que estabelece o Regime Jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas: **Aprovadas.** Projeto: **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 054/08, que altera a Lei nº 11719/97, que cria o quadro temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 005/08

P A R E C E R :

1.Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário Estadual, através do seu órgão máximo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, propõe alteração da Lei nº 11719/97, ao propor a criação do Quadro Temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude.

Na verdade a proposição transforma 84 (oitenta e quatro) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em cargos isolados de Técnico Especializado em Infância e Juventude. E para tanto cria o referido quadro temporário, cujos titulares ora precariamente remanejados desempenharão as atribuições das equipes multidisciplinares ou interprofissional previsto no Código da Infância e Juventude e atuarão junto aos Juízes da Infância e da Juventude, de acordo com a necessidade do serviço.

A justificativa que acompanha a proposição apresenta e informa que se trata apenas de uma adaptação da situação fática existente para os referidos servidores antes da vigência da Lei nº 11719, posto que estes servidores pertenciam a um quadro próprio denominado Quadro Transitório do Serviço Auxiliares da Infância e Juventude, no cargo de Técnico Especializado da Infância e Juventude e com a referida lei foram todos unificados como Técnicos Judiciários.

Esta situação criou demandas administrativas e Judiciais e, reconhece-se através desta proposição, que os referidos servidores deveriam ter sido tratados de forma diferenciada, posto não se tratar de servidores da área administrativa, mas sim, especialistas, nas mais diversas áreas profissionais. No entanto, como os mesmos não fizeram concurso para ingresso nos cargos dos grupos ocupacionais que para os quais tem habilitação não foi possível enquadrá-los nos cargos do Grupo Ocupacional Superior da Secretaria do Tribunal de Justiça ou o Quadro de Auxiliares da Justiça do Foro Judicial, nem haverá equiparação, nem percepção de vantagens destes cargos.

A remuneração será a tabela do anexo III, da Lei nº 11719/97, acrescido da gratificação de risco de vida, de um terço de seus vencimentos, desde que efetivamente preste serviço em uma das Varas da Infância e Juventude e em área de risco.

2. Voto do Relator

Como cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no termos do artigo 33 parágrafo 3º, do Regimento Interno, inicialmente abordaremos a questão formal.

O projeto vem devidamente instruído com a declaração do ordenador da Despesa, que é o próprio Presidente do Tribunal, e atendimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como do devido estudo de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, com um estudo bem detalhado.

Diante disto reconhece-se como atendidas as exigências formais, portanto, quanto ao aspecto técnico desta Comissão entendemos que não óbice de ordem financeira orçamentária, devendo a proposição receber parecer favorável.

Quanto ao aspecto de conveniência e oportunidade, ou seja, o mérito da proposição, a princípio pouco resta para analisar em face da exigüidade de tempo, eis que o projeto veio a este Parlamentar hoje para relatar ainda nesta Comissão ainda no período matutino. Resta, pois em análise superficial, reconhecer a necessidade precária de adaptação proposta, sem ouvir aos diretamente interessados.

Diz a ementa da proposição que a mesma altera a Lei nº 11719, no entanto a redação não atende a normas de alteração de lei e, na verdade, altera a lei de forma material, mas não formal. Ou seja, trata-se de aprovação de uma lei autônoma e não de alteração de outra lei existente. Apenas a tabela 1 do anexo III, da Lei nº 11719 resta alterada, com a edição de um anexo I nesta lei. O que importa, na verdade, em revogação da tabela da lei existente.

Assim somos pela tramitação do projeto, com a faculdade de eventualmente ainda posicionarmos quanto ao seu mérito e redação legislativa em plenária.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Sobre o referido projeto, Proposta de Emenda Supressiva de Plenário nº 01, nos seguintes termos:

PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 01, AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º E O ARTIGO 6º DO PROJETO DE LEI Nº 005/08

O Deputado que a presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, propor o que segue:

“Suprima-se, integralmente, do Projeto de Lei nº 005/08, o parágrafo único do artigo 2º, bem como o artigo 6º.

Sala das Sessões, em 17/12/08.

(a) RENI PEREIRA

Apoiamento:

Chico Noroeste, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk e Luiz Eduardo Cheida

JUSTIFICATIVA:

A justificativa a presente emenda modificativa demanda um breve relato histórico. Vejamos:

“Os cargos que estão sendo transformados em Técnico Especializado em Infância e Juventude são compostos por profissionais que ingressaram no serviço público estadual enquadrados em nível superior, antes da entrada em vigor da Constituição Federal. Foram contratados através do regime da CLT como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos e posteriormente enquadrados como Técnico Superior com prestação de serviços especializados às Varas da Infância e Juventude do estado.

Como condição ao ingresso nos cargos tiveram que efetuar comprovação da formação superior em curso universitário relacionado à área de atividade e respectiva inscrição no órgão de classe profissional. Neste sentido, é de se declarar que o Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude, através de seu regulamento, expressamente prevê a graduação em curso de nível superior.¹

Através da Lei nº 10219/92 os empregos anteriormente regidos pela CLT foram transformados em cargos públicos, passando então tais profissionais a integrar os Quadros Transitórios do Poder Judiciário na condição de estatutários.

Naquela ocasião, os ocupantes dos cargos de Técnico Superior passaram a ocupar os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude, sem qualquer alteração de suas atribuições e remunerações.

Em 1997 foi promulgada a Lei nº 11719/97, objeto de alteração do Projeto de Lei nº 005/08 em tela, que, em seu artigo 3º, apontou a divisão da estrutura funcional da Secretaria do Tribunal de Justiça em três grupos ocupacionais, quais sejam, básico, intermediário e superior, assim compostos:

- Grupo Ocupacional Básico, cujos cargos exigem primeiro grau de escolaridade;
- Grupo Ocupacional Intermediário, cujos cargos exigem segundo grau de escolaridade;
- Grupo Ocupacional Superior, cujos cargos exigem formação profissional de nível superior de escolaridade.

Com o advento da Lei nº 11719/97 os cargos dos profissionais mencionados foram indevidamente rebaixados através da transformação de Técnico Especializado em Técnico Judiciário. Ou seja, tais profissionais foram incluídos no Grupo Ocupacional Intermediário quando - pela formação profissional superior - deveriam ter sido incluídos no Grupo Ocupacional Superior, respeitada a atividade profissional (psicólogo, pedagogo e assistente social).

O fato é que a Lei nº 11719/97 - ao contrário da legislação antecedente - implicou, além do rebaixamento, no achatamento dos valores de seus vencimentos, eis que deixaram de receber verbas e gratificações exclusivas aos ocupantes do Grupo Ocupacional Superior (verba de representação, gratificação especial de risco de vida, etc.).

1. Art. 62. Os profissionais que compõem a equipe interprofissional, necessários à composição do SAI, deverão ter o curso de nível superior completo, compreendido o curso de bacharelado, licenciatura, formação e especialidade requerida, com a devida habilitação legal para o exercício da profissão, sendo requisito preferencial para sua atuação na área ter anteriormente estágio de graduação ou pós-graduação em área compatível com a da Justiça da Infância e da Juventude, devendo o recrutamento ser feito nos termos da lei, para lotação na Vara da Infância e da Juventude.

O atual Projeto de Lei nº 005/08 também não resolve a questão do enquadramento equivocado dos 84 profissionais mencionados; assim, tal emenda tem o intuito de corrigir a injustiça cometida com tais servidores especializados que já se encontram há mais de 10 anos em situação funcional ambígua.

Ressalte-se que todos esses profissionais, quando da sua contratação comprovaram sua formação de nível superior, condição *sine qua non* para a assunção ao cargo. O equívoco se encontra justamente neste fato pois, embora rebaixados em seu enquadramento, continuaram a exercer funções de servidores de nível superior.

Com a presente emenda, se promoverá justiça aos profissionais, restabelecendo os cargos e funções para os quais foram contratados.

O projeto foi à CCJ e está em Comissão Geral.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, para relatar.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, neste projeto existe uma emenda do Deputado Reni Pereira, que leva o seguinte parecer.

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
PARECER PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA DAS EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 005/08

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado, de autoria do Poder Judiciário, indo a plenário recebeu uma emenda que suprimiu o parágrafo único do artigo 2º, bem como o artigo 6º do projeto de lei.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar a emenda se apresenta inconstitucional, uma vez que o autor da emenda tenta via oblíqua legislar sobre tema de competência exclusiva do Tribunal de Justiça. Senão vejamos:

“Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;”

Ademais, quer o autor da emenda promover a “transposição” dentro do quadro funcional daquele Poder, ou seja, promover os ocupantes de cargos Técnico Especializados em Infância e Juventude ascensão funcional e remuneratória sem o devido concurso público.

Visa ainda a emenda equiparar as vantagens pecuniárias dos ocupantes de Grupo Ocupacional Superior da Secretaria do Tribunal de Justiça ou do Quadro de Auxiliares da Justiça do Foro Judicial aos ocupantes de cargos de Técnico Especializados em Infância e Juventude o que é expressamente vedado pela Constituição Federal.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é contrário à emenda ao Projeto de Lei nº 005/08.

Sala de Reunião das Comissões, em 17/12/08.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o parecer do Deputado Caíto Quintana.
Para encaminhar o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu acredito que o Relator se equivocou, porque esse projeto está nesta Casa desde o início do ano, foi relatado na última Sessão, ou na penúltima da CCJ, e justamente esta interpretação que o Deputado Caíto teve foi o que nós cuidamos para que não ocorresse. Nós, na verdade, suprimimos através da emenda, suprimimos o parágrafo único do artigo 2º, bem como o artigo 6º. E eu passo a lê-los para que não parem dúvidas que não pretendíamos criar qualquer tipo de transposição, até porque sabemos que seria inconstitucional.

O que nós suprimimos do parágrafo único do artigo 2º diz o seguinte: *Os técnicos especializados em infância e juventude integrarão a equipe interprofissional com a atribuições no artigo 150 e 151.* Essas atribuições são atribuições de nível superior, que aliás já existe. Não existe técnico em psicologia, não existe técnico em assistência social. E é justamente por isso que eu excluí, porque no cargo de provimento em anexo está o grupo ocupacional deles e do nível superior. Ocorre que essas pessoas já estão efetivadas no Tribunal de Justiça, são psicólogos, são assistentes sociais, e não têm como passar essa lei por aqui se não excluir. Por quê? O que eles reivindicavam desde o início do ano era que fossem incorporados na carreira superior. Não tem como fazer isso, nós demonstramos. Então excluímos essa parte deles justamente porque as funções que eles iriam exercer eram funções de nível superior, e o artigo 6º, que também foi excluído através da emenda, diz o seguinte: *Aos ocupantes de cargos técnicos especializados em infância e juventude não é conferida a equiparação, nem a percepção de vantagens peculiares reservados aos ocupantes de cargos do grupo ocupacional superior da Secretaria.*

Não adianta estipularmos isso aqui na lei, porque é um direito superior, é superior à lei estadual. Então, eu excluí isso, mas não garanti através da emenda, Deputado, qualquer tipo de progressão para nível superior, só excluí para que não pairasse dúvida, e na verdade passasse como técnico, mas para que eles não ocupassem uma função de nível superior, recebendo e sendo enquadrado no nível inferior. Continuam sendo técnicos, não passam para o nível superior e garante-se a periculosidade que já estava prevista no projeto.

A emenda que fizemos é supressiva, não garante nenhum tipo de transposição.

Gostaria de encaminhar favoravelmente à emenda.
Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Não vou encaminhar como Líder do Governo, porque não é uma posição do Governo.

Conheço esse caso, o tema é controverso. Entendo que a supressão proposta pelo Deputado Reni Pereira garante direitos e não interfere na autonomia do Tribunal de Justiça que poderá, se quiser, atender a emenda proposta pelo Deputado Reni Pereira.

Encaminho pela aprovação da emenda.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Discordo da orientação do Deputado Romanelli. Se suprimir a emenda não tem interpretação. Os servidores são nomeados no cargo técnico e terão remuneração de nível superior. Não é possível.

Meu encaminhamento é pelo voto não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Votando a emenda do Deputado Reni Pereira.
Vamos proceder à apuração. Está **aprovada** a emenda.

Agora vota-se o projeto. **Está aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 476/08, que altera o artigo 60 e seu parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 314/08****P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, ao propor a alteração em tela, tem como objetivo atribuir ao Presidente do Tribunal de Justiça, após parecer do Conselho de Supervisão, o poder de criar tantas turmas recursais quantas forem necessárias e dispor a respeito de sua composição, sede e competência territorial, bem como designar juizes para exercerem as funções de suplentes em número suficiente para atender eventual aumento da quantidade de recursos para julgamento.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supra citada, visto que não implica em dispêndio ao erário, na medida em que tais alterações não

ultrapassam a previsão orçamentária do Tribunal de Justiça.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSO STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/08, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva nos seguintes termos:

EMEND ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 354/08

Sem prejuízo dos benefícios fiscais previstos na legislação, ficam introduzidas, as seguintes alterações ao Projeto de Lei nº 354/08, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Adite-se artigo ao Capítulo X, com a seguinte redação:

Capítulo X

“Art. ... A taxa de permanência e as taxas de transportes cobradas dos visitantes, serão de responsabilidade do município de Paranaguá e, serão revertidas, exclusivamente, para manutenção da educação, saúde, patrimônio histórico e benfeitorias da Ilha do Mel, objetivando a sustentabilidade destes setores.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoiamento:

Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner e Reni Pereira.

Em discussão. Em votação o projeto.

Para encaminhar Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, não posso deixar de fazer encaminhamento contrário a esse projeto de lei.

Não que o projeto não tenha méritos, mas não foi discutido com a população que vive na Ilha do Mel. As pessoas que vivem na Ilha do Mel são contribuintes como todos os paranaenses, são eleitores como todos os paranaenses e têm o direito de serem ouvidas.

Faço um apelo aos Deputados que rejeitem esse projeto de lei. Se for o caso, após uma ampla discussão

no ano que vem, após a realização de uma Audiência Pública lá na Ilha do Mel, aí sim poderemos votar esse projeto com as mudanças que os ilhéus desejam e não estão sendo contempladas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos votando o item 11, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso de ocupação da Ilha do Mel.

O Deputado Ney Leprevost encaminhou contrariamente o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, tenho que encaminhar um requerimento para retirar da Ordem do Dia? É isso?

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Se for isso eu concordo com o senhor. Podemos fazer um acordo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Veja, Sr. Presidente, se há um requerimento, quero saber.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há requerimento algum.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Eu apresento, neste momento, um requerimento, Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O projeto está em Comissão Geral, eu sou o Relator nomeado. V. Exa., como Presidente, poderia me chamar para fazer o relato. Ou o Plenário vota a favor ou contra o relato. Foi isso, Presidente. Foi isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas V. Exa. ainda não chegou. Está colocando o carro na frente dos bois!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Talvez eu possa contribuir. Eu apresento, neste momento, um requerimento solicitando a retirada por 10 Sessões deste projeto de lei, para que seja mais bem discutido com a população da Ilha do Mel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não cabe nem este requerimento, nesta hora.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pois é, V. Exa. Por isso que eu ...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. vai encaminhar o projeto em Comissão Geral. Vejam bem, num primeiro momento, coloquei em

votação o projeto, em discussão o projeto. O Deputado Ney Leprevost encaminhou contra. V. Exa. tem que encaminhar, fazer a defesa em Comissão Geral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O senhor tem que reconhecer que, como Presidente, tinha que me chamar, como Relator, para relatar as emendas, na condição que fui nomeado, como Relator *ad hoc* deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se V. Exa. é o Relator, por gentileza, Deputado Romanelli ...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Se V. Exa. fosse instruído, eu faria o encaminhamento e posso discutir o projeto. Agora, ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa não tinha conhecimento, Deputado Romanelli, que V. Exa. era o Relator deste projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Por isso que quando eu perguntei, pela ordem, o que estava acontecendo, V. Exa. reagiu como se eu estivesse vindo de outro planeta!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu pensei que V. Exa. não sabia que estávamos falando deste projeto. Por gentileza, a palavra é sua.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me parece que há um equívoco. Claro que a madrugada faz mal, mas está aqui o parecer favorável da CCJ, com emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ele vai encaminhar, discutir as emendas, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas ele disse que vai dar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Das emendas, por favor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só para entender.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em Comissão Geral para apreciar as emendas. O projeto já passou na CCJ, meu Deus do Céu!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Rossoni, eu cometo erros, às vezes. Mas, ocorre o seguinte: na Sessão de hoje, da Comissão de Constituição e Justiça, o nobre Deputado Douglas Fabrício

pediu vistas do relatório que fiz. Eu fui nomeado Relator, *ad hoc* deste projeto de lei, por conta que o Relator originário, Deputado Caíto Quintana, fez uma emenda de Plenário, até por conta que havia sido incluído no substitutivo um dispositivo que não havia sido assinado pelo Deputado Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, Luiz Eduardo Cheida.

Fui nomeado pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral. Eu estou, única e exclusivamente, me desincumbindo dessa missão. Só isso. Estou dizendo isso porque, claro, já é adiantado da hora, mas estou prestando atenção no que está acontecendo aqui, Presidente Nelson Justus.

Sem mais delongas, para informar o Plenário, este projeto dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação da Ilha do Mel, conforme especifica o projeto enviado a esta Casa pelo Chefe do Poder Executivo. A emenda em análise retira o artigo 4º e seus parágrafos do substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça, por estar o mesmo sem assinatura de Parlamentar, e que seja incluída nesse substitutivo a seguinte emenda:

(Lê):

“Art. 4º - O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado as políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado e integrado com todas as entidades públicas envolvidas na gestão, além de interagir com a sociedade civil organizada representativa das comunidades existentes na Ilha do Mel.

Parágrafo Único. Para exercer as competências que lhe são atribuídas pela presente lei, no território da Ilha do Mel, o IAP deverá criar, por meio de portaria, estrutura administrativa específica, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de publicação do presente texto legal.”

Recebeu ainda, em plenário emenda aditiva por parte do Deputado Stephanes Júnior que diz:

Art. ... A taxa de permanência e as taxas de transporte cobradas dos visitantes, serão de responsabilidade do município de Paranaguá e, serão revertidas, exclusivamente, para manutenção da educação, saúde, patrimônio histórico e benfeitorias da Ilha do Mel, objetivando a sustentabilidade destes setores.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor quanto a Emenda de nº 01, de autoria do Deputado Caíto Quintana, já quanto a emenda de nº 02 encontra-se inconstitucional, haja vista ferir o contido no artigo 18 da Constituição Federal, ou seja, o município não poder ser obrigado, mediante lei superior, a executar serviços e tarefas estaduais ou federais que têm a sua base na legislação desses outros níveis estatais. O direito constitucional-municipal do Brasil, por tradição, não prevê a delegação obrigatória ou ‘automática’ de tarefas por parte

das esferas estatais superiores para os entes locais. Para que a união e os estados possam delegar funções de seu âmbito para os municípios, é preciso a celebração individual de convênios administrativos, que, até hoje, representam o principal instrumento de colaboração entre a União, os estados e os municípios.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar quanto a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a Emenda de Plenário de nº 01 e contrário a Emenda de Plenário de nº 02.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à votação. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Presidente, acho necessário fazer um esclarecimento para todo o Plenário.

Esse projeto quando entrou em votação, não sei se V. Exa, se lembra, mas pedi, como Presidente da Comissão de Ecologia, para que pudesse examinar e fornecer o parecer. Nesse meio de tempo, muita gente da Ilha do Mel, desde nativos a donos de pousada, gente do próprio IAP, a própria Prefeitura de Paranaguá me procurou no gabinete. Como era muita gente pedi que fosse feita uma discussão entre eles, para formular uma proposta, a mais consensual possível. Eles me trouxeram depois de algum tempo e previ todas essas propostas na emenda que encaminhei à Comissão de Justiça.

O que temos hoje é tudo o que foi pedido na ocasião, com exceção de uma proposta, que era a criação de dois cargos, que não previ e cortei. É óbvio que é uma questão altamente polêmica. Eu estava dizendo aos Deputados Ney Leprevost e Osmar Bertoldi, que se levarmos mais seis meses discutindo, sempre aparecerão idéias e sugestões novas, que teremos que acatar ou não. Como estão hoje o projeto e a emenda, absolutamente estão dentro do bom senso e do que pediu a grande maioria daquelas pessoas que se manifestaram, que foi a totalidade que nos procurou.

Portanto, peço ao Plenário que acompanhem a votação desta emenda favoravelmente, que é apresentada e relatada pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli, porque acho que estaremos fazendo muito mais bem do que a situação atual em que está a Ilha do Mel hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Agradeço ao Deputado Cheida, que é conhecedor do assunto e pôde esclarecer este Plenário.

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, na forma do substitutivo, com a emenda aprovada pelo relatório em Comissão Geral.

Em votação.

Quarenta e cinco SIM; seis NÃO. **Está aprovado o projeto, artigo por artigo, na forma do substitutivo da CEMA.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 931/08, que altera o artigo 155, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei nº 468/08

P A R E C E R :

O projeto de lei do Poder Executivo tem como finalidade alterar o artigo 155 da Lei nº 14277/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias) onde possibilita apenas os funcionários da Justiça indicados pela referida lei, que sejam lotados na Secretaria ou Vara, por empregado juramentado ou por titular de outro ofício na Comarca receptiva, devidamente designados pelo Juiz do Fórum, possam substituir o titular de ofício do foro judicial.

Como compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor a respectiva alteração da lei, e, o referido projeto de lei foi aprovado por unanimidade de votos pelo egrégio Órgão Especial do TJ, na Sessão do dia 24/10/08, e suas despesas correm por conta do previsto no Orçamento do Tribunal de Justiça, não causando nenhum impacto extraordinário na sua dotação orçamentária.

Diante do exposto, somos de parecer favorável a sua aprovação em plenário.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

1ª Discussão

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que acresce o parágrafo 6º, no artigo 1º da Lei nº 7827, de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização no estado do Paraná de produtos agrotóxicos e outros biocidas. COM PARECERES DA CCJ e CF. **(Publ. no DA nº 109/08, de 09/09/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 380/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, visa adequar a Lei Estadual nº 7827/83 ao Decreto Federal 4074/02, em consonância às alterações trazidas pelo Decreto Federal nº 5981/06; com o escopo de abordar o cadastramento dos agrotóxicos por “equivalência de produto”, ou também denominados “genéricos”.

Fundamentação

Inicialmente cumpre esclarecer que a Lei nº 7827/83, em seu artigo 1º, exige o prévio cadastramento de produtos agrotóxicos e outros biocidas, para que possam, assim, ser distribuídos e comercializados no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º A distribuição e comercialização no território do Estado do Paraná, de produtos agrotóxicos e biocidas, estão condicionados ao prévio cadastramento perante a Secretaria de Agricultura e Secretaria do Interior.

Criou-se nova situação no ordenamento jurídico, trazida pela Lei nº 7802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, com alterações do Decreto 5981/06, em que se facilitou o cadastro dos agrotóxicos por “equiparação de produto” (agrotóxicos “genéricos”) que pudessem ser comparados a produtos já formulados e dotados, devidamente, de registro perante o Ministério da Agricultura. Para tanto, tais agrotóxicos equiparados devem guardar certas características, de acordo com a discriminação infra:

Art. 10, § 14, Decreto Federal nº 4074/02 (incluído pelo Decreto 5981/06). Os estudos de eficiência de praticabilidade constantes dos itens 18.1 e 21.1 do anexo II, relacionados respectivamente a produtos formulados e produtos formulados com base em produto técnico equivalente, não serão exigidos dos produtos que, comparados a produtos formulados já registrados, apresentarem todas as características a seguir:

I - mesmo tipo de formulação e;

II - mesmas indicações de uso (culturas e doses) e modalidades de emprego já registradas (sem grifos no original).

Art. 10, § 16, Decreto Federal nº 4074/02 (incluído pelo Decreto 5981/06). Os estudos de resíduos constantes dos itens 18.4 e 19.2 e dos itens 21.4 e 22.2 do anexo II, relacionados respectivamente a produtos formulados com base em produto técnico equivalente, não será exigido dos produtos que, comparados a produtos formulados já registrados, apresentarem todas as características a seguir:

I - mesmo tipo de formulação;

II - mesmas indicações de culturas e modalidades de emprego já registradas;

III - aplicação de quantidade igual ou inferior de ingrediente ativo durante o ciclo ou safra da cultura; e

IV - intervalo de segurança igual ou superior (sem grifos no original).

Entretanto, tal situação, em que se objetiva a facilitação de cadastro para os agrotóxicos “genéricos”, não foi albergada pela legislação estadual. Por tratar-se de matéria referente ao meio ambiente, tem-se, consoante preceituado pelo artigo 24, VI, da Constituição Federal de 1988, que é de competência concorrente dos Estados legislar sobre a proteção do meio ambiente.

Art. 24, CF/88 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (sem grifos no original).

Em face ao exposto, o proponente guarda legitimidade para oferecer esta alteração legal; em que se visam benefícios à agropecuária do Estado do Paraná, por meio do incentivo às empresas de médio e pequeno porte, diminuindo-se expressivamente o custo dos produtos necessários para o desenvolvimento de sua atividade, conforme o exposto na fundamentação do autor.

Referente à técnica legislativa utilizada, esta se encontra adequada aos moldes de elaboração legislativa estabelecidas pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima aludido, tendo em vista a constitucionalidade do Projeto nº 380/08, esta comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 380/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 380/08, em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curi, acrescenta o parágrafo 6º, no artigo 1º da Lei nº 7827, de 29/12/83, que dispõe sobre a distribuição e comercialização no estado do Paraná de produtos agrotóxicos e outros biocidas.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, conclui que a medida beneficiará a agropecuária paranaense, tornando mais baratos os agrotóxicos necessários à produção, com uma oferta maior de produtos no mercado, permitindo também às médias e pequenas empresas o acesso à formulações cujas patentes caducaram e são de domínio público.

Diante do exposto, esta comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em axame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 4024, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 380/08.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/08, que objetiva incluir parágrafo único ao artigo 12, da Lei nº 13667, de 05/07/02, que transforma, conforme especifica, órgãos da estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 115/08, de 06/10/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 391/08

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei acima apigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 029/08, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelo Pares desta Casa, e tem como proposta remanejar por tempo determinado entre os órgãos da Administração Direta e Indireta do estado, conforme especifica, órgãos da estrutura organizacional básica do Poder Executivo por ato do Executivo ao ocupante de cargo de provimento em comissão.

Segundo a mensagem do Governo o artigo 12 da Lei nº 13667 de 05/07/02 carece de ser regulamentado em razão de que a referida lei que autoriza o Chefe do Poder Executivo a transformar os órgãos da estrutura da administração e, por consequência a remanejar os cargos de provimento em comissão para atender as necessidades do Estado, necessita de maior clareza para que cada Secretaria de Estado da Administração que detém seus cargos em comissão disponha daqueles, conforme a determinação da lei e do Chefe do Poder Executivo.

O parágrafo único que se pretende inserir no artigo 12 da citada lei, salienta que o ocupante de cargo de provimento em comissão do Poder Executivo poderá ser remanejado por tempo determinado, entre os órgãos da Administração Direta e Indireta do estado, ou para atender a termos de convênios, ajustes ou parcerias, por ato do Chefe do Poder Executivo. Entende o Poder Executivo que com essa medida haverá maior flexibilidade na disposição dos referidos cargos.

Fundamentação do parecer

O objetivo do Governo é o de promover a eficiência administrativa sem nenhum óbice administrativo primando pela economicidade e celeridade da gestão pública, princípios estes norteadores da administração salutar.

Quanto a constitucionalidade da proposição não encontramos nenhum óbice já que a iniciativa do Poder Executivo é legítima encontrando amparo legal em ambas as constituições brasileiras, federal e estadual. De sorte que a CF em seu artigo 24 assim regula a matéria, *literis*:

(...)

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

(...)

Neste mesmo sentido a Constituição Estadual conclui que, *literis*

(...)

Art. 66. ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

(...)

Logo a mensagem do Governo está perfeitamente enquadrada dentro das normas e dos pressupostos de admissibilidade legislativa sendo legítima a sua iniciativa para propor o presente PI, verificando-se a sua plena e perfeita constitucionalidade, legalidade e legitimidade.

Impacto financeiro

Verifica-se da análise do PL quanto aos impactos à Lei de Responsabilidade Fiscal que o acréscimo do referido parágrafo ao artigo 12 da mencionada lei não trará nenhum impacto à referida lei encontrando o projeto amparo legal para seu prosseguimento nesta Casa.

Técnica legislativa

Já quanto à técnica legislativa se faz necessária a correção na ordem de numeração dos artigos devendo o artigo 12 do PL ser renumerado para 1º para que a lei seja editada em consonância com as técnicas de redação e estrutura previstas na Lei Federal nº 095/98:

(...)

Art. 12 A alteração da lei será feita:

(...)

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

(...)

b) é vedada, mesmo quando recomendável qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do artigo 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguindo de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; (redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/04/01).

(...)

A estrutura do PL da forma como está elaborado fere os princípios da boa técnica legislativa razão pela qual sugerimos a sua substituição pela emenda corretiva em anexo.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, no que tange a iniciativa da proposição, entendo ser o presente PL meritório na sua concepção, por isso meu parecer é pela sua aprovação com a emenda.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 391/08

Art. 1º Fica inserido parágrafo único, ao artigo 12 da Lei nº 13667 de 05/07/02 com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. O ocupante de cargo de provimento em comissão do Poder Executivo, poderá ser remanejado por tempo determinado, entre os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, empresas públicas e sociedades de economia mista, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º...”

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 391/08

P A R E C E R :

O presente projeto em por transformar órgãos da estrutura do Poder Executivo e dar outras providências.

Pois bem, em, seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ e foi encaminhado a esta Comissão, para que se analise o aspecto financeiro da mesma.

A questão principal está em se discutir o efetivo aumento de despesa para o estado do Paraná. Para tal análise, deve-se transcrever trecho da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 16, que aduz:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação Governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A partir da leitura da justificativa do projeto, infere-se que não haverão gastos adicionais com a aprovação do presente projeto, visto que não está a se criar despesa ou elevação de gastos. Do ponto de vista financeiro, pois, a situação deverá continuar semelhante a atual, sem prejuízos para o estado.

Assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Requerimento de autoria do Deputado Artagão Júnior, com apoio dos Deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Pastor Edson Praczyk e da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o item 16 constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, faço um apelo que não haja inversão de nada e vamos votar! Por que preferência se estamos no último ou penúltimo?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos no 15º.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, fica concedida anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedade de economia mista sob o controle do estado, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 137/08, de 17/11/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 496/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo, visa conceder anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sob o controle do Estado do Paraná aos quais foram exonerados ou demitidos no período de 01/01/83 a 31/12/88, contrariando os preceitos legais.

Em sua justificativa o autor sustenta que: *A Carta da República do Brasil de 1988 consagrou a concessão de anistia em seu artigo 21, inciso XVII.*

E não podia ser diferente, visto que a Constituição Federal nasceu da inspiração do Estado Democrático de Direito, consagrando o livre exercício da democracia e da liberdade de expressão e, com isto, banir dos nossos dias qualquer tentativa de repressão do pensamento por parte do Estado, em especial aos funcionários.

Diz ainda, que: *A proposta ora em tela busca minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, no período que especifica, por terem sido demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais e terem sido privados dos seus cargos ou empregos.*

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, e a emenda em anexo.

Sala das Comissões, 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 496/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 2º e 141, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sugere-se uma Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 496/08, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica concedida a anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista sob controle do estado, que, no período compreendido entre 01/01/83 a 31/12/88, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista, nos seguintes termos:

I - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

II - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividades profissionais em decorrência de movimentação grevista.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego estável à época da demissão e/ou exoneração, demitidos ou dispensados.

Art. 2º o retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta lei.

Art. 3º Observado o disposto nesta lei e de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras da Administração, o Poder Executivo defirirá o retorno ao serviço dos servidores ou empregados despedidos arbitrariamente no período a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º No prazo estipulado no artigo 2º, quando necessária a realização de concurso, contratação ou processo seletivo com vistas ao provimento de cargo ou emprego permanente, a Administração Pública Estadual e as empresas sob controle do estado do Paraná excluirão das vagas a serem preenchidas pelos concursados o número correspondente ao de postulantes habilitados na forma desta lei para os respectivos cargos ou empregos.

Art. 5º Será criada a Comissão Especial de Anistia, que decidirá, em caráter terminativo, sobre a existência da motivação política referida no inciso II do artigo 1º desta lei, desde que devidamente caracterizada e comprovada, em cada caso, nos autos do respectivo processo.

§ 1º A comissão a que se refere o *caput* deste artigo será composta por:

- a) um membro do Ministério Público Estadual;
- b) um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- c) um membro da entidade de classe ou sindicato a que esteja ou esteve vinculado o servidor;
- d) um membro da Casa Civil;
- e) um representante da Secretaria da Administração e Previdência.

§ 2º A comissão será presidida pelo representante designado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º São atribuições da comissão:

I - analisar os requerimentos, desde que formulados no prazo estipulado no artigo 2º, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no artigo 1º os seguintes aspectos:

- a) a incidência da decadência prevista no artigo 9º desta lei; e
- b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

II - analisar as razões da defesa e a instrução probatória;

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no artigo 5º, parágrafo 3º, inciso I, alínea “b”;

IV - deliberar quanto ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido;

V - encaminhar as suas conclusões, na forma do artigo 6º.

§ 4º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão de que trata esta lei, não poderão integrar a comissão de que trata esse artigo.

§ 5º Constatada que não houve notificação pessoal, ou que não forem observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o requerente será notificado pela comissão para, no prazo de 10 dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito.

§ 6º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegadas, facultando-se à comissão requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação.

Art. 6º As conclusões da comissão, quanto ao recolhimento da condição de anistiado, serão submetidas ao Governador do Estado, a quem cabe deliberar sobre o retorno dos servidores despedidos arbitrariamente.

Art. 7º No desempenho de suas atribuições, a comissão deverá observar o disposto no artigo 1º desta lei, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I - as exonerações e dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoridade administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III - as dispensas por justa causa;

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas ou executadas por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual; ou

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

V - as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a Administração Pública do Estado do Paraná.

§ 1º A existência de processo judicial que rejeitou a reintegração do servidor prejudica a análise pela comissão.

I - A inexistência de processo judicial deverá ser comprovada através de certidão negativa do Cartório Distribuidor.

II - Constando na certidão a existência de processo judicial, deverá ser juntada aos autos cópia da petição inicial, a fim de comprovarem se tratar de procedimento destinado a reintegração do servidor.

Art. 8º A anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, inclusive para fins previdenciários.

Parágrafo Único - O disposto no *caput* deste artigo se dará mediante renúncia por instrumento público, para cada servidor.

Art. 9º Ressalvado o prazo para conhecimento da anistia de que trata esta lei, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI- Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 496/08

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual de Empresas Públicas e de Sociedade de Economia Mista.

Fundamentação

Chamada a se pronunciar, esta comissão, de acordo com o que prescreve o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Vale destacar que tal propositura buscar minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, por terem, sido demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais e terem sido privados dos seus cargos ou empregos.

Conclusão

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao projeto de lei, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem, porque estou recebendo um apelo dos Srs. Deputados para que esse Projeto de Lei nº 496/08, que me parece que os Deputados não leram e talvez não discutiram o tema, e há uma interpretação que gera dúvidas e controvérsias sobre essa anistia que é concedida aos servidores públicos e Sociedades de Economia Mista, que envolve o período compreendido entre o dia 01/01/83 a 31/12/98.

O projeto, na verdade, não tem como formular uma lista de pessoas beneficiárias, no sentido que é justamente aquele período em que nesse país não vigia o estado democrático de direito e o direito ao contraditório e ampla defesa, não era possível ser efetivamente formulado. A lei tem um rol de hipóteses. Quero deixar público e essa discussão não precisa nem ser travada hoje, mas quero deixar público, aqui, que essa lei não tem como destinatário o período do Governo José Richa. Quero deixar bem claro! Na verdade já expliquei isso a diversos Parlamentares que se trata, de forma bem específica, de alguns acontecimentos que envolveram a luta de trabalhadores vinculados muito fortemente à questão do movimento sindical.

O que ocorre na prática? Essa lei não é para determinada pessoa, ela é para uma determinada situação. Mas em nenhum momento tem como destinatário o Governo José Richa e nem o Governo Álvaro Dias. Não estamos tratando disso aqui. São situações muito peculiares e houve uma recomendação de uma instituição, de um órgão que temos na esfera desse Poder que fez a recomendação de termos desta lei.

Posso dizer mais, certamente haverá de ter uma compreensão para que votemos esta lei. Efetivamente consulto as lideranças das bancadas do nosso partido PMDB, PT e outros partidos, se podemos votar a lei. A lei não é nenhum “trem da alegria”, não envolve nenhum número excessivo de servidores; ao contrário, número extremamente pequeno.

A Comissão inclusive, no âmbito da CCJ, onde essa lei já foi aprovada, ela foi reformulada. Ela inclui um membro, um representante do Ministério Público Estadual na Comissão. É uma única Comissão no âmbito do Poder Executivo. Inclui um representante do Ministério Público Estadual, um representante da entidade de classe ou do sindicato ao que o trabalhador que

estiver requerendo o benefício seja vinculado, e também um representante da Secretaria de Estado da Administração, da Procuradoria Geral do Estado, e também, claro, o controle representando o Executivo na Casa Civil.

Então, veja, é uma Comissão bem composta e com transparência em todos os atos a serem praticados, que deverão depois ser enviados à Assembléia Legislativa. Esse é fruto de uma discussão que tivemos, bem franca e objetiva. É nesse sentido que pergunto se é possível votar. Falo publicamente aqui, quero deixar claro, não abre nenhum guarda-chuva aqui. Ao contrário, é bem pontual e já expliquei isso aos Srs. Parlamentares. O que não podemos fazer é fulanizar uma lei. É impossível vir aqui a ler: “Essas pessoas que serão beneficiadas”. Não é possível fazer isso, tanto que envolve o Ministério Público Estadual.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estou envolvido na discussão, até porque fiz um apelo ao Líder do Governo que retirássemos esse projeto, deixássemos para voltar no ano que vem, porque nós, de forma nenhuma, queremos criar obstáculo, de repente, a um projeto que venha nesse sentido. Agora, há de se contrapor aos argumentos do Deputado Romanelli.

Em 1982, 1983, iniciou-se o Governo José Richa neste estado. Começou a democracia no Paraná. Depois veio o Governador Álvaro Dias. Quer dizer, se houve algum servidor público injustiçado, poderia ter entrado na Justiça e ganhado. Mas, não acredito que tenha havido injustiça.

Não quero entrar no mérito e faço um apelo ao Líder do Governo, ao bom senso, que retiremos esse projeto e votemos no ano que vem.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Presidente, percebi e senti o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, bom senso no indicativo da retirada do projeto, para que ele possa ganhar tempo, no bom sentido, e trazer mais informações para esta Casa. Entendi desta maneira, posso até estar enganado.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer. Fui Secretário da Administração do Paraná 24 anos. É claro que a lei está dizendo que não vai haver nenhum passivo. Vai só reintegrar a pessoa. Mas não é isso. Na hora em que o estado atestar que a pessoa foi detida irregularmente, a pessoa tem direito a 25 anos de salários, indenização por danos morais. Falamos de um patrimônio de 5 a 6 milhões, por pessoa, de prejuízo para o estado. Claro, se a pessoa foi injustamente demitida tem que ser reintegrada. Mas ele tem que saber o que está votando.

Essa lei diz que não tem retroatividade nenhuma. Tem sim, porque a pessoa foi demitida injustamente, vai na Justiça, tem direito a 5, 6 milhões, 25 anos de salários corrigidos, indenizações de diversos tipos. Ou seja, a coisa é muito mais séria do que estamos falando aqui. Tem que ser mais estudado, mais olhado o que estamos fazendo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto as lideranças se há consenso em que se retire da Ordem do Dia, deixando para fevereiro.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

A Liderança do PDT, Sr. Presidente, gostaria e pediria que fosse retirado esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas por questão de justiça, lembrar que houve efetivamente um acordo para que esse projeto fosse votado hoje e que fosse consertado, remendado, emendado, e isso aconteceu.

O Deputado Valdir Rossoni não estava presente na Sessão de ontem, na reunião de ontem, portanto não teve como opinar e o faz agora. O Deputado Stephanes Júnior na mesma linha.

Portanto, conclamo a V. Exas., se chegarem num acordo de retirarem o projeto, ele estará retirado. Caso contrário, teremos que votá-lo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, consultei o Líder do PMDB, o Deputado Pugliesi e o Deputado Péricles. Ouvindo o Deputado Luiz Carlos Martins e o Deputado Rossoni, quero retirar o projeto da Ordem do Dia e voltar em fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fica portanto, retirado o projeto.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que assegura aos Ministros de todos os cultos a assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 227/08

Curitiba, 10/06/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/08, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo

1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 834/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O objetivo do autógrafo é assegurar aos Ministros, Sacerdotes, Diáconos, Monges, anciãos, colaboradores ou representantes das igrejas e templos que exerçam papel semelhante, de todas as religiões e cultos, o acesso à rede hospitalar pública ou privada, estabelecimentos prisionais aqui definidos como penitenciárias e/ou delegacias de polícia, cárceres e afins, para prestar assistência religiosa e enfermos, internos e presos de toda e qualquer natureza, respectivamente, observadas as normas de segurança e administrativa peculiar a cada um desses estabelecimentos.

Admirável a iniciativa do Deputado, voltando-se para a importância do atendimento daqueles que estão em situação diferenciada. Todavia, a Lei Federal nº 9982/00, já disciplinou a matéria. Vejamos:

“Art. 1º Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde que em comum acordo com estes, ou com seus familiares no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

Parágrafo Único. (VETADO)

Art. 2º. Os religiosos chamados a prestar assistência nas entidades definidas no artigo 1º deverão, em suas atividades acatar as determinações legais e normas internas de cada instituição hospitalar ou penal, e fim de não pôr em risco as condições do paciente ou as segurança do ambiente hospitalar ou prisional.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Ademais, o Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN, já adota e permite a assistência religiosa na educação integral do preso, através da participação voluntária de diversas entidades religiosas, como a católica, Assembléia de Deus, Pentecostal Deus é Amor, Adventista, Espírita e Universal do Reino de Deus.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 834/07 encontra-se publicado no DA nº 152/07, de 26/11/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 056/08

P A R E C E R :

O Projeto de lei nº 834/07 de autoria do Deputado Artagão Júnior, assegura aos Ministros de todos os cultos a assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 01.07.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acelerando a questão processual, conversei com os Deputados, expliquei a razão do projeto e só quero reiterar o pedido de não para derrubarmos o veto e encaminharmos e promulgarmos esse projeto importante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de pedir o apoio a todas as bancadas, até porque juntamente com o Deputado Tadeu Veneri fizemos uma emenda garantindo à várias denominações religiosas esta garantia constitucional que o projeto do Deputado Artagão estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis ao veto votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Trinta e oito Deputados votam NÃO. Está derrubado o veto.

Quero solicitar aos Srs. Deputado, agora, um pouco de compreensão e colaboração. Todos estamos aqui realmente cansados e estamos cumprindo um papel.

Na abertura da Sessão muitos de V. Exas. exageraram nos seus discursos e não pudemos, em hipótese alguma, jamais censurar a quem quer que fosse, mas todos os horários e expedientes foram utilizados por V. Exa.: o Pequeno, o Grande, o Horário das Lideranças, e temos uma pauta grande para votar.

Agora, pelo a presença de V. Exas., já que chegamos até agora.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Apenas para parabenizar o Deputado Teruo Kato que, pela primeira vez, votou pela derrubada de um veto.

Obrigado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3965, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3970, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3972, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3973, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3980 e 3981, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3984, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Cleiton Kielse e demais Srs. Deputados, membros da CEMA, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3985, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3996, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 3997, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 3987 a 3994, 3998 a 4005, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4007, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4008, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4009, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 4010, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, com apoio dos Deputados Reni Pereira, Elio Rusch e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 4011, 4012, 4013, 4014 e 4016, de autoria dos Deputados Ribas Carli Filho e Elio Rusch, constantes do expediente. **Rejeitados.**

Requerimento nº 4015, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 4017, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 4018, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 4019, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Luciana Rafagnin, Elton Welter, e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 4023 e 4025, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Rejeitados.**

Requerimento nº 3967, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 354, 402 e 470/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380, 391 e 496/08

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 375, 522, 544, 549 e 550/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/08.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDGARA BUENO, EM SESSÃO DO DIA 17/12/08.

Vivência Pessoal do AI-5

Léo de Almeida Neves

Particpei na condição de Deputado Federal mais votado do MDB do Paraná da memorável Sessão Parlamentar de 12/12/68 que rejeitou, com o voto unânime da Oposição e de diversos corajosos representantes da ARENA governista, o pedido de licença encaminhando pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva, para processar o Deputado Mário Moreira Alves, do Rio de Janeiro.

A justificativa para instaurar o feito era ridícula: as Forças Armadas se consideravam ofendidas pelo discurso de cinco minutos que o Márcio pronunciara no Pequeno Expediente, chamada de Pinga Fogo, cujo mote principal era o apelo às esposas, noivas e namoradas dos militares para que se recusassem a dançar com eles nos bailes comemorativos da Semana da Pátria, que se aproximava, como protesto à semiditadura instalada no país.

Proclamado o resultado contrário por 75 votos de diferença, o Plenário e as galerias interromperam o Presidente da Casa com canto emocionado do Hino Nacional.

No dia seguinte à noite, 13/12/68, o Presidente Arthur da Costa e Silva, após reunião ministerial, assinou o Ato Institucional nº 5 decretando o recesso do Congresso Nacional, o fim do *habeas corpus*, a criação do decreto-lei e outras medidas de exceção. Consumou-se o golpe dentro do golpe, muito mais radical do que o AI-1, pioneiro dos quase 21 anos de discricionarismo iniciado em 01/04/64 com a deposição do Presidente João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas.

Nessa data, há 40 anos, eu era o patrono da formatura dos engenheiros agrônomos da Universidade Federal do Paraná, derrotando na votação da turma o então Ministro da Agricultura Ivo Arzua Pereira e o ex-Ministro dessa pasta, o ex-Governador Ney Braga. O motivo de ter sido distinguido foi por agradecimento à valorização da classe ao tempo em que ocupei de 1961 a 1964 a Diretoria da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, e combati com êxito a iniciativa da acabar com a categoria dos engenheiros agrônomos, que ingressaram no banco mediante concurso e eram profissionais altamente qualificados, prestando assistência técnica aos mutuários e serviços de acompanhamento e fiscalização dos projetos agropecuários objeto de financiamento.

De Brasília a Curitiba havia dois vôos da extinta VASP, às 14 e às 16. Peguei o primeiro horário com escala em São Paulo e cheguei ao destino sem problemas. Os Deputados Federais que viajaram às 16h, ao desembarcarem em São Paulo foram todos presos, porque o clima já era de pré AI-5.

O Reitor da Universidade do Paraná, futuro Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, presidia a solenidade de formatura, e me fez sinal se eu queria falar, e assinalei que sim. Não é usual Patrono fazer uso da palavra, mas eu não perdi a oportunidade, porque previa o endurecimento do regime. Falei de improviso, com veemência e entusiasmo, e intercalei aos enunciados de praxe a apologia apaixonada das virtudes da democracia e do estado de direito.

Estava em recepção na residência de um dos formandos e trocava idéias sobre os eventos políticos, quando se aproximou o professor Homero de Barros, Diretor da Faculdade de Filosofia, e disse brincando: “É proibido falar nesses assuntos, acabei de ouvir no rádio a íntegra do AI-5”. E fez uma síntese do que ele tinha captado.

Congresso fechado, as cassações de mandatos começaram a acontecer. Mário Covas, Líder do MDB, constou da primeira lista. Fui contemplado três meses após, dia 13/03/69, com anúncio pela Voz do Brasil, sem direito de defesa e sequer conhecimento prévio ou a *posteriori* das acusações, procedimento peculiar a todos os cassados. Proibiram-me de reassumir o cargo de Procurador Federal concursado da Previdência Social e em junho/1969 me aposentaram aos 37 anos, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço de 19/35 avos.

No exercício do mandato, fustiguei o Governo com mais de 100 requerimentos solicitando informações sobre atos do Poder Executivo. Fui membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o fechamento da Fábrica Nacional de Motores, que produzia o famoso caminhão fenemê; integrei a CPI da Energia Nuclear, esposando a tese do Brasil aprofundar-se na exploração nuclear, uma vez que é grande produtor de urânio, que deveria ser enriquecido aqui com tecnologia própria. Presidi a CPI do Desnacionalização, que analisou em profundidade a transferência de empresas brasileiras para capitais estrangeiros, favorecidos por taxas de juros menores e outros benefícios. A CPI concluiu por elaborar projeto de lei regulamentando a atração de firmas alienígenas e definindo os setores da economia a que elas eram bem-vindas. O trabalho final resultou no livro *Desnacionalização, crime contra o Brasil?* Da Editora Saga/RJ, do Deputado Federal Rubem Medina, Relator da CPI, cabendo-me a apresentação com 36 páginas.

Em 1968, eu era Vice-Presidente do MDB do Paraná e por sugestão minha, o partido ingressou na Frente Ampla, criada pelo ex-Governador Carlos Lacerda, com participação de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Fizemos reunião da Frente Ampla com Carlos Lacerda em Curitiba, Londrina, Apucarana e comício noturno em Maringá, com grande afluência popular.

Carlos Lacerda, que foram um dos líderes do golpe de 1964, teve os direitos políticos suspensos pelo AI-5 e a Frente Ampla fechada e colocada fora da lei.

A despeito de reconhecer que os Governos militares trouxeram certos avanços econômicos ao Brasil, são imperdoáveis os danos causados à democracia, e erro crasso de extinguir os antigos partidos políticos pelo AI-2, as prisões, as torturas, o exílio, os assassinatos, a perseguição a professores e intelectuais, a censura à jornais, revistas, rádio, televisão, teatro, atividades artísticas e cultura em geral.

AI-5 e ditadura nunca mais!

(a) LÉO DE ALMEIDA NEVES

Membro da Academia Paranaense de Letras

Ex-Deputado Federal e ex-Diretor do Banco do Brasil

